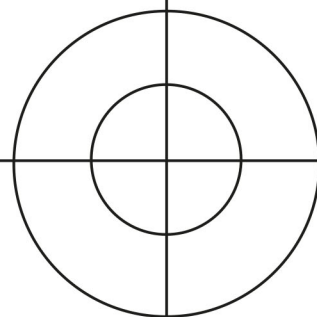


Cláudio Luiz Zanotelli
Jorge Lellis Bomfim Medina
Francismar Cunha Ferreira
Matheus de Oliveira Fernandes Adão

A NOTÍCIA COMO MÁQUINA DE GUERRA

Análise dos discursos sobre a Petrobras
e a produção de petróleo e gás nos jornais:
um enfoque no Espírito Santo



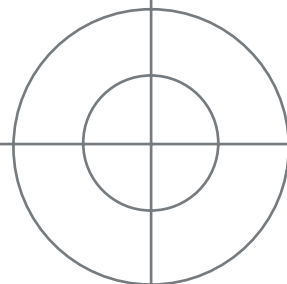
Cláudio Luiz Zanotelli
Jorge Lellis Bomfim Medina
Francismar Cunha Ferreira
Matheus de Oliveira Fernandes Adão

A NOTÍCIA COMO MÁQUINA DE GUERRA

Análise dos discursos sobre a Petrobras
e a produção de petróleo e gás nos jornais:
um enfoque no Espírito Santo

 **EDUFES**

Vitória, 2022





**Universidade Federal
do Espírito Santo**



EDUFES
EDITORA

Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Chefe de Gabinete

Aureo Banhos dos Santos

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Carlos Roberto Vallim, Eliana Zandonade, Eneida
Maria Souza Mendonça, Fátima Maria Silva,
Graziela Baptista Vidaurre, Isabella Vilhena Freire
Martins, José André Lourenço, Marcelo Eduardo
Vieira Segatto, Marcos Vogel, Margarete Sacht
Góes, Rogério Borges de Oliveira, Sandra Soares
Della Fonte, Sérgio da Fonseca Amaral

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim
Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta
Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Dominique Piazzarollo,
Marcos de Alarcão, Maria Augusta
Postinghel, Maria de Lourdes Zampier



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Preparação de texto

Fernanda Scopel Falcão

Projeto gráfico

Seção de Design da Edufes

Diagramação e capa

Juliana Braga

Revisão de texto

Roberta Estefânia Soares

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

N912 A notícia como máquina de guerra [recurso eletrônico] : análise dos discursos sobre a Petrobras e a produção de petróleo e gás nos jornais: um enfoque no Espírito Santo / Cláudio Luiz Zanotelli ... [et al.] - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES, 2022.
244 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-482-6

Também publicado em formato impresso.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Gilles Deleuze, 1925-1995. 2. Anúncios em jornais. 3. Análise do discurso. 4. Jornais brasileiros. I. Zanotelli, Cláudio Luiz. II. Título.

CDU: 32

Elaborado por Ilane Coutinho Duarte Lima – CRB-6 ES-000348/0

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

Quem chocou o ovo da serpente foram vocês [a imprensa comercial]. Assumam seu monstro agora. É mais digno. Nós avisamos. Eu sigo com a minha arma em mente: e a minha arma, Míriam Leitão e demais colegas da imprensa comercial, é o que a memória guarda.

Jean Wyllys¹

1. Texto que o deputado exilado Jean Wyllys publicou no Twitter em 22/05/2019 e que foi reproduzido pela *Revista Fórum*. Trata-se de uma resposta ao artigo “Bolsonaro não sabe governar” escrito por Míriam Leitão e publicado no *Blog de O Globo* nessa mesma data.

Sumário

<i>Prefácio à edição de 2022</i>	8
Apresentação	
<i>A máquina de guerra da mídia</i>	10
<i>Introdução</i>	15
Capítulo 1	
<i>O papel da mídia e a construção de sentido</i>	28
O jornalismo e os jornalistas	30
Como deveria ser a notícia	33
O “quarto poder” interessado ou os cães de guarda do patronato	34
Capítulo 2	
<i>A Petrobras na imprensa</i>	36
Introdução e contextualização da importância da Petrobras	36
Um breve estudo de caso da privatização da Transportadora Associada de Gás (TAG)	44
Discursos dos jornais sobre a exploração e produção do petróleo e a Petrobras no Espírito Santo no período de 1998 a 2014	52
Capítulo 3	
<i>A pesquisa nos jornais em 2017. Análises de discurso e sua contextualização</i>	75
Números de matérias publicadas por jornais e assuntos abordados	75
Palavras-chave	76

Matérias por editoriais	77
As fontes jornalísticas	80
Os gêneros jornalísticos	83
Os contextos das matérias dos jornais	85
Os tipos de informação	86
As matérias qualificam, desqualificam ou são “neutras” em relação à Petrobras.....	90
As matérias são positivas, negativas ou “neutras” em relação à Petrobras....	91
Capítulo 4	
<i>Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais.....</i>	<i>93</i>
Os royalties e as participações especiais em disputa	95
<i>Breve comentário sobre a concentração territorial da distribuição de royalties e de participações especiais.....</i>	<i>95</i>
<i>Royalties e participações especiais segundo os jornais.....</i>	<i>104</i>
Os leilões: a entrega do patrimônio comum chancelada pela imprensa114	
<i>O regime de cessão onerosa</i>	<i>116</i>
<i>O retorno dos leilões.....</i>	<i>123</i>
<i>Criação de postos de trabalho pela indústria do petróleo: os discursos e os fatos....</i>	<i>137</i>
Exploração e produção: o “Viva à privatização!” da imprensa	144
Reajustes dos preços dos combustíveis e do gás: o neoliberalismo aplicado à vida cotidiana	153
A difusão da peste do discurso dominante: a corrupção	162
<i>Breves considerações sobre os valores da corrupção e os acordos da Petrobras com a Operação Lava Jato e com os Estados Unidos</i>	<i>175</i>
O ataque à política e a um partido	180
O elogio da “governança” neoliberal.....	188
<i>Considerações finais: dois pesos e duas medidas</i>	<i>200</i>
<i>Referências.....</i>	<i>220</i>
<i>Sobre os autores</i>	<i>242</i>

Prefácio à edição de 2022

Uma reedição se tornou necessária para corrigir uma série de erros da primeira edição impressa, e aproveitamos essa oportunidade para ajustar algumas análises, efetuar algumas poucas atualizações e realizar algumas adaptações na redação. No entanto, mantivemos essencialmente os argumentos e as informações publicadas na versão de 2019, não alteramos a estrutura do trabalho nem buscamos de maneira sistemática ampliar a análise e a sua contextualização para o período atual. Esta edição passou por uma revisão de texto criteriosa e recebeu, igualmente, um novo *design*. Quero agradecer ao Conselho Editorial da Edufes e a seu Diretor, professor Wilberth Salgueiro, pela compreensão e acolhida da demanda que fizemos para realizar a reedição do livro. Da mesma maneira, quero agradecer a Fernanda Scopel Falcão pelo trabalho criterioso de edição e preparação de texto desta nova versão.

Este livro é resultado de pesquisa realizada entre 2017 e 2018, associada ao projeto de pesquisa *A geografia econômica e regional do petróleo e do gás no litoral do Espírito Santo*, desenvolvido no âmbito do Programa de Extensão Laboratório de Estudos Urbano-Regionais, das Paisagens e dos Territórios (Laburp), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), sob a coordenação do professor Cláudio Luiz Zanotelli². O livro também se insere

2. Além dos autores deste livro, fazem parte desse projeto Ana Maria Leite de Barros, Ednelson Mariano Dota e Rennan Moraes Rodrigues. O projeto contou, igualmente, com as participações de Natalia Barbosa Coradini, com o subprojeto de Pivic 2017-2018 *Análise dos efeitos geoeconômicos e socioambientais da instalação do Estaleiro Jurong Aracruz (EJA) – ES*, e de Carlos dos Santos, com o subprojeto de Pivic 2017-2018 *Impactos das instalações de petróleo e gás na foz do Rio Doce – Vila de Regência – Linhares – ES*. A partir de 2021 nossas pesquisas relativas ao setor do petróleo contam com o apoio do CNPq/Fapes por meio do Programa de Apoio a

no quadro das pesquisas de pós-doutorado realizadas pelo professor Cláudio Luiz Zanutelli no período de agosto de 2018 a julho de 2019, sob a supervisão do professor Carlos Brandão, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ).

Agradecemos ao Departamento de Geografia pela possibilidade de realização do pós-doutorado, que permitiu não somente publicar esta obra como também desenvolver uma pesquisa que será objeto de outras publicações no futuro. O professor Cláudio Luiz Zanutelli conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Bolsa de Produtividade nível PQ 2, para a realização do projeto no qual se insere este livro.

Abril de 2021

Cláudio Luiz Zanutelli

Núcleos Emergentes (Pronem), Edital CNPq/Fapes n. 06/2019, que financia a pesquisa *Geopolítica, geoeconomia e paisagens da infraestrutura do petróleo na região costeira do Sudeste do Brasil*, com duração de três anos.

Apresentação

A máquina de guerra da mídia

A imprensa hegemônica – os jornais, as rádios e as televisões que pautam a “notícia” – pode ser abordada a partir do conceito de “máquina de guerra” – em referência ao conceito forjado por Deleuze e Guattari no livro *Mil platôs*, publicado em 1980 –, porque constitui verdadeira trincheira simbólica e material de luta pelo poder com o Estado, contra o Estado e apesar do Estado. Dessa trincheira, são lançadas “bombas semióticas” que ressignificam o sentido pragmático das mensagens e constroem uma linguagem própria, a qual exerce um poder de fascínio sobre a produção de sentido.

Essa mídia é, aparentemente, antiestado, mas se deixa capturar pelo Estado e captura o próprio Estado por meio de redes de dependência mútuas que lhe dão, no caso do Brasil analisado, um poder particular de produção e reprodução de “verdades”. Pela guerra que articula e apoia a imprensa hegemônica – também em crise de reprodução –, constroem-se máquinas de ataque que, desde os idos de 2013, têm contribuído contemporaneamente para a desinformação com efeitos materiais concretos sobre as crenças coletivas e sobre o próprio poder. Nesse último aspecto, ela sofrerá concorrência, tanto na busca de anúncios como pela produção de falsas notícias ou meias verdades, das redes ditas “sociais” da *web*, que a desafiam em seu próprio campo.

No entanto, de concreto, tanto os jornais aqui analisados como as rádios, as televisões e os portais na internet – particularmente aqueles que são de propriedade do grande monopólio da comunicação que é a Rede Globo de Televisão no Brasil – tomam parte na luta para fazer valer seu ponto de vista com estratégias de combate. Desse modo, quando uma questão que envolve os interesses corporativos patronais (alta burguesia industrial, comercial e financeira, brasileira e multinacional) está em disputa, o grupo e todos aqueles que se inscrevem no mesmo campo que esse grupo adotam estratégias de guerra para encobrir eventuais erros, deslizos e insuficiências do campo que defendem ou para apoiar projetos políticos de maneira massiva por meio de “bombas informacionais” que castigam o cotidiano dos brasileiros. Nesse ponto, a inspiração é o termo “bombas semióticas”, de Wilson Roberto Vieira Ferreira (2017), um dos primeiros autores no Brasil que têm chamado a atenção para o papel fundamental da mídia e suas narrativas na crise político-econômico-cultural que vive o Brasil desde 2013, conforme se pode consultar no artigo “Bombas semióticas brasileiras (2013-2016): por que aquilo deu nisso?” (FERREIRA, 2017).

Assim, a mídia brasileira resolve contra-atacar – quando a posição que defende é ameaçada ou deve ser incutida nas cabeças das massas –, de maneira a produzir uma “*blitz*”. Como em uma guerra de fato, bombardeiam os sujeitos em ordem de batalha jogando sobre suas cabeças “bombas” de efeito moral e cognitivo. Um exemplo recente, que se encontra a nosso alcance e é perceptível quando se toma distância dos fatos e do anúncio dos fatos, é aquele da forma de abordagem sobre a Petrobras e também sobre o poder político.

Em particular, sobre a política, recentemente, pudemos identificar um modo operante dos aparelhos midiáticos dominantes em relação aos interesses coletivos. A proposta de destruição da previdência social tal como nós a conhecemos, no projeto do atual governo Bolsonaro, foi sustentada e defendida pelos setores dominantes da sociedade, sobretudo o patronato, auxiliado por seus cabos, sargentos e capitães da política e pelos generais do Estado-Maior dos grupos midiáticos, do poder Judiciário e do Exército (esses últimos, diga-se de passagem, na proposta aprovada da “reforma da previdência” mantiveram inúmeras vantagens não concedidas a outros funcionários públicos federais). Além disso, tal proposta de mudança da previdência, do ponto de vista do interesse coletivo, é uma afronta que somente poderá ser imposta ao povo por meio de uma violência física bem concreta contra os que ousam

desafiá-la. E, por outro lado, também se exerce uma violência simbólica que é operada com maestria pela grande imprensa comercial brasileira.

Desse modo, na passagem do ministro da Economia neoliberal Paulo Guedes pelo Congresso Nacional, em 3 de abril de 2019, houve claramente uma desconstrução do ministro ao ofender os representantes eleitos do povo que o questionavam. Guedes desejava tão somente e essencialmente fazer pagar aos trabalhadores a futura aposentadoria, pois eles teriam de cotizar para um fundo de capitalização, isentando, assim, o patronato de suas responsabilidades, que é o ponto essencial dessa proposta destrutiva das conquistas sociais do pós-Segunda Guerra Mundial no Brasil. Assim, o ministro aproveitou o evento para escapar das questões que incomodavam, como a referente a quais cálculos exatos embasavam seu diagnóstico sobre o estado da previdência social, bem como aquela acerca da iniquidade da dita “reforma”, que ataca prioritariamente as conquistas sociais dos trabalhadores mais pobres. Naquela ocasião, houve uma derrota política do governo, representado pelo ministro, pois ele saiu abruptamente da reunião da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados onde sua arguição era realizada.

O Grupo Globo e seus jornalistas, especialmente os da TV GloboNews e da rádio CBN, que fizeram campanha, junto de outros grupos jornalísticos, diuturnamente pela “reforma da previdência”, vitimizaram o ministro e vituperaram os “esquerdistas” que são contra a reforma; e ainda fizeram apelos reiterados para que o governo “articule”, “se defenda”, etc., e deram ordens ao governo Bolsonaro, dizendo como ele e os deputados deveriam ter agido para defender o ministro. Seria cômico se não fosse trágico esse comportamento sem nenhuma vergonha de defesa de uma política que ofende a enorme maioria dos trabalhadores e do povo brasileiro, com pouca visão contrária presente nos debates midiáticos, sem nenhum convite para que a oposição política e sindical à proposta do governo fosse ouvida nos horários de grande audiência ou com posição destacada nos jornais.

Como se não bastasse esse quadro, imediatamente já se começa a produzir um contrafogo para distrair a massa, conforme intervenção de Carlos Alberto Sardenberg, jornalista de economia e defensor do neoliberalismo. No *Jornal da CBN*, às 7h30 do dia 4 de abril de 2019, ele invoca os supostos problemas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a “roubalheira” que teria acontecido com os financiamentos à infraestrutura em Cuba durante os governos

do Partido dos Trabalhadores (PT). Sem nenhuma relativização, sem nenhuma contextualização, sem ouvir o “outro lado”, claramente se tenta, como em outros episódios do passado, criar uma distração à derrota que sofreu o governo Bolsonaro na referida comissão da Câmara dos Deputados no dia anterior.

Essas táticas e estratégias pensadas pelo alto comando da Rede Globo são semelhantes às táticas de guerra, táticas de bombardear o inimigo até que ele seja derrotado, bombardeio de uma versão dos fatos até que ela vire verdade, inspirando-se, nesse particular, da recomendação dos ideólogos do Partido Nazista e, mais perto de nós, das guerras do Iraque, com a famosa “tempestade no deserto”, bombardeios intimidantes para desmoralizar o “inimigo”³.

Ações como essas também são realizadas frequentemente sobre o setor do petróleo, nos discursos repetidos à exaustão de que a “privatização” da Petrobras e suas coligadas seria a “solução”. O discurso da privatização virou “pensamento único” e é o mantra cotidiano repetido pela imprensa comercial, como veremos a propósito da maior malha de gasodutos do Brasil, que pertence à empresa Transportadora Associada de Gás (TAG), que era controlada pela Petrobras. A privatização da TAG prejudicou não somente as estratégias da Petrobras para ser uma empresa integrada que distribui seus produtos, no caso o gás, de norte a sul do país, mas também toda a sociedade brasileira, que verá o acesso a uma infraestrutura fundamental ser entregue nas mãos de multinacionais, que, como em outros setores, farão pouco caso dos interesses da economia popular e de uma relativa e condicional soberania nacional no contexto da globalização.

A máquina de guerra no sentido de Deleuze e Guattari (1980) nunca é estável. Ela está sempre na perspectiva de um ponto de fuga e pode tanto suscitar conformidade moral ao Estado e ao capitalismo e, também, um devir fascista, a exemplo das hordas de milícias virtuais e concretas que gritam “viva a morte”, produzem mentiras em massa e interferem no jogo político, quanto, por outro lado, pode manifestar

3. Sobre a guerra híbrida como guerra permanente cognitiva, psicológica e informacional na disputa do poder político e que se desenvolveu como estratégia de levar adiante uma guerra à geometria variável e interna aos países, por parte dos militares como forma de controle do poder, recomendo a leitura do livro de Piero C. Leirner, *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida* (2020), particularmente a análise do caso recente da ascensão dos militares ao poder no Brasil.

um devir de resistência e de invenção fora da norma, que pode virar o feitiço contra o seu próprio feiticeiro e desafiar tanto o próprio *status quo* como o próprio Estado opressor. Portanto, essa máquina de guerra midiática suscita a contrainsurreição. Logo, esperamos que este livro contribua para construir outra trincheira na revelação dos mecanismos de produção de “verdades” nessa verdadeira guerra de informação da sociedade brasileira contemporânea.

Abril de 2021

Cláudio Luiz Zanotelli

Introdução

O petróleo e o gás no Espírito Santo têm uma importância significativa na economia estadual. Isso se revela para além da exploração e da produção propriamente ditas, que são predominantes nas atividades da Petrobras no estado, por meio da multiplicação dos efeitos industriais a montante e a jusante da cadeia produtiva do setor. As repercussões econômico-sociais dessa indústria irrigam toda a economia capixaba graças aos seus efeitos diretos e indiretos sobre os setores da indústria, dos serviços e do comércio. Por consequência, também há implicações sobre os projetos de infraestrutura e de equipamentos no estado. Portanto, a “economia do petróleo” é algo de primeiro plano.

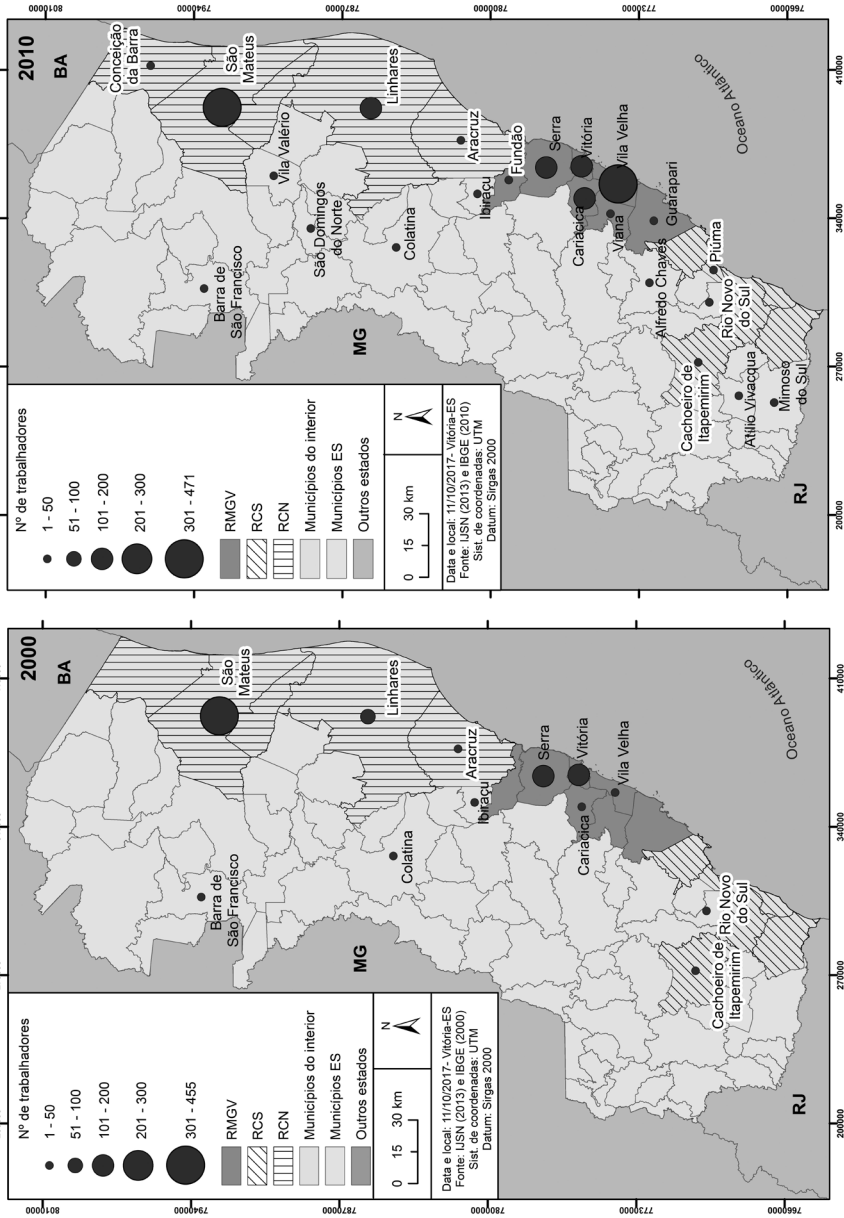
Assim, a indústria extrativa, que no Espírito Santo inclui sobretudo o petróleo e o gás, as rochas ornamentais e o minério de ferro – esse último é transformado para exportação no polo de Tubarão, na região de Vitória –, tinha, em 2014, uma participação no valor adicionado da economia do estado de 23 %. Com a queda nos preços tanto do petróleo quanto do minério de ferro, em 2015, essa participação passou a ser de 13 %, o que repercutiu nas taxas e impostos do setor, gerando uma redução, no caso do petróleo, de 30 % nos *royalties* e nas participações especiais recebidos pelo estado e pelos municípios capixabas entre 2014 e 2015 (IDEIES, 2017). O fato traz repercussões políticas e econômicas de primeiro plano para a economia petrod dependente do Espírito Santo. Essa importância econômica sobressai do que informava o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) sobre os investimentos esperados e não realizados em função da crise no período de 2012 a 2017: “R\$ 33,7 bilhões, 30 % dos investimentos previstos no estado para o período, dizem respeito diretamente à exploração dos principais campos petrolíferos e à construção de gasodutos, estaleiros de reparos de navios e apoio a plataformas de petróleo” (ZANOTELLI, 2015, p. 67).

Por outro lado, Monié (2003) indica que as dinâmicas populacionais também podem ser influenciadas pela economia do petróleo. Municípios costeiros da Bacia de Campos puderam, assim, observar um crescimento populacional considerável por causa do desenvolvimento das atividades petrolíferas e relacionadas ao petróleo. Em geral, “o desenvolvimento das atividades petrolíferas provocou impactos significativos sobre a organização do espaço regional e nacional” (MONIÉ, 2003, p. 262).

No Espírito Santo, assistimos a movimentos de população e a deslocamentos pendulares de trabalhadores da cadeia do petróleo consideráveis. Desse modo, constatamos que, no período entre 2000 e 2010, houve uma evolução do saldo migratório para o estado, em particular para a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e para a região costeira norte⁴, locais onde se encontram as atividades de exploração e produção do petróleo e gás, bem como os portos de apoio às atividades no mar e sedes administrativas, logísticas e produtivas de empresas como a Petrobras, a TechnipFMC (fabricante de tubos flexíveis de exploração do petróleo para o mar), a Jurong (estaleiro), a Prysmain (fabricante de cabos elétricos para plataformas), a Shell, a Saipem (engenharia e construções), entre outras. Nessas regiões, encontra-se a maior parte dos postos de trabalho do setor, conforme aponta o Mapa 1.

4. Formada pelos municípios de Aracruz, Jaguaré, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra.

Mapa 1 – Municípios com pessoas ocupadas no setor de petróleo em 2000 e em 2010



RCS: Região Costeira Sul; RCN: Região Costeira Norte; RMGV: Região Metropolitana da Grande Vitória.

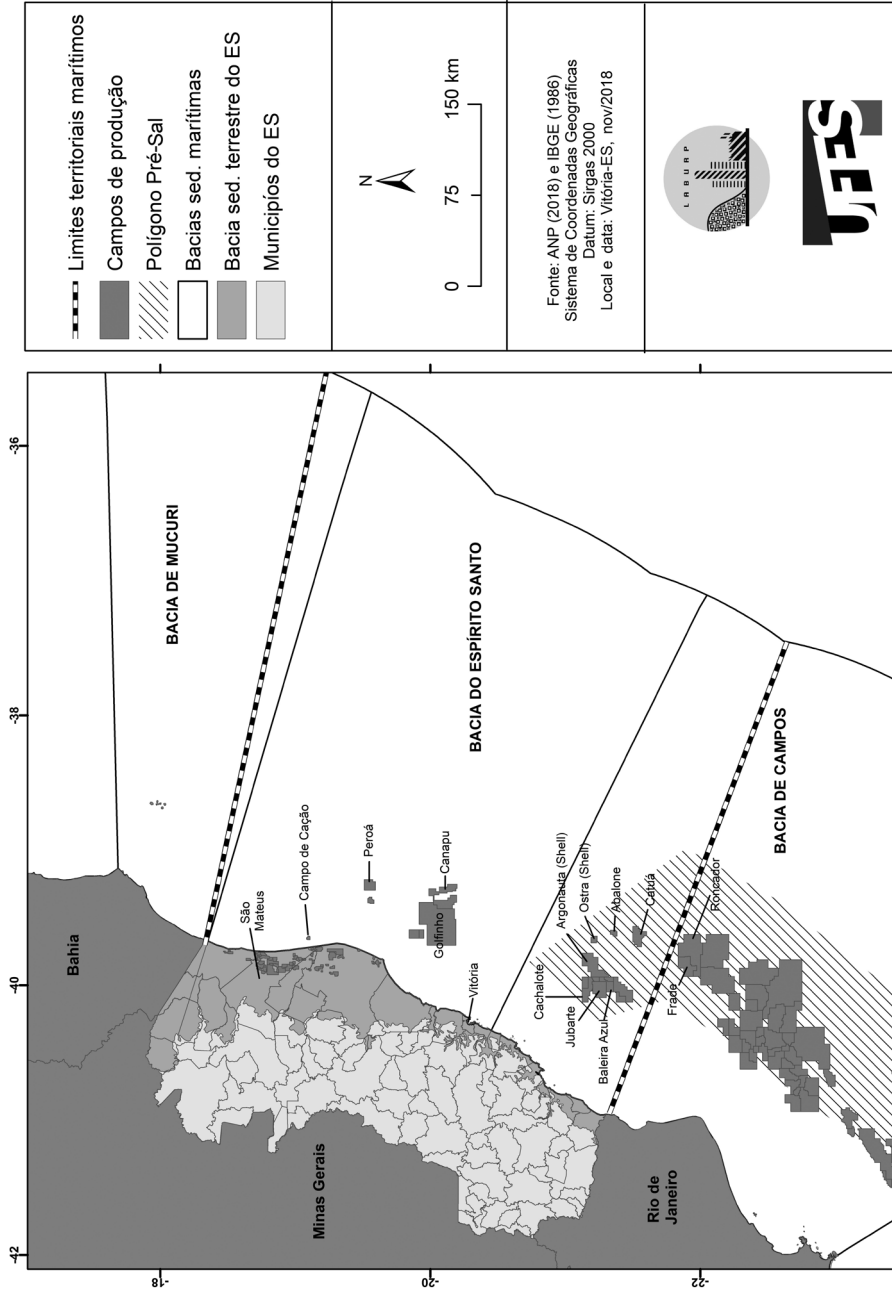
Fonte: Zanotelli, Dora e Ferreira (2017, p. 15).

Entre os aspectos socioeconômicos, deve-se, evidentemente, assinalar o fato de que a exploração e a produção dessa energia baseada no carbono têm efeitos socioambientais nocivos sobre o território terrestre e marítimo capixaba. Há impactos negativos sobre o ambiente e sobre as populações que ocupam os territórios e o entorno onde são instaladas essas atividades, provocando conflitos pelo uso dessas áreas.

A importância socioeconômica do setor se revela nos dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) pelo volume de extração do óleo no Espírito Santo em 2017, quando o estado foi classificado em segundo lugar no país nesse quesito (o que equivaleu a 14 % da produção nacional), com uma média de 459,6 mil barris por dia (137 milhões de barris por ano). Da mesma forma, a produção de gás natural equivaleu a 40,1 bilhões de m³ no mesmo ano (10 % da produção brasileira, o que correspondeu à quarta posição no *ranking*, após Rio de Janeiro, Amazonas e São Paulo). No que diz respeito às reservas provadas nesse mesmo território, elas equivaliam a 7,6 % das reservas de petróleo e 8,4 % das reservas de gás natural do Brasil (ANUÁRIO..., 2017).

No Espírito Santo, as primeiras tentativas de exploração de combustíveis fósseis, como o petróleo e o gás natural, são do final da década de 1950, e o primeiro ciclo exploratório se deu entre os anos de 1959 e 1971. O território capixaba é compartimentado para exploração e produção por duas bacias sedimentares: a bacia sedimentar do Espírito Santo, que cobre a área que vai do norte de Vitória até a Bacia de Mucuri; e a Bacia de Campos, que cobre a área que vai do sul de Vitória até o litoral norte do Rio de Janeiro. No Mapa 2, podem ser constatados os limites dessas bacias.

Mapa 2 – Bacias sedimentares do Espírito Santo e limites estaduais projetados no mar



Fonte: ANP (2018) e IBGE (1986).

No Espírito Santo, a exploração no setor de petróleo teve início em 1957 no norte do Estado, onde também foi perfurado, em 1968, um dos primeiros poços da plataforma continental brasileira, no município de São Mateus. Dele, porém, não se obteve produção comercial de petróleo, servindo apenas como fonte de pesquisa (ESPÍRITO SANTO, 2017). Desse modo, a primeira produção comercial de petróleo da bacia do Espírito Santo veio com a descoberta de outro campo em São Mateus em 1969. Em 1977, foi descoberta a primeira área comercial na plataforma continental daquela bacia, o campo de Cação, localizado a 50 km a sudoeste de São Mateus, e hoje desativado. Ressalta-se que:

Ao longo das últimas décadas ocorreram diversas descobertas de campos para exploração e produção. Em 1996, foi descoberto o campo de Fazenda Alegre, com o maior volume de petróleo registrado no estado à época. No entanto, é a partir dos anos 2000 que há um aumento no número de descobertas, com destaque para o campo marítimo de Jubarte, no sul do estado, em 2001; campo de Cachalote, em 2002 e os campos marítimos de Baleia Franca, Anã e Azul, no litoral sul do estado, além do campo de Golfinho, em 2003 (FINDES; IDEIES, 2018, p. 8-9).

O *Anuário da Indústria de Petróleo no Espírito Santo 2017*, organizado pela Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo e pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (FINDES; IDEIES, 2018), relata ainda que o principal setor industrial no Espírito Santo seria o da exploração e extração de petróleo e gás, que responderia por 28 % do valor de transformação industrial (VTI) capixaba. Como veremos, apesar da importância desta indústria que se revela por inúmeros indicadores, não há nenhum estudo que, no estágio atual das pesquisas, permita invocar esse percentual de 28 %. Não se sabe, assim, como se chegou a essas medidas. O que nos parece é que o interesse dos representantes da indústria é o de marcar bem sua importância na economia do estado.

Em relação às jazidas do pré-sal⁵, elas contribuíram significativamente para o aumento da produção de petróleo nas bacias de Campos e de Santos. Em 2017, o total da produção retirada do pré-sal no Brasil correspondia a 49 % da produção de petróleo.

5. A camada de rocha sedimentar denominada de pré-sal está localizada na plataforma continental e pode, em determinadas condições, se constituir em um reservatório de petróleo e gás natural de proporções gigantescas. No Espírito Santo, o pré-sal capixaba está localizado na Bacia de

As bacias do Espírito Santo e de Campos – no estado do Espírito Santo e do Rio de Janeiro –, incluindo o que está acima da camada do sal (o pós-sal em terra e no mar) e o que está abaixo da camada de sal (o pré-sal no mar), correspondiam a 53 % da produção nacional. Para se ter uma ideia da importância do petróleo em mar, ele correspondeu a 92 % da produção nacional naquele ano. A importância do pré-sal é tão grande que somente o campo de Lula, com diferentes poços, localizado na Bacia de Santos, situada no território do estado do Rio de Janeiro, produziu em 2017, segundo a ANP, 28 % do óleo nacional. No Espírito Santo, somente o campo de Jubarte (na Bacia de Campos, com poços no pré e no pós-sal) produziu 52 % do petróleo extraído do estado em 2017.

O petróleo encontrado em grande quantidade no pré-sal e concentrado em campos e poços com grandes reservas provadas tornou-se objeto crescente de interesses empresariais, sobretudo das multinacionais do petróleo. A mudança no marco regulatório do setor, que facilitou a aquisição de áreas para exploração no mar, refletiu-se em uma participação importante dessas multinacionais nas últimas rodadas dos leilões do pré-sal e de seu entorno na venda de ativos da própria Petrobras para o setor privado (LEÃO; NOZAKI, 2018).

Em função dessa importância geopolítica e geoeconômica, o interesse midiático em torno da indústria petrolífera é notável, principalmente após a descoberta das reservas do pré-sal em 2006.

O petróleo é visto e noticiado como uma solução para a economia, trazendo consigo “prosperidade e desenvolvimento”, bem como, em período mais recente, são favorecidas as notícias de participação de empresas privadas nacionais,

Campos. A primeira produção nacional foi no campo de Jubarte no Parque das Baleias em 2008 e, desde então, a produção total mais do que decuplicou. Em 2010, o estado capixaba representava 81,3 % da produção do pré-sal nacional; hoje essa realidade se alterou com a entrada em produção de diversos outros poços gigantes e supergigantes, entre eles os que se encontram situados nos campos de Lula e de Búzios, localizados na Bacia de Santos. Em 2018 a produção do pré-sal no Brasil atingiu a marca de 1,5 milhão de barris de petróleo por dia. A primeira descoberta do pré-sal no Brasil se deu em um poço no Espírito Santo em 2001, e em 2006 houve a grande descoberta do pré-sal no território marítimo do estado do Rio de Janeiro, no campo da Bacia de Santos denominado de Lula (MACHADO, 2018).

regionais e multinacionais nos leilões de blocos⁶ de áreas para se explorar petróleo, e é invocada a necessidade de privatizações de diversos setores ligados à cadeia do petróleo e controlados pela Petrobras e suas subsidiárias, tais como o setor de distribuição, as refinarias, além, claro, dos campos de petróleo e gás já produtivos. A forma como o discurso é construído influenciará diretamente a maneira conforme a qual o receptor da mensagem vai enxergar e dialogar a respeito de determinado fenômeno, pois:

O discurso nada mais é do que uma reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência em si (FOUCAULT, 2007, p. 49).

A produção do discurso pode, dessa forma, construir “verdades” e promover interesses particulares que se fazem passar por universais, convencendo, assim, as pessoas do bem fundado de suas opiniões.

O monopólio dos veículos de comunicação exercido por grandes instituições e certos grupos sociais, políticos e religiosos pode fazer com que a notícia seja manipulada, trazendo incerteza e imprecisão sobre os fatos, o que faz com que haja, muitas vezes, confusão e má interpretação dos dados apresentados (ZANOTELLI; MEDINA, 2008). Os jornais acabam selecionando os fatos que são publicados, muitas vezes mascarando-os, como escrevíamos há mais de dez anos:

Esperamos, em princípio, que os meios de comunicação sejam eficientes na divulgação de suas mensagens, que, além de fazerem um recorte da nossa realidade, registrando a nossa história, informem e exponham, dentre outras coisas importantes,

6. Segundo o *Glossário* da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), “bloco” é definido como: “Parte de uma bacia sedimentar, formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural (Fonte: Lei n. 9.478/1997)” (BLOCO, 2019).

as desigualdades sociais e a má aplicação do dinheiro público pelos poderes constituídos. Porém, em geral, a grande mídia brasileira não cumpre esse papel ou o cumpre de maneira parcial (ZANOTELLI; MEDINA 2008 p. 6).

Por isso mesmo, há a necessidade de entender os dispositivos discursivos das mídias para desvendar parcelas das verdades aparentes que produzem.

Nesse sentido, os nossos principais objetivos neste trabalho foram entender e analisar como a mídia enuncia determinados fatos ou acontecimentos sobre temas relacionados com a Petrobras e a indústria do petróleo. Por meio de pesquisa quantitativa e qualitativa, observamos como esses meios de comunicação constroem suas “verdades” e como são criados seus “efeitos de sentido” sobre o tema proposto.

Inicialmente, no primeiro capítulo, “O papel da mídia e a construção de sentido”, passamos em revista alguns dos pressupostos conceituais com os quais trabalhamos. Em seguida, no capítulo “A Petrobras na imprensa”, analisamos os principais aspectos ligados à invocação dos investimentos no setor do petróleo a partir de pesquisa em arquivos de jornais impressos no período de 1998 a 2014. Nesse capítulo enquadrámos a perspectiva evolutiva dos discursos e a associamos aos eventos históricos ligados à onipresença da exploração e produção do petróleo nas abordagens dos jornais, em particular no Espírito Santo.

Apresentamos, no capítulo “A pesquisa nos jornais em 2017. Análises de discurso e sua contextualização”, a forma como realizamos a investigação quantitativa e qualitativa das matérias jornalísticas publicadas sobre gás e petróleo e a Petrobras nos principais jornais impressos do Espírito Santo (*A Gazeta*, *A Tribuna*, *Notícia Agora* e o jornal distribuído gratuitamente *Metro Jornal*) e nos portais dos principais jornais digitais do estado (*Século Diário*, *Gazeta Online* e *Folha Vitória*). Também pesquisamos, como forma de ampliar a perspectiva estadual e situá-la num espaço mais amplo, os principais jornais digitais do país: *Folha de S.Paulo*, *O Estado de São Paulo* (também conhecido como *Estadão*), *O Globo* e *Jornal do Brasil*. O período de análise foi de 01 de julho a 30 de novembro de 2017, totalizando quatro meses.

No capítulo “Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais”, procuramos classificar as matérias dos jornais em grandes temas e contextualizar e criticar as perspectivas dos jornais.

E nas “Considerações finais: dois pesos e duas medidas” resumimos os principais pontos abordados pelos jornais e buscamos demonstrar o mecanismo dual da mídia revelado pela forma como ela toma partido.

A princípio, pensamos em classificar os jornais em dois grupos: mídia impressa e mídia digital, mas, apesar das peculiaridades das linguagens produzidas pelas duas mídias – uma com uma linguagem com mais informações e fontes jornalísticas, e a outra com uma linguagem mais direta, resumida e com mais recursos de interação com o leitor –, durante a elaboração do nosso estudo não achamos necessário dividi-las. Como estamos trabalhando com a mídia verbal escrita, e pelo fato de que, às vezes, a mesma informação é reproduzida integralmente nas várias mídias pesquisadas, achamos prudente não fazer essa separação.

Para definir os jornais a serem investigados, lançamos mão do recurso de alternância das datas dos jornais utilizados. Começamos a análise a partir do dia 1º de julho de 2017 e terminamos no dia 30 de novembro de 2017. Na primeira semana, foram analisados os jornais de sábado; na segunda semana, os de domingo; na terceira semana, os de segunda-feira; e assim sucessivamente, repetindo-se o mesmo procedimento nos três meses seguintes. Esse método se mostra mais eficaz em função do grande número de notícias coletadas e da repetição dos temas que elas abordam.

O *corpus* contempla 194 jornais (54 jornais impressos e 140 jornais digitais) analisados. Ao todo, recuperamos 202 registros informacionais sobre o tema proposto. Não ficamos preocupados se a reportagem em estudo recebeu destaque na página ou qual foi o comprimento e a altura do título, porque muitas vezes isso não revela todo o efeito de sentido das matérias, que dependem de inúmeros fatores e não somente de seu destaque, mas da reiteração de um princípio que se quer passar em todo tipo de material publicado. Também, por outro lado, devemos notar que um maior destaque pode influenciar os leitores pela forma rápida e acrítica como muitas pessoas leem a imprensa, sem operar uma análise racional dos fatos descritos.

Para melhor compreensão das análises, os 202 acontecimentos coletados no período em estudo são divididos em seções que se encontram no terceiro capítulo, “A pesquisa nos jornais em 2017. Análises de discurso e sua contextualização”. A primeira seção está organizada pela quantidade de enunciações encontradas em cada jornal e pelos assuntos abordados. A segunda, pelas palavras-chave mais utilizadas em cada assunto. A terceira seção destina-se às editoriais em que os assuntos foram

publicados. A quarta, às fontes jornalísticas utilizadas. A quinta seção é formada pelos gêneros jornalísticos na construção do material informativo. A sexta, pelo contexto. Na sétima seção verificamos se as publicações foram informativas, explicativas ou opinativas. Além disso, examinamos também, na oitava seção, se as matérias qualificam, desqualificam ou são “neutras” em relação à Petrobras, e por último, na nona seção, se são matérias positivas, negativas ou “neutras” para a estatal.

Em todos os capítulos procuramos colocar em perspectiva as matérias dos jornais, seja utilizando dados institucionais e empresariais, seja utilizando artigos científicos e pesquisas diversas, bem como artigos de outros jornais, *blogs* e *sites* não hegemônicos – Associação Engenheiros da Petrobras (Aepet), Federação Única dos Petroleiros (FUP), etc. – que apresentavam outra perspectiva sobre os temas tratados pelo *corpus* analisado. Assim, nossa análise também é uma pesquisa crítica do conteúdo veiculado pela grande imprensa.

Muitas vezes os mesmos jornais, fazendo parte do *corpus* de 2017 analisado, diante do recuo que podemos ter hoje em 2021, deram posteriormente outras versões ou atualizaram suas visões e fontes sobre um mesmo fenômeno – e muitos o fizeram revelando contradições e lacunas em relação ao passado, mas sem, necessariamente, revisarem suas posições. Isso revela o quão delicadas e instáveis são a notícia e a informação, que estão sujeitas a revisões permanentes e submetidas à conjuntura e ao contexto social, econômico e político. Desta forma, o fluxo de matérias cotidianas afoga as “verdades” forçosamente relativas e provisórias, quando as colocamos na perspectiva histórica do tempo que passa.

Baseamos a pesquisa em referencial teórico da semiótica discursiva, que procura determinar o que o texto diz, como diz e para que o faz: “A semiótica discursiva tem por objeto o texto, ou melhor, procura descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz” (BARROS, 1999, p. 7). Para Landowski (1996, p. 28), na semiótica o sentido nunca é “dado”. Jamais ele “está” aí ou ali, de antemão, nem escondido sob as coisas visíveis, nem mesmo instalado nas unidades constituídas no quadro de tal sistema de signos ou de algum código sociocultural particular.

O objeto da semiótica é a significação. O programa de trabalho do semioticista decorre disso: será o de dar conta (com a ajuda de modelos a construir) das condições da apreensão e da produção do sentido, quaisquer que sejam os lugares e as formas da

sua manifestação. Ora, o sentido está em toda parte, tanto nos discursos como em nossas práticas, tanto nos objetos culturais que produzimos como nas realidades naturais que representamos. O sentido, longe de ser recebido ou percebido, é pensado como fruto de um ato semiótico gerado, que o constrói (LANDOWSKI, 1992, p. 58).

Desta maneira, o trabalho se propõe, em um primeiro momento, a efetuar uma análise da enunciação, procurando identificar como a notícia foi publicada, qual foi o objeto-valor apresentado aos seus leitores, quais foram os tipos de discursos empregados, qual foi o grau de informação passada e os efeitos de sentido.

Num segundo momento, contextualizamos e buscamos revelar como os jornais estão produzindo e reproduzindo crenças e posições que manifestam a posição que seus agentes ocupam no campo econômico, político e cultural. Isso produz disposições simbólicas inculcadas socialmente em função dos campos aos quais pertencem os agentes sociais que deságuam numa produção ideológica que não se reconhece como tal, pois esses agentes acreditam estar enunciando a “verdade” sobre o mundo e se colocam numa posição de acumulação do capital simbólico conquistado na forma de persuasão social, levando a se obter uma certa forma de reconhecimento das instituições ou, no nosso caso, dos jornais. Podemos consultar Pierre Bourdieu no livro *Sur l'État* (2012) sobre o capital simbólico e a construção de sua legitimidade, bem como sobre a própria forma de constituição do Estado como concentração e centralização econômica e de poder com seus agentes legitimadores. Entre esses agentes legitimadores do Estado e auxiliares na sua instauração e reconhecimento, podemos elencar a própria grande mídia e, em particular, os jornais, devido à imposição de crenças sob a forma da violência simbólica feita à maioria e contra seus próprios interesses, mas aceitas como tal em função desses mecanismos de legitimação simbólicos instaurados pelos dominantes no campo econômico, político e cultural que dizem da legitimidade dos fatos e sua interpretação.

É importante sublinhar que o ofício de jornalista é muito importante e que os jornalistas, como profissão, são submetidos também a relações de trabalho que lhes deixam pouca margem para ter uma perspectiva independente dos donos dos jornais. No entanto, os jornalistas, em sua maioria, nesses veículos acabam se conformando ao papel que lhes é reservado e se contentando em seguir a linha editorial dos jornais, mesmo se podem, nos interstícios dos controles e coerções que se exercem nas

redações, produzir matérias e reportagens “honestas”. No entanto, o mais comum é ver a produção da notícia se contentar em parecer ser “neutra”, quando, de fato, toma partido e constrói um mundo nos silêncios, nos ditos e não ditos dos textos, no que mostra e no que deixa de mostrar. Nunca foi tão importante como nos tempos presentes a necessidade de um jornalismo crítico, investigativo e independente. O exercício da cidadania depende também disto, mas nunca foi tão presente na imprensa brasileira o partidarismo. Não dizemos isso para atacar os jornais, e nisso nos diferenciamos das posturas sectárias da extrema-direita. A liberdade de pensar e de dar opinião e informar deve ser defendida, mas a pluralidade deve ser assegurada, e é isso que está faltando em muitos dos grandes jornais, que são, antes de tudo, empresas que procuram ter lucro e que comungam com as contemporâneas linhas dominantes discursivas da defesa do neoliberalismo econômico e do Estado-empresa.

Capítulo 1

O papel da mídia e a construção de sentido

Os jornais desenvolvem várias estratégias discursivas para construir os efeitos de sentido, expressando, assim, o seu ponto de vista, suas opiniões e suas ideologias por meio de seus discursos. Praticamente, a mídia em geral se parece muito. Normalmente as notícias são as mesmas, com as mesmas construções de sentido. O que diferencia um jornal do outro é, quando isso ocorre, sua linha editorial, mas todos possuem a mesma forma de produção das notícias, e muitas vezes as linhas editoriais e perspectivas se distinguem muito pouco, pois supõem crenças partilhadas coletivamente pelos produtores das notícias, o capital simbólico do campo cultural e informacional, que são em graus maiores ou menores inoculadas nos textos. Como enfatiza Chomsky (2013, p. 29): “A mídia é um monopólio coletivo. Todos têm o mesmo ponto de vista”.

A mídia também tem seus interesses políticos, econômicos, culturais, sociais ou financeiros. Além disso, os grandes grupos de mídia são financiados por empresas e governos por meio de anúncios publicitários. Um exemplo é ex-presidente Michel Temer, o usurpador do Poder Executivo em 2016, quando, como vice-presidente, articulou a derrubada da presidente Dilma Rousseff – e que foi acusado de aumentar as verbas publicitárias do governo para a grande mídia em troca de apoio político, mídia que apoiou a destituição ilegítima e ilegal da ex-presidente Dilma Rousseff de maneira ostensiva por meio da produção organizada do “caos” (FERREIRA, 2017). A mídia, como reforça Bourdieu (1997, p. 20), é mantida pelos anunciantes, que pagam

a publicidade, e pelo Estado, que concede, além dos anúncios, subvenções. Também, evidentemente, podemos assistir a casos em que o governo, como no caso de Bolsonaro, pelo menos no início do mandato, pode selecionar alguns veículos para direcionar verbas de anúncios e se apoiar em redes sociais como forma de se “comunicar”. Isso acentua a crise de alguns grandes grupos midiáticos, que perdem relevância e poder, mas que continuam, no entanto, mantendo certa legitimidade sociocultural e um capital simbólico significativo para legitimar ou deslegitimar os governos e ser linha de apoio na guerra de convencimento e de produção da “verdade” com suas bombas semiológicas e cognitivas.

É importante sublinhar que os meios de comunicação dominantes pertencem à classe dominante, com suas ideologias e interesses. Assim, no Brasil, diversas informações convergem para o fato de que seis famílias controlam 70 % da mídia nacional. Como enfatiza Chauí (2006, p. 13),

os meios de comunicação tradicionais (jornal, rádio, cinema, televisão) sempre foram propriedade privada de indivíduos e grupos, não podendo deixar de exprimir seus interesses particulares ou privados, ainda que isso sempre tenha imposto problemas e limitações à liberdade de expressão, que fundamenta a ideia de opinião pública.

Ou como exemplifica José Marques de Melo (1977, p. 11-13):

Os meios de comunicação social constituem, paradoxalmente, meios de elite e de massa. Como instrumentos mecânicos e eletrônicos que difundem mensagens de acesso potencial a todos os indivíduos da sociedade, eles são meios que atingem as massas, atuando como intermediários entre elas e o mundo. Na verdade, é através da imprensa, do rádio, da TV e do cinema que os indivíduos se informam, quotidianamente, sobre os fatos da atualidade, se divertem, e se mantêm sintonizados com o meio ambiente de que participam [...]. No entanto, é preciso considerar que, embora atingindo a massa (público heterogêneo, anônimo, disperso), os meios de comunicação social são meios de elite. Ou seja, são meios controlados pela elite. Quer na estrutura capitalista, quer na socialista, os meios de comunicação estão sob o domínio da elite dirigente. No primeiro caso, pertencem aos grupos econômicos que os exploram como organizações industriais, produtoras de bens de consumo.

No segundo caso, estão sob a influência do Estado, o que corresponde dizer que se encontram nas mãos da elite política que detém o poder. Ou ainda, nos casos de países capitalistas que adotam a estatização de determinados meios de comunicação social, o controle é feito pela elite intelectual (exemplo da BBC, de Londres; da Radiodifusão Francesa; das televisões educativas no Brasil).

Evidentemente, com as mídias sociais a partir dos anos 2000, assistimos à emergência de outras formas de monopólio do poder de “informar”, que questionam as estruturas tradicionais da imprensa e promovem uma disputa pelo espaço de legitimação do poder simbólico sobre os fatos, e que colocam também em questão os espaços clássicos de referência da informação, abrindo novas perspectivas, mas também nos ameaçando com outros tipos de monopólios.

A mídia também sofre pressão dos três poderes institucionais, de empresas, de igrejas, de anunciantes e da sociedade em geral. Pressões que influenciam o conteúdo do material informativo.

[...] a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade (BOURDIEU, 1997, p. 24).

Por isso, acreditamos que é de real importância conhecer os discursos jornalísticos produzidos e veiculados pelos meios de comunicação de massa.

O jornalismo e os jornalistas

Fazendo referência ao romancista, jornalista e filósofo francês Paul Nizan, que criou a expressão “cães de guarda” para designar os pensadores cujo compromisso fundamental é com o poder e não com a verdade, o jornalista francês Serge Halimi, diretor do *Le Monde Diplomatique*, publica um livro em que nomeia certos jornalistas dos jornais dominantes na França como *Os novos cães de guarda*. Ele enfatiza que os

profissionais da mídia usam seu pequeno poder para favorecer pessoas que os favorecerão em seguida. A mídia, para ele, se transformou em grandes grupos de comunicação, aumentando o controle sobre a informação e a influência sobre as pessoas.

O autor analisa a imprensa francesa em seu livro, mas a crítica que faz pode ser estendida à mídia em geral. Ele alega que a imprensa, que se autointitula como o “contrapoder”, na verdade está a favor do poder, além de estar, na realidade, a serviço de grupos econômicos e políticos que influenciam o que será publicado, num jornalismo a serviço do mercado. “Entre os interesses dos cidadãos e os do capital financeiro, o jornalismo escolheu estes últimos” (HALIMI, 1998, p. 8).

Serge Halimi reforça ainda o abuso indevido do poder da imprensa, a conivência interesseira entre a mídia e o poder, a submissão dos jornalistas às regras do mercado, a amizade, a troca de favores, a política, a existência de um conluio entre os poderes instituídos e a mídia. “Apoio ao poder, a arrogância do dinheiro, o desprezo pelo povo, o bombardeiro de um pensamento dos grandes proprietários” (HALIMI, 1998, p. 96).

A informação, então, deixou de ser informação e passou a ser um produto como qualquer outro. A informação se tornou uma mercadoria, estreitaram-se os laços entre poder econômico e poder político, e ela foi, desse modo, desviada do seu papel de informar “objetivamente”: “de fato, a informação tornou-se um produto como qualquer outro, suscetível de ser comprado e vendido, rendoso ou dispendioso, condenado logo que deixa de ser rentável” (HALIMI, 1998, p. 17).

Como também ressalta Medina no livro *Notícia: um produto à venda*, a notícia, que é a informação passada aos leitores, é um produto que está em processo de criação para ser vendido, perdendo a função de serviço público e tornando-se algo completamente mercadológico, antes de chegar ao seu produto final. Assim, “informar é uma complicada indústria nas mãos de complexos interesses em defensiva: econômicos, políticos, sociais, com o nexos comum da sua identificação com o sistema” (MEDINA, 1978, p. 98).

Outro aspecto debatido por Halimi (1998) é que a mídia está dominada por jornalismo de reverência, por grupos industriais e financeiros, por redes de conivência cujo poder é encoberto pela lei do silêncio, que impõe sua definição de informação, levando ao descrédito dos meios de comunicação. O jornalismo, para ele, é uma profissão cada vez mais fragilizada, submissa, dependente e desacreditada: “Caiu a máscara da tão sonhada lenda dourada da independência do jornalismo” (HALIMI, 1998, p. 47).

Limitando-se a encontrar “decidores”, pervertendo-se numa sociedade regida pelos cerimoniais de corte e voltada para os interesses do dinheiro, transformando-se em máquina de propaganda do pensamento atrelado à economia de mercado, o jornalismo confinou-se numa classe e numa casta. Perdeu leitores e seu crédito. Favoreceu o empobrecimento do debate político (HALIMI, 1998, p. 149-150).

Halimi finaliza sua obra reforçando a ideia de que a mídia se tornou um partido não declarado, uma oligarquia da qual nada se deve esperar. Os jornalistas estão mais dóceis e com informações cada vez mais mediócras. Para o autor, “é preferível ir à procura e encorajar vozes dissidentes, conscientes do caráter irreversível de sua marginalidade mediática” (HALIMI, 1998, p. 148). Quando pensamos no Brasil de hoje, a partir dessas asserções de Serge Halimi, em relação a diversos temas, em particular àqueles relativos à política e à economia, há uma visão unívoca e supostamente sem alternativas que é enunciada pelos jornais e televisões comerciais, especialmente quando se trata da Petrobras, como veremos ao longo do trabalho.

Outro aspecto que devemos levar em conta é que, nos textos, estão contidas as marcas enunciativas de quem escreve e que são referendadas ou não pelos editores e pelos donos dos jornais. Apesar de certo discurso de certo jornalismo prezar pelo que é chamado de “objetividade” das informações, o jornalista é um profissional com suas opiniões, ideologias e valores. Com isso, como explica Rossi (1981, p. 11) – articulista do jornal *Folha de S.Paulo* –, a objetividade jornalística é um mito. No *Manual da redação* desse jornal constava que não existe objetividade jornalística: “Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções” (FOLHA DE S.PAULO, 2001, p. 45). Mas essas subjetividades são também adubadas pelos donos dos jornais, e os jornalistas acabam escrevendo, em boa medida, o que deles se espera, realizando uma sorte de autocensura, o que foi bem demonstrado na autocensura durante a ditadura. E também podemos ver essa autocensura nos jornais de hoje, nos quais é a voz do dono que sobressai na maioria dos casos, com a existência de uma espécie de língua única dominante quando se trata de abordar as questões econômicas e políticas.

Muitas vezes os jornalistas estão sob pressão dos donos dos jornais ou comungam do universo de pré-conceitos sobre determinados temas e, assim, se inserem

na mesma perspectiva simbólica da “verdade”. Em muitos casos não se supõe que exista uma vontade deliberada de esconder ou de iludir, pois a visão dominante, por exemplo, sobre as virtudes da privatização e da redução de despesas do Estado e da necessidade da “reforma da previdência” etc. faz parte das disposições inconscientes adquiridas nas crenças do meio social ao qual pertencem o jornalista e os editores, todos vivendo no mesmo campo social e partilhando das ideias dominantes e naturalizadas, difundidas pelo neoliberalismo.

Como deveria ser a notícia

Em nosso trabalho, enfatizamos como a mídia reproduziu os discursos dominantes sobre a Petrobras e quais foram os acontecimentos relacionados à estatal que viraram “notícia”. Mas, primeiramente, questionamos: o que é notícia?

No livro *Ideologia e técnica de notícia*, Lage (1979 apud HENN, 1994) agrupou algumas definições de notícia, entre as quais podemos destacar: que a notícia seria: uma compilação de fatos e eventos de interesse ou importância para os leitores de jornais; tudo que o público necessita saber, tudo aquilo que o público deseja falar e acontecimentos que interessam aos leitores; fatos essenciais de tudo que aconteceu ou ideias que geram interesse humano; a informação atual, “verdadeira”, carregada de interesse humano e capaz de despertar a atenção e a curiosidade de grande número de pessoas. Ora, mas quem define o interesse acerca dos fatos? Quem efetivamente define o que é notícia?

Nós vimos, antes, que há escolhas, que há interesses e que os grandes grupos de mídia, majoritariamente, têm um viés extremamente econômico naquilo que fazem, e muitas vezes fazem política sem dizê-lo. Assim, como define Miquel Rodrigo Alsina (1993), em seu livro *La construcción de la noticia*, a notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível. Podemos, no entanto, nos perguntar: quem define o possível? A partir de quais escolhas são dadas as opções? Para José Luiz Martinez Albertos (1997), notícia deveria ser um fato verdadeiro, inédito e atual, de interesse geral, que se comunica a um público que pode considerar-se massivo, uma vez que haja sido recolhido, interpretado e valorizado pelos sujeitos promotores que controlam o meio utilizado para a difusão.

A notícia deveria estar o mais próximo possível dos fatos, mesmo que sujeita a certos “filtros sociais” que a enviam aos campos de interesses nos quais se insere a sociedade capitalista. A mídia deveria ser esse veículo que nos informa sobre todas as perspectivas e, o máximo possível, com todas as visões contraditórias e contextualizações que permitissem a interrogação dos fatos e o exercício da cidadania em uma sociedade complexa e atravessada por interesses de classes. Portanto, ela deveria atender ao interesse coletivo e comum, ao interesse do domínio público, e não se submeter aos interesses de empresas privadas, e depender de maneira autônoma tão somente do financiamento de seus leitores. Isso, hoje, diante da realidade da grande mídia comercial brasileira, se revela um simples ex-voto à espera de um milagre, uma vez que, como já anunciamos e todos que querem ver o constatam, a grande mídia brasileira age como empresa e para as empresas, ativando o imaginário coletivo e formatando simbolicamente os corpos e mentes em direção duma sociedade empresarial onde os indivíduos são vistos e se sentem como pequenas unidades empresariais, fazendo parte assim do universo dominante das práticas empresariais.

O “quarto poder” interessado ou os cães de guarda do patronato

Halimi, no livro *Os novos cães de guarda*, relata que a grande imprensa atribui a si própria o papel de “quarto poder”. Além do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, ela teria que desempenhar a função de controle externo do poder, do lado da sociedade civil, mas, para Halimi, o que ocorre é uma promíscua relação da mídia com o Estado e com os interesses econômicos das classes dominantes (HALIMI, 1998, p. 8).

A ideia de quarto poder, segundo Carvalho Netto (2013), surgiu a partir de meados do século 19. Supõe a ideia de fiscalizar os abusos dos três poderes republicanos (Legislativo, Executivo e Judiciário) e contrapor-se a esses abusos, em um Estado de direito democrático. Esse quarto “poder”, representado pela imprensa, teria o dever de denunciar violações dos direitos nos regimes democráticos (o que não acontece, na maioria dos casos, com os grandes grupos de mídia, pois estão mais interessados na veiculação da emoção e, muitas vezes, na manipulação de massa em proveito próprio e em defesa de determinado grupo social, como já constatamos) nos quais as leis são votadas democraticamente e os governos são eleitos pelo sufrágio universal:

Por muitos anos, o quarto poder recebeu o título de “voz dos sem vozes” e seus representantes sofreram grandes retaliações por diversos segmentos, o que não impediu que se mantivesse como forte contrapeso na balança social com os demais poderes. A mídia, com suas ferramentas de alcance e representatividade, seria “os olhos e ouvidos” da humanidade, a vontade e opinião do povo. Inclusive, as informações produzidas/veiculadas pelo quarto poder são o meio pelo qual a opinião pública se expressa. Ou seria o contrário? (CARVALHO NETTO, 2013).

Para Carvalho Netto (2013), o quarto poder de hoje é orientado por um feixe de interesses de grupos econômicos e financeiros nacionais e multinacionais associados em rede de empresas globais. O quarto poder não representa mais, em sua maioria – sobretudo os grandes grupos midiáticos que são grandes grupos econômicos e são hegemônicos no mundo –, o conceito de fiscalizar os poderes e assegurar o pleno acesso à informação de qualidade e com profundidade, respeitando a diversidade democrática de opiniões e fornecendo aos cidadãos informações que possam contribuir para a tomada de decisões em um regime democrático. Para o autor, agora se colocam filtros, que, geridos por interesses particulares, amputam informações, direcionam olhares, minam a reflexão intelectual em meio a uma democracia de faz de conta.

Esta situação será observada na forma e no conteúdo das notícias divulgadas sobre o setor do petróleo, particularmente sobre a Petrobras, que serão abordadas nos próximos capítulos.

Capítulo 2

A Petrobras na imprensa

Introdução e contextualização da importância da Petrobras

A Petrobras⁷ é uma companhia petroleira de sociedade anônima de capital aberto, controlada pelo Estado brasileiro. Mas não se sabe ainda por quanto tempo esse status permanecerá, tendo em vista o processo generalizado de privatização dos ativos da empresa. Em 2020, o Estado detém o equivalente a 50,26 % do capital votante da Petrobras. Esse percentual era de 64 % até 2018, mas o governo Bolsonaro vendeu a participação, na Petrobras, da Caixa Econômica Federal e do BNDES. A participação dos capitais internacionais no controle da empresa passou de 11 % em 2018 a 39 % em 2020, o que demonstra um claro interesse do capital internacional e de fundos de investimentos em relação à Petrobras. A empresa atua de forma integrada e especializada na indústria de óleo, gás natural e energia. Está presente nos segmentos de exploração e produção de petróleo e gás, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados e de gás natural, energia elétrica, gás-químico e bicombustíveis (*upstream, midstream e downstream*).

O investimento da empresa em 2017 foi de R\$ 42 bilhões, com uma receita de R\$ 283,7 bilhões e um lucro líquido negativo de R\$ 446 milhões (o lucro operacional, antes do pagamento de despesas derivadas de acordos judiciais, despesas financeiras e dos impostos, foi de R\$ 35,6 bilhões). Como veremos no capítulo

7. Os dados da Petrobras apresentados neste início de capítulo foram sendo colhidos desde 2018 em diversos pontos do *site* da empresa (www.petrobras.com.br).

“Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais”, em 2018 e mais recentemente, em 2019, essa conjuntura foi alterada, pois o preço do petróleo voltou a subir a partir de 2016 e, assim, permitiu superar o grande responsável pelos resultados negativos de seu balanço. Por outro lado, em 2020, a conjuntura particular da emergência da Covid-19 e a diminuição da demanda mundial pelo hidrocarboneto fizeram com que os preços do petróleo sofressem uma severa redução, com consequências sobre o setor, em nível mundial.

A empresa se engajou num processo de pagamento de ações coletivas e de acordos com os tribunais e o Poder Judiciário americano e os acionistas estrangeiros, o que contribuiu para que tivesse prejuízo em passado recente, apesar de estar vendendo campos de petróleo e empresas que controla – conforme veremos a seguir e no quarto capítulo – como forma de gerar caixa. Mas faz isso sem o consentimento da nação⁸, pois é uma empresa nacional, controlada que é pelo Estado, e fruto de uma vontade pública herdada do passado. De fato, a venda de empresas ligadas ao grupo Petrobras está tendo um efeito negativo sobre o balanço da empresa, pois vende setores altamente rentáveis e dos quais depende para o transporte dos seus produtos, como a malha de gasodutos do Sudeste da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), subsidiária integral da Petrobras. De acordo com a “Nota da Aepet sobre o resultado do 2º trimestre de 2019 da Petrobras”, a contribuição da venda das empresas do Grupo Petrobras não somente tem muito pouco efeito sobre os resultados da empresa, em termos de redução de endividamento, como também os prejudica, pois reduz receitas futuras desses empreendimentos, com as quais a companhia poderia contar (NOTA DA AEPET..., 2019).

Em 2018, a Petrobras tinha mais de seiscentos mil acionistas e estava (até recentemente) presente em dezenove países, com um quadro de 63.361 trabalhadores diretos no Grupo Petrobras, incluindo as coligadas e controladas. Em agosto do ano anterior, eram 63.152 trabalhadores, segundo matéria do jornal *Gazeta Online* (LUCRO DA PETROBRAS..., 2017). O número de trabalhadores diretos e indiretos da empresa antes da debacle dos preços internacionais e da crise político-econômica

8. De acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha e divulgada pelo *G1* no dia 30/05/2018, 55 % dos brasileiros são contra a privatização da Petrobras e 74 % são contra a venda da companhia para multinacionais estrangeiras.

que abalou a Petrobras era bem mais elevado: os diretos do Grupo Petrobras correspondiam em 2013 a 86 mil trabalhadores e os indiretos, terceirizados, chegavam a 350 mil trabalhadores. Os primeiros seriam reduzidos em mais de ¼, e os terceirizados seriam reduzidos em 250 % a partir de 2014.

Com 120 plataformas de produção no mar, a estatal possui ainda (mas algumas já em processo de venda em 2020) diretamente 13 refinarias no Brasil e três no exterior, com uma produção de derivados de 1,8 milhão de barris⁹ por dia. Em 2018, a frota naval da Petrobras era composta por 55 navios, e, junto de suas coligadas, a empresa contava com 7.710 km de oleodutos e 9.190 km de gasodutos, cinco unidades de produção de bicomustíveis e vinte usinas termelétricas. Nesse mesmo ano, tinha participação em quatro usinas de energia eólica e possuía uma usina de energia solar, além de três fábricas de fertilizantes e 8.277 postos de gasolinhas, sendo 388 localizados no exterior.

No Quadro 1, podem ser verificadas as empresas que eram controladas até 2017 pela *holding* da Petrobras. A situação atual é tão movente e a venda de empresas nos mais diversos setores do Grupo Petrobras, campos e ações é tão recorrente que se torna extremamente difícil acompanhar o processo de privatização por que passa o grupo – trabalho que realizaremos de maneira sistemática em outro momento, mas aqui chamamos a atenção para algumas privatizações realizadas recentemente e procuramos demonstrar como isso prejudica o Grupo Petrobras e como esse processo é apoiado e incentivado pela grande imprensa brasileira.

9. Cada barril contém aproximadamente 159 litros de petróleo.

Quadro 1 – Empresas subsidiárias e controladas pela Petrobras em 13/11/2017

Empresa	Principais subsidiárias e controladas
Petrobras	Petrobras Distribuidora
	Transpetro
	Gaspetro
	Liquigás Distribuidora S.A.
	5283 Participações LTDA.
	Araucária Nitrogenados S.A.
	Breitener Energética S.A.
	Breitener Jaraqui S.A.
	Breitener Tambaqui S.A.
	Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe)
	Companhia Petroquímica de Pernambuco (Suape)
	Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.
	Gás Brasileiro Distribuidora (GBD)
	Indústria Carboquímica Catarinense S.A. (ICC) (em liquidação)
	Nova Transportadora do Nordeste S.A. (NTN)
	Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS)
	Petrobras Biocombustível
	Petrobras Comercializadora de Energia LTDA. (PBEN)
	Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (PB-LOG)
	Petrobras Logística de Gás S.A. (Logigás)
	Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. (e-Petro)
	Stratura Asfaltos
	Termobahia S.A.
	Termomacaé Comercializadora de Energia LTDA. (TMC)
	Termomacaé LTDA. – UTE Mário Lago
	Transportadora Associada de Gás (TAG)
	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG)

Fonte: Petrobras (2017b).

Algumas empresas ou parte delas, como dissemos, já foram vendidas (como a rede de gasodutos do Sudeste e a participação da Petrobras em usinas de etanol) ou estão sendo ou serão vendidas, como as unidades de fertilizantes ou as refinarias e diversos campos de produção do petróleo maduros¹⁰ ou não, e outros setores, como

10. Campo maduro é o campo que se encontra em estágio avançado de sua vida produtiva e está com a produção em declínio, pois as reservas estão se esgotando.

uma parte da BR Distribuidora e a Transportadora Associada de Gás (TAG) – essa última compõe uma rede de gasodutos, e sua venda recente foi questionada judicialmente, conforme analisaremos com mais detalhes no próximo subcapítulo. Para a direção da empresa no governo Temer, bem como aquela no governo Bolsonaro, segundo declarações públicas do então presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco (cuja demissão foi anunciada por Bolsonaro em fevereiro de 2021), e divulgadas pelo *site* da Aepet (PRIVATIZAÇÃO..., 2019), a Petrobras deve ter seus “ativos” – eufemismo do mercado financeiro para o patrimônio e as empresas do grupo empresarial – reduzidos drasticamente, tudo em nome da “boa gestão”, mas na verdade isso revela posições neoliberais do governo de extrema-direita de Bolsonaro e subserviência aos investidores internacionais. Segundo a revista *Exame*, o presidente da empresa declarou em uma palestra, no evento “A nova economia liberal” promovido no Rio de Janeiro pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que “a venda da Petrobras e de outras companhias públicas ‘foi sempre o sonho’. ‘Não podemos ter tudo que queremos, mas podemos tentar’” (VENDA DA PETROBRAS..., 2019). Veremos mais adiante uma aplicação prática, na privatização da TAG, dos objetivos enunciados pelo presidente da Petrobras.

A participação estimada do segmento de petróleo e gás natural no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil – que mede a soma das riquezas produzidas no país – era de 3 % em 2000, teria passado para 12 % em 2010 e chegaria a 13 % do PIB em 2014 (PARTICIPAÇÃO..., 2014) para voltar a cair a partir de 2015. Essas estimativas são genéricas e, no estado atual da pesquisa, indemonstráveis, o que não retira a importância do setor na economia brasileira.

Segundo informações do relatório da British Petroleum (2018) e da ANP (2018), em 2017 o Brasil ocupava a 15ª posição no *ranking* mundial de reservas provadas de petróleo (ver Mapa 3). Nesse ano, o Brasil tinha, incluindo outras empresas, 12,8 bilhões de barris de reservas provadas, e a reserva da Petrobras nesse total correspondia a 9,7 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE). Veremos, no capítulo “Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais”, que essas reservas são hoje muito maiores. Se acrescentamos aquelas ainda não definidas como provadas, mas que são mais que prováveis e que se encontram na camada do pré-sal, no Brasil, no total, teríamos cerca de oito vezes esse valor (102 bilhões de barris), segundo nossos cálculos a partir da literatura disponível (SAUER; RODRIGUES, 2016; LAIER, 2018).

De fato, esses valores podem ser superiores considerando-se a exploração e a intensificação da produção no pré-sal da Bacia de Santos. A Petrobras detém hoje a maior parte destas reservas, o que, no entanto, poderá mudar com os leilões do pré-sal e as privatizações de campos em produção já realizados ou em andamento.

Quanto à produção, uma matéria de 19/06/2018 do jornal *A Tribuna* (ESTADO..., 2018), baseada em dados da Agência Internacional de Energia (EIA), informou que o Brasil ocupava a nona posição no *ranking* dos maiores produtores de petróleo, com um volume de 3,29 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/d), o que inclui o gás e o petróleo (Tabela 1). Esses dados podem provocar confusão nas análises comparativas, pois a imprensa acaba confundindo o óleo propriamente dito e os barris de óleo equivalente que correspondem ao gás e petróleo juntos (a imensa maioria do gás brasileiro é associada ao petróleo).

Com efeito, como indica notícia publicada pela ANP: “Em agosto de 2018, a produção de petróleo e gás do Brasil foi de aproximadamente 3,191 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/d)” e, desse total, foram produzidos 2,522 milhões de barris de petróleo por dia (BBL/d) (BRASIL..., 2018). A produção de outubro de 2018 somente de petróleo, segundo a mesma ANP, foi de 2,6 milhões de barris e de 3,35 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/d), portanto um nível superior ao de agosto 2018 (PRODUÇÃO DE GÁS..., 2018).

Tabela 1 – Ranking dos maiores países produtores de petróleo em junho de 2018

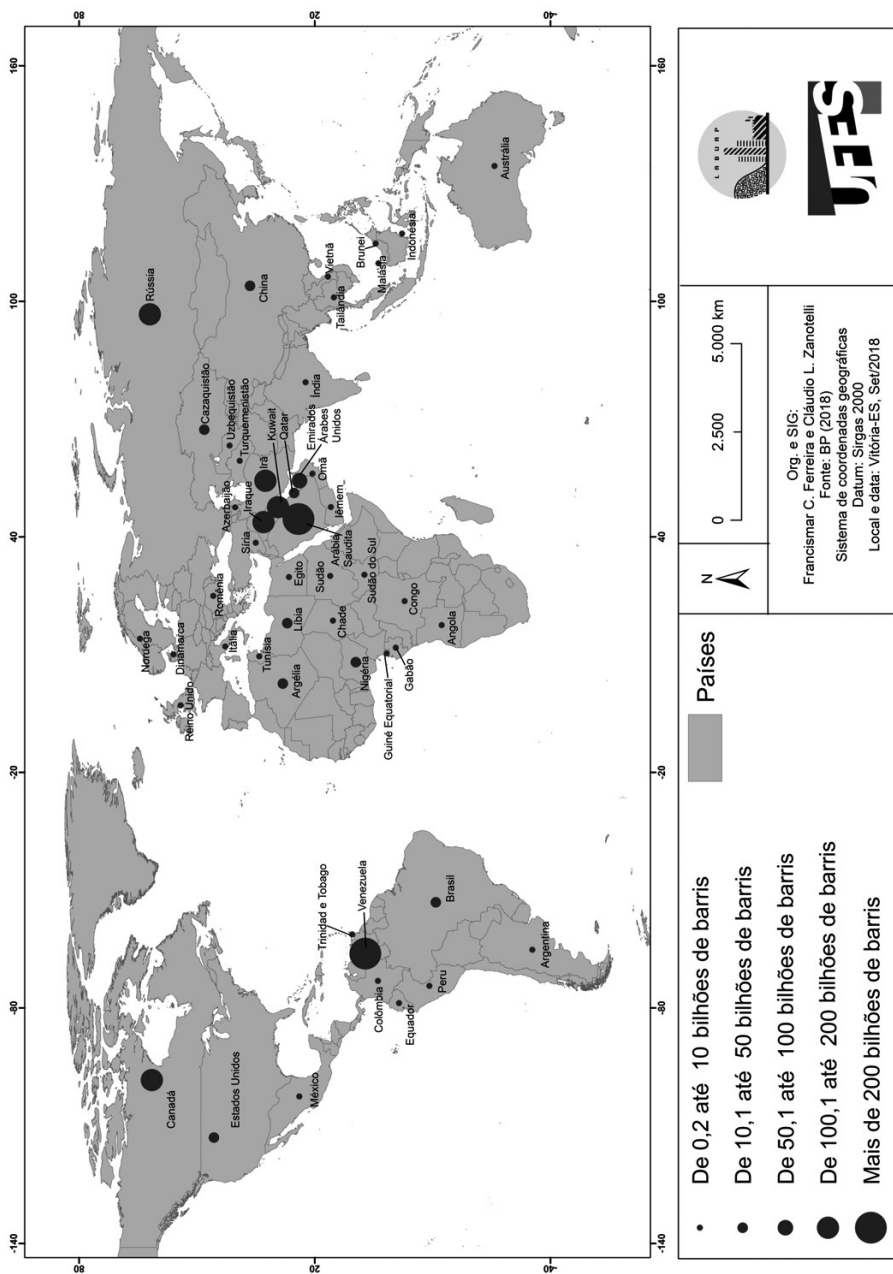
Classificação	País	Barris por dia
1º	EUA	14,46 milhões
2º	Arábia Saudita	12,08 milhões
3º	Rússia	11,18 milhões
4º	Canadá	4,87 milhões
5º	Irã	4,67 milhões
6º	Iraque	4,48 milhões
7º	China	4,45 milhões
8º	Emirados Árabes	3,71 milhões
9º	Brasil	3,29 milhões
10º	Kuwait	2,93 milhões

Fonte: Agência Internacional de Energia (EIA) (*apud* ESTADO..., 2018).

Quanto à produção da Petrobras em 2018, o *Fatos e Dados, blog* da estatal, indicou que em novembro desse ano a produção total de petróleo e gás, incluindo líquidos de gás natural (LGN), foi de 2,62 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/d), sendo 2,52 milhões BOE/d produzidos no Brasil e cem mil BOE/d no exterior (PRODUÇÃO DE PETRÓLEO..., 2018). Ou seja, a Petrobras produzia no Brasil em média, se comparamos sua produção diária média de novembro de 2018 com a do Brasil de outubro de 2018, cerca de 75 % do petróleo brasileiro.

Essas variações na produção média diária de petróleo são frequentes, e o que se deve levar em conta é a média anual. De qualquer maneira, constata-se, mensalmente, uma evolução crescente da produção e também uma evolução crescente das reservas que ainda não foram computadas pelos relatórios da ANP ou pelos relatórios internacionais.

Mapa 3 – Reservas provadas mundiais de petróleo por país em 2017, segundo relatório da British Petroleum (BP)



Fonte: British Petroleum (2018).

O estado do Espírito Santo, em 2017, possuía uma reserva provada de 943 milhões de barris (7,6 % da reserva nacional) e 8,4 % das reservas provadas de gás do país (ANUÁRIO..., 2018).

A Petrobras é a maior operadora no Espírito Santo, com 100 % de participação acionária em campos com alta produtividade, como os marítimos de Jubarte e Golfinho. Ela detém 80 % dos campos *offshore* (no mar) e está presente também na produção em terra, com 89,1 % dos campos *onshore* (em terra), situação que está se alterando com a colocação à venda em 2020 da totalidade dos campos terrestres da empresa no estado e de parte dos campos em mar.

A Petrobras também, como já notamos, é a maior operadora no Brasil. A companhia foi responsável pela produção de 77,8 % do petróleo nacional em 2017. Número significativamente inferior ao verificado em 2011, quando a companhia foi responsável pela produção de 90,7 % de petróleo no Brasil. Ao mesmo tempo, nesse mesmo período, houve um enorme acréscimo da participação das companhias multinacionais na exploração de petróleo no Brasil. Segundo relatórios financeiros da Petrobras, em 2011 as multinacionais estrangeiras foram responsáveis pela produção de 8,22 % da produção de petróleo, e em 2017 elas aumentaram sua participação para 21,6 % (PETROBRAS, 2011, 2017c).

Esse quadro de mudança vem ocorrendo com a venda de “ativos” da empresa. Inúmeros campos em terra e no mar foram vendidos a terceiros a partir do ano de 2017. E tem sido crescente o número de blocos arrematados por empresas multinacionais e também nacionais nos leilões promovidos pela ANP no Espírito Santo e no Brasil, conforme pode se constatar nos mapas 6 e 7 e em análises dessa situação que faremos no quarto capítulo.

Um breve estudo de caso da privatização da Transportadora Associada de Gás (TAG)

Um colunista do jornal *A Tribuna* relatou, em 30 de novembro de 2017, o interesse de uma grande multinacional francesa, a Engie (novo nome da GDF Suez, empresa que foi privatizada nos anos 2000), e da Caisse de Dépôt et Placement du Québec (do setor financeiro) em adquirir a Transportadora Associada de Gás (TAG) da Petrobras, indicando que a multinacional “investiria” no Espírito Santo depois dos

leilões do pré-sal, já explicitando uma tomada de posição quanto à privatização e ao fortalecimento dessa multinacional no Brasil:

A Engie Brasil, maior geradora de energia privada do País, analisa negócio no Brasil. Avalia a aquisição da Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobras, e também de distribuidoras estaduais que venham a ser privatizadas em 2018. No Espírito Santo estuda outras oportunidades, com a chegada do gás do pré-sal, para oferecer nos leilões do Governo (A TRIBUNA, 30 nov. 2017, AT2, p. 3)¹¹.

Vale a pena nos determos sobre o caso de privatização da TAG, que pertenceu à Petrobras e que foi efetivamente vendida em junho de 2019 para o grupo citado na matéria, como veremos mais adiante. Antes, vamos buscar restituir o processo da venda.

Segundo matéria do *site* da Federação Única dos Petroleiros (FUP) de abril de 2019, a TAG já teria sido “vendida pela Petrobras em 5 de abril de 2019 por US\$ 8,6 bilhões para o grupo franco-belga Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec CDPQ” (VENDA DA TAG..., 2019). De fato, no dia citado, a Petrobras informou que a Engie e o fundo canadense apresentaram a melhor proposta para a compra da TAG, indicando que a transação estava em curso e que deveria ser aprovada “pelos órgãos de governança de Petrobras e de defesa da concorrência” (PETROBRAS, 2019).

A TAG detém autorizações de longo prazo para operar e administrar um sistema de gasodutos de cerca de 4.500 km de extensão, o maior do Brasil, cujo principal trecho vai do Rio de Janeiro até o Ceará, passando pelo Espírito Santo, interligando os gasodutos do Nordeste aos do Sudeste. No Sudeste, o principal gasoduto é a Nova Transportadora do Sudeste (NTS), outra empresa privatizada e que era controlada

11. Decidimos não seguir estritamente as normas da ABNT para referenciar as matérias jornalísticas citadas, pois, neste livro, nossas análises pretendem evidenciar a linha editorial dos jornais, e não a pessoa ou individualidade profissional dos jornalistas. Assim, salvo em alguns casos em que foi relevante mencionar a autoria da matéria, as citações serão identificadas no texto somente pelos nomes dos jornais, seguidos das datas de publicação (e dos números de página, quando houver). No capítulo de “Referências”, as entradas desses jornais serão padronizadas como coleção de publicação periódica no todo.

pela Petrobras¹². A TAG possui também importante trecho de gasoduto na Amazônia, ligando as zonas de produção de gás da região a Manaus. Portanto, a empresa é de importância estratégica para escoar a produção de gás do Sudeste para o Nordeste e para o próprio Norte do Brasil, e essa privatização não tem nenhuma justificativa racional, uma vez que o gasoduto dá lucro à Petrobras e é uma infraestrutura importantíssima, que impede que a estatal se torne dependente e pague pela utilização desses dutos para escoar o próprio gás depois da privatização, como já ocorre com o gasoduto do Sudeste (AVALIAÇÃO..., 2019).

A privatização da TAG foi suspensa pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), em 27 de junho de 2018, por meio de deferimento de liminar a partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5624 (BRASIL, 2016) apresentada por entidades sindicais que integram o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas. A ação questiona a Lei das Estatais do governo Temer (Lei 13.303/2016), que impôs uma série de alterações aos estatutos das empresas federais, estaduais e municipais para que sejam geridas como entidades privadas, permitindo, por exemplo, contratações sem licitação pública e venda direta de ativos. Na decisão, Lewandowski escreveu:

[...] a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que se cuida de alienar o controle acionário, bem como que a dispensa de licitação só pode ser aplicada à venda de ações que não importem a perda de controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de subsidiárias controladas (BRASIL, 2016-).

12. A Nova Transportadora do Sudeste (NTS) era uma subsidiária da Petrobras “que controlava a malha de gasodutos mais estratégica do país: 2.000 quilômetros de dutos que interligam toda a região Sudeste. A Brookfield, um fundo de investimentos canadense, pagou pela empresa a bagatela de US\$ 4,23 bilhões, sendo US\$ 2,59 bilhões em ações e US\$ 1,64 bilhão em títulos de dívida. Desde então, a NTS vem acumulando lucros e receitas recordes, às custas da Petrobras, que agora precisa alugar a preços de mercado os dutos que antes lhe pertenciam. Em média, a estatal gasta R\$ 1 bilhão por trimestre com o aluguel de dutos. Ou seja, em menos de quatro anos, já terá pago à Brookfield todo o valor que arrecadou com a privatização da NTS” (VENDA DA TAG..., 2019).

No entanto, depois desta decisão, “em 17 de janeiro de 2019, a Petrobras informou que sua Diretoria Executiva decidiu retomar os processos competitivos para as alienações de 90 % da TAG” (AVALIAÇÃO..., 2019). Para isso se baseou no Decreto n. 9.188/2017 do governo Temer, que regulamenta justamente dispositivo legal que trata de dispensa de licitação, que é o art. 29, XVIII, da Lei n. 13.303/2016. Mas o decreto não permite dispensa de licitação na venda de ativos, bem como esse inciso do artigo 29 da lei 13.303 de 2016 não permite vendas desse porte sem licitação. No entanto, em janeiro de 2019, o ministro Dias Toffoli, então presidente do STF, derubou liminar de dezembro de 2018 de outro ministro, Marco Aurélio Mello, que suspendia os efeitos, contraditórios, do decreto citado (FUP..., 2019)

A decisão da Petrobras de privatizar a TAG foi em seguida novamente questionada nos tribunais pelos sindicatos dos petroleiros de vários estados. Porém a liminar dada por Lewandowski e o “agravo de instrumento” concedido pela Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que indicou a necessidade de licitação para a operação de venda da TAG, foram desconsiderados, pois o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, em seguida, o ministro Edson Fachin, do STF, **em 11 de abril de 2019**, entenderam que a decisão de privatização não deveria ser suspensa. Todavia, essa decisão foi novamente suspensa por outra liminar acatada pelo ministro Fachin, desta vez permitindo a suspensão da privatização da TAG e das refinarias da Petrobras (BRITO, 2019; FACHIN..., 2019). As batalhas jurídicas continuaram e, como veremos, a TAG foi privatizada por causa de outra decisão posterior do STF e, em seguida, do próprio Fachin, que voltaria atrás uma segunda vez, **em junho de 2019**, sobre essa venda.

Causa surpresa a referida decisão do presidente do STJ, fundada em impressões e nas justificativas da própria direção da Petrobras e da União, sob o governo Bolsonaro, relativas ao tema, as quais foram citadas pelo ministro Edson Fachin para justificar a não suspensão da venda da TAG neste trecho de seu primeiro parecer: “A Presidência do STJ entendeu que a União demonstrou que a decisão do TRF da 5ª Região prejudicava a recuperação da ‘maior empresa do País’, majorando o risco ‘de a União de ter de realizar aporte financeiro, comprometendo, ainda mais, o orçamento público federal’” (BRASIL, 2019g, p. 264). Tudo isso para justificar por que não houve licitação e autorização pelo parlamento para a privatização. Inclusive, o ministro do STJ invoca o convite à Engie (e hipoteticamente a outras empresas) para comprar a TAG, que partiu da Petrobras:

Com efeito, houve ampla competição e não ocorreu aparente direcionamento, tendo em vista que, além do número expressivo de empresas convidadas, outros investidores que inicialmente não tinham sido convidados, ao cumprirem os requisitos, tiveram os pedidos de inclusão no procedimento atendidos (BRASIL, 2019g, p. 165).

Então, fica a pergunta: por que ser contra a licitação? Por que ser contra o debate no parlamento? Onde estão os princípios de transparência e de debate democrático sobre a alienação de um patrimônio pertencente à nação? A primeira decisão, de abril de 2019, de Edson Fachin para permitir que o processo de privatização prosseguisse invoca algo de economia política e revela uma perspectiva acrítica do próprio mercado, pois grafa que a suspensão da privatização da TAG provocaria “insegurança jurídica gerada aos investidores” e afetaria “a confiança do mercado”, adotando, desse modo, a linguagem do mercado financeiro neoliberal. Assim, segundo ele,

[a suspensão da venda] afeta o interesse público e enseja grave lesão à ordem e à economia públicas, pois foram comprovados os impactos, diretos e indiretos, para o setor petrolífero e para a requerente, acionista controladora da Petrobras, em atual processo de recuperação econômico-financeira, além da insegurança jurídica gerada aos investidores interessados no procedimento, **afetando a confiança do mercado quanto às perspectivas do setor de petróleo e gás brasileiro** (BRASIL, 2019g, p. 165, grifo nosso).

Note-se que, em sua **segunda decisão, de maio de 2019**, o ministro do STF mudou de posição, como vimos, aparentemente, dizendo que o STJ “afrontou Lewandowski, ainda que por vias oblíquas ou indiretas, ao permitir a continuidade do procedimento de venda de ativos sem a necessária e prévia licitação e sem a necessária autorização legislativa” (FACHIN..., 2019).

No entanto, em seguida a esse volta-face de Edson Fachin, o conjunto do STF tomou uma decisão em **6 de junho de 2019** por “ampla maioria”, à exceção de Edson Fachin e Ricardo Lewandowski, na qual se indicou que as empresas “subsidiárias” das empresas cujos capitais são controlados pelo Estado – ou seja, as empresas cujo capital majoritário é controlado pela empresa-mãe, que no caso em análise é a Petrobras – podem ser vendidas sem autorização do parlamento e sem licitação, liberando

assim não somente o processo de venda da TAG como também os da Petrobras Distribuidora, da Transpetro, da Liquigás e de outras empresas que poderão ser vendidas ao bel-prazer do governo e da direção da Petrobras. O STF decidiu também que “o governo federal não pode vender estatais sem aval do Congresso Nacional e sem licitação quando a transação implicar perda de controle acionário” da empresa-mãe, conforme notícia publicada no *G1* em 6 de junho de 2019.

Ora, a ilusão da decisão é que se faz parecer que se respeita a Constituição, quando de fato se aceita a liquidação do Grupo Petrobras, das subsidiárias (empresas cujos capitais são controlados majoritariamente pela Petrobras) – e de outras empresas estatais como a Eletrobras –, bem como das filiadas (de cujo capital mais de 10% são detidos pela Petrobras) ou empresas em que a estatal tenha participação (menos de 10 % do capital). Além disto, o Conselho de Administração da empresa, com o aval dos ministros de Minas e Energia e da Economia, continuará decidindo sobre a venda de campos e blocos de petróleo, assim como já decidiu pela venda de oito refinarias (mais da metade do parque de refino da empresa, conforme noticiou o *G1* em 11 de junho de 2019) que são integradas à Petrobras como empresa-mãe¹³. No entanto, após essa colocação à venda de oito refinarias por parte da direção da Petrobras ter sido contestada pelo próprio Congresso Nacional, uma decisão do STF do dia 1º de outubro de 2020 autorizou, também, a venda de refinarias.

Aos poucos, parece-nos, a Petrobras está sendo desestruturada por dentro e por fora sem se dizer que ela é “privatizada”, pois simbólica e politicamente isso seria muito desgastante para o governo em face da história da empresa associada à

13. Em mais uma aparente jogada para camuflar a “desconstrução” e privatização da Petrobras, fez-se passar um Termo de Compromisso de Cessão com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), por causa de um aparente monopólio da Petrobras no mercado interno, com o propósito de vender as oito refinarias: se a empresa não cumprir o “acordo”, ela deverá pagar multas bilionárias (NASSIF, 2019a). Como escreveu repórter da Agência Brasil: “O acordo, aprovado ontem [11/06/2019] pelo conselho, põe fim a uma investigação do órgão regulador sobre possível prática de abuso de posição dominante pela Petrobras no segmento de refino” (NASCIMENTO, 2019). Como sabemos que o próprio presidente da Petrobras e a direção da empresa, bem como o ministro da Economia, defendem a privatização da estatal, fica clara a desnacionalização e desestatização a todo vapor, com a cumplicidade dos órgãos de controle do Estado, como o Cade, que legitima a vontade dos governantes sob um linguajar supostamente “neutro” e do “mercado”.

afirmação da “soberania nacional”. Isso tudo, ironicamente, está sendo feito por um governo que reivindica a “Pátria amada, Brasil”, *slogan* da campanha de Bolsonaro, que se vendeu como “nacionalista”.

Em relação à TAG, na sequência da decisão do STF, no mesmo dia 6 de junho de 2019, o ministro Fachin, em uma terceira decisão, liberou a venda de subsidiárias (NASSIF, 2019b). E, no dia 13 de junho de 2019, a Petrobras concluiu a venda de 90 % da TAG. Os 10 % que ficaram com a Petrobras também deverão ser vendidos ao grupo comprador, após a aprovação do novo marco regulatório para o mercado de gás natural, conforme declarou o diretor de negócios da Engie, Gustavo Labanca: “Isto porque, explicou, pela nova lei, provavelmente a petroleira terá que desverticalizar sua atuação” (NASSIF, 2019b). A compra foi financiada por um grupo de bancos no montante de 70 % do valor anunciado de US\$ 8,6 bilhões (ENGIE..., 2019) – esse valor tem parte em dólares e parte em reais.

É interessante notar que o discurso dominante da privatização é aceito por parcela dominante do Poder Judiciário, e que assim é desconsiderado o interesse coletivo, invocado pelo ministro Ricardo Lewandowski na sua decisão relativa à TAG. Não se analisaram (nas decisões do STJ, na primeira decisão de Fachin, na decisão final do STF e no volta-face final de Fachin) os efeitos de se romper com as cadeias produtivas da Petrobras, desde a produção à circulação, da transformação à distribuição, do poço à bomba de combustível – o que facilita as adaptações e articulações entre as diferentes etapas do processo produtivo. Essa forma de organização desse setor extremamente monopolístico caracteriza muitas petroleiras hoje no mundo, mas não é o que se pretende para a Petrobras, que está sendo desarticulada industrialmente. Claramente se almeja concentrar a empresa na exploração e produção de petróleo em parte da área do pré-sal tão somente, pois se estará alienando, por outro lado, parte importante do petróleo do pré-sal da área que está sob Cessão Onerosa exclusiva da Petrobras, conforme veremos.

As decisões dos ministros do STF que votaram pela flexibilização dos artigos da Constituição relativos às privatizações podem ser exemplificadas pelo que expressiu o ministro Alexandre de Moraes: “Entendo que o Estado possa vender todas as suas ações de uma determinada subsidiária. Está nas regras do mercado privado. Me parece que a única limitação é perder o controle acionário da empresa-mãe. Aí estamos falando de privatização” (G1, 7 jun. 2019). Mas pouco importa

se a empresa-mãe é vendida aos pedaços; o que importa é o aparente respeito formal à Constituição. Isso revela que o neoliberalismo tomou conta da maioria dos poderes da República, associado com interesses que somente vêm à tona quando se reconstitui *a posteriori* o processo das vendas, quando se nota que estão sendo favorecidos grupos econômicos e, em particular, o mercado financeiro.

Uma das últimas jogadas relativas ao mercado do gás no Brasil foi aquela em que o governo, por meio do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em 24/06/2019, “aprovou uma resolução com objetivo de liberar o mercado de gás natural no país. Hoje o setor é dominado pela Petrobras” (CONSELHO..., 2019). Ora, os gasodutos já estão sendo abertos à concorrência, os campos de gás estão sendo vendidos, e aparentemente se pretende, agora, também privatizar as unidades de tratamento e de distribuição de gás.

Na realidade, quando se verifica a construção empírica do enquadramento constitucional e do regramento infraconstitucional por meio de leis e de decretos, colocamos no centro de um vasto debate de relações de poderes que revelam a direção geral que o governo, no seu sentido largo, tem dado ao setor petróleo e, claro, à Petrobras.

A lei do petróleo do governo Fernando Henrique Cardoso de 1997 (Lei n. 2.478), que acabou de fato com o monopólio da exploração e produção do petróleo pela Petrobras, não pôs fim, e não poderia fazê-lo sem uma mudança na Constituição, ao monopólio da união sobre essa fonte de energia, que é assegurado pelo artigo 177 da Constituição. Porém, por meio da Emenda Constitucional n. 9 de 1995, a União teve essa possibilidade com a aprovação de uma lei de contratação de empresas estatais ou privadas para a realização das atividades consideradas de monopólio natural.

Esse mesmo artigo 177 da Constituição também assegura, como monopólio da União, o refino, o transporte marítimo, a exportação e a importação de petróleo e gás, bem como o transporte, por meio de dutos, de petróleo bruto, seus derivados e o gás natural de qualquer origem, que, como a produção e exploração do petróleo, podem ser concedidos conforme a emenda número 9 à Constituição. Ou seja, depreende-se, assim, que tanto as refinarias como os gasodutos e as empresas de transporte do gás e do petróleo que eram de propriedade da Petrobras, que é controlada pelo Estado, não poderiam ser privatizadas por se associarem ao monopólio invocado. Pressupõe-se então que a Petrobras, por ser o representante do Estado na exploração do monopólio discricionário do Estado, não poderia ser privatizada em função de sua associação intrínseca, desde sua fundação, a esse monopólio.

A própria lei de desestatização, Lei n. 99.491 de 1997, e aquelas que se seguiram não incluíram a perda de controle acionário da Petrobras entre seus objetivos. Conforme nos diz Paulo César Ribeiro Lima (2020), se a Petrobras tem coligadas que fazem parte do grupo Petrobras e que controlam o setor de transporte (os gasodutos TAG e NTS) e/ou ativos que são diretamente ligados à empresa, como as refinarias, esse setor e essas coligadas não podem ser vendidos. Desse modo, o Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (Cade) não tem competência para avaliar, como foi feito recentemente, um termo de compromisso para que a Petrobras venda suas refinarias por “possuir monopólio” no setor (monopólio que é assegurado pela Constituição, como vimos), bem como o STF não poderia ter autorizado a venda das refinarias.

O STF autorizou também a venda de controle acionário de coligadas da Petrobras, mas essas coligadas são parte constitutiva da empresa e, segundo a Constituição, não poderiam ser vendidas ou deveria ser aprovada uma lei específica para tanto. A desestatização realizada por meio da criação de empresas de fachada coligadas ou subsidiárias, como também foi feito recentemente, para transferir, de maneira excusa, o patrimônio da Petrobras para elas e para, em seguida, este ser vendido, também é, obviamente, ilegal. Por outro lado, esses mesmos ativos que foram vendidos sem poderem sê-lo têm uma dupla ilegalidade, uma vez que foram alienados em sua maioria sem a devida licitação a que toda empresa pública ou mista deveria se submeter, o que foi avalizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Assim, tanto o TCU como o STF e o Cade validaram transações com o patrimônio da Petrobras que são inconstitucionais ou ilegais, pois deveriam depender de uma nova lei ou de alteração na Constituição, ou, ainda, a venda deveria ser feita com uma licitação. O que se nota é que o tribunal superior, o tribunal administrativo e o órgão de controle da concorrência têm suas sentenças totalmente fundadas no neoliberalismo. Assim, interpretam as leis com o horizonte neoliberal, mesmo que ele esteja em franca contradição com a lei maior.

Discursos dos jornais sobre a exploração e produção do petróleo e a Petrobras no Espírito Santo no período de 1998 a 2014

Antes de entrarmos na análise da nossa pesquisa, e para entendermos um pouco mais sobre a Petrobras e a cadeia do petróleo no território do Espírito Santo, analisaremos

os principais aspectos ligados à invocação dos investimentos nesse setor a partir de arquivos de jornais impressos no período de 1998 a 2014 (com exceção dos anos de 2002 e 2013, que faltavam no acervo que exploramos). O material coletado desse período se concentrou no acervo pessoal de um integrante da pesquisa. Portanto, ele é, *a priori*, seletivo; no entanto, isso não invalida as leituras que se podem fazer destas matérias vis-à-vis dos fatos e dos efeitos discursivos que estas revelavam. Foram analisadas 68 matérias com datas aleatórias e não sistemáticas, e em alguns anos o acervo foi mais representativo que em outros anos. Assim, o número de matérias por jornal foi distribuído da seguinte forma: *A Gazeta* representando 73,5 % do material analisado; *A Tribuna*, 14,7 %; *Gazeta Mercantil*, 8,8 %; e *Folha de S.Paulo*, 2,9 %¹⁴. Do total destas matérias, 75 % (51) se encontram na editoria de Economia ou em editorias relacionadas a ela (Dinheiro, por exemplo). Essa concentração se deve principalmente ao fato de a seleção do acervo objetivar acompanhar o desenvolvimento econômico do petróleo no Espírito Santo.

O objetivo deste subcapítulo é que a análise desse material nos dê a dimensão da problemática e revele a repetição de uma ordem discursiva relativamente ao petróleo em período importante do desenvolvimento dessa indústria em território capixaba. Como veremos, os temas da distribuição dos *royalties*, da geração de emprego e de investimentos são reiterados em quase todas as matérias, ano a ano, demonstrando o que realmente preocupava a mídia e as classes dominantes – sobretudo as grandes empresas como a Vale e a Samarco, que realizam uma pressão permanente para ter combustível em grande volume e a baixo preço para seu parque produtivo – que ela representava àquela época. São temas que, como veremos nos capítulos seguintes, são reiterados até os dias de hoje ao lado de outras preocupações reveladas pelos jornais, como as privatizações, os leilões dos campos de petróleo, os reajustes de preços de combustíveis e a corrupção.

Procuramos observar a forma como a mídia veiculava os temas relacionados à economia petrolífera capixaba naquele período e, na medida do possível, verificar o que efetivamente aconteceu à época a partir de outras fontes secundárias,

14. Esse levantamento foi realizado por Matheus de Oliveira Fernandes Adão em seu trabalho de Iniciação Científica orientado pelo professor Cláudio Luiz Zanotelli no período de 2017-2018. O texto aqui apresentado retoma ou sintetiza várias passagens do trabalho de Matheus.

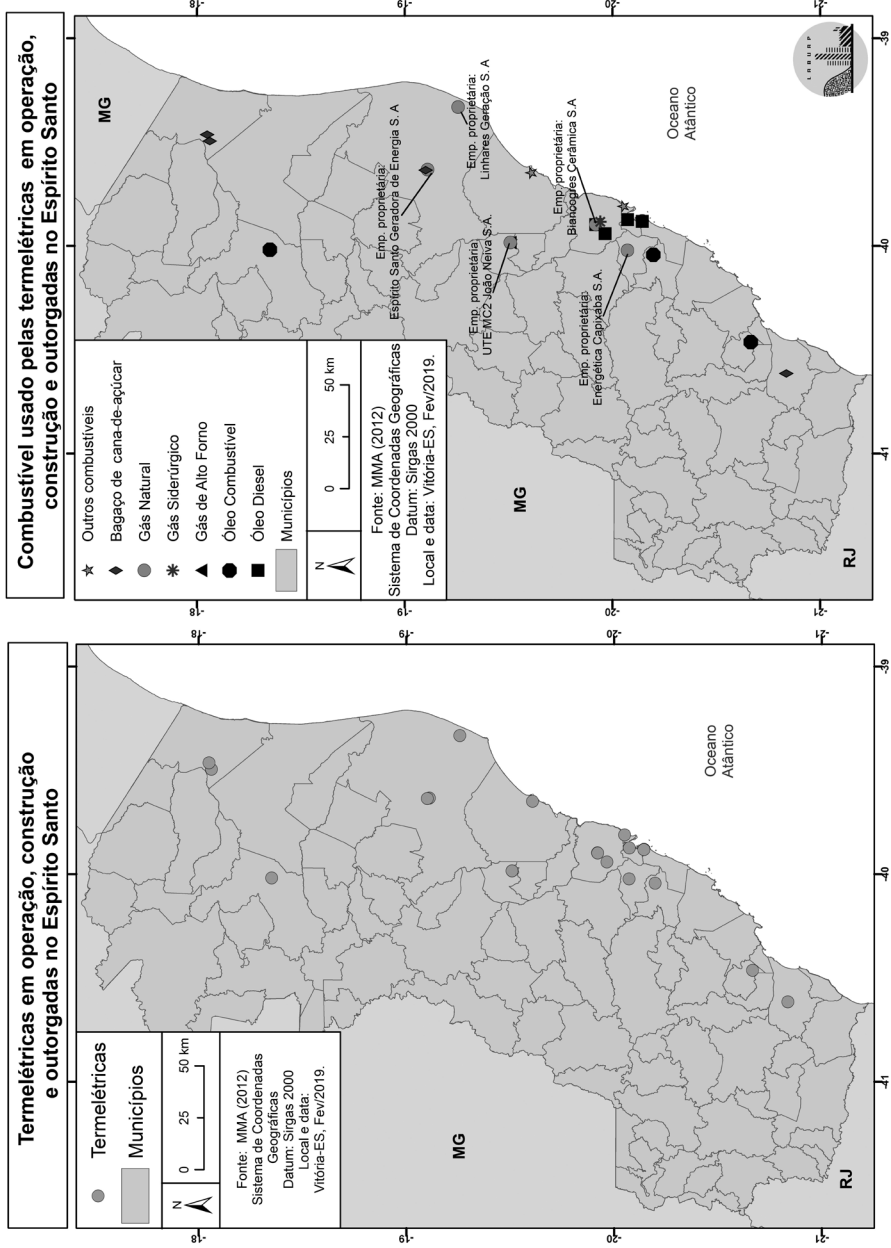
bem como colocar em perspectiva histórica os eventos anunciados com os dados de hoje e em comparação com o que será desenvolvido nos próximos capítulos.

- 1998

Em 1998 se falava muito no “gás capixaba”, pois a Petrobras previa descobertas na região da foz do Rio Doce (na região costeira norte do município de Linhares), o que aumentaria, exponencialmente, as reservas de gás do estado do Espírito Santo. Já se falava do traçado do gasoduto que ligaria Campos, no Rio de Janeiro, a Vitória. No dia 29 de julho de 1998, a *Gazeta Mercantil* noticiou a aprovação do projeto de Cabiúnas, prevendo a construção do gasoduto Cabiúnas-Vitória. A matéria discutia a exportação de petróleo e gás pela Vale como forma de ampliação dos seus negócios. Outro ponto que se discutia era a possibilidade de existirem megajazidas de petróleo no Espírito Santo. A empresa de mineração Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce) também tinha projetos para diversificar a matriz energética no estado com a construção de termelétricas ou a utilização do gás em suas usinas de pelotização de minério de ferro no Polo de Tubarão em Vitória.

No ano de 1998, a Petrobras previa a descoberta, em três anos, de mais de trinta bilhões de metros cúbicos de gás natural na foz do Rio Doce. O gás natural, se dizia, iria substituir o óleo diesel na indústria, mas, de fato, as reservas comprovadas hoje de gás no território do Espírito Santo são de 5,3 bilhões de metros cúbicos de gás, conforme o *Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2018* da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. A preocupação da imprensa, como indicado nas matérias, era com a busca de uma fonte mais barata, abundante e local de gás para abastecer as termelétricas que iriam se multiplicar nos anos vindouros – de fato, 22 termelétricas se instalaram no estado, das quais seis se localizam na Região Metropolitana da Grande Vitória, mas tão somente quatro utilizam o gás (Mapa 4). A importância do gás para a grande indústria de mineração do Espírito Santo serve como pano de fundo para localizar o discurso jornalístico. Esse discurso também nos revela o movimento já histórico de investimento em descobertas de gás e petróleo.

Mapa 4 – Termelétricas em operação, construção e outorgadas no território do Espírito Santo



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2012).

- 1999

No início de 1999, as jazidas de gás então descobertas na foz do Rio Doce ainda não haviam entrado em produção. A associação da Petrobras com outra grande empresa, a Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa) – empresa hoje denominada EDP e controlada por capitais chineses –, também era digna de nota e demonstrava o interesse da Petrobras em se aliar às empresas do ramo da energia:

As jazidas já descobertas na foz do Rio Doce permanecem inexploradas. A explicação dada pela equipe técnica da Petrobras é que o gás é um combustível que não pode ser armazenado e que a exploração das jazidas ocorrerá somente quando houver mercado para o produto. O gás de Peroá e Cangoá está reservado para alimentar a termoeletrica que a Escelsa, em parceria com a Petrobras, pretende implantar no Norte do Estado a partir deste ano (A GAZETA, 11 jan. 1999).

Em relação a essa matéria do jornal *A Gazeta* de 11 de janeiro de 1999, o que se constata é que hoje, conforme Mapa 4, nenhuma termelétrica é da Escelsa. Além disso, esses campos foram colocados à venda pela Petrobras em 2019.

Em 24 de fevereiro de 1999, *A Gazeta* noticiou a descoberta de uma nova jazida de gás no estado, a qual garantiria o “suprimento da Grande Vitória por dez anos”. Falava-se também da busca por óleo em Vitória e, novamente, a respeito da possibilidade da descoberta de megajazidas. “Tudo indica que são boas as chances de serem descobertas megajazidas de petróleo no mar de Vitória, com reservas de até 1 bilhão de barris” (A GAZETA, 26 fev. 1999).

Em junho de 1999, a *Gazeta Mercantil* reforçou o potencial petrolífero do estado, dando destaque aos empregos a serem gerados e à atração de investimentos:

Os leilões de privatização das áreas da Agência Nacional de Petróleo (ANP) na Bacia do Espírito Santo e as parcerias da Petrobras, com a atração de grandes companhias mundiais do setor, aliados às boas perspectivas dos técnicos de se encontrar petróleo e gás no litoral capixaba, vão inaugurar uma nova etapa no desenvolvimento econômico do estado. A Petrobras acredita que, se forem confirmadas as previsões

de seus técnicos, poderão ser gerados 10 mil empregos diretos e um total de 40 mil considerando os indiretos (GAZETA MERCANTIL, 17 jun. 1999).

Demonstrando a importância do gás para o Estado, inclusive relacionado aos investimentos de outras empresas, o jornal *A Gazeta* do dia 3 de setembro de 1999 noticia: “Vale depende de preço de gás para investir no ES”. A empresa, segundo o jornal, iria investir US\$ 500 milhões no polo industrial e portuário de Tubarão em Vitória, quando o preço do combustível fosse mais compatível com a expansão do complexo portuário.

Na época também crescia o número de carros movidos a gás natural, e a manchete do dia 25 de outubro de 1999, do jornal *A Gazeta*, afirmava que os frequentes reajustes da gasolina estavam motivando a conversão dos motores. A gasolina na época havia elevado seu preço para R\$ 1,30.

Em 1999, a Escelsa, a Petrobras e a Vale do Rio Doce (CVRD) aliaram-se, no mês de junho, para construir uma termelétrica em Vitória, movida a gás natural, extraído das jazidas do Norte do Rio de Janeiro e que em parte seria destinado à capital capixaba, conforme anunciou o jornal *Gazeta Mercantil* do dia 21 de dezembro. Essa termelétrica dependeria do gasoduto que ligaria Campos a Vitória. *A Gazeta* do dia 22 de dezembro publicou uma reportagem indicando que existia uma nova esperança de que saísse do papel o projeto de construção de um gasoduto ligando a bacia petrolífera de Campos a Vitória. O projeto estava sendo disputado entre as empresas Texaco (comprada pela Chevron em 2000), Techint e Confab contra as empresas Petrobras, Escelsa e Vale. Porém, mais tarde, efetivamente, o gasoduto será de propriedade do grupo Petrobras.

- 2000

Em 2000, o mercado de gás no estado do Espírito Santo estava a todo vapor:

A meta é ampliar a participação desse combustível no parque industrial local e diversificar seu uso, levando-o a residências e comércios nos municípios de Vitória e Vila Velha, além de criar uma rede de postos de abastecimento para atender a veículos, e, principalmente, abastecer a Termelétrica de Vitória, projeto de um consórcio formado pela Petrobras, Escelsa e Vale do Rio Doce (mais de US\$ 250 milhões em investimentos) (GAZETA MERCANTIL, 28 abr. 2000).

No entanto, essa termelétrica não foi efetivamente construída, conforme se pode observar no Mapa 4. O jornal também noticiou a realização de estudos para incluir Vila Velha no circuito do gás e a construção de um ramal de 20 km ligando o gasoduto de Cabiúnas-Vitória até a Samarco Mineração, em Anchieta. De fato, hoje, a Unidade de Tratamento de Gás de Anchieta (UTG-SUL), que recebe gás das plataformas no mar no sul do estado do Espírito Santo, e está localizada em Anchieta, lança gás para o gasoduto Cacimbas-Vitória, e desta UTG sai um ramal para a Samarco.

Segundo o jornal *Gazeta Mercantil*, em março de 2000 o Estado recebeu a quantia em *royalties* referente a R\$ 928 mil. Compare-se esse volume de recursos com o que efetivamente o estado recebeu em transferências de renda petrolífera (incluindo gás e petróleo) treze anos depois, em 2013: 1,5 bilhão de reais de *royalties* (estado e municípios) e 1,06 bilhão de participações especiais, ou seja, 2,56 bilhões no total. Ou ainda comparemos com 2014, quando se arrecadaram 2,8 bilhões de reais para o Espírito Santo (ANUÁRIO..., 2018), quando o preço do barril de petróleo esteve superior a cem dólares e o Espírito Santo era o segundo produtor nacional. No entanto, esse preço caiu drasticamente a partir do fim do ano de 2014, e o valor do barril atingiu o fundo do poço em 2016, a 34,7 dólares o barril (PETRÓLEO BRENT FUTUROS, 2007-2021). As receitas estaduais com os *royalties* e participações especiais foram, desse modo, em 2016, de 1,57 bilhão de reais, 44 % menor que aquela de 2014. Porém em 2017 essa arrecadação voltou a crescer, chegando a 2,159 bilhões de reais com o barril valendo cinquenta dólares no primeiro semestre daquele ano. Ou seja, mesmo que estivesse com o preço do barril equivalendo ao da metade de 2014, a arrecadação foi somente 29 % inferior à maior arrecadação da série histórica dos *royalties* e participações especiais, que foi a do ano de 2014. Isso se explica porque a produção de gás aumentou 27 % entre 2014 e 2017, e a produção de petróleo no mesmo período aumentou 24 % (ANUÁRIO..., 2018).

Com o barril cotado, no início de outubro de 2018, a perto de 81 dólares e o volume da produção aumentando, a tendência era de que o total da renda arrecadada do petróleo de 2014 fosse ultrapassado, pois, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2020) a soma da participação especial no primeiro semestre de 2018 e dos *royalties* acumulados até julho do mesmo ano representou 1,9 bilhão de reais, porém o barril voltou a ter uma tendência de baixa em fins de 2018 e início de 2019, e sobretudo em 2020: com a crise engendrada pela pandemia da Covid-19 e as tensões geopolíticas no Oriente Médio, os

preços tiveram uma forte depressão e uma instabilidade. No capítulo “Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais” voltaremos ao tema royalties e participações especiais, analisando matérias de 2017.

A evolução exponencial da renda do petróleo levou a uma maior dependência dela por parte das receitas estaduais. Assim, estimava-se que, para o ano de 2018, 15 % das receitas do orçamento do estado do Espírito Santo seriam oriundas do setor petrolífero (SERODIO, 2017). Essa dependência é cheia de perigos para a economia, pois está também associada a quatro campos – Jubarte, Cachalote, Ostra e Baleia Azul (cf. Mapa 2), situados na zona costeira sul do estado, na Bacia de Campos – nos quais há poucos poços de produção. Os quatro representaram em 2017 um total de 82 % da produção de petróleo no território do estado, e somente Jubarte representou 47 % da produção em território capixaba. No entanto, um percentual menor dessa renda (13,4 %) vem também de uma parte localizada em território capixaba, o campo de Roncador (cuja produção total é equivalente à de Jubarte) (ANUÁRIO..., 2018).

Esta dependência da renda petrolífera se revela ainda mais importante quando se analisa que, em 2015 (último ano com dados disponíveis para as finanças municipais do estado), 8 % em média das receitas totais dos municípios capixabas foram oriundas da renda do petróleo. A dependência é elevada em particular nos municípios do sul do estado – onde se localizam os grandes campos produtores – como Presidente Kennedy (60 % da receita total), Itapemirim (44 %) e Marataízes (21 %) (EQUUS CONSULTORIA, 2015). Deduz-se, assim, que os campos de Jubarte, Cachalote, Ostra e Baleia Azul, os maiores e mais importantes, são responsáveis por percentual considerável da participação especial que é paga ao estado do Espírito Santo. Esses campos possuem poços altamente produtivos – leiloados sob o regime de concessão aprovado em fins dos anos 1990 e modificado pelo regime de partilha a partir de 2010 –, e são os grandes campos que pagam essa participação sobre o faturamento líquido dos poços. E, como Jubarte, Cachalote, Ostra e Baleia Azul se encontram na área confrontante dos municípios de Presidente Kennedy, Itapemirim e Marataízes, conclui-se que provavelmente é desses campos que esses municípios recebem elevadas participações especiais.

Estas observações indicam que as preocupações dos jornais na época refletiam o que viria a ser uma busca de renda do petróleo para determinados setores da

sociedade (aqueles que poderiam ganhar com essa renda, os gestores públicos e os partidos aos quais eles pertencem, as empresas associadas às prestações de serviços e de produção para o setor) e as previsões de investimentos que gerariam mais negócios – a mídia, ela mesma é interessada, pois, com o volume maior de dinheiro circulando pelas mãos do Estado e da economia local, se criam mais possibilidades de capturas de excedentes por meio das propagandas e outros investimentos. Isso poderia explicar, pelo menos por uma parte, que a crise político-econômica que atingiu o Estado brasileiro, em particular o estado do Rio de Janeiro e, em menor grau, o Espírito Santo, decorre da diminuição da circulação da renda do petróleo e, também, dos “efeitos” econômicos na cadeia produtiva que sua produção provoca na economia.

Ainda sobre as descobertas de petróleo, o jornal *Gazeta Mercantil* também faz referência às possibilidades das megajazidas, evidenciando valores esperados de investimento da Petrobras no estado capixaba:

Se o Espírito Santo for mesmo o “eldorado” do petróleo, como já anunciou o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, David Zylbersztajn, com uma produção de 1 milhão de barris diários ao longo desta década, os investimentos previstos só nesse ramo serão de mais de US\$ 15 bilhões até 2010. Essa cifra, uma estimativa feita pela Petrobras em agosto de 1999, corresponde à quase totalidade do PIB do estado em um ano (GAZETA MERCANTIL, 8 jun. 2000).

Essa produção alardeada, como notamos, não se efetivou, pois em 2017 a produção diária no estado era de 459,6 mil barris. O discurso da geração de empregos também é colocado em relevo pelas matérias dos jornais: “Se o tesouro de 10 bilhões de barris de petróleo estiver escondido no litoral capixaba, como já anunciou a Petrobras em agosto de 1999, a expectativa é de que venham a ser gerados 50 mil empregos” (GAZETA MERCANTIL, 8 jun. 2000).

Essas previsões se revelaram falsas; na realidade, o território do Espírito Santo tem hoje, sobretudo na plataforma continental, cerca de 968 milhões de barris de óleo de reserva provada. Quanto aos empregos diretos no setor do petróleo, segundo o IBGE em 2010, eles representavam 6.533 pessoas. No capítulo “Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais” abordaremos mais aprofundadamente essa questão a partir de dados mais atualizados.

No mesmo período, o jornal *A Gazeta* noticiou que a Petrobras havia anunciado recorde na venda de gás: “Depois de bater mais um recorde na comercialização de gás natural, a Petrobras quer, agora, aumentar sua produção de petróleo para 15 mil barris/dia” (A GAZETA, 15 jun. 2000). Sempre “recordes”, “conquistas”, “ganhos” – o discurso minimiza ou camufla as consequências. Como vimos, a produção diária hoje é infinitamente superior.

Também são anunciados investimentos para Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que viria a receber verba do Fundo do Petróleo para o desenvolvimento de tecnologia. Isso efetivamente aconteceu com a instalação, no *campus* de Goiabeiras da Ufes, de um centro de pesquisa em petróleo, o Núcleo de Competências em Química do Petróleo (NCQP), que foi inaugurado em 2012, além de outras estruturas voltadas para a pesquisa na área e do apoio, por parte da Petrobras, a atividades diversas na universidade. Várias estruturas administrativas e de pesquisa da Petrobras funcionaram na Ufes antes da inauguração da sede da empresa na Avenida Nossa Senhora da Penha, em Vitória.

Voltando reiteradamente à questão dos *royalties* – uma obsessão que revela sua importância para a sociedade local –, mais uma vez os jornais no mês de março de 2000 se referem à quantia que o estado recebeu da Petrobras: R\$ 928.230,88. O Espírito Santo ocupava naquele momento a sexta posição entre os onze estados que recebem os *royalties* pela exploração de petróleo e gás em seus territórios. Em 2017 ele estava na segunda posição, e para 2018 havia previsão de que São Paulo ultrapassaria o Espírito Santo em arrecadação da renda petrolífera, devido a descobertas e explorações da Bacia de Santos, em território paulista. Sempre ocorre essa hierarquização da produção, uma classificação, como se fosse um campeonato. Informa o jornal que, na acumulação dos valores dos *royalties* recebidos até abril de 2000, o Espírito Santo obteve um total de R\$ 4.772.882,54, e nos últimos doze meses àquela época (abril de 1999 a abril de 2000) obteve R\$ 10.081.883,97. Esses valores não revelam ainda as descobertas, no sul do estado capixaba, do pré-sal e no pós-sal de meados dos anos 2000, as quais alterarão esse quadro. Por outro lado, os jornais àquela época invocavam cifras (e até hoje continuam invocando) muitas vezes sem comparações, sem sínteses e colocações em perspectiva, impedindo que se possa ter uma ideia dos valores e dos volumes no longo prazo, como se vê na matéria a seguir com a classificação dos municípios por montante de *royalties* recebidos:

[...] o maior volume em março ficou com Linhares, que recebeu R\$ 342.433,94. Nos últimos doze meses o município teve direito a R\$ 3.858.112,68. Segundo lugar São Mateus: R\$ 220.684,71 e em 12 meses R\$ 2.153.945,70. 3º Aracruz: R\$ 164.459,79 e R\$ 1.470.574,81 4º Vitória: R\$ 152.883,23 e R\$ 1.411.083,86 5º Serra: R\$ 151.165,26 e R\$ 1.394.183,05 6º Conceição da Barra: R\$ 27.809,97 e R\$ 269.835,74 (GAZETA MERCANTIL, 28 abr. 2000).

- 2001

Em relação ao tema dos investimentos que são abordados constantemente nos jornais, *A Gazeta* informou que a Petrobras investiria cerca de um bilhão de dólares em cinco anos no Espírito Santo, e a fonte citada foi o ex-presidente da empresa, Henri Philippe Reichstul: “Segundo o presidente, os investimentos da empresa serão traduzidos em aumento de produção e representarão mais tributos para o Estado ‘além de *royalties* e de uma maior absorção do contingente de mão-de-obra local” (A GAZETA, 7 abr. 2001).

Conforme anunciou o então gerente de vendas da empresa, Jorge Emílio da Rocha Pinto, havia investimento previsto de R\$ 9,1 milhões da BR Distribuidora no Espírito Santo, na época considerado o quarto mercado de gás natural do país, atrás de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. O gás também serviria para abastecer indústrias, como a fábrica Chocolates Garoto, em função de sua expansão, e atender ao antigo Carrefour, ao futuro Shopping Barra Sol (atual Shopping Boulevard Vila Velha), além de cerca de vinte mil moradias, estabelecimentos comerciais e veículos.

De fato, os investimentos ligados diretamente à exploração e à produção do petróleo vão explodir nos anos 2000 e chegarão, segundo previsões de 2013 do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a 33,7 bilhões de reais (ZANOTELLI, 2015).

Naquela época, segundo o jornal *A Gazeta*, do dia 7 de março de 2001, no Estado, a Petrobras empregava 561 pessoas e 1.800 trabalhadores indiretos, com uma produção de vinte mil barris de petróleo diário e um milhão de metros cúbicos de gás natural.

- 2003

Em 2003, já se previa que o Espírito Santo seria o segundo produtor do país e, apesar de não se confirmarem as previsões muito otimistas dos fins dos anos 1990, foram descobertas reservas consideráveis no estado:

O Espírito Santo se tornará o segundo produtor brasileiro de petróleo, com o processamento de 300 mil barris por dia, até 2006, na avaliação de especialistas do setor. Essa produção vai representar o recebimento de R\$ 30 milhões por mês em *royalties* para o Governo do Estado e Prefeituras – no mês passado [janeiro 2003] esse valor foi de apenas 7,6 milhões. As jazidas encontradas pela Petrobras no Estado representam a segunda reserva do país, de cerca de um bilhão de barris. Para retirar esse volume do fundo do mar a estatal investirá US\$ 2,5 bilhões, ao longo dos próximos anos (A GAZETA, 2 fev. 2003).

Os *royalties*, efetiva e progressivamente, ao longo dos anos, aumentaram até atingirem uma marca bilionária. Mas a lógica nesses discursos jornalísticos é sempre de invocar números expressivos e ganhos financeiros, comerciais e industriais; há muito pouco questionamento sobre os impactos da exploração do petróleo sobre a zona costeira onde essas atividades se instalavam.

Também as matérias desse ano revelavam, mais uma vez, a convergência dos interesses de grandes empresas instaladas no estado, principalmente a renovação do contrato entre a Vale, a Samarco e a Petrobras para o fornecimento de gás, e a reiterada “parceria” na construção dos gasodutos.

Ainda conforme o jornal *A Gazeta* de 7 de fevereiro de 2003, a indústria do petróleo estaria alavancando a economia capixaba em longo prazo com investimentos de emprego e renda. A mesma notícia mostra que a multinacional Shell, associada com a Samarco, poderia ampliar seus negócios. Vê-se mais uma vez o anúncio – reiterado como forma de convencimento e produção de disposições positivas para o petróleo – dos investimentos e empregos que seriam gerados.

A Gazeta do dia 15 de maio de 2003 traz a notícia de que a Petrobras teria descoberto mais uma megajazida: “A Petrobras anunciou ontem a descoberta de mais uma megajazida de petróleo no sul do Espírito Santo. São mais de 600 milhões de

barris, elevando as reservas do Estado para 1,7 bilhão de barris de petróleo” – o que não se confirmou. A reportagem relata ainda que a produção naquela época era de 47 mil barris por dia e que, com a descoberta da megajazida, haveria um crescimento de 963,83 % no processamento de petróleo.

As reservas, como abordaremos no capítulo “Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais”, fazem parte de um jogo permanente entre os diferentes atores de exploração e produção de petróleo e representam um capital material e simbólico importante como legitimação e valorização da cadeia do petróleo, mas elas estão sujeitas à comprovação e ao aleatório das pesquisas dos geólogos e das decisões estratégicas da Petrobras. Todavia, como ocorre até 2019, os jornais vão anunciando previsões contraditórias e evolutivas, sem fazer posteriormente uma revisão daquilo que previram.

- 2004

Um artigo de opinião interessante, por ser crítico à dependência do petróleo e anunciar seu previsível fim (ainda que haja muitas divergências sobre esse “fim esperado do petróleo”, conforme discutiremos mais à frente), foi escrito por Rogério Cezar de Cerqueira Leite e publicado na *Folha de S.Paulo* do dia 2 de abril de 2004, sob a manchete “A morte anunciada do petróleo”. Nele, o autor afirmou que:

Em resumo, a produção de hidrocarbonetos fósseis em geral, inclusive o petróleo de águas profundas, os petróleos não-convencionais, os pesados, o polar e o gás natural, convencional e não-convencional, deve ter seu pico em 2010 – produção essa que estará reduzida à metade em 2050, quando será insuficiente para suprir 20% da demanda de combustíveis líquidos, na melhor das hipóteses. O petróleo convencional já atingiu um platô de produção máxima com 27 bilhões de barris por ano, que se estenderá até 2010, devendo cair então rapidamente, chegando em 2050 a apenas 8 bilhões. O gás natural alcançará o pico de produção dentro de 15 anos.

Nesta linha argumentativa, há outro artigo de opinião publicado na *Folha de S.Paulo* (em 10 de outubro de 2004) que questionava a dependência do petróleo e citava formas alternativas de energia. Mas essa análise parecia não incomodar muito

os jornais, entusiasmados que estavam com a descoberta de petróleo e gás no Espírito Santo e os anúncios de investimentos internacionais. Assim, no mesmo ano da publicação dessa matéria, em 2004, a imprensa local repertoriou que investidores ingleses da Arabian Gulf Oil (Agol) apresentaram um projeto para construção de uma refinaria no estado, sem o apoio da Petrobras, a ser localizada no Porto de Ubu, em Anchieta (A TRIBUNA, 4 set. 2004). Esse projeto, no entanto, não se concretizou.

Devemos lembrar que a estimativa invocada para 2010 de pico da produção mundial na ordem de 27 bilhões de barris não se verificou. Mas a produção não cessou de aumentar entre 2007 e 2017, e em 2017 o mundo produzia 33 bilhões de barris por ano (BRITISH PETROLEUM, 2018). Essa produção não tem atendido à demanda, mas ela se amplia na medida em que “novas fronteiras” de descobertas se abrem, como aquelas do petróleo do pré-sal e o petróleo e gás “não convencionais”, cuja exploração é altamente destruidora do meio ambiente, como no caso do petróleo oriundo das areias betuminosas e dos reservatórios de xisto na América do Norte.

Segundo diversos autores, estaríamos atingindo o pico da produção em algum momento no período compreendido entre 2016 e 2028 (MITCHELL, 2011), mas a demanda do petróleo está no futuro condicionada, também, à determinação, por parte principalmente de vários países europeus, de reduzir drasticamente o consumo da energia fóssil, o que tem colocado uma série de interrogações sobre o futuro da indústria do petróleo tal como a conhecemos.

- 2005

O jornal *A Gazeta* do dia 12 de junho de 2005 traz a manchete “Exploração de petróleo e gás vive sua fase decisiva”. É anunciada uma nova plataforma no litoral norte, no campo de Peroá (ver Mapa 2). “Peroá será um marco porque é gás não-associado” – ou seja, gás não misturado ao petróleo e à água (o gás associado que se encontra dissolvido no petróleo corresponde a 77 % do gás encontrado no Brasil) – explicou o então gerente do ativo de produção de gás da Petrobras no Espírito Santo, José Luz.

Chama a atenção também uma matéria do mesmo dia, no mesmo jornal, intitulada “Estaleiro da esperança: morador de Barra do Riacho sonha em mudar de vida”, que anunciava o investimento em Aracruz para a instalação do Estaleiro Jurong Aracruz. O texto trata o acontecimento com grande entusiasmo, anunciando

que a empresa traria esperança aos moradores locais. De fato, o empreendimento da Jurong, que fabrica, faz manutenção e monta sondas exploratórias e navios-plataformas de produção de petróleo, começou efetivamente a ser construído em 2011 e foi inaugurado em 2016. No entanto, não empregava muitos moradores originários do município, muito menos aqueles menos qualificados e que eram pescadores e/ou exerciam alguma atividade que foi prejudicada pela instalação do estaleiro. Segundo informações da Jurong, em junho de 2018, havia 4.248 trabalhadores na empresa, 1.345 diretos e 2.903 indiretos (esses últimos trabalhavam em função da demanda e dos contratos que empresa tem no setor).

- 2006

O jornal *A Gazeta* do dia 7 de fevereiro de 2006 aponta que as obras em torno da ampliação do Porto de Ubu em Anchieta, no sul do estado, deveriam gerar dez mil vagas de emprego e repete notícia já invocada nos anos anteriores: de que a alta na produção de petróleo tiraria o Espírito Santo da quinta posição e o levaria para o segundo lugar no *ranking* nacional da produção de petróleo e gás. Anunciava-se, no mesmo ano, um pacote de investimentos da Petrobras no estado, com prioridade para o gás, cujo crescimento se esperava exponencial, conforme *A Gazeta* do dia 14 de julho de 2006.

A lógica de anunciar expansão de investimentos, que serão seguidos de efeito ou não, e sempre associá-los ao petróleo demonstra a importância não somente da referência ao petróleo, mas também de como ele alavancou os processos de expansão econômica, industrial e de infraestrutura no estado, em articulação com o que se passava no estado vizinho, Rio de Janeiro.

- 2007

A Gazeta do dia 9 de novembro de 2007 informa que a exploração do petróleo do pré-sal começaria pelo Espírito Santo, trazendo como título na capa “País descobre mar de petróleo. E a exploração começa por aqui”. Indica também a importância da descoberta do pré-sal em trechos como “Petrobras anunciou descoberta da maior área petrolífera do país, que poderá exportar óleo”. No mesmo jornal, relata-se que a descoberta da megareserva elevou o valor da Petrobras em R\$ 48 bilhões,

mencionando-se falas do presidente da estatal à época, José Sérgio Gabrielli: “O Brasil está diante da descoberta de sua maior província petrolífera”.

Uma nota também publicada nesse jornal no dia 16 de novembro afirma que Lula, então presidente do Brasil, cobrava mais ousadias nas estratégias de negócio da Petrobras e mais investimento em pesquisa e tecnologia. As descobertas do pré-sal na Bacia de Campos, mas, sobretudo, na Bacia de Santos, irão se multiplicar a partir de 2006 e 2007.

No capítulo “Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais” debateremos acerca das reservas descobertas e também do “esquecimento” voluntário da imprensa, a partir de 2013, da importância que tiveram os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) para a expansão da Petrobras. O *corpus* de matérias dos jornais estudados em 2017 se refere predominantemente ao suposto “aparelhamento” da Petrobras pelo PT e aos anúncios de corrupção – outros tempos, outra conjuntura e outros interesses entrarão em cena entre 2013 e 2019.

- **2008**

Nesse ano começa a produção comercial do primeiro óleo da camada do pré-sal, a primeira do Brasil, em Jubarte, no famoso Parque das Baleias, na Bacia de Campos, no sul do Espírito Santo (MACHADO, 2018). Informações a respeito do pré-sal são trazidas no jornal *A Gazeta*:

Se confirmado pela Petrobras, o terceiro maior campo de petróleo do mundo ainda pode render *royalties* ao Espírito Santo. A área de exploração de petróleo conhecida como “Pão de Açúcar”, na Bacia de Campos, pode ter até 33 bilhões de barris em volume de óleo recuperável (o que é possível extrair da jazida) (A GAZETA, 15 abr. 2008).

O jornal cita também que Pão de Açúcar seria a maior descoberta feita no mundo nos últimos trinta anos e que esse seria o terceiro maior campo do mundo na atualidade. Na realidade, em 2012 a Petrobras confirmou que esse campo possuía uma reserva de 1,2 bilhão de barris equivalentes (incluindo gás e petróleo) recuperáveis. Mas o campo com uma grande reserva que foi descoberto em 2007 e que está localizado na Bacia de Santos, nas águas territoriais do Rio de Janeiro, é Tupi/Lula, com

um volume estimado de óleo *in place* de 33,2 bilhões de barris. Esse volume é o total do que é encontrado, mas somente uma parte dele será extraída efetivamente, ou seja, apenas uma parte se transformará em reserva explorável (cuja estimativa mais baixa está por volta de 8,3 bilhões de barris) e, posteriormente, poderá ser incluída na categoria de “reserva provada”. Esse campo foi, à época, a segunda maior reserva descoberta no mundo, e a produção de Lula em 2017 correspondeu a 28 % da produção nacional. Outros campos importantes também serão descobertos nos anos seguintes, entre eles Libra e Búzios/Franco.

Uma notícia no mesmo jornal em outra data anuncia a entrada da Shell no território capixaba:

Os preços e a possibilidade de novas descobertas, principalmente na chamada área do pré-sal, além da necessidade de garantir mais gás para os próximos anos, são alguns dos motivos que levaram a Shell a antecipar a produção de óleo pesado de gás – de 2011 para 2008 – no Parque das Conchas, antigo bloco BC-10, uma nova fronteira petrolífera no Sul do Estado. Isso significa mais *royalties* para o Sul do Estado, principalmente Marataízes e Piúma, mais investimentos na região, e, conseqüentemente, mais empregos (A GAZETA, 11 jun. 2008).

A *Gazeta* do dia 22 de novembro de 2008 traz em caixa-alta o título “DESCOBERTA HISTÓRICA DE PETRÓLEO NO ESTADO”, citando o ineditismo da descoberta da Petrobras naquele momento e relacionando-a a fatores geológicos:

A manhã de ontem foi classificada pelo gerente geral da Petrobras no Estado, Márcio Félix, como a mais importante na história da estatal no Espírito Santo. O motivo: a descoberta inédita de dois poços gigantes de petróleo leve – de excelente qualidade – na camada de pré-sal do mar da Região Sul do Espírito Santo. O ineditismo está no fato de que os 2 bilhões de barris de óleo estão em duas rochas porosas de 190 metros e 300 metros de altura, altitude nunca vista no Brasil. O maior campo brasileiro, o Marlin, no Rio de Janeiro, está numa rocha de 80 metros (A GAZETA, 22 nov. 2008).

O fato levaria a Petrobras a deslocar sondas e plataformas para o Espírito Santo, segundo noticiado no mesmo dia pelo jornal *A Gazeta*, com falas de Paulo Hartung,

então governador (“O Estado virou a menina-dos-olhos do Brasil, a crise acelera e empurra para aqui a evolução e o desenvolvimento”) e de Lula (“Estou muito satisfeito, é mais petróleo para enfrentarmos esta crise que estamos vivendo neste momento”).

- 2009

A notícia intitulada “Plataforma e estaleiro tornam Barra do Riacho um polo naval”, do jornal *A Gazeta*, em 1º de novembro de 2009, traz informações a respeito da construção do Estaleiro Jurong, em Barra do Riacho, Aracruz, sobre o qual já falamos anteriormente.

- 2010

Em 2010 anunciou-se a decisão da Petrobras em antecipar a produção do pré-sal no Espírito Santo. Ora, como foi notado, de fato a produção comercial em Jubarte teria começado, conforme o geólogo Marco Antônio Pinheiro Machado, em 2008. Talvez os jornais tenham querido dizer que se acelerou e antecipou uma maior produção no setor naquela época.

O jornal *A Gazeta* publicou matéria relatando que até o final de 2012 a produção nos campos em terra e no litoral capixaba poderiam chegar a quinhentos mil barris, mas a média deveria ficar em torno dos 450 mil barris diários (conforme *A Gazeta* do dia 23 de junho de 2010). Outra notícia do mesmo jornal, do dia 9 de setembro, salienta, mais uma vez, a importância do gás natural para o Espírito Santo:

As descobertas mais recentes, principalmente na camada do pré-sal, e a decisão da Petrobras em investir pesadamente para aumentar a produção de gás natural devem transformar o Espírito Santo em um dos Estados mais importantes para este segmento no país (*A GAZETA*, 9 set. 2010).

Segundo a publicação, o gás do pré-sal seria importante para a geração de energia por meio das termelétricas, em particular para a empresa Vale, “que deve converter suas unidades de pelletização, no complexo de Tubarão, em Vitória, para gás, onde hoje utiliza óleo combustível”, retomando aquilo que já havia invocado desde o início dos anos 2000.

Em 14 de outubro de 2010 foi noticiado por *A Gazeta* que a Petrobras produzia o primeiro gás do pré-sal no Espírito Santo e que realizava um investimento de US\$ 700 milhões num gasoduto no mar.

- *2011*

Nesse ano se anunciou investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões no litoral sul do Estado, para aumentar a produção de petróleo por meio da instalação de mais navios-plataformas e do gasoduto já invocado precedentemente: “Já a Petrobras, além de ter iniciado a construção do gasoduto que ligará o Parque das Baleias à Unidade de Tratamento de Gás em Cacimbas, também tem planos de instalar mais duas plataformas no Sul, nos próximos dois anos” (A GAZETA, 7 dez. 2011).

- *2012*

Nesse ano os jornais escreveram sobre o plano para uma nova área de gás no norte do Espírito Santo até 2016 e, também, sobre a extração do primeiro óleo em um campo do pré-sal no litoral sul do estado, na Bacia de Campos: “O primeiro óleo da camada pré-sal, no campo de Baleia Azul, litoral Sul do Estado, está previsto para ser extraído em agosto [2012], conforme informação do diretor de exploração e produção da Petrobras, José Miranda Formigli” (A GAZETA, 26 jun. 2012).

Parece-nos que o ano de 2012 marca tanto na imprensa nacional como na local o fim do período otimista da imprensa com a Petrobras, os investimentos, a criação de emprego, as megajazidas, a importância da empresa. De fato, as matérias que temos a partir de 2014 indicam uma ruptura e o surgimento, nesse ano, de outras disputas políticas, em particular a corrupção que atingirá a Petrobras e que fará parte da atualidade midiática até os tempos presentes.

- *2014*

Em 2014, último ano de nosso arquivo, começaram outros tempos em relação à Petrobras, à política e à economia. As “crises” tomaram, nesse ano, uma dimensão importante; com as manifestações de 2013 e a reeleição de Dilma Rousseff, em

2014, entrou-se em um período de turbulência institucional que levaria ao golpe político em 2016 contra a presidente. Os jornais refletiram esse clima, contribuíram para agravá-lo e, assim, participaram ativamente da instabilidade política. As matérias negativas sobre a Petrobras e sobre a corrupção – esse é o ano da instalação oficial da Operação Lava Jato – começaram a proliferar e não deixaram mais a cena até o tempo presente. Assim, em 2014 as editoriais de política começaram a falar a respeito da corrupção envolvendo a empresa: “A Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado aprovou ontem um convite para ouvir a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, sobre um pagamento extra no valor de US\$ 434 milhões feito pela estatal” (A GAZETA, 31 out. 2014).

Já nessa época os jornais repercutiam alguns aumentos dos preços de combustíveis que eram, de fato, extremamente moderados, sobretudo se os compararmos com o que ocorrerá (como veremos no capítulo “Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais”) nos anos do governo Michel Temer e, posteriormente, no de Bolsonaro. Assim, em 8 de novembro de 2014, o jornal *A Gazeta* trouxe a manchete de que o consumidor se queixa dos aumentos da gasolina e do diesel (reajustes de 3 % e 5 %, respectivamente).

Os jornais locais faziam pressão em benefício dos setores empresariais, sempre invocando “riscos” e “ameaças” que pesariam sobre os “interesses do estado do Espírito Santo”. Assim anuncia, em caixa-alta, uma manchete em *A Gazeta* do dia 20 de outubro de 2014: PETROBRAS: ESTADO PODE FICAR FORA DA ROTA DE INVESTIMENTOS. O argumento é o seguinte:

O Espírito Santo está fortemente ameaçado de ser excluído dos negócios da Petrobras nas operações de apoio offshores (atividades petrolíferas no mar). O edital que a estatal lançou para a contratação, pelo período de 15 anos, de seis bases portuárias de apoio a plataformas marítimas no Norte do Rio de Janeiro e Sul do Espírito Santo tem critérios que deixam o Estado capixaba em situação desfavorável. Pelo fato da localização dos projetos dos terminais portuários de apoio às atividades offshores previstos para o Espírito Santo ficarem um pouco mais distantes dos campos marítimos explorados pela Petrobras, o custo é mais elevado. Esse critério poderá tirar os empreendimentos do Espírito Santo da disputa que será aberta no próximo mês (A GAZETA, 20 out. 2014).

Em outra manchete do mesmo jornal, do dia 31 de outubro, é anunciado que a “Licitação da Petrobras beneficia o Rio”:

De acordo com informações apuradas por A GAZETA, pelas regras do edital, os terminais portuários localizados [esses terminais não foram construídos] no Espírito Santo (Presidente Kennedy, Itapemirim e Marataízes) terão o custo operacional ampliado entre 8 % e 9 %. Já os terminais do município de São João da Barra, onde está o complexo portuário do Açú, não sofrerão com nenhum custo adicional (A GAZETA, 31 out. 2014).

E a matéria segue explicando que:

Por não terem os custos ampliados pelo edital, as bases de apoio localizadas em dois municípios fluminenses (São João da Barra e Campos dos Goitacazes) são as mais competitivas. Ou seja, se um empreendimento localizado no Espírito Santo apresentar à Petrobras a proposta com menor valor, poderá ser desclassificado porque terá acrescido o percentual de custo operacional imposto pela estatal. Para os empreendimentos portuários localizados em Presidente Kennedy, por exemplo, rege o edital que a proposta apresentada pelo empreendimento sofra o acréscimo de 8 %, para Itapemirim e Marataízes o custo operacional é de 9 % (A GAZETA, 31 out. 2014).

Efetivamente, nos anos seguintes ocorreu o deslocamento de bases portuárias dos portos existentes na Baía de Vitória, notadamente para o Porto do Açú, no norte fluminense. Todos os projetos previstos no Espírito Santo de zonas portuárias que têm ligações fundamentais com as atividades da cadeia do petróleo, montagem industrial, apoio às plataformas, termelétricas, terminal de combustíveis, de gás e petróleo etc., que eram dados como certos em 2014, não foram realizados. Essa não realização se deu em função de uma série de fatores, mas particularmente devido ao fato de que a oferta desses portos é maior do que a real demanda. E o Porto do Açú tem zona retroportuária imensa e que pode largamente atender às demandas do setor. Com isso, conclui-se que muitos desses projetos fizeram parte de um movimento especulativo, e nessa perspectiva podemos enquadrar: o Porto Central em Presidente Kennedy, no sul do Espírito Santo; o Itaoca Offshore,

projetado como um porto especializado em operações *offshore*, um complexo portuário e industrial, em Itapemirim, também no sul do estado; o Porto multicargas Petrocity-Odebrecht em São Mateus, no norte do estado. O porto em construção de multicargas da Imetame, localizado entre Barra do Sahy e Barra do Riacho, em Aracruz, no norte do estado, pretende se inserir nesse mesmo processo de acolhimento de serviços e de produção ligados à cadeia do petróleo.

Continuando em sua ação de “porta-voz” do patronato e dos “interesses” do Estado, o jornal *A Gazeta*, em manchete do dia 6 de novembro de 2014, traz as “Cinco promessas da Petrobras ao estado”, escrevendo que três foram cumpridas (o terminal de gás liquefeito de petróleo em Aracruz, as termelétricas de Linhares e Viana e o Estaleiro Jurong em Aracruz), mas invocando o fato de que duas não saíram do papel (o Porto de Ubu e a fábrica de fertilizantes, projeto ampliado para polo gás-químico).

No que lemos do rápido histórico contextualizado a partir das matérias dos jornais sobre a indústria do petróleo e gás e em especial sobre a Petrobras, percebeu-se, no fim dos anos 1990 e durante a primeira década dos anos 2000, a existência de matérias com cunho positivo, sempre anunciando investimentos, descobertas de jazidas no mar, postos de trabalho que essas descobertas poderiam trazer, ganhos com a renda do petróleo, etc. No entanto, já se percebe um tom mais cético e mais crítico em relação à Petrobras nas matérias selecionadas a partir de 2014 – justamente no período em que se revelam as espionagens sobre a Petrobras efetuadas pelas agências de espionagem americanas e denunciadas por Edward Snowden, ex-agente da National Security Agency (NSA) e lançador de alerta. Nessa mesma época, acelera-se a cooperação entre o departamento de justiça norte-americano e o poder judiciário brasileiro, com vistas a introduzir e a tornar efetiva a legislação brasileira relativa à corrupção, para permitir que os americanos invoquem a sua jurisdição sobre empresas brasileiras. Com isso, essas empresas, pelo fato de negociarem na bolsa de Nova Iorque ou terem contas em bancos americanos, mesmo se não atuassem nos Estados Unidos, tornam-se então passíveis de ações judiciais na justiça norte-americanas. Isso irá fazer deslanchar a operação político-judiciária denominada de Lava Jato, com consequências nefastas para a Petrobras e a cadeia do petróleo. Naquele ano o preço do petróleo inicia uma curva descendente. Esses fatores reportados pela imprensa tiveram efeitos também sobre a atmosfera política e econômica nos anos vindouros.

Nos capítulos seguintes, abordaremos a análise mais contemporânea e mais aprofundada do conteúdo dos jornais entre julho e novembro de 2017, quando a Petrobras entrará em nova fase de gestão sob o comando do neoliberal Pedro Parente. Período em que a venda de parcelas importantes do patrimônio do grupo Petrobras se acentua: cessão de campos; projeto de venda das refinarias, de parte da BR Distribuidora ou da venda da TAG etc. A linha de ação da direção da empresa, que continua a partir de 2018 e até 2020, é a de se centrar na exploração e produção do pré-sal, tudo isso sob uma nova lei relativa aos leilões de partilha. A imediata consequência desse processo foi em pouco tempo uma maior presença das *majors* – Sheel, BP, Chevron-Mobil, Statoil-Equinor, China National Corporation (CNPC), China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), Repsol, Total, Qatar Petroleum (QPI), Petrogal, etc. – na operação de campos e na exploração de vastas áreas dos blocos do pré-sal leiloados entre 2017 e 2018.

Capítulo 3

A pesquisa nos jornais em 2017. Análises de discurso e sua contextualização

Como relatamos na Introdução deste livro, a pesquisa centrada nas matérias dos jornais recentes se baseou numa amostra de 202 notícias sobre a Petrobras. Para melhor visualização e análise desse material, identificamos, primeiramente, a quantidade de matérias publicadas por jornais. Em seguida, dividimos esse material em grupos por assuntos, palavras-chave, temas por editoriais, as fontes dos jornais, os “gêneros jornalísticos” em que as matérias foram inseridas, os contextos das matérias, os tipos de informação. Por fim, procuramos qualificar as notícias e analisar os principais temas abordados.

Números de matérias publicadas por jornais e assuntos abordados

Em relação à quantidade de matérias publicadas, constatamos que os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, dois capixabas, foram os que mais colocaram em evidência a Petrobras durante a nossa análise, seguidos pelo *Jornal do Brasil*. Revela-se, desse modo, o interesse dos jornais locais relacionado à importância econômica da presença da Petrobras no Espírito Santo e, também, no Rio de Janeiro.

Tabela 2 – Lista de jornais e número de matérias estudadas

Jornal	Quantidade	Porcentagem
A Gazeta	34	16,8
A Tribuna	34	16,8
Notícia Agora	2	0,99
Metro Jornal (*)	3	1,48
Gazeta Online	16	8
Século Diário	2	0,99
Folha Vitória (*)	24	11,8
Jornal do Brasil	30	14,85
Folha de S.Paulo	16	8
O Estado de São Paulo	21	10,39
O Globo	20	9,9
Total	202	100

(*) Jornais gratuitos, distribuídos em Vitória (ES).

Elaboração própria.

Palavras-chave

As palavras-chave são um resumo dos temas principais de um texto. Identificam as ideias principais e os temas de importância que servem para construir os efeitos de sentido dos textos e as mensagens que o destinador (no nosso caso, os jornais) quer passar para o destinatário (os leitores).

A seguir descrevemos as palavras mais utilizadas pelos meios de comunicação, para definirmos cada tema durante a nossa pesquisa sobre a Petrobras:

Quadro 2 – Palavras mais utilizadas pelos meios de comunicação para definir cada tema sobre a Petrobras

Assuntos	As palavras-chave
<i>Royalties</i>	Fundo. Repasse. Montante. Alívio fiscal.
Leilões	Pré-sal. Rodadas. Licitações. <i>Royalties</i> . Investimentos. Ágio. Bônus. Leilões.
Produção e exploração	Competição. Exploração. Produção. <i>Royalties</i> . Opep*. Barril. Investimentos. Demanda. Preço. Ouro negro.
Reajustes de preços de combustíveis	Reajustes. Preço médio. Tributação. Alíquota. Inflação. Política de preços. Ajustes. Aumento. Abastecimento.
Corrupção	Lava Jato. Propina. Desvio. Corrupção. Lavagem de dinheiro. Delação. Delator. Delação premiada. Vantagens indevidas. Prática ilícita. Esquema. Organização criminosa. Roubalheira. Perdas. Superfaturamento. Operação. Operação Lava Jato. Auditoria. Fraude. Crime organizado. Interferência. Investigação. Operações fraudulentas. Rombo. Intervenção. PT.
Governança	Escândalos. Corrupção. Endividamento. Política de preços. Petroleira. Dívida. Lucro. Governança. Desinvestimentos. Ações. Mercado. Prejuízo. Lava Jato. Perdas. Lucros. Reestruturação. Roubalheira. Prejuízos. Capacitação. Gestão. Investimentos. Benefícios. Empregos. Atrativos. Remuneração. Ações. Investimento. Títulos. Estatal. Gigante. Pré-sal. Produção. Ouro negro. Barril. Petroleira. Bolsas.

(*) Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep).

Elaboração própria.

Como se nota, os assuntos “corrupção” e “governança” são os que mais têm palavras-chave, e isso revela o espírito geral da imprensa em 2017 e seu empenho em produzir um consenso sobre esses aspectos em relação à Petrobras.

Matérias por editorias

Neste subcapítulo, apresentamos a forma como os textos jornalísticos foram enunciados por editorias. Respeitamos as nomeações das editorias dos próprios jornais. O destaque foi para a editoria de Economia, com 159 enunciações, equivalente a 79,1 % dos fatos noticiosos. Isso é compreensível uma vez que a Petrobras é uma empresa importante para a economia do país e que a economia é, também, economia política. Bem logo atrás da editoria de Economia vem, justamente, a de

Política, com 31 registros, com 15,42 % das reportagens. Como boa parte das matérias sobre corrupção na Petrobras foi publicada nessa seção, isso pode indicar, de certa maneira, as intenções dos jornais em criminalizar a política.

Tabela 3 – Matérias dos jornais por editoriais

Jornal	Economia	Política	Brasil/País	Opinião	Cultura	Cidades	Leitor	Emprego	Total
<i>A Gazeta</i>	19	10	-	1	1	2	1	-	34
<i>A Tribuna</i>	18	14	-	1	-	-	1	-	34
<i>Noícia Agora</i>	-	-	-	-	-	2	-	-	2
<i>Metro</i>	2	-	1	-	-	-	-	-	3
<i>Gazeta Online</i>	14	1	-	-	-	-	-	1	16
<i>Século Diário</i>	2	-	-	-	-	-	-	-	2
<i>Folha Vitória</i>	23	1	-	-	-	-	-	-	24
<i>Jornal do Brasil</i>	28	1	1	-	-	-	-	-	30
<i>Folha de S.Paulo</i>	15	1	-	-	-	-	-	-	16
<i>O Estado de São Paulo</i>	18	3	-	-	-	-	-	-	21
<i>O Globo</i>	20	-	-	-	-	-	-	-	20
Total	159	31	2	2	1	4	2	1	202

Elaboração própria.

Tabela 4 – Número de matérias por editoriais

Editoriais	Quantidade	Porcentagem
Economia	159	78,71
Política	31	15,35
Brasil/País	2	0,99
Opinião	2	0,99
Cultura	1	0,49
Cidades	4	1,99
Leitor	2	0,99
Emprego	1	0,49
Total	202	100

Elaboração própria.

As editorias servem para organizar o material noticioso por temas. Como os nomes já indicam, a editoria de Economia trata de assuntos econômicos e a de Política trata de assuntos políticos. Brasil ou País é a editoria com temas generalizados sobre o nosso país. A de Opinião é destinada a artigos assinados por especialistas ou colunas assinadas. A de Cultura é ocupada com material que envolve manifestações culturais. A de Cidades é destinada para fatos específicos da cidade onde o jornal circula. A editoria Leitor é o espaço reservado para os leitores se manifestarem sobre determinada reportagem, dando seus comentários, e a editoria Emprego é o local responsável para divulgar concursos públicos e vagas de empregos.

Vale ressaltar que nem todas as notícias obedecem a um critério rigoroso de distribuição espacial nos jornais, uma vez que distribuir as reportagens por editorias é uma tarefa não tão fácil como se imagina. Além disso, em uma mesma reportagem vários temas são abordados, e um assunto sobre cultura, por exemplo, pode ser veiculado na editoria de Cultura, na de Cidades ou em País, e o mesmo pode acontecer com outros temas.

Muitas vezes, por motivos operacionais ou comerciais, uma matéria que estava destinada para sair numa editoria passa para outra para dar espaço a um anúncio publicitário. Para os jornais, a localização de uma publicidade é mais importante, em termos de espaço ocupado no jornal e dos ganhos econômicos que disso advêm, do que uma reportagem. As agências de publicidades compram os espaços nos jornais e definem em que espaço da publicação o anúncio do seu cliente deve ser inserido, e muitas vezes há matérias que se fazem passar por artigo, mas que de fato são espaços comprados por anunciantes. Vale enfatizar que a grande mídia de que tratamos vive de anúncios. Ela se apresenta como uma empresa como outra qualquer e visa a obtenção de lucro, o que já nos deveria prevenir para as notícias que veiculam. E os jornais estão em crise no Brasil com a queda da circulação do jornal em papel e uma não compensação proporcional pela difusão dos mesmos jornais pela internet, além do fato de que eles sofrem também a concorrência na captação da publicidade por parte, entre outros, de Google e Facebook, empresas mastodontes que exercem um monopólio sobre determinados tipos de serviços em rede. Outro tipo de jornalismo existe e depende dos assinantes, mas, infelizmente, ele é minoritário, mesmo se ele se desenvolve com vigor por meio da internet. Essa situação da grande mídia comercial contribui para fragilizar ainda mais a própria

democracia, pois os jornais deveriam ser os mediadores em uma sociedade complexa das informações, procurando informar o cidadão para que ele procure se posicionar frente às escolhas políticas.

A divisão em editorias, apesar de toda a dificuldade enunciada, é de grande importância para identificarmos determinados conjuntos de matérias, e o modo como elas foram organizadas no jornal revelam o que pensam os editores e os donos dos jornais. A divisão é fundamental para que os leitores possam reconhecer os assuntos sobre os quais têm interesse, mas indica também uma ideologia, um filtro de interpretação do mundo.

As fontes jornalísticas

As fontes dos jornais deveriam ser as mais diversas possíveis, instituições, organizações públicas e privadas, representantes das diversas esferas da sociedade e do Estado, que direta ou indiretamente estão envolvidos nos fatos divulgados pelos jornais. É por meio das fontes que os jornalistas obtêm as informações para transmitir as mensagens ao público. Vale ressaltar ainda que o número das fontes encontradas nos jornais pesquisados ultrapassa a quantidade de matérias, pois algumas foram elaboradas com mais de uma fonte jornalística. Um ponto que temos que destacar é que o jornal *O Estado de São Paulo*, na construção dos dezesseis registros informacionais por nós pesquisados, utilizou ao todo 44 fontes jornalísticas, uma média de 2,75 fontes por matéria (Tabela 5). No entanto, mais importante é vermos a distribuição entre os diferentes setores sociais e a qualidade destas fontes (Tabela 6).

Tabela 5 – Fontes das matérias por jornal

Jornal	Oficiais	Empresariais	Petrobras	Institucionais	Especialistas	Sindicato	Depoimentos	Sem identificação	Total
<i>A Gazeta</i>	11	-	7	3	6	1	1	9	38
<i>A Tribuna</i>	10	1	3	5	6	1	4	7	37
<i>Notícia Agora</i>	-	-	-	-	-	1	1	-	2
<i>Metro</i>	2	-	-	1	-	1	-	-	4
<i>Gazeta Online</i>	5	-	10	9	-	-	3	1	28
<i>Século Diário</i>	1	-	-	-	-	-	1	1	3
<i>Folha Vitória</i>	-	-	10	6	2	1	8	3	30
<i>Jornal do Brasil</i>	8	-	6	9	1	-	5	11	40
<i>Folha de S.Paulo</i>	6	-	4	12	7	3	-	1	33
<i>O Estado de São Paulo</i>	-	-	9	5	15	9	5	1	44
<i>O Globo</i>	4	5	9	-	8	3	5	-	34
Total	47	6	58	50	45	20	33	34	293

Elaboração própria.

Tabela 6 – Distribuição das fontes das matérias

Fontes	Quantidade	Porcentagem
Oficiais	47	16,04
Empresariais	6	2,05
Petrobras	58	19,80
Institucionais	50	17,06
Especialistas	45	15,36
Sindicatos	20	6,83
Depoimentos	33	11,26
Sem identificação	34	11,6
Total	293	100

Elaboração própria.

Durante as análises dos textos, identificamos as fontes que serviram para os jornalistas construir seus textos. Dividimos em oito grupos: 1 – Oficiais (autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público); 2 – Empresariais (donos de empresas e postos de gasolina); 3 – Petrobras (presidente, diretores e trabalhadores da empresa); 4 – Institucionais (Agência Nacional do Petróleo, partidos políticos, Opep, etc.); 5 – Especialistas (professores universitários, consultores, analistas); 6 – Sindicatos (de donos de postos de gasolina e de trabalhadores da Petrobras); 7 – Depoimentos (de pessoas comuns, depoimentos de delação, informações extraídas em relatórios do Tribunal de Contas da União ou informações de outros órgãos de imprensa, como *Globo News* ou *Agência Estado*, por exemplo); 8 – Sem identificação (as matérias foram redigidas sem identificação de onde os jornalistas tiraram as informações para elaboração do material informativo).

Nas análises verificamos que os jornais, para produzirem o material noticioso sobre a Petrobras, utilizaram, em primeiro lugar, as fontes da própria estatal, que representaram 19,79 % das fontes. Isso é um problema, pois assim não se tem o ponto de vista dos sindicatos dos trabalhadores (Federação Única dos Petroleiros e Federação Nacional dos Petroleiros), que no universo pesquisado corresponderam a uma parte tão somente dos 6,8 % das matérias – como se não bastasse isso, as fontes sindicais incluem também os sindicatos dos donos de poços de gasolina.

A segunda fonte em ordem de importância foi a Institucional, com 17,06 % do material. São fontes como a ANP e as empresas que estão envolvidas direta ou indiretamente com a estatal. Em terceira posição nas fontes se encontram aquelas Oficiais, com 16,04 %. Adicionando-se as fontes Oficiais às da própria Petrobras e às Institucionais (estas representando também, em parte pelo menos, uma visão oficial dos governantes que detêm o controle acionário da empresa) chega-se a um total de 53 % das fontes com um viés investigativo. Isso revela a forma mesma como as matérias foram construídas com uma visão unívoca sobre a economia e sobre a maneira neoliberal de tratar a empresa, conforme constataremos mais detalhadamente no capítulo “Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais”.

Os Especialistas também foram uma fonte significativa das matérias, mais de 15 %. Mas de quais especialistas se está falando? Quem define qual especialista entrevistar? De fato, entrevistar um economista que pertence à corrente dominante

neoliberal – que defende privatizações e a redução do tamanho da Petrobras – é uma coisa; e entrevistar um economista heterodoxo – e que pensa na função estratégica e geopolítica do petróleo e nos efeitos sobre a economia nacional quando se orientam as demandas da empresa para o mercado local – é outra coisa. No entanto, essas escolhas dos jornais não são explicitadas, o que já indica a existência de viés nas matérias publicadas.

Os gêneros jornalísticos

Os gêneros jornalísticos objetivam orientar os leitores a lerem os jornais, permitindo a identificação das formas e dos conteúdos. Servem também como um diálogo entre o jornal e o leitor.

Tabela 7 – Gênero jornalístico por jornal

Jornal	Reportagem	Notícia	Nota	Artigo	Fala, leitor	Editorial	Charge	Total
A Gazeta	11	8	10	3	1	1	-	34
A Tribuna	12	3	19	-	-	-	-	34
Notícia Agora	1	-	1	-	-	-	-	2
Metro	2	1	-	-	-	-	-	3
Gazeta Online	14	2	-	-	-	-	-	16
Século Diário	2	-	-	-	-	-	-	2
Folha Vitória	10	13	1	-	-	-	-	24
Jornal do Brasil	15	15	-	-	-	-	-	30
Folha de S.Paulo	11	3	1	-	-	-	1	16
O Estado de São Paulo	21	-	-	-	-	-	-	21
O Globo	15	3	2	-	-	-	-	20
Total	114	48	34	3	1	1	1	202

Elaboração própria.

Tabela 8 – Distribuição de gêneros jornalísticos

Gêneros jornalísticos	Quantidade	Porcentagem
Reportagem	114	56,43
Notícia	48	23,76
Nota	34	16,83
Artigo	3	1,48
Fala, leitor	1	0,50
Editorial	1	0,50
Charge	1	0,50
Total	202	100

Elaboração própria.

O gênero reportagem foi predominante (56 % do total). As reportagens são um relato ampliado de um acontecimento e, para tanto, normalmente, o jornalista deve ir ao local para apurar os fatos e deve utilizar fontes jornalísticas. A notícia é um puro registro dos fatos, mas sem entrevistas. Já a nota é um relato de um acontecimento, comumente redigida em um parágrafo. Por sua vez, o artigo traz interpretações ou opiniões de pessoas, que não precisam ser necessariamente jornalistas, e é sempre assinado. O gênero da seção “Fala, leitor” (ou “Cartas” ou ainda “Coluna do leitor”) é um recurso por meio do qual o leitor pode expressar seus pontos de vista e opiniões. O editorial é um texto que expressa a opinião oficial do jornal sobre os acontecimentos de maior repercussão. E a charge é uma imagem de uma opinião, em forma satírica.

Percebemos que os jornais trataram o tema Petrobras e seus produtos com relevância, uma vez que o gênero jornalístico mais utilizado para a produção do material noticioso foi a reportagem (56 %). A imprensa, nesse caso, se preocupou em produzir reportagens mais elaboradas, com mais informações e com fontes para dar credibilidade àquilo que ela quis passar para os seus leitores. Porém essa credibilidade fica comprometida pelas fontes utilizadas e, também, a posição do jornal acaba se revelando nestas reportagens, sobretudo quando se trata de tema tão sensível politicamente como a Petrobras e sua relação com a instabilidade política do país (esse tema será melhor abordado no capítulo seguinte, com a análise dos temas publicados). A notícia também teve uma boa representação, com 23,76 % das informações sobre a Petrobras.

Os contextos das matérias dos jornais

O contexto ajuda a compreender a mensagem. São as circunstâncias e o filtro dos donos dos jornais e dos editores que definem o contexto, se é econômico, político ou cultural. Percebemos nas análises que uma reportagem remete a mais de um contexto, por isso que o número final de contexto é superior ao número total dos registros.

Tabela 9 – Contextos das matérias por jornal

Jornal	Econômico	Político	Judicial	Administrativo	Cultural	Total
<i>A Gazeta</i>	25	8	6	2	2	43
<i>A Tribuna</i>	22	11	9	5	-	47
<i>Noícia Agora</i>	2	-	-	-	-	2
<i>Metro</i>	2	-	1	-	-	3
<i>Gazeta Online</i>	14	1	3	-	-	18
<i>Século Diário</i>	1	1	1	-	-	3
<i>Folha Vitória</i>	16	-	1	2	-	19
<i>Jornal do Brasil</i>	25	-	4	2	-	31
<i>Folha de S.Paulo</i>	13	2	2	2	1	20
<i>O Estado de São Paulo</i>	15	3	1	6	-	25
<i>O Globo</i>	18	-	1	1	-	20
Total	153	26	29	20	3	231

Elaboração própria.

Tabela 10 – Distribuição dos contextos das matérias

Contexto	Quantidade	Porcentagem
Econômico	153	66,23
Judicial	29	12,55
Político	26	11,26
Administrativo	20	8,66
Social/cultural	3	1,30
Total	231	100

Elaboração própria.

Nesse tópic, a maioria dos fatos noticiosos ficou restrita ao contexto econômico, representando 66,23 % de todo material informativo. Foram matérias sobre leilões de blocos para exploração e produção de petróleo e gás, reajustes nos preços dos combustíveis e *royalties*, o que condiz com a predominância já constatada das matérias na editoria de Economia dos jornais (79 % das editorias). No contexto político (11,25 % das matérias) temos as notícias sobre os *royalties* e ações políticas dos governos estaduais e federal, o que também acompanha a importância das matérias constatadas nas editorias de Política (15,4 %). Os casos de corrupção envolvendo a Petrobras alimentaram o contexto judicial (12,55 %). O contexto administrativo (8,65 %) trata das estratégias de gestão da empresa. E o contexto cultural remete aos fatos culturais da empresa (somente três matérias tratavam desse tema). Nas matérias identificamos uma nítida identidade e proximidade entre os contextos político, econômico e policial-judiciário.

Os tipos de informação

Tabela 11 – Distribuição de matérias informativas, explicativas e opinativas por jornal

Jornal	Informativa	Explicativa	Opinativa
<i>A Gazeta</i>	34	30	9
<i>A Tribuna</i>	34	33	6
<i>Notícia Agora</i>	2	2	-
<i>Metro</i>	3	3	-
<i>Gazeta Online</i>	16	16	1
<i>Século Diário</i>	2	2	1
<i>Folha Vitória</i>	24	24	-
<i>Jornal do Brasil</i>	30	30	-
<i>Folha de S.Paulo</i>	16	15	1
<i>O Estado de São Paulo</i>	21	21	4
<i>O Globo</i>	20	20	-
Total	202	196	22

Elaboração própria.

Tabela 12 – Número de matérias informativas, explicativas e opinativas

Classificação	Quantidade	Porcentagem sobre o total das matérias analisadas
Informativa	202	100
Explicativa	196	97,02
Opinativa	22	10,89

Elaboração própria.

Nas tabelas 11 e 12, verificamos que o material informativo atingiu os 100 % do nosso *corpus* de análise, pois qualquer registro noticioso já é informativo, está informando alguma coisa ou algo. Entretanto, desses 202 registros, 97,02 % deles, além de informarem algo, tinham o produtor da informação que também explicava a matéria – o que é função primordial do jornalismo, desde que exercida com criticidade. Praticamente todas as reportagens são informativas e explicativas, ou seja, elas informam o acontecimento e explicam o porquê dos fatos. É a famosa regra do jornalismo: o que aconteceu; quem está envolvido nos fatos; quando ocorreu; onde aconteceu; como aconteceu; por que aconteceu. Em 10,89 % do material da pesquisa o autor do texto também se manifestou dando a sua opinião ou fazendo algum julgamento. Porém, a partir das matérias identificadas, se constata que, dependendo do viés das fontes, da forma dominante de abordagem da própria informação e explicação, se revelam de maneira implícita ou explícita as opiniões dos jornalistas, editoriais e dos jornais, pois se seleciona o que vai ser abordado, como vão ser abordados os fatos, de forma a privilegiar um ponto de vista, mesmo se os atores da produção da notícia muitas vezes não têm consciência do que fazem.

Às vezes, no registro informativo, como o nome já diz, o autor do texto só informa determinado fato, mas não explica. Isso é muito utilizado em notas das colunas dos jornais. É o que ocorre no exemplo a seguir, publicado em *A Gazeta* em 29 de outubro de 2017, em que o produtor do texto não explica aos seus leitores por que somente em alguns anos aconteceria o pico de demanda do petróleo: “Um dos palestrantes de ontem do Encontro Empresarial, Márcio Félix, secretário de Petróleo e Gás do Ministério das Minas e Energia, previu que o pico de demanda do petróleo vai acontecer daqui a 10 ou 15 anos” (A GAZETA, 29 out. 2017, p. 12).

A matéria explicativa, além de informar sobre um acontecimento, traz uma explicação, como dissemos. Todavia, vejamos o caso do artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 17 de julho de 2017:

Os escândalos de corrupção na Petrobras e sua política de preços levaram a estatal brasileira a ser a empresa de petróleo mais endividada do mundo [...]. “A empresa, que tem uma dívida de cerca de US\$ 125 bilhões, tem a previsão de que sua produção seja reduzida a 2,1 milhões de barris por dia, ainda que espere alcançar 2,7 milhões em 2020”, apontou. [...]. Um dos responsáveis por essa dívida teria sido a política de preços da Petrobras. A empresa, de acordo com a OMC, foi “cobrindo a diferença entre os preços do mercado mundial e o preço nacional (de combustíveis)”. “Essa política custou à empresa bilhões de dólares e contribuiu para convertê-la na empresa petroleira mais endividada do mundo”, constatou a OMC. De acordo com o informe, a “política parece ter provocado nos últimos anos uma perda nas vendas de petróleo de cerca de R\$ 60 bilhões (US\$ 17,4 bilhões) (CHADE, 2017).

Nesse artigo, denota-se um viés na abordagem do tema, pois o jornalista indica uma leitura amputada dos fatos sobre o endividamento da Petrobras. Isso porque pelo menos em boa parte, esse endividamento foi consequência dos investimentos de monta que a empresa realizou para explorar o pré-sal no passado e cujos frutos se colhem hoje em dia com o aumento exponencial da produção de petróleo no pré-sal. A matéria citada não explica ou contextualiza o fato, não explicitando que a principal causa do aparentemente elevado endividamento da empresa em relação a seu faturamento pode estar associada com a queda do faturamento, pois os ganhos da Petrobras caíram muito em função da queda dos preços do petróleo até fins de 2017. Isso repercutiu na diminuição da entrada de recursos para a empresa e nas taxas relativas de endividamento em relação ao seu faturamento. Quanto à parte da matéria relativa à política de preços da empresa que teria levado a essa dívida, ela é parcialmente verdadeira quando fala de subsídios para o preço dos combustíveis, mas não leva em conta que uma correção de rumo implementada pela gestão Pedro Parente em 2017 colocou o país numa situação de paralisia com a greve dos caminhoneiros em 2018 contra os preços estratosféricos dos combustíveis que se

regulavam e se regulam pelo preço internacional em dólar. Há que se perguntar se o melhor é encarecer os preços internos baseando-se nos preços internacionais e levar a uma crise social ou preferir manter os preços internos baseados nos custos internos da produção das refinarias que são da própria Petrobras e ajustar os subsídios sobre os preços em função da situação econômica da empresa. A matéria invoca também a corrupção – outro tema dominante e ao qual voltaremos em muitas ocasiões, em particular no capítulo “Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais” – de maneira genérica, pois essa famosa corrupção foi extremamente limitada em termos de representação sobre o volume de recursos que possui a Petrobras. Quanto às previsões que o jornal invoca, na matéria citada, sobre a produção de Petróleo, elas se revelaram inverídicas, pois a Petrobras em 2017 produziu (2,7 milhões de barris) aquilo que é dito que seria produzido somente em 2020, e esse total representou à época 94 % da produção nacional de petróleo.

Constata-se, como no caso do exemplo citado, que as reportagens que são explicativas na maior parte do tempo apresentam, implícita ou explicitamente, a opinião de quem escreve, mesmo se elas nos revelam informações que possam ser relevantes, e, por isso, elas são opinativas.

Em relação às matérias explicitamente opinativas, como o nome também já diz, o produtor da matéria se posiciona mais claramente, como no caso desse exemplo, publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 27 de setembro de 2017: “Ainda assim, essa cultura antiga se perpetua, tanto que dificilmente se pensa em otimizar custos [...]. O resultado é que, hoje, com o preço do petróleo bem menor, a disposição da indústria é mais tímida e o clima de otimismo foi substituído por uma grande frustração”.

As matérias qualificam, desqualificam ou são “neutras” em relação à Petrobras

Tabela 13 – Distribuição por jornal de matérias que qualificam, desqualificam ou se apresentam como “neutras” em relação à Petrobras

Jornal	Qualifica	Desqualifica	“Neutra	Total
A Gazeta	13	19	2	34
A Tribuna	13	20	1	34
Notícia Agora	-	2	-	2
Metro	-	3	-	3
Gazeta Online	11	5	-	16
Século Diário	-	2	-	2
Folha Vitória	12	12	-	24
Jornal do Brasil	18	10	2	30
Folha de S.Paulo	6	10	-	16
O Estado de São Paulo	15	6	-	21
O Globo	14	6	-	20
Total	102	95	5	202

Elaboração própria.

Tabela 14 – Distribuição de matérias que qualificam, desqualificam ou se apresentam como “neutras” pelos jornais em relação à Petrobras

Classificação	Quantidade	Porcentagem
Qualifica	102	50,5
Desqualifica	95	47,03
“Neutra”	5	2,47
Total	202	100

Elaboração própria.

Qualificar alguma coisa é atribuir qualidade. Percebemos que, por um lado, 50,49 % do material informativo da nossa pesquisa em relação ao ano de 2017 qualificaram a Petrobras. Reportagens sobre a “nova” gestão e reestruturação da estatal a partir do mandato do presidente Pedro Parente, que iniciou em 2016, sobre a contratação de trabalhadores, as licitações para exploração e produção de petróleo, entre outras, foram matérias positivas para a empresa.

Por outro lado, 47,02 % a desqualificaram, sobretudo em relação à gestão anterior à de Pedro Parente e do governo Temer. Isso se constata nas reportagens sobre a corrupção na estatal ou sobre o aumento de preços dos derivados de petróleo, pelo déficit no fundo de previdência dos trabalhadores e o endividamento da empresa, entre outros assuntos.

Apesar de não acreditarmos que existe neutralidade em um texto, pois todo texto traz a visão de mundo do seu produtor, consideramos 2,47 % do material como relativamente “neutro”, pois não conseguimos perceber um julgamento de valor aparente em seu conteúdo.

A qualificação ou não das matérias em relação à Petrobras será aprofundada no capítulo seguinte, quando analisaremos os temas relevantes abordados nos jornais e a posição deles em relação a duas épocas com distintos governos.

As matérias são positivas, negativas ou “neutras” em relação à Petrobras

Tabela 15 – Distribuição por jornal de matérias positivas, negativas ou que se apresentam como “neutras” em relação à Petrobras

Jornal	Positivas	Negativas	“Neutras	Total
<i>A Gazeta</i>	13	19	2	34
<i>A Tribuna</i>	13	20	1	34
<i>Notícia Agora</i>	-	2	-	2
<i>Metro</i>	-	3	-	3
<i>Gazeta Online</i>	11	5	-	16
<i>Século Diário</i>	-	2	-	2
<i>Folha Vitória</i>	12	12	-	24
<i>Jornal do Brasil</i>	18	10	2	30
<i>Folha de S.Paulo</i>	6	10	-	16
<i>Estado de São Paulo</i>	15	6	-	21
<i>O Globo</i>	14	6	-	20
Total	102	95	5	202

Elaboração própria.

Tabela 16 – Distribuição de matérias positivas, negativas ou que se apresentam como “neutras” pelos jornais em relação à Petrobras

Classificação	Quantidade	Porcentagem
Positivo	102	50,50
Negativo	95	47,02
“Neutro”	5	2,48
Total	202	100

Elaboração própria.

Nessa última análise, a perspectiva é praticamente a mesma da anterior. Verificamos se as matérias foram positivas, negativas ou “neutras” para a empresa. Vale ressaltar que, nesse caso, a análise se preocupou com o efeito de sentido que passa para o leitor. Nota-se que a maioria das matérias (mais de 50 %) foi positiva e se refere ao período com Pedro Parente à frente da empresa.

Temos uma reportagem, por exemplo, que versa sobre a alta no preço do barril de petróleo e sobre a reunião da Opep, que objetivou firmar uma extensão de um acordo que diminuiu a produção de petróleo em nível mundial, fazendo o preço do barril de petróleo aumentar. A princípio seria uma matéria negativa para o consumidor, mas a construção das estratégias discursivas do jornal faz com que a mensagem passe como positiva, pois, com o barril aumentando, também aumentam o faturamento da Petrobras e os *royalties*, etc.

O inverso aconteceu com algumas matérias sobre o endividamento da Petrobras. Os jornais informaram que a empresa está agindo para que a dívida diminua. Apesar de ser uma ação positiva, o que se passa é uma visão negativa, de uma empresa com dívidas e que foi corrupta e mal administrada anteriormente, e que teria sido salva pela administração de Pedro Parente. Os jornais demonstram, assim, mais uma vez, o partido que tomaram nestas abordagens.

Capítulo 4

Análises de temas sobre a Petrobras publicados nos jornais

Neste capítulo, destacamos os principais temas abordados pelos jornais como fatos noticiosos. É interessante notar quais foram os assuntos enunciados por eles, visando um melhor entendimento do que representa a Petrobras para cada mídia. Evidentemente, se, por um lado, a seleção de temas busca sintetizar o que se aborda, por outro lado, ela faz parte de uma escolha que fizemos para tornar legível a estrutura significativa dos discursos jornalísticos.

Assim, esperamos revelar certa perspectiva simbólica construída pelos jornais analisados. Para uma melhor visualização dos assuntos e buscando um melhor aproveitamento nas análises, as reportagens foram divididas em seis grandes temas: *Royalties*, Leilões, Exploração e produção, Reajustes de preços, Corrupção e Governança, conforme tabelas 17 e 18.

Tabela 17 – Número de notícias por temas analisados pelos jornais

Jornal	Royalties	Leilões	Exploração e produção	Reajustes de preços dos combustíveis	Corrupção	Governança	Total
A Gazeta	7	3	3	11	6	4	34
A Tribuna	5	6	3	7	8	5	34
Noção Agora	-	-	-	2	-	-	2
Metro	-	-	-	2	1	-	3
Gazeta Online	4	2	3	3	1	3	16
Século Diário	-	1	1	-	-	-	2
Folha Vitória	1	2	5	11	1	4	24
Jornal do Brasil	-	2	18	4	3	3	30
Folha de S.Paulo	-	1	-	7	2	6	16
O Estado de São Paulo	-	3	4	2	2	10	21
O Globo	-	8	2	3	3	4	20
Total	17	28	39	52	27	39	202

Elaboração própria.

Tabela 18 – Número de notícias por tema

Jornal	Quantidade	Porcentagem %
Reajustes de preços dos combustíveis	52	25,8
Exploração e produção	39	19,3
Governança	39	19,3
Leilões	28	13,9
Corrupção	27	13,3
Royalties	17	8,4
Total	202	100

Elaboração própria.

Percebemos que o tema dos reajustes de preços dos combustíveis e dos derivados de petróleo foi o mais anunciado no *corpus* da nossa análise, representando 25,74 % das matérias analisadas. É seguido por exploração e produção de petróleo e por governança, com 19,3 % cada um. Os leilões de blocos para exploração e produção de petróleo foram o quarto assunto mais discutido, representado 13,86 %

das análises. Por último, os temas corrupção e *royalties* corresponderam a 13,36 % e 8,41 %, respectivamente. Nas próximas páginas, vamos analisar cada assunto separadamente e tratando-os criticamente. É sempre bom lembrar que quantidade não é necessariamente sinônimo de maior poder simbólico, no que se refere às posições que os jornais adotam nas matérias; assim, uma quantidade inferior de matérias sobre um tema como a corrupção pode ter um efeito mais durável e devastador que o de outros temas abordados em uma quantidade superior de matérias.

Os *royalties* e as participações especiais em disputa

O tema *royalties* (incluindo-se as participações especiais) teve dezessete registros, representando 8,41 % do total do nosso *corpus* de estudo. Percebemos que todos os registros foram de jornais locais, o que é compreensível em se tratando de um assunto de interesse para as finanças municipais e estadual capixabas. No jornal *A Gazeta*, foram sete registros, quase a metade de todas as notícias. A seguir, faremos uma rápida contextualização a partir da legislação sobre cobrança e distribuição de *royalties*.

Os *royalties* e as participações especiais são compensações sob a forma de renda pagas à sociedade por intermédio do Estado. São calculados pelo Poder Executivo, representado pela ANP, em função da alíquota e da distribuição – definidas pela legislação – para os entes federados. O montante dos *royalties* depende, por outro lado, do preço, da quantidade e das especificidades do produto e da localização do campo. Como o essencial da produção brasileira de petróleo está no mar, é daí que vem o essencial dos *royalties* e das participações especiais.

A seguir, abordaremos de maneira sucinta a forma como essas rendas territoriais são tratadas pela legislação, para em seguida analisar as matérias dos jornais que tratam dessa questão, em particular no Espírito Santo.

Breve comentário sobre a concentração territorial da distribuição de royalties e de participações especiais

O **regime de concessão** foi regulamentado pela Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei do Petróleo, permitindo a cessão em leilões dos blocos de exploração. Nesse regime, o “concessionário exerce por sua conta e risco as atividades de

exploração, adquire a propriedade dos hidrocarbonetos eventualmente produzidos e paga, ao poder concedente, participações governamentais” (BRETAS *et al.*, 2019, p. 10). Assim, após pagamentos de tributos e taxas, a empresa concessionária possui os direitos sobre o óleo e gás produzido.

Essa lei introduziu modificações à legislação anterior em relação às alíquotas e à forma de distribuição dos *royalties*, que variam de um mínimo de 5 % até 10 % sobre a produção. A lei traz um detalhamento quanto à distribuição dos *royalties* relativos à alíquota de 5 % e àquela que excede a 5 % e que pode ir até o limite de 10 % sobre a receita bruta da produção. Além da modificação dos *royalties*, essa lei introduziu outra forma fundamental de renda paga aos diferentes entes federados pelas empresas produtoras. Trata-se da **participação especial**, que constitui uma “compensação financeira extraordinária” devida, trimestralmente, pelos concessionários das atividades de produção de petróleo e gás natural e que incide sobre os campos que tenham um grande volume de produção ou uma grande rentabilidade, conforme os critérios estabelecidos no art. 22 do Decreto n. 2.705, de 3 de agosto de 1998.

O **regime de partilha** foi introduzido pela Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispôs sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, e que criou os fundos sociais, constituídos com as rendas do petróleo. Essa lei alterou a forma de acesso das empresas ao petróleo, instaurando a participação obrigatória da Petrobras nos consórcios dos leilões, bem como a obrigatoriedade de a estatal ser a operadora dos campos e ter no mínimo 30 % de participação nos consórcios formados para a exploração dos campos. O propósito da legislação aqui era o de garantir o controle do processo de produção e da cadeia de tecnologia pela Petrobras.

Essa lei foi modificada pela Lei n. 13.365, de 29 de novembro de 2016, de autoria do senador José Serra. Foram retiradas a obrigatoriedade da participação da Petrobras em no mínimo 30 % nos consórcios de exploração e a obrigatoriedade de a estatal ser a operadora. A Petrobras continua, por lei, podendo exercer seu direito de preferência para ter até 30 % de participação nos blocos a serem leiloados, porém diversas declarações de membros do governo de Bolsonaro e de parlamentares indicam que se pretende também acabar com esse mecanismo que ainda resta do regime de partilha.

As leis aprovadas entre 2010 e 2013 durante o governo Dilma Rousseff visavam, no geral, à proposição de um novo marco regulatório para o setor do petróleo, introduzindo, além do regime de partilha comentado antes, a concessão denominada de **cessão onerosa** das áreas do pré-sal (sobre a qual voltaremos a falar adiante) por meio da Lei n. 12.276, de 30 de junho de 2010 e a criação da empresa Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) por meio da Lei n. 12.351/2010 já citada.

O regime de partilha alterou, igualmente, no que nos interessa mais de perto aqui, a distribuição dos *royalties* e eliminou a renda relativa à participação especial, fixando uma alíquota única de 15 % que incide sobre a receita bruta da extração de petróleo e gás.

As mudanças se referiram não somente à exploração do polígono do pré-sal, mas também a todas as áreas de exploração do petróleo offshore em território nacional, alterando-se a distribuição de *royalties* em todos os regimes de exploração e produção. A distribuição definida no regime de concessão de 1997 e aquilo que estava previsto nas leis aprovadas em 2010 foram modificados por meio da Lei n. 12.734, de 30 de novembro de 2012, e da Lei n. 12.858, de 9 de setembro de 2013, que determinaram novas regras para a distribuição das rendas do petróleo nos regimes de partilha, de concessão e de cessão onerosa. Como veremos, a nova distribuição de *royalties* prevista na Lei n. 12.734/12 foi suspensa, e os critérios atuais, assim, seguem as regras estabelecidas pela Lei n. 9.478/97. Quanto à Lei n. 12.858/13, que versa sobre a aplicação em educação e saúde da totalidade dos *royalties* recebidos por todos os entes federados e em todos os regimes de produção, nos contratos celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012, ela ainda está em vigor. No entanto, em função da suspensão da Lei n. 12.734/12, o campo de aplicação da Lei n. 12.858/13 se restringirá essencialmente aos estados e municípios produtores e/ou afetados pela atividade produtiva do petróleo, ou seja, essencialmente àqueles estados em cujas águas territoriais se localizam os grandes campos do pré-sal (e principalmente o estado do Rio de Janeiro).

As modificações que foram introduzidas nas leis de redistribuição das rendas do petróleo pelo primeiro governo de Dilma Rousseff, a partir de um acordo difícil com o Congresso Nacional, visavam a uma melhor repartição territorial dos recursos originários das rendas do petróleo, redistribuindo a maior parte deles para o conjunto dos estados e municípios brasileiros, diminuindo proporcionalmente a parcela destinada aos estados e municípios produtores e confrontantes com campos e/ou afetados

por operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, e, desse modo, destinando boa parcela dessas rendas à educação e à saúde. Como informam Bretas e colaboradores (2019, p. 16), a Lei n. 12.858/13

[...] veio preencher a lacuna que existia na legislação quanto ao destino das receitas do petróleo, uma vez que determina a aplicação em educação (75 %) e saúde (25 %) de todas as receitas de *royalties* e participações especiais recebidas pela administração direta da União e demais entes federativos advindas do contrato de exploração do petróleo e gás celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012 quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva sob qualquer regime (concessão, partilha de produção ou cessão onerosa).

Ou seja, além de redistribuir territorialmente as rendas do petróleo oriundas da exploração em mar, elas seriam destinadas aos setores que mais necessitam de investimentos nos municípios e nos estados.

Os municípios e estados confrontantes e com instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás explorados no pré-sal pela legislação aprovada do **regime de partilha** deveriam ter passado, nesse novo regime, de um montante atual de 70 % do total dos *royalties* relativos às alíquotas de 5 % e de 52,5 % relativos às alíquotas que excedem 5 % para um percentual total de 29 % sobre os dois tipos de alíquotas. A principal parte (71 %) seria destinada a fundos sociais e a fundos especiais e distribuída para a União e os demais entes federados não produtores e não confrontantes de campos de petróleo e gás. Nesse novo regime não haveria mais participação especial (Quadro 3).

Quanto ao **regime de concessão**, também alterado pela Lei n. 12.734/12, ele seria reduzido: i) os estados e municípios confrontantes e produtores e os municípios de embarque e desembarque de petróleo e gás passariam de 70 % na alíquota de 5 % de *royalties* para 40 %, mas, com a redução gradual da parte dos municípios confrontantes até 2019, passando de 17 % para 4 %, se atingiria no total (municípios e estados) 27 % das rendas pagas; ii) na alíquota excedente a 5 % se passaria dos atuais 52,5 % para 40 %, porém, progressivamente, a redução da parte dos municípios confrontantes levaria esse percentual também a 27 %; iii) quanto à participação

especial, no total de estados e municípios ela passaria dos atuais 50 % para 39 %, mas, com a redução progressiva, ela deveria ter chegado a 24 % em 2019 (Quadro 3).

Em síntese, como vemos no Quadro 3, no regime de partilha *offshore* no pré-sal em contratos celebrados a partir de 2012, a União e os estados e municípios do país que não têm petróleo teriam, em 2018, 71 % das rendas petrolíferas. Por sua vez, os estados e municípios produtores e confrontantes e com instalações de embarque e desembarque de petróleo teriam 29 % das rendas.

Nos contratos celebrados no regime de concessão em *offshore* a partir de 2012, os estados e municípios que não têm petróleo passariam em 2019 (segundo as alíquotas de até 5 % e de mais de 5 %) de 30 % e 47,5 %, respectivamente, para 73 % das receitas. E os estados e municípios com petróleo e instalações de embarque e desembarque passariam, segundo essas alíquotas, respectivamente, de 70 % e 52,5 % para 27 % das rendas.

Quanto às participações especiais nesse regime de concessão *offshore*, nos contratos celebrados a partir de 2012, elas passariam, para os estados e municípios não produtores, dos atuais 50 % para 76 % em 2019; e haveria, para os estados e municípios produtores e confrontantes do petróleo, uma redução de 50 % para 24 % no mesmo período.

No regime de cessão onerosa, que em parte já foi modificado, a distribuição de *royalties* segue as mesmas regras aplicadas ao regime de concessão.

Quadro 3 – Repartição territorial dos royalties e participações especiais para a produção de petróleo offshore, segundo a legislação em vigor e a legislação contestada e paralisada há sete anos no Supremo Tribunal Federal

Entes federados	Atual repartição (concessão) royalties – alíquota 5 %	Atual repartição (concessão) royalties – alíquota excedente a 5 % até 10 %	Atual participação especial (concessão) – até 40 % de alíquota	Nova repartição royalties (concessão) aprovada, mas suspensa – alíquota 5 % (*)	Nova repartição royalties (concessão) aprovada, mas suspensa – alíquota excedente a 5 % até 10 % (*)	Nova repartição royalties (concessão) aprovada, mas suspensa – participação especial (*)	Nova repartição royalties do regime de partilha pré-sal, aprovada, mas suspensa – alíquota de 15 % (*)
Estados confrontantes	30 %	22,5 %	40 %	20 %	20 %	34 % (d)	22 %
Municípios confrontantes	30 %	22,5 %	10 %	17 % (a)	17 % (a)	5 % (a)	5 %
Municípios com instalações de embarque e desembarque	10 %	7,5 %	-	3 %	3 %	-	2 %
União (fundo social na nova repartição)	20 %	40 %	50 %	20 %	20 %	46 % (e)	22 %
Demais estados, DF e municípios	10 %	7,5 %	-	-	-	-	-
Demais estados e DF (fundo especial)	-	-	-	20 % (b)	20 % (b)	9,5 % (c)	24,5 %
Demais municípios brasileiros (fundo especial)	-	-	-	20 % (b)	20 % (b)	9,5 % (c)	24,5 %

(*) 75 % para educação e 25 % para saúde; (a) redução gradual até 2019 para 4 %; (b) majorado gradualmente até 2019 para 27 %; (c) majorado gradualmente até 2019 para 15 %; (d) deverá ser reduzido gradualmente a 20 % até 2018; (e) majorado até 2016 a 46 %.

Fonte: Bretas e colaboradores (2019); Brasil (1997, 1998, 2010, 2012, 2013, 2020).

Como já indicamos, em função das ações políticas e jurídicas que se opuseram à revisão das formas de distribuição das rendas do petróleo – o famoso novo pacto federativo reivindicado por estados não produtores ou não confrontantes com a produção no mar, correspondente à maioria da população e do território brasileiro –, os estados mais potentes da federação, Rio de Janeiro e São Paulo, apoiados pelo estado do Espírito Santo, conseguiram suspender a modificação da legislação realizada pelo parlamento. Assim, os estados produtores, principalmente o governo do estado do Rio de Janeiro, sustentado pelos governos de seus municípios e associações empresariais diversas, promoveram a Ação direta de inconstitucionalidade n. 4917, em 15 de março de 2013, junto ao STF, contra a modificação das novas formas de redistribuição das rendas do petróleo (BRASIL, 2013). Essa ação recebeu da ministra do STF Cármen Lúcia uma medida liminar, em 18 de março de 2013, que suspendeu os artigos que modificaram a distribuição de *royalties* e as participações especiais no regime de concessões e no regime de partilha (BRETAS *et al.*, 2019, p. 24-26). Até o final de 2020, mais de sete anos depois, essa ação de inconstitucionalidade ainda não havia sido julgada pelo plenário do STF.

O governo do estado do Rio de Janeiro argumenta, em sua ação, que as receitas advindas do petróleo são de ordem compensatória dos estados e municípios produtores, asseguradas pelo artigo 20 da Constituição Federal de 1988. Em particular, invoca-se a função de “compensar os estados pelos impactos ambientais e socioeconômicos da atividade petroleira” (BRETAS *et al.*, 2019, p. 24), bem como se levanta o fato de que a produção de petróleo e gás não é taxada pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), pois foi instituída pelo artigo 155 da Constituição uma “imunidade tributária sobre remessa de petróleo, seus derivados e energia elétrica para outros estados pelos estados produtores” (2019, p. 25). Assim, os *royalties* e participações especiais seriam uma forma de compensação financeira em função, igualmente, dessa situação.

Por sua vez, conforme escrevem Bretas e colaboradores (2019, p. 25), a Advocacia Geral da União (AGU) alegava o fato de a Constituição ter

[...] reconhecido a titularidade dos recursos minerais, inclusive os do subsolo, à União, e não ao Estado ou Município em que estão situados, harmoniza-se com os objetivos traçados em seu artigo 3º, para que tais recursos contribuam para o desenvolvimento de toda a nação, para a erradicação das diferenças regionais e para a promoção do bem de todos, sem qualquer tipo de discriminação.

A AGU alegava que os estados e municípios produtores continuavam, com a nova legislação, a receber compensações financeiras, mas com percentuais modificados, e também que a Constituição em seu artigo 20 não lhes assegura a exclusividade e integralidade nessas compensações (BRETAS *et al.*, 2019, p. 25).

Para se ter uma ideia da concentração da distribuição dos *royalties* e participações especiais nos estados e municípios produtores, verificou-se que, em 2018, conforme Bretas e colaboradores (2019, p. 19-20), os municípios do estado do Rio de Janeiro receberam 61 % dos *royalties*, seguidos dos municípios de São Paulo, com 14 % do total, e os do Espírito Santo, com 11 %. Os municípios desses três estados, portanto, representam 86 % das rendas petrolíferas brasileiras por se confrontarem com os principais campos de produção em mar nas bacias de Campos e de Santos. Revela-se, assim, uma apropriação desigual desses recursos, que acentua não somente as diferenças territoriais como também a dependência dos municípios do Rio de Janeiro e do Espírito Santo em relação a esses recursos, pois, em média, 12 % e 10 %, respectivamente, das receitas dos municípios desses estados provêm das rendas do petróleo, com diferenças marcantes entre municípios mais ou menos dependentes (BRETAS *et al.*, 2019, p. 21) – veremos melhor mais adiante a situação dessa distribuição de *royalties* no Espírito Santo. Com a possível revisão dessa distribuição das rendas do petróleo em decisão do STF legitimando as leis aprovadas pelo parlamento anteriormente, provavelmente se assistirá a uma crise de muitos municípios do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que já vivem numa situação de insegurança em função da volatilidade do preço do petróleo e dos efeitos disso sobre essas rendas, bem como devido à reestruturação da Petrobras e de seus investimentos na cadeia do petróleo. Essa situação de disputas territoriais pelos recursos advindos das rendas do petróleo deveria ser melhor explorada e colocada no contexto das disputas políticas que atravessaram o Brasil desde 2013, momento, como veremos, de uma territorialização sociopolítica das questões relativas à exploração e à produção do petróleo brasileiro.

A “juridificação” dessas disputas internas revela a importância do papel dos tribunais em nossa sociedade, o que se acentuou na ordem neoliberal que invoca as “regulações” como ponto crucial das atividades econômicas; nesse caso, arbitra-se a partilha entre os territórios nacionais das rendas petrolíferas, indicando a importância crucial que têm para a desestabilização ou estabilização da ordem política, provocando-se uma cisão entre territórios e populações. Em nível externo encontra-se a

mesma problemática jurídica, por meio da submissão da soberania nacional ao regime jurídico americano como nova forma do exercício do controle econômico multinacional, como constataremos sobre os acordos concluídos com o Departamento de Estado e os procuradores americanos, bem como com a Bolsa de Valores de Nova Iorque pela direção da Petrobras.

Na perspectiva das empresas produtoras, algo revelador dos interesses em jogo no pagamento dos *royalties* é o fato de que eles são, por um lado, no regime de partilha referente ao pré-sal, “pagos” aos estados e municípios e à União pelas empresas ainda segundo a legislação de 1997 que regula o regime de concessão, isso em função da suspensão da nova forma de cálculo de *royalties* como vimos. Mas, por outro lado, os *royalties* são ressarcidos às mesmas empresas produtoras por meio de sua incorporação como custo em óleo da produção (o que é deduzido da produção das empresas, e uma vez feita essa dedução se calcula o equivalente à parte do óleo extraído que é do Estado e à parte equivalente aos *royalties* pagos) destas mesmas empresas (conforme artigos 2, 10 e 15 da Lei n. 12.351/2010). Tentando impedir esse dispositivo introduzido na lei de 2010, a Lei n. 12.734/12, que determinou “novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos *royalties* e da participação especial”, modificou a redação do parágrafo 1º do artigo 42:

Os *royalties*, com alíquota de 15 % (quinze por cento) do valor da produção, correspondem à compensação financeira pela exploração do petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos líquidos de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal, sendo vedado, em qualquer hipótese, seu ressarcimento ao contratado e sua inclusão no cálculo do custo em óleo.

No entanto, o que se constata é que os editais dos leilões sob o regime de partilha e que são organizados pela ANP não têm respeitado a Lei 12.734/12. E pelo que sabemos esse artigo não foi suspenso pela liminar referida anteriormente pela ministra Cármen Lúcia em 2013. Portanto, são ilegais todos os editais de licitações que estabelecem esse ressarcimento dos *royalties* às empresas que participam dos leilões.

O favorecimento aos *lobbies* das empresas de petróleo se demonstra aqui, pois em última análise elas não pagam *royalties* no pré-sal, o que revela que eles não são uma renda descontada do total daquilo que é faturado pela empresa, mas são descontados

do que a empresa deveria dar em óleo ao Estado, ou seja, é o que já é do Estado, bem comum, que é pago à União, aos estados e municípios sob a forma de *royalties*. As empresas se comportam como se pagassem os *royalties*, um efeito de prestidigitação, uma ilusão: elas tão somente extraem o óleo e o repassam aos entes federados, uma vez deduzidos de seus custos, sob a forma de equivalente financeiro de *royalties*!

Essa situação paradoxal indica que há dispositivos legais que “funcionam” e outros que “não funcionam”, não são aplicados, e mais uma vez isso se dá em função da interpretação da legislação, legitimando uma relação de força na luta pelos recursos extraídos do subsolo. Desvela-se aqui a centralidade das relações de forças e de poder na aplicação ou não das leis. Em conclusão, a distribuição atual de *royalties* no Brasil segue somente as regras definidas pela Lei n. 9.478/97.

Royalties e participações especiais segundo os jornais

No Espírito Santo, é sobretudo no extremo sul do estado, na Bacia de Campos, que se pagam as participações especiais. Estas têm uma alíquota que pode variar entre 0 % e 40 % sobre a receita líquida das empresas em função do volume de produção e são distribuídas para os municípios (10 %), estados confrontantes (40 %) e União (50 %). Segundo o relatório da ANP de 2018, o total de *royalties* e participações especiais recebidos pelo estado do Espírito Santo em 2016 foi de 1,609 bilhão de reais, e em 2017 a soma foi de 2,159 bilhões de reais. Por meio dos mapas 5 e 6, pode-se verificar a importância destas rendas para as finanças municipais.

Em nossas análises, percebemos que os valores provenientes dos *royalties* diminuíram em 2016 no Espírito Santo, mas voltaram a subir em 2017 e 2018, conforme notamos anteriormente e no primeiro capítulo. Essa redução relativa a 2016, em comparação com os anos de 2014 e 2015, é explicitada nas informações do jornal *A Gazeta* do dia 25 de julho de 2017:

Royalties:

- 2014: R\$ 1,3 bilhão
 - 2015: R\$ 907,4 milhões
 - 2016: R\$ 638,6 milhões
- (A GAZETA, 25 jul. 2017, p. 2).

No entanto, esses dados não correspondem àqueles do *Anuário estatístico* de 2018 da ANP, que invoca valores bem diferentes, incluindo os valores pagos aos municípios e ao estado do Espírito Santo para 2014 (1,7 bilhão), 2015 (1,2 bilhão) e 2016 (1,03 bilhão). Além disso, se acrescentamos a esses valores as participações especiais totais em 2016 (577 milhões), temos um total de 1,609 bilhão de reais para esse ano, como indicamos antes.

A diminuição das receitas municipais é abordada da seguinte forma pelo jornal *Gazeta Online* do dia 24 de julho de 2017:

Somando tudo o que entrou nos cofres públicos dos 78 municípios capixabas no exercício de 2016, a receita total regrediu, no ano passado, ao patamar de 2010. Naquele ano, a receita total dos municípios do Espírito Santo chegou a cerca de R\$ 10 bilhões. Em 2011, foram R\$ 11,23 bilhões. Já em 2016, a soma das receitas municipais ficou em R\$ 10,43 bilhões (A GAZETA, 25 jul. 2017, p. 20).

Se considerarmos somente as receitas dos *royalties* em 2016 (ANUÁRIO..., 2018) – municípios e estado incluídos – e tomarmos essa informação do jornal como válida, elas representaram perto de 10 % das receitas municipais totais naquele ano, o que corresponde à média que constatamos de “dependência” das receitas municipais do estado em relação às compensações financeiras de petróleo e gás natural em 2018 (BRETAS *et al.*, 2019, p. 21).

Com as quedas nas arrecadações dos municípios e dos valores provenientes dos *royalties* e participações especiais, a solução encontrada pelos prefeitos e pelo governo do estado foi a de modificar a destinação do Fundo para Redução das Desigualdades Regionais utilizando-o para despesas correntes de custeio (telefone, água, energia), com o propósito de manter a máquina pública municipal funcionando. O fundo foi criado por meio da Lei n. 8.308, de 12 de junho de 2006 (totalmente revogada em dezembro de 2019 pelo atual governador Renato Casagrande), com o objetivo de transferir parte das receitas estaduais de *royalties* (30 % do total recebido) aos municípios capixabas, para custeio de despesas sociais. Estavam, porém, excluídos os municípios que, no exercício financeiro anterior, “tenham obtido receitas provenientes de compensações financeiras por meio de ‘royalties’ da produção de petróleo superior a 2 % (dois por cento) do total do valor repassado diretamente aos

municípios do Estado” e “tenham o índice de participação na cota-parte do ICMS superior a 10 % (dez por cento)” do total (ESPÍRITO SANTO, 2006).

A proposta de utilização do fundo para pagamento de despesas de custeio foi enviada por meio de projeto de lei à Assembleia Legislativa, conforme coluna publicada no jornal *Gazeta Online* do dia 1º de julho de 2017:

[...] o projeto permite que os prefeitos usem até 60 % dos recursos do Fundo para Redução das Desigualdades Regionais, repassados pelo governo estadual, para despesas correntes de custeio (telefone, água, energia, enfim, o custo de se manter a máquina pública municipal operando). Acontece que os recursos desse fundo – formado por receitas advindas da extração de petróleo e gás no território capixaba – deveriam ser usados exclusivamente para investimentos sociais nos municípios (A GAZETA, 1 jul. 2017, p. 21).

Essa nova utilização do fundo é criticada no mesmo dia pelo mesmo jornal, na coluna Victor Hugo:

Farra de gastos

Pelo projeto do Executivo, os 67 municípios em dificuldades financeiras poderão usar o Fundo para Redução das Desigualdades Regionais – uma redistribuição de 30 % do valor arrecadado pelo Estado em *royalties* do petróleo e gás – para pagamento de despesa corrente. A coluna apurou que alguns deputados temem que prefeitos usem esse dinheiro sem oferecer contrapartidas (A GAZETA, 1 jul. 2017, p. 6).

Para reforçar que o jornal não está sozinho no que pensa, ele abre espaço para seus leitores opinarem:

Ficam caladinhos, gastam dinheiro que era para ser utilizado em benefício para população, mas usam para compra de carro de luxo, outros para blindar carros para uso próprio e seus familiares. Enquanto isso a população vive à mercê da sorte e sofrendo nas mãos dos bandidos. E o funcionalismo público estadual e municipal sem nenhum aumento por vários anos. Enquanto isso aumentam seus próprios salários, à revelia (A GAZETA, 2 ago. 2017, p. 2, Coluna Fala, Leitor).

Esse dispositivo da lei estadual n. 8.308 de 2006 parece ser uma antecipação do que será estabelecido pela Lei federal 12.734/12, de que os estados confrontantes com os poços devessem destinar aos municípios, via fundos especiais, 25 % dos recursos da parcela da alíquota de até 5 % dos *royalties* incidindo sobre a receita bruta da produção.

Em todo caso, ficou claro na matéria citada que o jornal *A Gazeta* é contra a utilização do Fundo para Redução das Desigualdades para pagamentos de despesas correntes de custeio.

Em outra matéria de *A Gazeta*, publicada em 13 de outubro de 2017, o jornal trata da busca de recursos para o estado e relata que o governo capixaba à época contestou a Petrobras e a Agência Nacional de Petróleo (ANP) judicialmente. O Estado do Espírito Santo buscou comprovar que existia de fato uma unificação de campos de petróleo na plataforma marítima no sul do estado, a fim de receber mais participação especial (pois ali o regime é de concessão, conforme Lei 9.478/97, quando se paga por grandes campos), procurando naquela época recuperar cerca de R\$ 700 milhões por ano, além de R\$ 1 bilhão retroativo. A notícia diz que caberia à Corte Internacional de Arbitragem dar o parecer final sobre esse contencioso:

A batalha judicial entre o governo do Estado, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Petrobras sobre os recursos da produção de óleo e gás ganhou mais um capítulo. Agora caberá à Corte Internacional de Arbitragem (esfera privada) decidir sobre a unificação dos campos do Parque das Baleias, a maior província petrolífera do Estado e uma das principais do país. Atualmente, essa região é formada por oito campos produtores [...]. Dessa forma, caso o Estado não consiga provar que há uma ligação entre esses campos, cerca de R\$ 700 milhões por ano, além de R\$ 1 bilhão retroativo, poderão deixar de entrar nos cofres públicos capixabas (*A GAZETA*, 13 out. 2017, p. 23).

A unificação dos campos foi invocada pela proximidade deles e pela existência de plataformas, por exemplo, a P58, uma das maiores do Brasil, que recebem a produção de vários desses campos: Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca e Jubarte (Mapa 2), os maiores nas águas territoriais do Espírito Santo. Na realidade, somente os campos de Jubarte, Baleia Franca e Baleia Azul é que pagavam a participação especial até

o ano de 2015. Mas, como veremos a seguir, além dos campos citados, efetivamente foram unificados a eles os campos de Cachalote, Caxaréu, Mangangá e Pirambu.

O apelo arbitral demonstra como um estado federado não hesita em se voltar para instituições internacionais e como um tribunal arbitral, que faz parte da Câmara de Comércio Internacional, se volta contra a empresa do próprio Estado nacional. Revela-se, assim, uma busca desenfreada de recursos, que se serve de todos os mecanismos possíveis para consegui-los. Essa prática arbitral entre as empresas e os entes públicos parece ser muito comum no meio da indústria do petróleo. Mais uma vez emerge a “juridificação” dos processos ligados aos ganhos territoriais das rendas do petróleo.

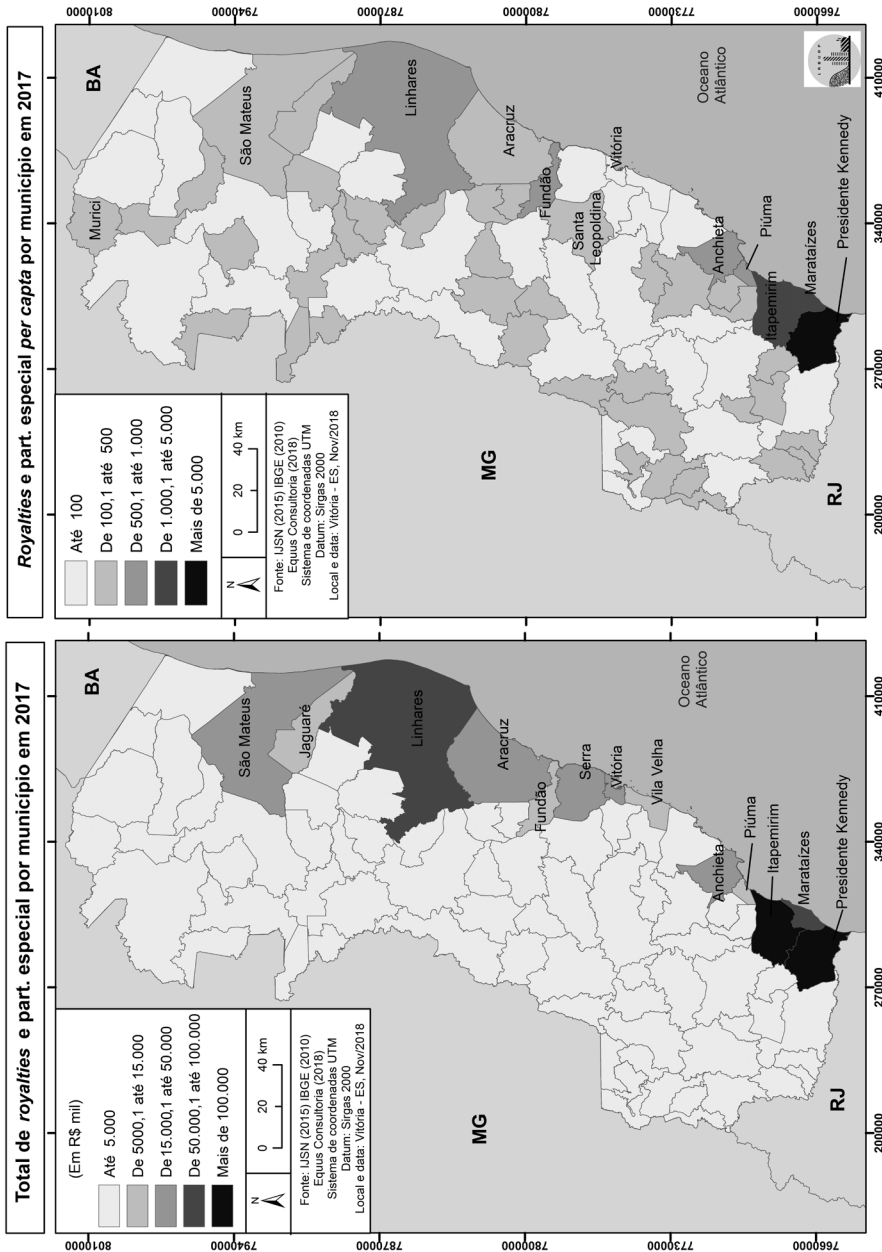
O resultado da ação do governo do Estado do Espírito Santo foi a aprovação, pela Petrobras, da negociação com a ANP e com os representantes do governo estadual, no intuito de buscar um acordo para essa disputa jurídica sobre a unificação do Parque das Baleias, conforme matéria do jornal *ES Hoje* (CALDEIRAS, 2018). Em seguida, em abril de 2019, foi assinado o acordo entre a Petrobras, a ANP e o governo do Estado do Espírito Santo, segundo o qual oito campos do litoral sul do estado foram considerados um só campo, o novo campo de Jubarte. E conforme matéria de *A Gazeta* em 6 de abril de 2019: “Nas próximas duas décadas, o governo estadual vai receber R\$ 10,32 bilhões pelas atividades no Novo Jubarte. Os quatro municípios produtores vão ficar com R\$ 2,58 bilhões ao longo de 20 anos. Já a União ficará com R\$12,9 bilhões por causa das mudanças”. A União receberá aproximadamente 50 % das participações especiais; o Estado do Espírito Santo, 40 %; e os municípios confrontantes com as áreas onde se encontram as plataformas, 10 %. E todos estes entes – União, Estado do Espírito Santo e os municípios de Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy e Itapemirim – também receberão valores retroativos, por volta de R\$ 3,5 bilhões em pagamentos atrasados relativos ao período de 2016 a 2018. A União ficará com a maior parte (R\$ 1,8 bilhão), o Espírito Santo ficará com 1,57 bilhão, e o restante, 130 milhões, será distribuído entre os municípios, segundo a matéria de *A Gazeta* de 6 de abril de 2019.

Como se vê, os valores de ressarcimento destinados ao estado do Espírito Santo são superiores ao que se previa em 2017 (um bilhão de reais) e representam somas significativas quando projetados para o futuro, com a previsão de exploração dos campos por pelo menos vinte anos, o que renderia R\$ 25,8 bilhões.

Por meio dos mapas 5 e 6, pode-se constatar a importância dos *royalties* e participações especiais para os municípios capixabas, pois certos municípios têm uma dependência muito grande das rendas do petróleo para composição de suas receitas, em particular os municípios do sul do estado, mas também alguns do norte capixaba. Essa dependência revela as contradições em que vivem municípios rurais e costeiros, desprovidos de infraestrutura e que, com os milhões arrecadados do petróleo, buscam atender às necessidades básicas dos habitantes, como transporte, saúde, cestas básicas. Todavia, não conseguem instaurar uma política pública realmente sustentável, o que revela e confirma a “maldição dos recursos naturais”, que é caracterizada pela “relação negativa entre abundância de recursos naturais e nível de desenvolvimento econômico” (BRETAS *et al.*, 2019, p. 28).

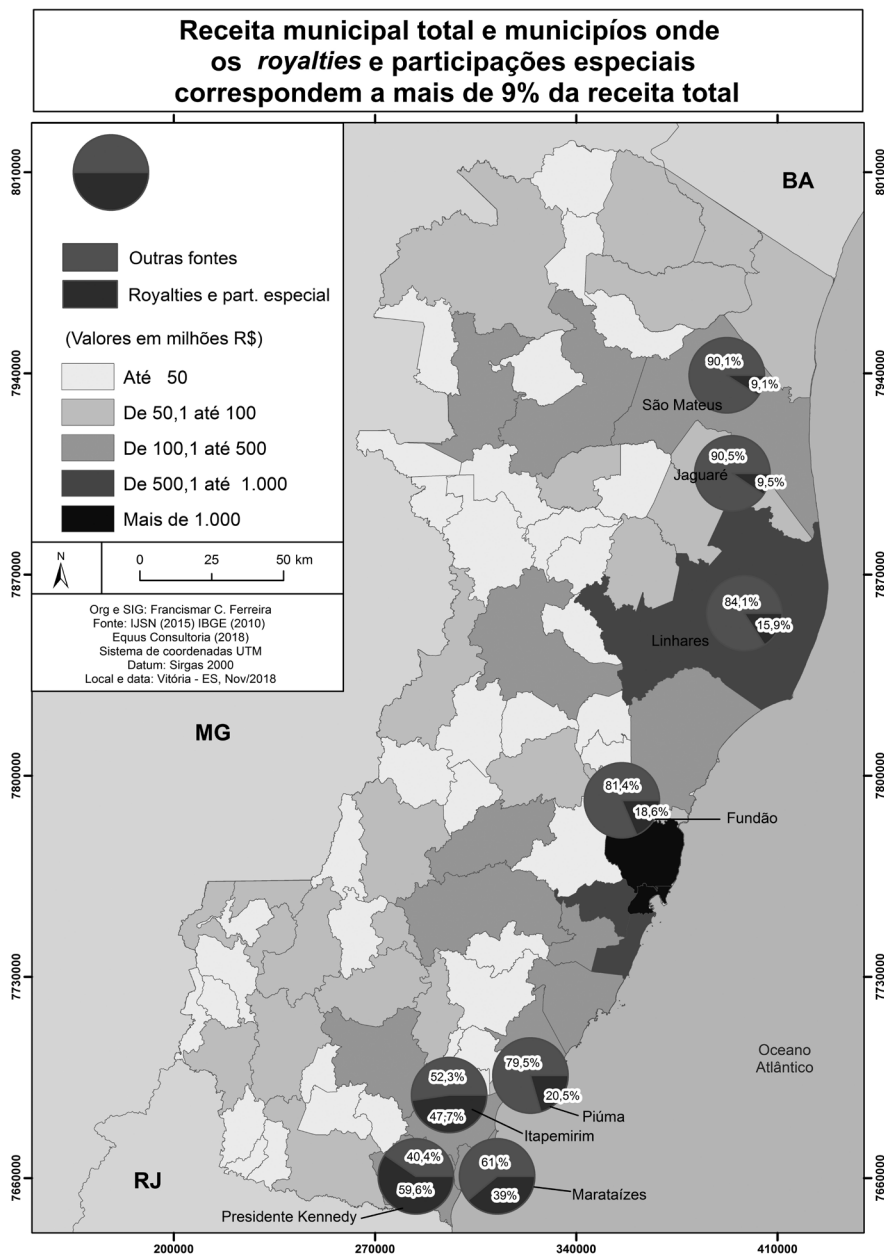
Assim, Presidente Kennedy, no sul do estado, é o município onde, de maneira regular nos últimos dez anos, se tem assistido a crises recorrentes na administração municipal e a disputas entre clãs locais pelo poder e pela gestão do recurso resultante do petróleo, bem como a operações judiciais que revelam desvios de dinheiro, clientelismo etc. (O jornal *A Gazeta* de 26 de maio de 2019, por exemplo, revelou mais uma ação judicial e policial contra a prefeita da cidade). Nesse município se pretendia instalar o Porto Central de maneira especulativa e sem necessidade, haja vista a proximidade com o vizinho e imenso Porto de Açu, localizado no norte do estado do Rio de Janeiro. Esse é mais um projeto de porto industrial gigantesco no Espírito Santo e que estaria ligado à indústria do petróleo em uma zona costeira frágil, de praias desertas, restingas imensas e uma zona pantanosa no limite com o estado do Rio de Janeiro, espaço que deveria ser protegido, e não devastado por esse empreendimento.

Mapa 5 – Royalties e participação especial nos municípios capixabas em 2017



Fonte: Equus Consultoria (2018), IBGE (2010) e IJSN (2015).

Mapa 6 – Receita municipal total e municípios onde os royalties e participações especiais correspondem a mais de 9% da receita total em 2017



Fonte: Equus Consultoria (2018), IBGE (2010) e IJSN (2015).

Apesar dos problemas invocados acerca da dependência e o que isso revela sobre as disputas pelas rendas do petróleo, a destinação dos recursos do fundo de desigualdade regional e a diminuição de recursos nos cofres públicos, o que os jornais destacaram foram os esforços do governo estadual para receber mais participações especiais com suas ações judiciais. O ex-governador Paulo Hartung foi elogiado em relação à austeridade que adotou à frente do executivo, em matéria publicada pelo jornal *Gazeta Online* no dia 1º de julho de 2017 (p. 21, grifo nosso): “[...] Hartung, corretamente, defende austeridade fiscal no governo do Estado e critica a União por concessões excessivas na renegociação das dívidas com os entes federados [...]”.

Essa austeridade desaguou em cortes de despesas que provocaram uma reação das forças de segurança pública: a Polícia Militar, por meio de uma greve selvagem, desestabilizou a ordem social no estado em fevereiro de 2017 – correlação que os jornais de meados de 2017 não pontuam ou o fazem de maneira muito eufemística.

Os elogios ao governo da época são explicitados pelo fato de que haveria um compromisso do governo em não medir esforços para reverter a situação do déficit público estadual, numa busca aparentemente desenfreada para conseguir recursos por todos os meios, recorrendo mais uma vez à justiça para elevar ganhos com *royalties* e reaver do governo federal aquilo que lhe seria devido (R\$ 59 milhões). É o que vemos em matéria publicada no jornal *Gazeta Online* em 30 de junho de 2017:

O governo do Estado vai à Justiça para reivindicar o montante de R\$ 59 milhões do governo federal, a título de correção monetária sobre os repasses dos valores dos *royalties* e Participações Especiais (PEs) do petróleo dos últimos cinco anos. [...]. Enquanto o montante não é repassado, ele rende juros, que segundo o governo do Rio, têm sido retidos pelo Tesouro Nacional. Segundo o secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal, os valores pagos pelas exploradoras ficam entre 30 e 40 dias na conta do Tesouro Nacional antes de vir para o caixa do Estado [...]. Em 2016, o Espírito Santo recebeu R\$ 890 milhões em *royalties* e participações especiais. Para este ano, a previsão, diz Funchal, é de que o valor alcance R\$ 1,2 bilhão.

Aqui não se sabe se a matéria se refere a todos os entes federados do Espírito Santo (governo estadual e municípios) ou somente ao Estado do Espírito Santo. Se a

referência for a todos os entes federados, efetivamente os valores para 2016 (R\$ 1,57 bilhão) e 2017 (R\$ 2,15 bilhões, como vimos) foram bem superiores aos invocados.

A ação citada nessa matéria de 30 de junho e movida pelo Estado do Espírito Santo contra a União teria dado resultado positivo – ou seja, um governo que luta pelo Estado –, conforme matéria também publicada no *Gazeta Online* em 19 de setembro de 2017:

Uma recente vitória do Espírito Santo na Justiça que rendeu cerca de R\$ 1 milhão mensal na arrecadação de royalties pode ser revista nos próximos dias. No fim de agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu uma liminar determinando que o rendimento em juros gerado durante o intervalo entre o pagamento dos royalties, feito pelas petrolíferas, e o repasse do Tesouro Nacional para o Governo do Estado também fosse depositado nos cofres estaduais.

Assim, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu antecipadamente, por meio de liminar, que os valores arrecadados com os *royalties* de petróleo no estado capixaba serão repassados pela União com juros, por conta do intervalo entre o pagamento pelas empresas à ANP e a transferência desses valores para os estados. Seria a vitória do governador lutando pelos interesses do Espírito Santo:

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), acaba de deferir uma liminar em favor do Espírito Santo com relação aos *royalties* provenientes da atividade petrolífera. Com isso, a estimativa é que, por ano, o Estado receba mais R\$ 12 milhões de *royalties*. Em sua decisão, o ministro afirmou que, a partir de agora, o valor que vai ser transferido da conta do Tesouro Nacional aos cofres estaduais será acrescido de juros. De acordo com o secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal, funciona da seguinte forma: as empresas que exploram o petróleo pagam os *royalties* à União, que então faz o repasse aos estados. Só que, em média, esse repasse demora 20 dias. “Esse é um tempo em que o dinheiro fica parado e deixa de render. Fizemos um estudo analisando os dados dos últimos cinco anos e chegamos à conclusão de que o Espírito Santo, por conta desse tempo em que o dinheiro ficou parado, perdeu, em média, entre R\$ 800 mil e R\$ 1 milhão por mês, o que daria por volta de R\$ 12 milhões ao ano”, afirmou [...] (A TRIBUNA, 26 ago. 2017, p. 26).

O que percebemos é que, quando existem notícias negativas sobre a Petrobras ou sobre o Estado do Espírito Santo, os jornais contrapõem essas notícias a outras de expectativas de melhorias e, sobretudo, apoiam a busca para se retirar o dinheiro de todos os lugares possíveis. E isso se faz combatendo-se o Estado central sem levar em conta as dificuldades financeiras pelas quais ele mesmo passa nessa verdadeira “luta de territórios”, o que indica uma centralidade na política do petróleo – ou talvez seja a “maldição territorial do petróleo” a provocar lutas políticas internas e externas pelos recursos e suas rendas.

Os leilões: a entrega do patrimônio comum chancelada pela imprensa

No *corpus* de estudo, 28 reportagens envolveram os leilões de áreas (os blocos) para exploração de petróleo e gás natural organizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), os quais representaram 13,86 % do material informativo.

Verificamos que houve uma valorização da disputa pelos recursos leiloados, como podemos perceber no jornal *A Gazeta* do dia 27 de setembro de 2017, que descreve que o leilão de áreas para explorar e produzir petróleo e gás natural teve 287 blocos ofertados e, entre eles, 31 se localizavam no Espírito Santo. Foi um leilão considerado pela imprensa como “o mais disputado”. Esse evento se inscreveu na multiplicação dos leilões da ANP realizados entre 2017 e 2018 pelo governo Temer, e todos seguiram ou a legislação dos regimes de concessão de 1997 (pós-sal) ou a lei de partilha de 2010, que foi modificada em 2012 e 2016 (pré-sal). O caso noticiado se refere ao leilão sob regime de concessão da 14ª Rodada, realizada pela ANP em setembro de 2017, de blocos de áreas do pós-sal no mar e em terra que incluíam o Espírito Santo. Em outubro e novembro de 2017 se organizaram o segundo e o terceiro leilões de partilha da área do pré-sal na Bacia de Santos em mar. Todos eles contaram com a forte participação de multinacionais (mapas 7 e 8).

O jornal local descreve em agosto de 2017, antes do leilão, como andavam as disputas na 14ª Rodada:

Quatorze empresas – entre nacionais e estrangeiras – estão inscritas e aprovadas até o momento para participar da 14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás, em 27 de setembro, informou a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) [...]. Serão ofertados 287 blocos em 29 setores de

nove bacias sedimentares, totalizando uma área de 122.622,40 km². Em mar, serão ofertados 110 blocos, distribuídos pelas bacias de Campos, Espírito Santo, Santos e Sergipe. Já em terra, serão ofertados 177 blocos, nas bacias do Espírito Santo, Paraná, Paraíba, Potiguar, Recôncavo e Sergipe-Alagoas (A GAZETA, 10 ago. 2017, p. 28).

O governo Temer apostava que iria arrecadar para o caixa da União um valor de até R\$ 1 bilhão com o leilão, e os jornais vendiam o leilão que dizia respeito à parcela do território do Espírito Santo e envolvia empresas aqui instaladas escrevendo que:

Quanto maior o bônus de assinatura, melhor a oferta e maior a chance de levar cada um dos 287 blocos, sendo 31 deles no Espírito Santo, que serão disputados pelas 32 empresas inscritas para participar da concorrência. Nesse bolo, estão duas companhias capixabas: a Vipetro e a Imetame (A GAZETA, 27 set. 2017, p. 28).

O jornal deu, também, voz ao diretor-geral da ANP, Décio Oddone, para enfatizar que os leilões reforçavam a retomada de investimentos de empresas importantes no país e que o governo federal estava quebrando de vez o monopólio da Petrobras na exploração e produção de petróleo e gás natural. Oddone ressaltou que, com a 14^a Rodada, o governo dava continuidade “à maior abertura da história do setor no Brasil, processo iniciado em 1997, quando a Petrobras perdeu o monopólio” (A GAZETA, 27 set. 2017, p. 28).

O discurso dos governistas da época de Temer, que foi repercutido e defendido pelos jornais, era neoliberal e de privatização do patrimônio público e comum e de “quebra do monopólio” estatal que, de fato, já havia sido instaurado desde 1997 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Porém, mesmo com essa “quebra”, a Petrobras se transformou e fortaleceu sua presença na exploração e produção de petróleo e gás desde aquela data, e continuou ocupando um papel primordial no setor no Brasil. E isso se deu por diversas razões; entre elas, porque os capitais internacionais não queriam correr o risco de investir muito no pré-sal já descoberto no início dos anos 2000, como vimos, e, sobretudo, porque os governos do PT apoiaram fortemente o investimento na Petrobras e na exploração do petróleo. Assim, os jornais não contextualizavam o fato de que esses leilões foram a conclusão desfavorável para a Petrobras das disputas de blocos de poder entre, de um lado, diferentes setores

econômicos e políticos, que representavam os interesses da Petrobras e do Estado, e que foram defendidos notadamente pelos sindicatos dos trabalhadores da Petrobras e pelas associações de engenheiros e geólogos da Petrobras, e, de outro lado, notadamente os interesses das empresas multinacionais que desejavam, após a confirmação das reservas do pré-sal, voltar com força a explorar petróleo no Brasil. No entanto, a legislação aprovada pelo Congresso Nacional durante os governos do PT de 2003 a 2013 não foi somente benéfica à Petrobras e ao Estado; em alguns aspectos, favoreceu as empresas privadas, com o ressarcimento dos *royalties*, como notamos anteriormente, no regime de partilha. Todavia, também procurou redistribuir as rendas petrolíferas pelo território e em fundos educacionais e da saúde.

É bom lembrar que as multinacionais já estavam presentes no Brasil há muitos anos, e existiam e existem muitas associações com essas multinacionais nas explorações e na produção dos poços. Porém, o regime de cessão onerosa (garantindo exclusividade para a Petrobras na exploração do petróleo em determinados setores do polígono do pré-sal) e o regime de partilha (garantindo a participação da Petrobras em todos os blocos com no mínimo de 30 % e como operadora do bloco, em associação ou não com outras empresas) foram favoráveis a certo controle do Estado, via Petrobras, de parte considerável dos recursos. Essa legislação, conforme já comentamos, foi e está sendo alterada em desfavor da Petrobras, e, seguindo o movimento de mudança política, em favor dos grupos dominantes associados às multinacionais do setor de exploração e produção do petróleo. A seguir, efetuaremos breves comentários sobre o regime de cessão onerosa.

O regime de cessão onerosa

O regime de cessão onerosa se refere à assinatura de um contrato entre a União e a Petrobras mediante o qual o Estado brasileiro, que detém a soberania sobre as jazidas de gás e petróleo de seu território, cedeu à Petrobras o direito de explorar e produzir até cinco bilhões de barris que encontrasse em blocos do pré-sal na Bacia de Santos, que já eram conhecidos pela empresa e pela ANP e que foram explorados na primeira década dos anos 2000. Esse contrato foi assinado após a aprovação, no Congresso brasileiro, da Lei n. 12.276, de 30 de junho de 2010, que autorizou a União a celebrá-lo.

Ao explorar as áreas cedidas “onerosamente” pelas quais a Petrobras pagou à União cerca de 42,5 bilhões de dólares ou cerca de 74 bilhões de reais ao câmbio

de 2010 (foram 8,5 dólares o barril x 5 bilhões de barris = 42,5 bilhões de dólares), a empresa verificou que havia mais petróleo do que o volume contratado esperado. As diferentes estimativas sobre o que se encontrou a mais do que se esperava de reservas exploráveis variam entre seis e quinze bilhões de barris, conforme matéria da revista *Exame* (GOVERNO..., 2019), explicação de Patrícia Laier para a Aepet (LAIER, 2019) e estimativas da própria ANP divulgadas em 3 de novembro de 2017 (ANP..., 2017). Mas o volume mais provável de óleo recuperável nos poços dessa área seria, segundo nossas estimativas (a partir de diversas fontes e cálculos próprios que efetuamos), de 17,6 bilhões de barris, incluindo-se os 5 bilhões do contrato com a Petrobras. Ou seja, o excedente do setor teria por volta de 12,6 bilhões de barris (MACHADO, 2018).

A ANP, a partir de consultoria realizada em 2017 por empresa certificadora internacional, a Gaffney, Cline & Associates, fez estimativas para a área do excedente de cessão onerosa em volumes de “óleo recuperável” (provável reserva a ser provada no futuro), com três probabilidades diferentes, mas sem fornecer os detalhes por campos para essas estimativas. Assim, a partir dos dados conhecidos e das explorações e produções já iniciadas, três cenários foram apresentados (ANP..., 2017):

- 10 % de probabilidade de haver 15,062 bilhões de barris de petróleo equivalente (incluindo petróleo e gás);
- 50 % de probabilidade de haver 10,836 bilhões de barris;
- 90 % de probabilidade de haver 6,086 bilhões de barris.

Nossas estimativas, no entanto, foram realizadas por campo de petróleo a partir de leitura de diferentes autores (geólogos que trabalharam no pré-sal, engenheiros e economistas), e assim chegamos ao volume de 12,6 bilhões de barris. Como indica a própria ANP, a imprecisão sobre os volumes de óleo recuperável é importante, pois depende de vários parâmetros. Mas, segundo as diferentes fontes, incluindo-se a ANP, há uma relativa convergência no intervalo entre 10,8 bilhões de barris (esse volume, para a ANP, segundo a certificadora citada pela agência, tem uma probabilidade de 50 % de ocorrer) e 12,6 bilhões de barris. Isso somente será provado de fato à medida que a produção do óleo avançar. Adotaremos o volume de 12,6 bilhões de barris de excedente – a comparar com os 15,2 bilhões de barris estimados e adotados na *Nota técnica* de Sauer e Estrella (2019) – porque, como fizemos o cálculo poço a poço da área da cessão onerosa a partir de fontes

diversas, isso nos permitirá estabelecer uma estimativa dos diferentes poços colocados em leilão em novembro de 2019, como veremos a seguir.

Voltemos, por enquanto, ao excedente de cessão onerosa. A lei da partilha de 2010 e alterada em 2016 permite que, para resguardar o “interesse nacional”, a União contrate a Petrobras diretamente para produzir em regime de partilha o excedente de cessão onerosa encontrado. Assim, em 24 de junho de 2014, Dilma Rousseff presidiu a reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em que foi aprovada essa contratação (Resolução do CNPE n. 1, de 24 de junho de 2014). Mas um ministro do Tribunal de Contas da União, José Jorge, logo depois da reeleição de Dilma Rousseff, pediu revisão no contrato para “ajustes técnicos” em 12 de novembro de 2014, e este ficou suspenso, em análise, e não foi posteriormente efetivado.

O contrato citado ficou, portanto, paralisado e se inscreve no quadro geral do próprio golpe político sofrido por Dilma Rousseff e o PT. Mas, com o governo de Temer e, agora, o de Bolsonaro, procurou-se modificar esse regime de regulação do petróleo. Assim, no que diz respeito ao excedente de cessão onerosa, em 28 de fevereiro de 2019, o CNPE, por meio da Resolução n° 2, estabeleceu as “Diretrizes para a realização da Rodada de Licitações sob o regime de Partilha de Produção para os volumes excedentes aos contratados no Regime de Cessão Onerosa” (BRASIL, 2019b). De fato, essa resolução indicou uma rodada de licitações, que ocorreu em 6 de novembro de 2019, para os volumes que excederam os cinco bilhões de barris na área da cessão onerosa nos campos já em produção ou em desenvolvimento, ou seja, que estão sendo preparados para produção. E em maio de 2019, o Conselho de Administração da Petrobras, sem surpresa, aprovou o acordo proposto pelas resoluções do CNPE e pelas portarias do Ministério das Minas e Energia (ANP..., 2019).

O volume leiloadado pela ANP, segundo vimos, deveria ser aquele que estimamos em 12,6 bilhões de barris. A Petrobras somente se manifestou antecipadamente ao leilão e, conforme a legislação permite que o faça, afirmou que exerceria o direito de 30 % de participação em dois campos (Itapu e Búzios)¹⁵. Dos quatro blocos que foram

15. Sobre os critérios e regulamentações referentes a esse leilão, ver: as resoluções do CNPE n. 6, de 17 de abril de 2019, e n. 13, de 11 de junho de 2019; a exposição de motivos do CNPE n. 27, de 22 de maio de 2019; e as portarias do Ministério de Minas e Energia n. 213, de 23 de abril de 2019, e n. 251, de 13 de junho de 2019 (BRASIL, 2019a, 2019c, 2019d, 2019e, 2019f).

ofertados no dia 6 de novembro de 2019, dois foram arrematados: Itapu e Búzios. Já os blocos de Sépia e Atapu não receberam propostas. A Petrobras arrematou sozinha a área de Itapu, e a de Búzios foi arrematada em consórcio com as chinesas CNOOC e CNODC (SESSÃO..., 2019), conforme Quadro 4. A sessão pública de ofertas resultou em bônus de assinatura próximo de setenta bilhões de reais, pago essencialmente pela Petrobras ao Estado, pois ela tem a participação de 90 % na área de Búzios, um dos principais campos do pré-sal, com excedente de óleo estimado entre 6,5 e dez bilhões de barris, e 100 % de Itapu, cujo excedente é estimado entre trezentos e quinhentos milhões de barris (SAUER; ESTRELLA, 2019).

Como publicou a ANP (SESSÃO..., 2019):

Nas rodadas sob o regime de partilha de produção, o bônus de assinatura é fixo e vencem as empresas que ofertarem o maior percentual de lucro óleo à União (ou seja, a parcela da produção, após descontados os volumes correspondentes aos custos e aos investimentos da empresa na operação e aos *royalties* devidos).

Quadro 4 – Resultado do leilão do excedente de cessão onerosa do pré-sal de 6 de novembro de 2019

Área	Bônus de assinatura (milhões de R\$)	Percentual de excedente em óleo ofertado ao Estado (%)	Empresa/consórcio vencedor
Búzios	68.194	23,24	Petrobras (90 %)* CNODC Brasil (5 %) CNOOC Petroleum (5 %)
Itapu	1.766	18,15	Petrobras (100 %)*

* Operadora

Fonte: Adaptado de notícia da ANP (SESSÃO..., 2019).

Segundo Sauer e Estrella (2019), os blocos de Atapu e Sépia não arrematados teriam entre três e 4,7 bilhões de barris de excedente. Os dois deverão ser leiloados, segundo o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, em dezembro de 2021 (RESULTADOS..., 2021).

Os resultados do leilão de 6 de novembro de 2019 foram considerados decepcionantes pelos neoliberais de plantão no Planalto e, da mesma forma, pelos jornais. O governo esperava arrecadar mais dinheiro para distribuir aos estados e municípios

e para seu próprio caixa, além de reembolsar a Petrobras por uma estimativa alta dos preços pagos pelos blocos de cessão onerosa e que foi realizada em 2010 (LEILÃO..., 2019). Invocaram-se diversas razões para não haver os 107 bilhões de reais de bônus anunciados antes do leilão. Sobretudo se referiu ao fato de a Petrobras ainda poder exercer seu direito de preferência pelos blocos (o que lhe é assegurado pela legislação) e que isso inibiria os “investidores”. Também foram invocados os valores dos bônus demandados considerados altos pelos famosos “mercados”, bem como o fato de os consórcios vencedores terem de negociar uma indenização com a Petrobras pelos investimentos que a empresa já realizou nos blocos e campos, porque, como vimos, o excedente de cessão onerosa se encontra nos mesmos campos e blocos da cessão onerosa explorados pela empresa (GERBELLI, 2019).

Com efeito, segundo a regulamentação publicada pelo governo Bolsonaro, a Petrobras deverá ser reembolsada pelos investimentos realizados ao longo do tempo da produção, pois, como os campos de cessão onerosa e excedente de cessão onerosa são os mesmos, os investimentos em produção e exploração já foram em parte e significativamente realizados pela Petrobras. Previram-se 7,7 bilhões de dólares ao longo de 9,5 anos para reembolso dessa soma, à medida que os campos sejam explorados por outras empresas. Ao mesmo tempo, também, a empresa será compensada proporcionalmente pelo valor diferido da produção, nos quadros do acordo de coparticipação do contrato pós-leilão, referente à área que engloba a cessão onerosa e seu excedente. Na realidade, a Petrobras tem ali nos campos uma infraestrutura instalada, que favorecerá as empresas multinacionais que participarão do leilão e que contarão com a *expertise* da Petrobras que já explora e produz na área de cessão onerosa.

Em fim de contas, além dessas compensações estimadas para o futuro, dos cerca de setenta bilhões de reais arrecadados, o Estado deduziu R\$ 34,6 bilhões que a Petrobras pagou a mais na estimativa de 2010, como dissemos anteriormente, sobre o valor dos blocos de cessão onerosa cedidos pelo Estado na época e que foram reembolsados à empresa. Ou seja, o governo ficou com 35,4 bilhões de reais, que foram distribuídos da seguinte forma: R\$ 5,3 bilhões aos estados; R\$ 5,3 bilhões aos municípios; R\$ 1,1 bilhão ao Estado do Rio de Janeiro, em cujo mar territorial se concentram as áreas leiloadas; e R\$ 23,7 bilhões para a União (LEILÃO..., 2019). Em fim de contas, o custo para a Petrobras com o arremate de sua parte do excedente dos dois blocos deduzidos do que recebeu do governo via ANP foi de 28,5 bilhões de reais que

a empresa pagou de sua parte no consórcio por aquilo que já era dela legalmente. O Estado conseguiu, assim, como um prestidigitador, retirar da empresa o que lhe pertencia de direito, conforme constatamos, e fazê-la pagar por isso.

As movimentações do governo Bolsonaro para rever as disposições contratuais do regime de cessão onerosa, colocando em leilão seu excedente, centraram-se sobre a edição de resoluções e de portarias em vez de um projeto de lei que modificasse a Lei n. 12.351/2010 relativa à partilha no pré-sal. De fato, desde o governo Temer se pretendia mudar essa legislação para retirar da Petrobras a exclusividade sobre o excedente de petróleo encontrado na área de cessão onerosa, mas isso não foi efetivado. O governo Bolsonaro previu inicialmente, e de fato se confirmou, que parte do que ganharia com o leilão seria distribuído para prefeitos e governadores (GOVERNO..., 2019; GUIA OIL & GÁS BRASIL, 2019), com o propósito de fazer negociações para que as bancadas estaduais no Congresso votassem a favor da modificação da lei. Mas essa estratégia não foi adotada, porque ele correria o risco de ver refutado no Congresso Nacional seu projeto, além da demora que isso poderia ocasionar. O governo demonstrou, assim, pressa na venda do patrimônio público e na arrecadação de recursos.

Todavia, há, aparentemente, um problema de legalidade das citadas portarias do Ministério das Minas e Energia e resoluções do CNPE de 2019, pois não se podem modificar leis com resoluções e portarias. Com efeito, a lei de partilha de 2010, e que não foi alterada depois, permite que excepcionalmente o Estado contrate apenas a Petrobras, por meio de resolução do CNPE e de portarias do Ministério das Minas e Energia, para explorar áreas no pré-sal sem licitação, e foi isso que aconteceu com o excedente de cessão onerosa em 2014. Como reza o Art. 8º, inciso I da lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010: “A União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, celebrará os contratos de partilha de produção: I – diretamente com a Petrobras, dispensada a licitação; ou II – mediante licitação na modalidade leilão” (BRASIL, 2010b). Portanto, esse excedente, associado à cessão onerosa e à lei de partilha e já concedido anteriormente à Petrobras, não deveria ter seu destino garantido por uma portaria de um ministério ou por uma resolução do CNPE para um leilão no qual, conjuntamente, anularam a deliberação anterior fundada na própria lei.

Para além do aspecto estratégico que tais campos petrolíferos representam, configurando uma perda incomensurável para o país, trata-se também de uma perda

econômica monumental para a empresa e, em consequência, para a Nação, que é, via Estado nacional, acionista majoritária da Petrobras (não se sabe muito bem até quando permanecerá sendo, pelo caminho que as coisas estão tomando).

Assim, realizando-se um cálculo simples, considerando o barril a 72 dólares em junho de 2019 (esse foi o valor usado pela ANP para reembolsar investimentos e produção adiada nos campos da empresa com o leilão do excedente, conforme a Portaria MME n. 213, de 23 de abril de 2019) e considerando, também, que a reserva na área (somente aquilo que é excedente aos cinco bilhões de barris) é de 12,6 bilhões de barris, chega-se à soma de 907,2 bilhões de dólares no total de recursos. Projetando-se para o futuro a preços atuais, as reservas da área podem gerar, ao câmbio de 1 dólar = 3,8 reais em junho de 2019, cerca de 3,4 trilhões de reais brutos!

Se considerarmos o custo médio de US\$ 8,00 para a extração de um barril no pré-sal (custo médio estimado por especialistas, sem contar os custos com taxas e impostos), devemos deduzir da soma calculada cerca de 11 % de custo do total (US\$ 8,00 representam 11 % de US\$ 72,00 o barril), chegaremos a uma receita bruta de 3,026 trilhões de reais ao câmbio de junho de 2019. Portanto, ao fim de um período médio de produção de petróleo de 20 a 25 anos (que é a média estimada de produção nos campos), teríamos cerca de 3,026 trilhões de reais que entrariam para os cofres da Petrobras e, portanto, em parte para a União, que é acionária majoritária. Parcela desse total seria também destinada ao pagamento de *royalties* e impostos. Para se ter uma ideia de comparação, esse valor representou 44,5 % do PIB brasileiro de 2018.

Entretanto, para além das mudanças no que já se havia estabelecido sobre o excedente de cessão onerosa (reservas estimadas em mais ou menos doze bilhões de barris), pretende-se alterar, também, o contrato de cessão onerosa que garante à Petrobras a exploração de outros cinco bilhões de barris que se encontram em fase de produção, por meio do Projeto de Lei n. 78, de 2018, de autoria do ex-deputado José Carlos Aleluia do DEM, já aprovado na Câmara e aguardando aprovação no Senado. Esse projeto pretende autorizar “a Petrobras a transferir até 70 % dos direitos de exploração de petróleo do pré-sal na área cedida onerosamente pela União para outras petroleiras, mantida a participação de 30 % no consórcio”, percentual que é assegurado de maneira facultativa pela lei de partilha, “e flexibiliza a utilização do regime licitatório das sociedades de economia mista nas contratações de bens e serviços pelos consórcios integrados pela Petrobras” (BRASIL, 2018a). Mas, aparentemente, pelas recentes portarias

do Ministério de Minas e Energia e pelas resoluções do CNPE de 2019 que citamos, se reconhece a parcela desses cinco bilhões de barris à Petrobras, que estarão associados à exploração conjunta com as empresas que participarem dos leilões do excedente de cessão onerosa (BRASIL, 2019b, 2019e). Por enquanto (mas até quando?), o projeto de lei do Aleluia está dormindo em uma comissão no Senado Federal.

Pelo que vimos, atesta-se uma irracionalidade econômica e uma pressa do governo Bolsonaro para desconstruir e desorganizar aquilo que havia de economia nacional, efetuando um projeto neoliberal de desnacionalização de partes inteiras do que restava ainda de estatal, repassando-as, no caso do petróleo, às multinacionais que apoiaram, como veremos, a derrubada do governo Dilma Rousseff. Isso tudo parece ser muita “coincidência”!

O retorno dos leilões

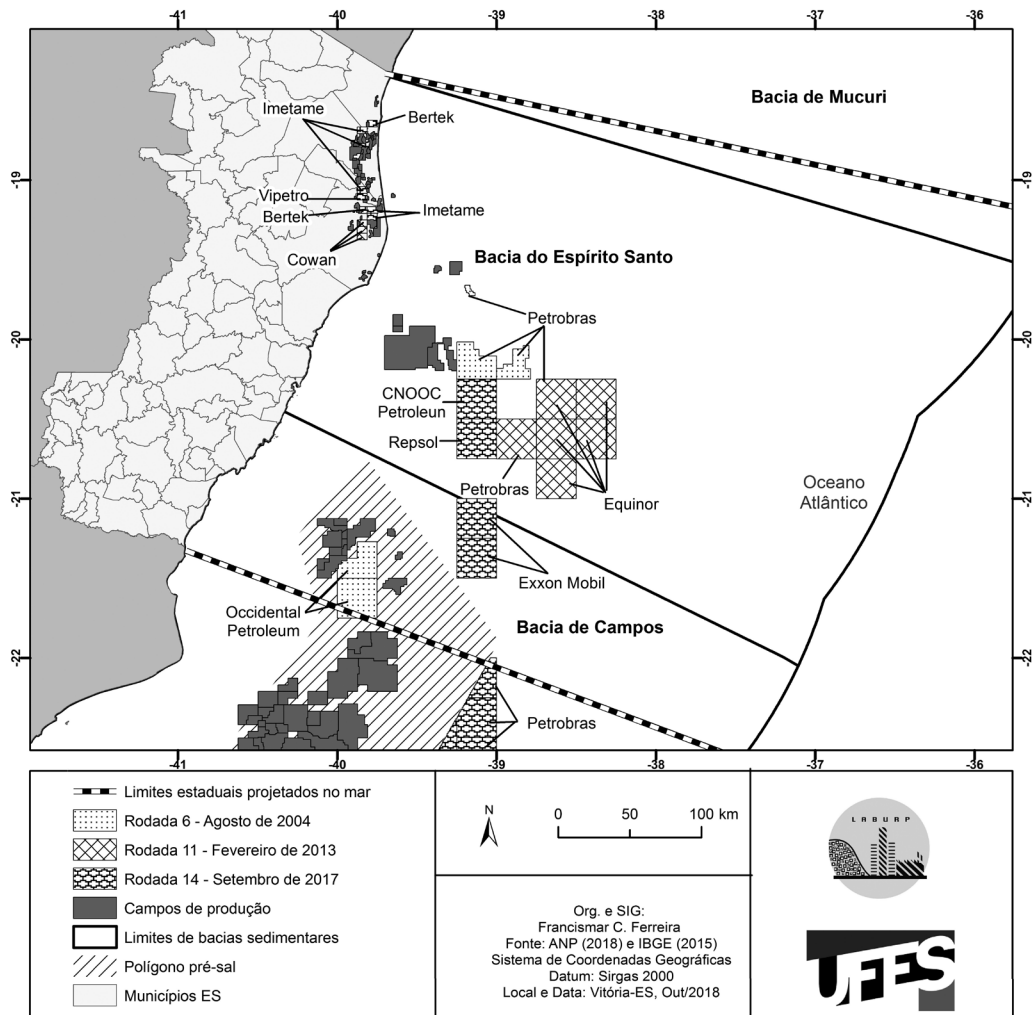
O retorno dos leilões de blocos de exploração em 2017 e 2018 (mapas 7 e 8) demonstrou o apetite das multinacionais pelo petróleo do pré-sal após todas as mudanças políticas que aconteceram a partir de 2013, vontade que devemos temperar pelo relativo desinteresse de participar do leilão do excedente de cessão onerosa, como vimos, que teve motivações particulares, especialmente o imbróglio legal para separar aquilo que é da Petrobras daquilo que seria das empresas que eventualmente tivessem tido as concessões naquele regime.

O último leilão sob a nova forma de regulação da partilha realizado precedentemente ocorreu em 2013, no governo Dilma, quando foi incluído nele um dos grandes campos do pré-sal, Libra. Naquela ocasião houve diferentes posições no governo do PT e no Congresso Nacional sobre os destinos do pré-sal, pois esse campo, segundo informações que nos foram passadas por diretor da Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet) que acompanhou o processo, não deveria ter entrado no leilão; conforme essa fonte, Libra deveria ter sido destinado exclusivamente à Petrobras por meio de outro regime, o de cessão onerosa.

Os jornais, em relação às mudanças recentes na regulação do setor do petróleo, para além dos atos dos leilões propriamente ditos, omitem que estava havendo modificações nas próprias exigências relativas ao conteúdo nacional nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás, o que tem efeitos econômicos concretos sobre os

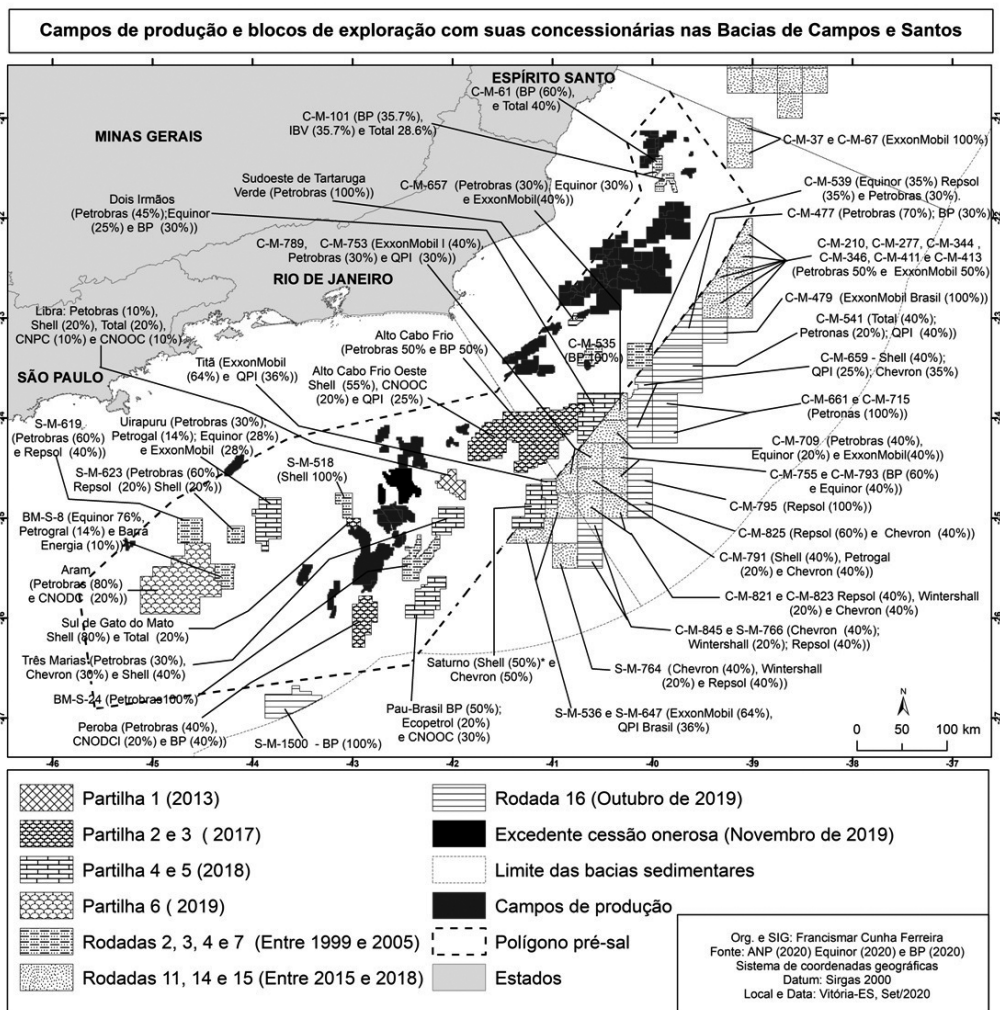
empresários nacionais e regionais. Além, é claro, da desnacionalização de largos trechos da costa brasileira na área do pré-sal, que é o que interessa às grandes petrolíferas mundiais, como Shell, British Petroleum, Total, Statoil (agora denominada Equinor), Chevron, ExxonMobil, as empresas chinesas (CNOOC e CNPC), entre outras (mapas 7 e 8).

**Mapa 7 – Leilões da ANP sob regime de concessão de 2004-2017
no Espírito Santo por empresas**



Fonte: ANP (2018) e IBGE (2015).

Mapa 8 – Leilões da ANP de regimes de concessão (rodadas) e de partilha no pré-sal de blocos de petróleo por período e por participação das empresas de 1999 a 2019



Fonte: ANP (2020), British Petroleum (2020) e Equinor (2020).

O leilão da 14ª Rodada (que interessava mais aos jornais capixabas, por incluir blocos do território do Espírito Santo) foi tratado pelo jornal *Gazeta Online*, em matéria de 27 de setembro de 2017, que informou aos seus leitores a participação de empresas locais no processo licitatório, como já notado antes, e valorizou a participação delas nos leilões, indicando o resultado:

As empresas capixabas Imetame, Vipetro e Berterk arremataram oito campos de petróleo terrestres no Espírito Santo, na 14ª Rodada de leilão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural realizada nesta quarta-feira (27) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Foram 19 blocos em terra ofertados no Estado.

Os jornais locais retrataram o encontro do governador e do vice-governador do Estado à época com os empresários que venceram os leilões para a exploração de blocos de óleo e gás, localizados no Espírito Santo:

O governador Paulo Hartung e o vice-governador, César Colnago, receberam ontem os empresários capixabas vencedores no Leilão de Blocos de Óleo e Gás da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Ao todo seis empresas (três capixabas e três internacionais) arremataram 12 blocos localizados no estado. Há ainda parte de um bloco da Bacia de Campos que está localizada no Espírito Santo e que também foi arrematada no leilão (A TRIBUNA, 5 out. 2017, p. 23).

Uma nota positiva publicada na coluna *Em Alta* do jornal *A Tribuna* do dia 27 de setembro de 2017 sobre os leilões reforça a ideia, dos meios de comunicação, de que os leilões são importantes e necessários para a economia capixaba. Segundo o jornal, os leilões poderiam aquecer a economia do estado e criar dez mil empregos até o ano de 2020:

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) realiza hoje uma rodada de leilões de blocos de petróleo, incluindo áreas no Espírito Santo. Além de benefício direto que isso representa, há ainda outros fatores positivos. Um exemplo, conforme mostra reportagem da editoria de Economia, nesta edição, é o aquecimento de setores de serviços e comércio, com previsão de contratação de 10 mil funcionários até o ano de 2020 (LEILÃO DE PETRÓLEO, 2017, p. 18).

Em relação à criação de postos de trabalho, discurso permanente da imprensa, faremos, na próxima seção deste subcapítulo, uma análise mais detalhada dos discursos dos jornais, colocando-os em contraposição com os fatos.

As matérias dos jornais associam a realização dos leilões à importância econômica do petróleo no Espírito Santo. Por exemplo, a coluna Dia a Dia do jornal *A Tribuna* de 27 de setembro de 2017 afirma que o setor representaria 28 % da indústria do estado, mas sem definir a que se referem esses 28 %, se aos trabalhadores, ao faturamento ou a outro dado qualquer, ou, ainda, a quais setores econômicos da indústria esse percentual diz respeito. Essas estimativas não apresentam uma metodologia clara e, na maioria das vezes, são invocações fantasiosas e indemonstráveis:

A 14ª rodada dos leilões da ANP, que acontece hoje no Rio, é o tema da primeira edição do Fato Econômico Capixaba, novo produto do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies). Para o diretor do Ideies, Marcelo Saintive, isso reforça a relevância do setor, que representa 28 % da indústria do Estado, o segundo maior produtor de petróleo e gás do País (PETRÓLEO CAPIXABA..., 2017, p. 24).

Voltemos aos anúncios dos leilões e aos dados mirabolantes de bilhões de reais invocados sem nenhuma distância crítica sobre o que significa esse dinheiro, sobre o que se está vendendo. Inexistem, por parte da imprensa, informações sobre um cálculo efetivo, a partir das reservas prováveis e do óleo *in place* anunciado, do valor dos blocos leiloados:

Com uma forte participação da Petrobras nos momentos finais, o leilão da Agência Nacional do Petróleo (ANP) terminou nesta quarta-feira no Rio com a maior arrecadação da História. O total de bônus arrecadado foi de R\$ 3,842 bilhões, enquanto a expectativa era de R\$ 1,7 bilhão (GAZETA ONLINE, 27 set. 2017).

A matéria aproveita a fala de “autoridades nacionais” para reforçar a “nova” imagem do país no cenário mundial na área petrolífera. Os jornais figuram um novo governo, uma imagem “nova” e uma abertura internacional, sem nenhuma distância crítica, uma visão neoliberal da economia com espaço de abertura sem entraves, sem nenhuma abordagem sobre a noção mesma de “economia nacional”, transmitindo uma perspectiva que considera o espaço e o território nacionais como monetizáveis e que devem ser submetidos a uma concorrência:

Para o ministro, as duas rodadas registraram resultados acima da expectativa e recolocaram o Brasil no cenário mundial do petróleo, além de trazer investimentos para o país [...]. O resultado excelente obtido hoje é fruto do trabalho desenvolvido, e mostra acima de tudo a confiança retomada junto às grandes empresas internacionais [...]. Para Décio Oddoni, as duas rodadas de hoje demonstraram que o Brasil está de volta ao cenário do mercado de petróleo mundial [...]. Para a ANP, o sucesso das rodadas “reflete as mudanças regulatórias realizadas pelo governo brasileiro, que tornaram o ambiente de negócios no País mais atraente a empresas de diferentes portes, e a própria atratividade das áreas, uma vez que o pré-sal brasileiro possui um dos maiores potenciais de reservas a serem desenvolvidas no planeta (JORNAL DO BRASIL, 29 out. 2017).

Um país com uma nova legislação que permite, como já vimos, a ausência da Petrobras como operadora nos leilões, o que é vendido como positivo:

Entre os aprimoramentos na legislação, está o fim da obrigatoriedade de a Petrobras ser operadora única no pré-sal, abrindo oportunidade para a entrada de outras empresas. De acordo com a legislação atual, a Petrobras tem o direito de preferência para atuar como operadora nos blocos do pré-sal [...] (JORNAL DO BRASIL, 29 out. 2017).

Também vimos reportagens com informações sobre a produção de petróleo e gás no estado do Rio de Janeiro e sobre os investimentos previstos por meio das rodadas de leilões, bem como os *royalties* a arrecadar, sempre no sentido de uma questão econômica e financeira colocada em relevo, como o faz a matéria do *Jornal do Brasil*, periódico carioca, do dia 27 de setembro de 2017:

O estado do Rio de Janeiro é atualmente o maior produtor de petróleo e gás do país. Em julho de 2017, a produção foi de 1,8 milhão de barris de petróleo por dia, equivalente a 71 % da produção nacional, e de 52,5 milhões de metros cúbicos de gás natural, que corresponde a 46 % da produção total. O litoral do Rio tem 42 campos produtores, distribuídos nas bacias de Campos e Santos [...]. A previsão de investimentos no estado, com as nove rodadas programadas, é de US\$ 30 bilhões ao longo

da duração dos contratos, de 35 anos. Já a arrecadação com *royalties* no mesmo período deve somar US\$ 8 bilhões e US\$ 400 milhões com participações especiais [...] (JORNAL DO BRASIL, 27 set. 2017).

Há, na maioria dos jornais, uma aprovação explícita do governo federal, que é, por exemplo, reforçada no jornal *Folha de S.Paulo* do dia 27 de setembro de 2017, em que se ressaltam as ações do presidente Temer, reproduzindo discursos de ministros que afirmam a possibilidade de retomada dos investimentos no setor de petróleo e gás “após anos de paralisia”. A matéria enfatiza ainda as mudanças promovidas pelo atual governo para atrair as companhias estrangeiras do setor, bem como opina que os leilões servem também “para gerar agenda positiva em meio à crise política”:

A Parnaíba Gás Natural arrematou os primeiros cinco blocos ofertados na 14ª rodada de licitações de áreas para exploração e produção de petróleo no país, iniciada na manhã desta quarta (27). O leilão foi aberto com a presença de dois ministros, Moreira Franco (chefe da Secretaria Geral da Presidência da República) e Fernando Coelho Filho (Minas e Energia), em um esforço do governo para gerar agenda positiva em meio à crise política. [...]. Os ministros presentes destacaram em seus discursos a possibilidade de retomada dos investimentos no setor de petróleo e gás após anos de paralisia. E exaltaram mudanças promovidas pelo governo Michel Temer para atrair as companhias estrangeiras do setor (FOLHA DE S.PAULO, 27 set. 2017).

Em relação à matéria citada a seguir e publicada no jornal *O Estado de São Paulo* do dia 27 de setembro de 2017, podemos fazer algumas observações. A primeira é o uso da metáfora “engordar” o caixa (criar gordura ou aumentar o peso), em vez de escrever que o governo vai aumentar o caixa ou vai receber dinheiro oriundo dos leilões, por exemplo. A outra observação é que o jornal usa fala do diretor da ANP para valorizar as ações gerenciais da Petrobras (que dão continuidade à “maior abertura econômica da história do setor no país”) e, ao mesmo tempo, para criticar o governo petista e elogiar o governo Temer (e não o governo peemedebista)¹⁶. A matéria dá a

16. No capítulo de considerações finais fizemos uma comparação de como os governos do PT e do PMDB foram abordados pela mídia.

informação de que o governo poderia arrecadar até R\$ 1 bilhão com o leilão. Com isso, esse jornal demonstra de qual posição fala, a posição dos “investidores”, dos capitalistas que buscam ganhar dinheiro por meio da “abertura” da economia:

O governo aposta que vai engordar o caixa da União em até R\$ 1 bilhão com o leilão de áreas para explorar e produzir petróleo e gás natural na bacia sedimentar brasileira, marcado para hoje a partir das 9h, no Rio [...]. Oddone acredita ainda que, com a 14ª Rodada de Licitações, o governo dá continuidade “à maior abertura da história” do setor no Brasil, processo iniciado em 1997, quando a Petrobras perdeu o monopólio. Em sua opinião, o governo petista “fazia uma abertura envergonhada”, enquanto, com Temer, há “um processo consciente de atração de investimento” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 27 set. 2017).

Outra matéria que, nessa perspectiva puramente financeira e com curta visão, seria positiva para a Petrobras, publicada no jornal *O Globo* do dia 27 de setembro de 2017, dizia também que a ANP, por meio de leilão, iria arrecadar R\$ 1 bilhão. A iniciativa, segundo fontes jornalísticas, ajudaria na retomada da economia brasileira. A matéria buscou fontes que valorizavam a diretoria da Petrobras e criticavam as gestões passadas. Enalteceu também o governo federal, nomeando-o como responsável e sustentável e afirmando que ele está no caminho certo, por tomar decisões que visavam o crescimento e o desenvolvimento:

Antes do início do leilão da ANP, que começou às 9h15, o secretário de petróleo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, disse estar otimista e que a expectativa de arrecadação é de R\$ 1 bilhão [...]. Em seguida, Oddone [disse] “[...] a nossa expectativa é que os leilões ajudem na retomada da economia brasileira, e principalmente a economia do Rio de Janeiro”. Moreira Franco disse que hoje é um dia extremamente importante para a economia brasileira. Segundo ele, o leilão é um esforço da retomada do crescimento. [...] Moreira Franco criticou o governo anterior. Segundo ele, por uma questão de ideologia, as rodadas de petróleo foram suspensas, atrasando o desenvolvimento do setor de óleo e gás [...]. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, também se pronunciou durante a abertura do evento. Segundo ele, o leilão é uma prova do voto de confiança que a indústria de

óleo de gás está dando no país. “Não são quatro nem oito anos de mandato do presidente Michel Temer. São apenas 16 meses. Se esse não é um dia histórico, não sei o que é. Preciso agradecer a todo o setor de óleo e de gás pela confiança, pela aposta que vocês fazem no Brasil. O País ainda tem muitos problemas que tiram nossa competitividade, mas trabalhamos com muitas mãos para poder continuar fazendo valer esse voto de confiança. O governo tomou a decisão pelo crescimento, e pelo desenvolvimento, de forma responsável e sustentável” (O GLOBO, 27 set. 2017).

Nessa matéria encontramos personagens que são mutantes e que, como os camaleões, estão a serviço do poder do momento; usam sua “experiência” como moeda de troca e estão prontos a aceitar as trocas de governo, sendo pragmáticos; alteram as perspectivas da exploração do petróleo com, por exemplo, a passagem da maior intervenção do Estado nos governos do PT para, no período atual, uma desconstrução da Petrobras, empresa em que eles próprios trabalharam. Esse parece ser o caso de Márcio Félix, o indestronável personagem dos últimos tempos do setor de petróleo que, aparentemente, tem como única crença o “mercado” incensado pelos padrões do momento e que passa da administração pública para o setor privado sem nenhuma cerimônia, utilizando as famosas “portas giratórias” das informações e relações adquiridas na administração pública para se cacifar a exercer cargos em organizações patronais e do setor privado. Márcio Félix foi, no passado, executivo da Petrobras e Secretário de Estado no Espírito Santo, no governo Paulo Hartung, e foi nomeado pelo governo Bolsonaro como Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis em janeiro de 2019. Em setembro desse mesmo ano, pediu exoneração do cargo e, em março de 2020, assumiu a vice-presidência executiva da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (Onip), que é um órgão ligado às federações empresariais industriais (Firjan, Fiesp, etc.) e cuja “visão” é: “Ser protagonista na articulação entre as companhias operadoras, as indústrias de bens e serviços, as agências de fomento e o governo, contribuindo para o aumento da competitividade global do mercado de óleo e gás brasileiro” (ONIP, 2021). Félix foi também presidente dos conselhos de administração da empresa pública Pré-Sal Petróleo (PPSA), que tem por objeto a gestão dos contratos de partilha de produção celebrados pelo Ministério de Minas e Energia e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União. Márcio Félix ainda foi

indicado para presidente do conselho de administração da empresa ES Gás, distribuidora de gás natural do Espírito Santo, constituída pela Lei Ordinária n. 10.955, de 13 de dezembro de 2018. É uma empresa de economia mista em que o Estado do Espírito Santo detém 51 % do capital votante, tendo como sócia a BR Distribuidora, com os demais 49 %. No Espírito Santo, é a concessionária responsável pela distribuição do gás natural canalizado, regulada pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP), um órgão estadual. A ES Gás atua nos segmentos residencial, comercial, industrial, automotivo, de climatização e cogeração e termelétrico, totalizando mais de sessenta mil unidades consumidoras¹⁷. Nota-se que não há nenhuma distinção entre público e privado nesses processos: Márcio Félix faz parte de conselhos de administração de empresas públicas que decidem sobre os contratos de gestão do regime de partilha do pré-sal, faz parte de conselho de uma empresa de economia mista que decide sobre a distribuição de gás no Espírito Santo e, ao mesmo tempo, é membro de uma organização patronal que tem interesses empresariais no objeto dessas empresas.

Ainda sobre a matéria de *O Globo* de 27 de setembro de 2017 citada antes, é de uma ironia ímpar falar que o governo Temer promoveu o “desenvolvimento” de forma “responsável” e “sustentável”. Frases como essa repetidas de maneira frequente revelam um mesmo canevas ideológico neoliberal, e ainda por cima acusam aqueles que defendem outra posição, em particular o Partido dos Trabalhadores, de serem “ideológicos”. Ora, vender blocos de petróleo para multinacionais, atacar o patrimônio comum e defender o neoliberalismo não seriam por acaso ideologia? Instauraram a famosa crise política e responsabilizam ainda os outros que eles derrubaram do poder de maneira ilegítima. Ainda nesse discurso, a submissão ao “deus mercado” e aos interesses implícitos e explícitos das multinacionais do setor do petróleo e de seus *lobbies* é mostrada como uma “confiança no país” por parte desses setores econômicos. Um linguajar amical, ilusório, que não tem nada a ver com o mundo real que é o das disputas de empresas pelo melhor para elas e, em geral, pelo puro lucro se não encontram barreiras e controles governamentais. Linguagem falsamente

17. Sobre as funções de Márcio Félix, ver matéria da agência *EPBR* (MÁRCIO..., 2020). Sobre a constituição da ES Gás e da PPSA, consultar os *sites* das empresas (ES GÁS, 2020; PRÉ-SAL PETRÓLEO, 2021).

inocente, que revela todos os aspectos ideológicos no sentido de se fazerem aceitar coletivamente crenças na virtude das empresas e do “mercado”.

A ideologia, se a discutimos seriamente e conceitualmente, implica um poder simbólico de um determinado campo social, cultural, econômico, político etc. a fazer legítima sua visão sobre o mundo a partir de suas alianças com o Estado e fora do Estado (BOURDIEU, 2012). Esse capital simbólico é adquirido em função dessas legitimações que se constroem cotidianamente nas relações e disputas de legitimação entre os agentes sociais no interior dos campos em luta. A imprensa hoje no Brasil majoritariamente é um campo social que depende dos anúncios do mercado e do Estado, e a legitimidade dela faz parte de lutas contra outros campos e depende de sua relação com outros campos (BOURDIEU, 1997). A violência simbólica (e ideológica) que faz parecerem “naturais” e “verdadeiros” os discursos anunciados pela imprensa vem da posição que o campo do jornalismo ocupa nas estruturas de poder, autolegitimando-se e legitimando determinadas formas de poder. O campo do jornalismo produz ideologia, produz notícias e reproduz dominações sociais e legitimações dessas dominações, fazendo com que os interesses de alguns passem por interesses coletivos. Mas isso não se faz somente pelo escrito ou em “função de ser má ou boa” a imprensa, mas pela forma institucional e pela forma estrutural e cognitiva por meio da qual se legitima na cabeça das pessoas comuns essa ordem discursiva que torna “verdadeiras” as crenças econômicas neoliberais inscritas no monopólio, legitimado pelo Estado e pelas classes dominantes, da notícia produzida pela imprensa, que é ela mesma “ideológica” e reproduz uma ideologia como se não estivesse produzindo ideologia. Isso significa o estabelecimento de um poder concreto, que é legitimado por um poder simbólico, de reconhecimento tácito desse poder pelo conjunto da sociedade, antes mesmo de se analisar o conteúdo das notícias – daí advêm os seus efeitos sociais incomensuráveis.

Assim, os discursos produzidos procuram, por um lado, convencer e produzir a adesão daqueles que já aderem antecipadamente, pois são do meio e os principais interessados nas crenças, e, por outro lado, elaborar a ilusão da verdade pela adesão involuntária ou voluntária dos outros por meio da legitimidade construída e inculcada na própria história da dominação, que permite o “reconhecimento” dos que têm a força e o poder maior sobre o Estado e o “mercado”.

Fabricando as notícias e sua legitimidade, os jornais publicam que as maiores empresas de petróleo do mundo (isso visto como uma “importância” para o país, que

pode contar com a “honra” de ter essas empresas aqui, pensamos que, pelo contrário, tal interesse deveria ser preocupante devido ao histórico das ações dessas empresas, que buscam interferir no jogo político e nas relações de poder dos países onde se encontram) participaram dos leilões de áreas para exploração de petróleo e gás no pré-sal, sendo a Petrobras a única brasileira que participaria das rodadas, mas limitando seu interesse a alguns blocos, em função de seus recursos disponíveis. A prioridade da estatal seria reduzir seu endividamento, que, segundo matéria publicada no jornal *O Globo* em 26 de setembro de 2017, está elevado:

Os dois leilões de áreas para exploração de petróleo e gás no pré-sal que o Brasil realizará em 27 de outubro atraíram algumas das maiores petroleiras do mundo, informou nesta terça-feira a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que anunciou que oito empresas foram habilitadas para a segunda rodada e 11 para a terceira [– rodadas do novo regime de partilha modificado pelo Congresso Nacional em 2016]. [...]. Com restrições de orçamento enquanto busca reduzir seu elevado endividamento, a Petrobras já afirmou que exercerá o direito de preferência em apenas três dos oito prospectos. A Petrobras estimou em R\$ 810 milhões o valor correspondente ao bônus de assinatura a ser pago pela companhia, considerando que os resultados dos leilões confirmem apenas as participações mínimas de 30 % indicadas em cada bloco.

Mesmo quando os leilões não correspondem às expectativas do governo ou da ANP, os jornais não questionam nem fazem comentários sobre os “fracassos” no resultado final dos leilões. Não procuram nenhuma fonte para explicar os motivos pelos quais nem todos os blocos disponíveis nos leilões para a produção e exploração de petróleo e do pré-sal foram vendidos:

Desse total [62 blocos], apenas um foi arrematado pela empresa Geopark Brasil, a única a fazer oferta. O bônus foi de R\$ 412 mil, e o ágio de 200 %. Também na Bahia, a Bacia do Recôncavo, classificada como bacia madura terrestre, teve 27 blocos ofertados. Embora seja uma das mais antigas do país, foi a mais disputada até o momento. Do total, sete blocos foram arrematados.

[...] A Bacia de Espírito Santo também teve blocos em terra no leilão: 19 foram ofertados. Desse total, oito foram arrematados. A Bertek fez oferta, assim como

Vipetro e Imetame. Desses três blocos, apenas um teve disputa. O consórcio formado pela Exxon, Queiroz Galvão e Murphy arrematou dois blocos marítimos na Bacia de Sergipe-Alagoas. Eles pagaram os dois maiores bônus até o momento, de R\$ 62,8 milhões, com ágio de 99 %, e R\$ 47,1 milhões, com o ágio de 445 %. Com isso, a chinesa CNOOC fica em terceiro lugar, tendo pago R\$ 23,5 milhões no Espírito Santo (O GLOBO, 27 set. 2017).

Praticamente a maioria das reportagens é favorável aos leilões de áreas para produção e exploração de petróleo e gás natural e repetem sempre os valores pagos, os bônus etc., fornecendo cifras milionárias sem contextualização, como já vimos – o espaço e o território nacionais são vistos como possibilidade de extração de renda e de lucros. Nenhuma dessas reportagens procurou especialistas, sindicatos ou empresários para questionar sobre os leilões. A única reportagem que fez algum tipo de questionamento foi a do jornal eletrônico independente e que dá voz aos movimentos sociais e ao “outro lado”, *Século Diário*, do dia 27 de setembro de 2017, que colocou dúvidas sobre os leilões, se eles iriam trazer, de fato, investimentos e gerar empregos e renda no Estado, conforme a maioria dos jornais estava anunciando:

O temor da sociedade civil organizada e das comunidades impactadas pela cadeia de petróleo e gás no Espírito Santo se confirmou nesta quarta-feira (27), no leilão para exploração de novos blocos em terra e mar realizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no Rio de Janeiro. Dos blocos ofertados, 12 localizados no Estado foram arrematados – oito em terra e quatro em mar – por seis empresas, totalizando R\$ 110 milhões em bônus de assinatura. A nova rodada de licitação, festejada pelo governo do Estado, foi alvo de protestos simultâneos tanto em nível nacional como no Centro de Vitória. Três empresas do Estado irão explorar os blocos, a Imetame, a Vipetro e Bertek. As outras três são internacionais, Repsol, CNOOC e ExxonMobil [ver Mapa 7].

Na torcida estava a comitiva oficial do governo Paulo Hartung, que compareceu à 14ª rodada representada pelo governador em exercício, César Colnago (PSDB), o secretário de Estado de Desenvolvimento, José Eduardo Azevedo, e o secretário-chefe de gabinete, Paulo Roberto. O governo comemorou o resultado, com base no conhecido e questionável discurso de investimentos e geração de emprego e renda,

que, na prática, em nada condiz com a realidade dos municípios onde estão instalados esses empreendimentos, no litoral do Espírito Santo.

[...] Do Espírito Santo, o segundo maior produtor de petróleo e gás natural do Brasil, foram ao todo 26 blocos, dos quais sete estão em bacias marítimas – área de cinco mil km² – e 19 em bacias terrestres, totalizando 415 km², além de quatro blocos na Bacia de Campos. A meta do governo federal é realizar mais oito leilões até 2019.

O *Século Diário* analisa ainda as consequências do que ele próprio nomeia de “petrodependência”:

Enquanto o governo e o empresariado exaltam a agora consolidada exploração dos blocos, movimentos sociais alertam para a expansão catastrófica da “petrodependência brasileira”, que promove constantes violações de direitos e intensa degradação ambiental, econômica e social. A atividade ameaça comunidades já marginalizadas pelo poder público, como pescadores tradicionais, ribeirinhos, índios e quilombolas que, impedidos de realizar a pesca tradicional e agricultura de subsistência, passam por profundas dificuldades e, perdem, também, sua cultura.

Além de agravar, nas cidades, casos de criminalidade e violência, e aumentar a demanda por serviços básicos da população, como saúde e educação. Isso porque, ao contrário do discurso da indústria do petróleo e do governo do Estado, que acaba atraindo elevado contingente populacional para os locais onde estão previstos os empreendimentos, esses trabalhadores só são absorvidos na fase inicial de obras. Depois, novamente desempregados, incham os bolsões de pobreza dos municípios, sem alternativas de sobrevivência [...].

O modelo, como apontam, é insustentável, e precisa ser detido. O caminho é oposto ao incentivado pelo poder público: criar áreas livres de petróleo e, ao mesmo tempo, áreas livres para pesca artesanal, para os territórios tradicionais, para a mobilidade urbana, para a segurança alimentar e nutricional, e para uma sociedade com equidade de gênero, justiça ambiental e climática (SÉCULO DIÁRIO, 27 set. 2017).

Essa “petrodependência”, para o jornal, poderá promover violações de direitos e uma intensa degradação ambiental, econômica e social. Isso se revela em vários locais do litoral capixaba, por exemplo nos litorais dos municípios de Aracruz e de

Linhares, onde várias infraestruturas de exploração, produção e bombeamento e estocagem do petróleo em mar e terra, instalações portuárias existentes e projetadas e indústrias da cadeia produtiva ocupam ou atravessam territórios de populações diversas, impactando o meio ambiente de maneira importante. A “petrodependência” se descortina na “crise” econômica e política que o Brasil vive, particularmente em estados que têm uma forte influência econômica da cadeia do petróleo, como o Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Entretanto, não se pode deixar de constatar que há uma complexa rede de produção, transformação e circulação de petróleo e gás que cria uma intrincada relação econômica com os espaços regionais e locais.

A seguir, revelando as distâncias entre os fatos e os discursos interessados da imprensa, abordaremos brevemente a ficção da criação de postos de trabalho, que é muito citada pelos jornais, pela indústria do petróleo em período de leilões e privatizações generalizadas do setor. Com isso, esperamos aclarar um pouco os efeitos discursivos, colocando-os na perspectiva dos fatos.

Criação de postos de trabalho pela indústria do petróleo: os discursos e os fatos

Os jornais sempre discorrem sobre a previsão totalmente aleatória sem nenhuma demonstração de criação de postos de trabalho para convencer os leitores. Usam discursos do poder político no Espírito Santo, com o objetivo de reforçar a ideia da importância dos leilões para a economia do estado e para geração de empregos em várias áreas. Por meio de leilões de blocos de exploração de petróleo no estado, dizem, poderiam ser abertos até dez mil novos empregos, impulsionando, assim, diversos segmentos da economia. Por exemplo, o jornal *A Tribuna* do dia 27 de setembro de 2017, em uma matéria informativa, que procurou várias fontes, mas sempre repetindo o mesmo discurso de “investimento” e “criação de emprego” e não explicitando os problemas ligados ao setor e à crise econômica mundial, buscou “esclarecer” as novas expectativas para a economia que o setor de petróleo traria: este deveria injetar R\$ 50 bilhões de investimentos, que criariam até quinze mil vagas de empregos diretos até 2030:

[...] Hoje, a partir das 9 horas, vai ser realizado o 14º leilão de blocos de exploração de petróleo, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Só no Espírito Santo, são 30 áreas em jogo. A possibilidade de receber petroleiras

de países como França, Reino Unido e Austrália deixa empresários de vários setores otimistas. Eles estimam que, até 2020, dez mil vagas de empregos sejam criadas em bares, restaurantes e no comércio. O presidente da Federação do Comércio do Estado, José Lino Sepulcri, explica que o impacto será sentido por todos. “É algo que todos estávamos esperando. O otimismo é geral. Estamos entrando em uma nova fase na economia do Estado. Deverão surgir, de imediato, 1.500 empregos diretamente ligados à vinda de grandes empresas do petróleo. Até 2020, serão de 8 mil a 10 mil”, diz o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Espírito Santo, Gustavo Guimarães, que está esperançoso. “Toda a cadeia produtiva do petróleo sempre teve grande impacto no mercado hoteleiro. Nos bons tempos, operávamos com 80 % de ocupação, agora estávamos em 40 %. A gente espera uma reviravolta nos próximos anos, com a perspectivas de retomarmos ao menos 20 % de empregos perdidos nos últimos três anos”, explica. [...] O presidente do sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Cozinhas Industriais, Odeildo Ribeiro, destaca que já se esperava um fim de ano melhor, por causa da recuperação econômica, mas que os próximos anos são mais promissores ainda. “Esperamos contratar de 2.500 a 3.500 temporários no fim do ano. Mas, com o aquecimento do mercado petrolífero e a inauguração do novo aeroporto de Vitória, as contratações a longo prazo devem ganhar muita força”. A nova fase de exploração de petróleo e gás no Estado deve injetar R\$ 50 bilhões na economia. A previsão, no setor de petróleo, é de que sejam criadas 15 mil vagas de emprego diretas até 2030.

Com afirmações sem nenhuma demonstração cabal, matérias como essa se inscrevem no “clima” criado pelo governo do Estado à época e pelos jornais, para favorecer os “investimentos” e o “emprego”, sempre a miragem dos empregos!

É ilustrativo verificar que os representantes do patronato, por meio de suas publicações, realizaram uma análise do mercado de trabalho publicada no *Anuário da Indústria de Petróleo no Espírito Santo 2017* (FINDES; IDEIES, 2018, p. 44-45). A publicação traz informações sobre o setor de petróleo para o Espírito Santo e o Brasil, indicando a sua importância como fonte geradora de emprego e renda, mas não analisa o fato de que a política praticada pelo ex-governo Temer pudesse não criar um volume significativo de postos de trabalho, malgrado a nova onda de investimentos e a subida momentânea dos preços do petróleo à época, isso porque a nova

legislação para os leilões retirou a obrigatoriedade de se ter a Petrobras na exploração e produção dos poços. Sabe-se que a empresa é uma grande empregadora no estado capixaba e, com essa nova política associada aos planos de redução dos trabalhadores e à venda de partes significativas de empresas controladas pela estatal, o trabalho pode diminuir e ser mais precário, com a terceirização de várias fases do processo de exploração e produção do petróleo. Também o governo Temer reduziu a exigência de parte do conteúdo nacional nos equipamentos utilizados nas atividades de exploração e produção do petróleo, o que tem repercussões sobre empresas locais e regionais que se inserem na cadeia graças a essas exigências. Encobrem-se, assim, os problemas sob uma avalanche de cifras, cuja realidade é indemonstrável.

Em 2016, de uma maneira empírica e não especulativa, segundo o *Anuário* citado, a cadeia produtiva do petróleo no Brasil empregava 505.294 trabalhadores, dos quais 9.860 (1,95 %) no Espírito Santo. A composição da força de trabalho na cadeia do estado é formada por 2.883 trabalhadores na exploração e produção (E&P) e 6.977 no abastecimento. De fato, segundo nossas análises dos dados do setor formal da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego, o emprego diretamente ligado a atividades de exploração e produção de petróleo e gás teve uma alta exponencial entre 2006 (ano da intensificação das descobertas de novos poços no mar, em particular no pré-sal) e 2015, passando de 2.020 para 3.360 trabalhadores. Em 2016 esse número foi de 3.076 trabalhadores, e os dados são próximos àqueles do *Anuário* citado para esse ano (a fonte do *Anuário* é a mesma de nossa pesquisa, a Rais do Ministério do Trabalho e Emprego). Há também uma proximidade com o número que foi anunciado pela imprensa para os trabalhadores que atuavam diretamente na Petrobras no estado em 2017 (2.500), conforme *A Gazeta* de 27 de setembro de 2017¹⁸. Os números se coadunam com o fato de que, no Espírito Santo, em mar e terra, a quase totalidade da exploração e produção do petróleo

18. Com efeito, o jornal *A Gazeta*, em matéria de 27 de setembro de 2017, sem citar a fonte, invoca o fato de que havia na empresa 2.500 trabalhadores próprios e que ela geraria 5.500 outros indiretamente. A Petrobras não nos fornece informações sobre esses números. Em visita à sede da empresa em Vitória em 2018, soubemos que ali trabalham cerca de 1.500 pessoas e notamos que o prédio estava muito pouco ocupado e que sua capacidade de acolher trabalhadores é bem superior. Não sabemos, porém, quantos trabalhadores de fato trabalham diretamente nas plantas produtivas sob a tutela da Unidade de Operação do Espírito Santo, que, diga-se de passagem, foi reestruturada recentemente.

era efetuada até 2017 pela estatal. Assim, os trabalhadores restantes devem ser aqueles terceirizados e que atuavam diretamente em E&P. Assim, o emprego na Petrobras é relativamente importante no estado capixaba, porém em número inferior ao de outros setores, como o do aço e do minério de ferro: somente uma das empresas do polo de Tubarão já empregava 5.379 trabalhadores diretos em 2016 (ARCELORMITTAL, 2017, p. 38); e se acrescentarmos as pelletizadoras da Vale no mesmo polo, esse número será bem superior. Portanto, o setor do aço e do minério de ferro têm uma quantidade de trabalhadores empregados diretos bem superior ao invocado para a Petrobras. Evidentemente, resta mensurar os “efeitos” sobre os setores da cadeia produtiva do petróleo, que, como veremos, são numerosos.

As informações publicadas em matérias jornalísticas indicam que a Petrobras, em junho de 2017, teria 63.152 trabalhadores empregados diretamente em todo o Brasil e que teria ocorrido uma redução de 18 % em relação ao número de trabalhadores da empresa no ano anterior. As matérias mencionadas a seguir indicam esses dados e informam que, somente no primeiro semestre de 2017, a empresa teria demitido 3.374 trabalhadores. No entanto, segundo o Relatório Anual de 2017 da Petrobras, a estatal (incluindo a Petrobras e as empresas por ela controladas) tinha 78.470 trabalhadores diretos em 2015, 68.829 em 2016 e 62.703 em 2017: em três anos, uma redução de 15.767 empregados, de 20 % da força de trabalho do grupo Petrobras, provocando desemprego.

Conforme relatórios anuais de 2008 a 2018 disponibilizados no *site* da estatal, os efetivos diretos da Petrobras e das empresas controladas e coligadas partiram de um patamar, em 2008, de 74 mil trabalhadores para atingir um pico, em 2013, de 86 mil trabalhadores, os quais, desde então, começaram a ser reduzidos e chegaram a 63.361 em 2018, com um relativo aumento entre 2017 e 2018. Em 2013, a empresa empregava mais de 350 mil terceirizados. Nos anos seguintes ocorreu uma diminuição drástica do número de trabalhadores terceirizados, e em 2016 esse número era de aproximadamente cem mil trabalhadores (conforme relatórios financeiros da Petrobras de 2013 e 2016).

Agora vejamos trechos das matérias referidas anteriormente, ambas do jornal *Gazeta Online*. A primeira, publicada em 10 de agosto de 2017: “A Petrobras informou que terminou junho com um efetivo de pessoal de 63.152 empregados, o que corresponde a uma redução de 18 % em comparação a um ano antes, ‘em função do plano de incentivo ao desligamento voluntário’” (LUCRO DA PETROBRAS..., 2017). E a segunda, em 5 de outubro de 2017:

Os programas de demissão voluntária tiveram efeitos nos resultados das estatais. No primeiro semestre deste ano, o quadro de pessoal efetivo das empresas teve uma redução de 16.701 empregados, conforme dados de junho. As principais reduções foram na Caixa (4.777 empregados); Petrobras (3.374 empregados); Correios (2.886 empregados) e Banco do Brasil (926 empregados). O quadro de funcionários de todas as estatais federais soma 516.375 (ESTATAIS..., 2017).

Vê-se nessas matérias a destruição de emprego, e não a “criação de emprego” como se escrevia nos jornais, paradoxalmente. Fazem passar uma coisa pelo seu contrário, e isso é ideologia!

Evidentemente, para além da Petrobras, de maneira direta e indireta, o setor movimentava várias empresas prestadoras de serviços e montadoras ou fabricantes de máquinas e equipamentos instalados no território do Espírito Santo e, sobretudo, no Rio de Janeiro e em outros lugares. Assim, se considerarmos tão somente o Espírito Santo, onde existem duas empresas importantes ligadas à cadeia, poderemos ter ideia de quais atividades estão associadas diretamente à indústria: 1) a multinacional TechnipFMC, localizada em Vitória, fabricante de tubos flexíveis e outros equipamentos para a exploração e produção em mar do petróleo, e que teria 1.912 trabalhadores em 2016, conforme estimativa que fizemos a partir de deduções dos dados da Rais, mas que foram reduzidos de maneira importante a partir de 2016: segundo informações obtidas com trabalhadores da empresa, hoje haveria na unidade de produção de Vitória por volta de quinhentos trabalhadores; 2) o Estaleiro Jurong Aracruz (Jurong Shipyard, que faz parte do grupo SembCorp Marine de Cingapura), localizado no município de Aracruz, também multinacional, para montagem, construção e manutenção¹⁹ de sondas e navios-plataformas, que empregava cerca de 4.248 trabalhadores diretos e indiretos em junho de 2018, segundo a administração da empresa (Figura 1).

19. Desde sua inauguração até maio de 2019, o Estaleiro Jurong Aracruz já construiu um navio-sonda (Arpoador) e realizou a montagem da plataforma FPSO (Floating Production Storage and Offloading; em português, “Unidade flutuante de armazenamento e transferência”) P-68 da Petrobras. Também operou a manutenção de dois navios-sondas da Constellation (antiga Queiros Galvão) e de um da norte-americana Diamond Offshore, empresas que prestam serviços de perfuração para a Petrobras.

Os empregos nessas empresas, claro, dependem da demanda variável do setor, dos contratos que obtêm e, portanto, da maior ou menor dinâmica do setor. Os setores associados a exploração e produção de petróleo e gás, como serviços de montagem, manutenção e serviços de fornecimento diversos, trabalham igualmente para várias empresas de outros setores industriais e de lugares diferentes. Portanto, é muito difícil estimar de maneira precisa o impacto direto e indireto da cadeia do petróleo em largo sentido. E é ainda mais difícil estimar os empregos criados no consumo, particularmente nos comércios e serviços, como consequência da distribuição salarial do setor e/ou como “efeitos” da circulação de pessoas e produtos.

Algo que deve chamar a atenção e que está presente no *Anuário da Indústria de Petróleo no Espírito Santo 2017* (FINDES; IDEIES, 2018) é o dado relativo ao trabalho em abastecimento ligado ao setor petróleo. Provavelmente diz respeito a trabalhadores de postos de gasolina, o que não é exatamente algo que dependa diretamente da indústria local ou nacional do petróleo.

O *Anuário*, a partir de dados da Rais de 2016, refere-se aos trabalhadores empregados na exploração e produção de petróleo e gás destacando a importância proporcional dos que estão no Espírito Santo em relação ao restante do Brasil:

Na cadeia de produção de petróleo, o Espírito Santo possui maior representatividade na exploração e produção do petróleo (6,1 % do total nacional), sendo o terceiro estado que mais emprega nesse segmento, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro (com 64,4 % do total nacional) e Bahia (com 9,8 % do total nacional). De 2006 até 2016, o emprego nessa atividade aumentou 3,8 %, em média anual (FINDES; IDEIES, 2018, p. 44).

Com relação ao perfil dos 2.883 trabalhadores empregados diretamente na exploração e produção de petróleo no Espírito Santo em 2016, segundo o *Anuário*, 468 atuavam como operadores de filtragem e separação e 184 eram engenheiros químicos – provavelmente empregados nas unidades de tratamento de gás existentes ao sul e ao norte do estado (FINDES; IDEIES, 2018, p. 45-46). Em relação ao emprego no Brasil, a profissão que mais se destacava era a de engenheiro mecânico, com 145 profissionais no Espírito Santo, uma representatividade de 11,2 % dos trabalhadores nacionais da área de exploração e produção de petróleo. Os trabalhadores da extração de minerais líquidos e gasosos somavam 142. E uma área

extremamente importante na exploração do petróleo é a dos geólogos e geofísicos: no estado ela contava com cem trabalhadores, que correspondiam a 10 % daqueles empregados no setor no Brasil.

Já com relação à faixa etária no setor de exploração e produção, a maior representatividade se encontrava nos trabalhadores de 30 a 49 anos, com 1.865 pessoas. O *Anuário* informa ainda que:

A exploração e produção são compostas por setores intensivos em capital, na qual as funções exigem grau elevado de conhecimento técnico e científico. Nesse contexto, a maioria dos empregados possui ensino superior completo (1.770), médio completo (852) e mestrado (158). Além disso, esse segmento se destaca pela maior empregabilidade de mestres e doutores. O Espírito Santo é o segundo estado que mais emprega pessoas com título de mestrado (15,1 %), atrás do Rio de Janeiro (42,4 %). Já com a titulação de doutor, é o terceiro estado (11,7 %), atrás do Rio de Janeiro (52,5 %) e Rio Grande do Norte (12,7 %). Como consequência disso, o estado possui a quarta maior média mensal salarial (R\$ 15.659,07) do país no elo exploração e produção (FINDES; IDEIES, 2018, p. 45).

Indica-se, assim, aquilo que sabemos sobre o setor: a alta qualificação da força de trabalho e os relativos altos salários e vantagens – que estão sendo reduzidos – de que gozam os trabalhadores diretos da Petrobras, o que significa um poder de compra mais elevado, que proporciona “efeitos” sobre a economia local. Isso pode também representar, dependendo da época, como quando a economia esteve aquecida até 2008, um efeito sobre a valorização do setor imobiliário, provocando, talvez, aumento sobre os preços dos imóveis de maneira artificial ou real, entre outras consequências.

Como se notou, e paradoxalmente, tanto o *Anuário* da Findes e do Ideies quanto a imprensa pouco analisam as consequências da redução desse trabalho qualificado na própria Petrobras sobre a economia local, o que pode ter efeitos econômicos e sociais negativos. Além disso, os jornais sublinham a possibilidade, com as privatizações, do crescimento do emprego na área. Eles não querem tirar as consequências do paradoxo que é invocar ao mesmo tempo, por um lado, o alto trabalho qualificado e os “efeitos” positivos sobre a economia do emprego na área e,

por outro lado, a redução importante do emprego direto na Petrobras e em outras grandes empresas instaladas no estado, em função da política de privatização que os mesmos jornais defendem.

E, por último, deve-se lembrar do trabalho terceirizado dentro da Petrobras, seja em atividades administrativas na sede da Unidade de Operação (UO) em Vitória ou na exploração, produção e transformação de óleo e gás: essa terceirização é o lugar da precarização dos salários e das condições de trabalho.

Exploração e produção: o “Viva à privatização!” da imprensa

Em nosso trabalho, constatamos que o tema “exploração e produção de petróleo” teve 39 enunciações nos jornais, representando 19,3 % do total das matérias. O destaque das matérias nesse tópico foi para as estratégias da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) para garantir a alta dos preços do petróleo. Informações publicadas no *Jornal do Brasil* indicam que os barris de petróleo, que custavam em torno dos US\$ 100,00 até o final de 2014, chegaram a custar abaixo de US\$ 30,00 em 2016, devido ao excesso de oferta mundial. Para não haver outra queda nos preços e garantir que o preço do barril não caísse futuramente aos valores de 2016, em novembro desse ano a Opep firmou um acordo para congelar cerca de 1,8 milhão de barris diários até junho de 2017. E em maio de 2017 esse prazo foi ampliado em mais nove meses, até março de 2018. Esses fatos e dados foram recorrentemente noticiados pelo *Jornal do Brasil* durante o ano de 2017, e sobretudo em outubro e novembro, quando foram replicados em várias matérias, quase diariamente.

Segundo reportagem do jornal *Folha Vitória* do dia 5 de outubro de 2017, citada a seguir, o barril de petróleo se encontrava em torno de US\$ 56,00 em valores da bolsa de Londres. A intenção era de que o barril atingisse o preço de US\$ 60,00. Para a Rússia, por exemplo, o melhor seria, segundo a matéria, que o valor ficasse em US\$ 72,00, para cobrir os gastos do seu governo. Entretanto, a previsão de especialistas era de que o valor do barril, em 2018, se estabilizasse em US\$ 53,00:

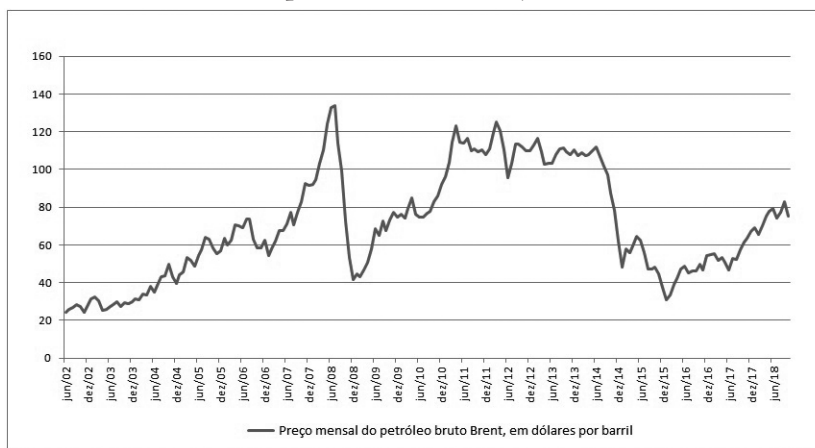
Autoridades sauditas querem que os estoques de petróleo voltem às médias dos últimos cinco anos e que os preços atinjam US\$ 60 o barril. O Brent há pouco oscilava

perto de US\$ 56 o barril em Londres. O acordo para corte da produção liderado pela Opep em princípio termina em março, mas vários países querem estendê-lo. “Não descarto isso”, disse Putin na quarta-feira ao ser questionado sobre o tema. “Veremos a situação no fim de março”, comentou. [...]. A Fitch diz que a Rússia precisa do barril do petróleo a US\$ 72 para cobrir os gastos do governo. Análises ouvidos pelo Wall Street Journal disseram no fim de setembro que o Brent ficará em média em US\$ 53 o barril em 2018, US\$ 1 abaixo da projeção realizada em agosto (FOLHA VITÓRIA, 5 out. 2017).

Os “analistas” erraram, pois em outubro 2018 o preço médio do barril do Brent estava em US\$ 76,00, e em janeiro de 2019 se encontrava com um preço oscilando por volta de US\$ 60,00. Mas, em seguida, depois de fechar o ano de 2019 em 66 dólares, teve uma queda acentuada no início de 2020 em função da pandemia da Covid-19 e da queda da demanda e de todos os jogos geopolíticos no embate entre países produtores e consumidores. Com isso, chegou a 19 dólares o barril em 1º de abril de 2020 e a 48 dólares no fim do mês de novembro de 2020 (PETRÓLEO BRENT FUTUROS, 2007-2021). Isso demonstra uma instabilidade e uma irregularidade nos preços em períodos de crises políticas e econômicas agudas. Por outro lado, é bom lembrar que é interessante não somente para a Rússia que o barril tenha o preço aumentado, mas também para a economia brasileira e capixaba.

A produção da “raridade” no que diz respeito ao petróleo é uma das estratégias das empresas e países que controlam o mercado. Antevia-se, em 2019, uma possibilidade de futuro aumento de preços, como no passado, quando em 2008 o barril de petróleo atingiu 140 dólares – para depois despencar em 2009, voltar a subir nos anos subsequentes, novamente voltar a cair a partir do fim de 2014, atingir o fundo do poço no início de 2016, retomar sua ascensão em meados desse ano, mais uma vez recuar em fins de 2018, até tornar a subir em 2019. Todavia, no primeiro semestre de 2020 o preço do barril sofreu uma depressão importante. Portanto, a gangorra do petróleo, que é recorrente e tem múltiplos fatores especulativos e de exercício do monopólio e da raridade fabricada ou real do recurso, condiciona os países e regiões dependentes da produção petrolífera, levando-nos a crises recorrentes. No Gráfico 1 pode ser observada a variação do preço do petróleo entre junho de 2002 e outubro de 2018.

Gráfico 1 – Preço do barril de petróleo Brent entre junho de 2002 e outubro de 2018



Fonte: Investing.com (PETRÓLEO BRENT FUTUROS, 2007-2018).

No que tange à produção propriamente dita do petróleo, percebe-se que os jornais sempre informam sobre a produção de petróleo no nosso estado invocando números muitas vezes sem comparação e afirmando que temos uma “mão de obra qualificada” para exploração e produção de petróleo e gás.

Com uma produção diária estimada em quatrocentos mil barris – cerca de 17 % da produção nacional –, o Espírito Santo teria “alguns trunfos na manga nos leilões de blocos”, na opinião do consultor da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) na área do petróleo e gás, Durval de Freitas. Segundo ele, o estado sairia na frente por ter mão de obra qualificada, com tradição na exploração e produção. E também: “Para o economista Marcelo Loyola Fraga, o setor de petróleo exige extrema qualificação”. Tais afirmações foram publicadas pelo jornal *A Tribuna* em 27 de setembro de 2017 (p. 20-21).

Um dos palestrantes de um encontro empresarial, Márcio Félix, sobre quem já comentamos anteriormente, previu que “o pico de demanda do petróleo iria acontecer daqui a 10 ou 15 anos”, conforme nota publicada na Coluna Praça Oito de *A Gazeta* do dia 29 de outubro de 2017 (XIMENES, 2017b, p. 12). E outra nota da mesma coluna reportou que, segundo esse então Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia – ex-diretor da Petrobras e ex-secretário do governo Paulo Hartung –, os representantes dos países árabes teriam dito em reunião da

Opep que o Brasil estava “produzindo demais [...], e que isso está contribuindo para manter baixo o preço do produto” (XIMENES, 2017d, p. 12).

Sobre o “pico de demanda do petróleo” mencionado: o limite da produção e da demanda do petróleo é sempre invocado, mas é muito complexo prever uma data certa, pois isso dependerá da descoberta de novas reservas, da capacidade técnica para explorá-las, da dependência maior ou menor do petróleo e do gás dos países, das limitações à exploração do petróleo por causa da emissão de gás carbônico na atmosfera etc., e com isso tais previsões acabam sendo um exercício puramente especulativo.

Quanto à produção de petróleo nacional, de fato em 2017 já se demonstrava uma presença importante do Brasil entre os maiores produtores mundiais de petróleo, em função do aumento permanente da produção, superior a 2,734 milhões de barris/dia. Entretanto, nesse ano o consumo do petróleo no Brasil foi de 3,017 milhões de barris/dia, portanto, superior à produção. Mas, conforme notícia publicada no jornal *Folha Vitória* em 14 de novembro de 2017, a demanda de petróleo pelo Brasil seria menor em 2018: “A Agência Internacional de Energia (AIE) diminuiu a projeção de demanda de petróleo pelo Brasil no ano que vem de 3,15 milhões de barris por dia (BPD) para 3,13 milhões de BPD, conforme relatório mensal da entidade, divulgado nesta terça-feira, 14” (AIE..., 2017).

Em 17 de julho de 2017, o jornal *O Estado de São Paulo* informava que a produção de petróleo estava crescendo acima da meta:

A produção de petróleo da Petrobras no Brasil cresceu 5,6 % no primeiro semestre ante o mesmo período do ano anterior, para 2,171 milhões de barris por dia (bpd), acima da meta prevista para o ano de 2017, de 2,07 milhões de bpd, segundo dados publicados pela petroleira nesta segunda-feira, 17. O volume de petróleo da empresa produzido nos primeiros seis meses deste ano no Brasil foi ainda 1,2 % acima da média de extração registrada em todo o ano passado, de 2,144 milhões de bpd. Já a produção total da Petrobras de petróleo e gás natural, no Brasil e exterior, cresceu 2,9 % na primeira metade do ano em comparação ao mesmo período do ano passado, para 2,791 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), também acima da meta prevista para todo o ano, de 2,62 milhões de boe/d [...].

Ainda sobre a produção e exploração de petróleo, percebemos matérias positivas, valorizando a Petrobras, por exemplo a do jornal *Folha de S.Paulo* do dia 5 de outubro de 2017, que abordava uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). O IBP é o porta-voz das indústrias do setor, está a serviço das empresas multinacionais e é um dos promotores da feira Rio Oil & Gas, cuja terceira edição, em setembro 2018, foi muito concorrida pelas corporações, conforme se conclui de informações divulgadas no *site* do instituto (IBP, 2021) e na revista *Think Energy* (2018), publicação do IBP produzida exclusivamente para o referido evento. Pois bem, a matéria da *Folha de S.Paulo* adota o discurso desse *think tank* e indica que empresas que envolvem iniciativas “sustentáveis” em projetos para elevar a produção são prioritárias para a indústria do petróleo na hora de selecionar empresas parceiras. A matéria foi produzida com várias fontes e passa uma visão da importância de respeitar o meio ambiente. Com isso, procura demonstrar que a Petrobras não investiria em empresas que não respeitassem o meio ambiente: para o jornal, ela era uma empresa “politicamente correta”.

Esses discursos de “empresas parceiras”, “sustentáveis” e de empresas que “respeitam o meio ambiente” passam sob silêncio os problemas gravíssimos ambientais provocados pelo setor de petróleo na exploração e produção e também os efeitos sobre a mudança climática, pois se trata de uma indústria do carbono. A linguagem dessas matérias é de uma ilusão de isenção que atinge as raias do absurdo; uma espécie de linguagem edulcorada, monocórdica e eufemística, que transforma totalmente o real, reduzindo-o às imagens do discurso. A matéria da *Folha de S.Paulo* ainda assinala (citando o diretor da ANP, Décio Oddone, que aparece de maneira frequente nos artigos dos jornais ao longo do ano de 2017) que as empresas do setor investem em inovação e que se deseja que parte dos recursos destinados à inovação se oriente para as pequenas empresas brasileiras. Ora, a política defendida pelo governo de Temer, pelo governo Bolsonaro, pela ANP e pela direção anterior e atual da Petrobras é de redução da obrigatoriedade do conteúdo tecnológico das empresas brasileiras na exploração e produção de petróleo, como já observamos. Assim, parece-nos que esse discurso tem como efeito esconder o que de fato acontece – o que, de maneira geral, parece ser a tônica das matérias jornalísticas pesquisadas. Algo a se notar é que quase nunca se vê nos jornais a opinião da Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet), da Federação Única dos Petroleiros (FUP),

do Sindicato dos Petroleiros ou de um economista de linha não ortodoxa; sempre é a voz dominante dos “interesses” do “mercado”. Vejamos a matéria publicada na *Folha de S.Paulo* do dia 5 de outubro de 2017:

Projetos que elevem a produção e que envolvam iniciativas sustentáveis tornaram-se prioridade da indústria do petróleo na hora de selecionar empresas parceiras. De acordo com uma pesquisa feita em 2016 pelo IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), as principais razões das empresas do setor para investir em inovação são: melhora de eficiência operacional (44 %), redução de custos (41 %) e de impacto ambiental (33 %) [...]. Desde 1998, foram investidos R\$ 12,5 bilhões. Em 2016, isso representou R\$ 861,9 milhões em recursos, segundo dados da agência regulatória. Parte desses recursos pode ser investida em pequenas empresas brasileiras do setor, segundo Décio Oddone, diretor-geral da ANP. “Nossa meta é aumentar o número e o grau de especialização desses fornecedores brasileiros. Queremos que eles absorvam boa parte da demanda local”.

A matéria igualmente omite referência ao fato de que conforme a pesquisadora Paola Azevedo (2018, p. 116), o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação faz parte da obrigatoriedade de se destinar 1 % da receita bruta dos grandes campos explorados sob o regime de concessão sobre os quais incide o imposto de participação especial e, também, 1 % da receita dos grandes campos definidos como do regime de partilha e 0,5 % nos grandes campos de cessão onerosa. Esses investimentos permitiram a constituição de redes de pesquisas (com centros de pesquisas universitários em cem universidades e instituições de pesquisa) coordenadas pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes), localizado no *campus* do Fundão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Formaram-se, assim, 49 redes temáticas de pesquisas em temas estratégicos e se construíram sete núcleos em universidades das regiões com muita atividade no setor do petróleo, o que explica certamente a construção na Ufes, em Vitória, de um polo de pesquisa em química que demandou investimento de 25 milhões de reais: o Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento de Metodologias para Análise de Petróleos da Ufes (LabPetro), que abrange o Núcleo de Competências em Química do Petróleo (NCQP) e o Laboratório de Prestação de Serviços (LabServ).

No Brasil, do valor total que foi captado da produção de petróleo por meio desse mecanismo entre 1998 e 2017, que representou 12,9 bilhões de reais em pesquisa, desenvolvimento e inovação (a matéria fala de 12,5 bilhões porque o ano ainda não estava concluído), doze bilhões foram investimentos da Petrobras, pelo fato de ela ter o controle da produção de petróleo e gás no país, e somente 863 milhões foram investidos por outras empresas (50 % desse valor das outras empresas foram recolhidos entre 2015 e 2017).

A participação no volume total da Petrobras na pesquisa e na inovação em 2014 foi de 1,2 bilhão de reais, e em 2017 foi de 713 milhões. Essa redução se deve à conjuntura do setor de petróleo, mas também às mudanças na legislação e na gestão da empresa, bem como ao maior acesso das multinacionais aos grandes campos produtores. Portanto, segundo Paola Azevedo (2018), a política de investimento, pesquisa e inovação articulada e coordenada pela Petrobras tem se reduzido e pode colocar em risco a pesquisa de ponta na área do petróleo desenvolvida no Brasil, notadamente em: geofísica avançada; estimulação e melhora da *performance* de poços produtores profundos; pesquisa sobre sistema de fluidos; segurança dos poços; modelagem geomecânica; pesquisas de nanotecnologia molecular aplicada; energia e desenvolvimento sustentável; robótica subaquática; sondagens de alta pressão etc. Tal redução pode acarretar uma fragilização do parque tecnológico no país (AZEVEDO, 2018, p. 115-120).

A mídia, em 2017, sempre valorizava a “regulação” e a “estabilidade” aparente do país e o papel das grandes empresas nesse suposto cenário idílico. Os jornais *O Estado de São Paulo* e *Valor Econômico*, junto da revista *Exame*, são os representantes maiores dos interesses econômicos dominantes do empresariado e da “abertura econômica”. Eles ocupam um lugar no campo jornalístico que é específico e se legitima pelo reconhecimento e pela legitimidade que lhes conferem os setores empresariais. Por exemplo, no dia 5 de outubro de 2017, *O Estado de São Paulo* abriu espaço para o presidente da empresa norueguesa Scatec Solar, atuante no setor de energia solar em “parceria” com outra multinacional do petróleo, a Statoil (hoje Equinor). Na matéria se buscava passar uma imagem positiva do Brasil na perspectiva, evidentemente, da abertura generalizada do setor às multinacionais e de uma “regulação” (no sentido de controle e intervenção do Estado), que na realidade é frouxa e permissiva, e não “boa” como indica o jornal. Se olharmos

para o que de fato acontece no país desde 2015-2016, o golpe político contra o governo Dilma e toda a instabilidade social, econômica e institucional com a ascensão de um governo de extrema-direita ao poder, parece que estamos vivendo em outro planeta:

A norueguesa Statoil escolheu o Brasil para estreitar na geração de energia solar, o que fará em parceria com a também norueguesa Scatec Solar. Com objetivo de olhar oportunidades de geração de energia solar em grande escala no País, o acordo foi anunciado ontem e começa com um projeto de US\$ 215 milhões no Ceará, de 162 megawatts (MW), energia suficiente para abastecer 160 mil residências. Sexta produtora de petróleo no Brasil e segunda maior operadora (responsável pela produção), a Statoil quer avaliar oportunidades também de energia eólica, mas não confirmou se irá participar dos leilões de energia programados para o fim do ano no Brasil. “Nossa prioridade é desenvolver e construir o projeto Apodi de forma segura.” Para o presidente da Scatec Solar no Brasil, Marcelo Taulois, a parceria pode crescer muito no País, considerado pelas empresas um ambiente regulado e com grande potencial de crescimento. [...] “A gente olha para o Brasil e compara com o mundo. Já trabalhamos em ambientes mais hostis. O Brasil é um país regulado, você sabe passo a passo o que vai acontecer, e a agenda de energia renovável do Brasil é um ambiente muito positivo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 5 out. 2017).

Há, também, uma matéria informativa e positiva no jornal *O Globo*, informando que por três meses consecutivos se quebrou o recorde de produção total de petróleo e gás natural. É uma forma de passar a mensagem de que, apesar das crises políticas e econômicas do país, o setor, em particular a Petrobras, está tendo um bom desempenho:

A produção total de petróleo e gás natural do Brasil em agosto totalizou 3,293 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), ultrapassando um pico anterior registrado em julho e atingindo um recorde pelo terceiro mês consecutivo, informou nesta segunda-feira a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A produção de petróleo em agosto foi de cerca de 2,609 milhões de barris por dia, alta de 1,1 % ante julho e de 2,4 % ante o mesmo mês

do ano passado, também com recorde ante a maior marca já registrada, de 2,581 milhões de bpd [barris de petróleo por dia] em julho (O GLOBO, 3 out. 2016).

Diz-se nas matérias, como já constatamos sobre a Petrobras, que ela é uma empresa que está investindo e, com isso, estava contratando três navios-plataformas para a produção de petróleo no ano de 2018. Cada um no valor de US\$ 1 bilhão. Mas, no trecho da matéria citado a seguir, do jornal *O Globo* do dia 14 de novembro de 2017, omite-se (mostrando alguma coisa para esconder o essencial) a questão, por exemplo, da drástica redução do número de sondas de exploração do petróleo que a Petrobras deveria, via empresa Sete Brasil associada com a Jurong, produzir nos estaleiros desta multinacional localizada em Aracruz no Espírito Santo. Com efeito, hoje tão somente uma sonda se encontra estacionada nesse estaleiro, a única do lote de sete contratadas (Figura 1). Quanto aos navios-plataformas FPSO, como nos indica Guilherme Estrela, ex-diretor de exploração e produção da Petrobras, muitos navios de produção de petróleo tiveram seus projetos de construção suspensos em função do escândalo de corrupção na Petrobras, o que acabou prejudicando a empresa nesses projetos de importância estratégica para ela (conforme *Jornal do Brasil* de 22 de outubro de 2018). Em consequência disso, a indústria naval no Brasil sofreu uma redução enorme desde 2014. Sobre esses navios-plataforma FPSO, o jornal *O Globo* do dia 14 de novembro de 2017 trouxe o seguinte:

A Petrobras vai lançar licitações para contratar três novos navios-plataformas para produção de petróleo em 2018 [...]. Cada plataforma está, segundo fontes do mercado, orçada em cerca de US\$ 1 bilhão. Os investimentos previstos para o ano que vem podem aumentar em relação a esse ano. Ontem, a Petrobras anunciou que reduziu em 6 % a projeção de investimentos para 2017. O número passou de US\$ 17 bilhões para US\$ 16 bilhões [...]. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, destacou que as novas encomendas estarão presentes no Plano de Negócios da companhia para o período 2018/22 [...] que prevê investimentos de US\$ 74,1 bilhões no período.

Figura 1 – FPSO (à esquerda na foto) e navio-sonda “Arpoador” (à direita na foto) em construção no Estaleiro Jurong Aracruz, em 2018



Fonte: Acervo pessoal de Zanotelli.

Reajustes dos preços dos combustíveis e do gás: o neoliberalismo aplicado à vida cotidiana

Com o tópico sobre reajustes dos combustíveis, identificamos 52 matérias, que representam 25,74 % do total analisado no nosso *corpus* de estudo. Foi o tema mais publicizado, isso porque também é o de maior impacto imediato na vida cotidiana. Todos os jornais, com exceção do *Século Diário*, acompanharam a variação dos preços dos combustíveis. Presenciou-se uma gangorra nos preços da gasolina e do diesel. A maior parte das matérias foram informativas e explicativas, ou seja, factuais, sem um efeito de sentido construído, conforme se pode verificar a partir dos títulos delas:

- “Petrobras reduz preço médio da gasolina e do diesel”, *Gazeta Online* de 1º de julho de 2017);
- “Inflação maior após alta de imposto do combustível”, *A Gazeta* de 25 de julho de 2017 (p. 30);

- “Petrobras reduz preço do diesel e da gasolina”, *A Gazeta* de 25 de julho de 2017 (p. 31);
- “Juiz manda suspender alta da gasolina”, *A Tribuna* de 2 de agosto de 2017 (p. 24);
- “Vitória já tem gasolina vendida a R\$ 5,09 o litro”, *A Tribuna* de 26 de agosto de 2017 (p. 22);
- “Preço da gasolina cai no Estado”, *A Gazeta* de 19 de setembro de 2017 (p. 29);
- “Petrobras anuncia alta de 0,80 % no preço da gasolina e queda de 0,20 % no diesel”, *Gazeta Online* de 13 de outubro de 2017;
- “Petrobras anuncia altas de 0,30 % no preço da gasolina e de 1,20 % no diesel”, *Folha Vitória* de 14 de novembro de 2017.

Notamos algumas críticas, nos jornais, ao fato de se ter um número importante de pessoas que passaram a cozinhar com lenha no Brasil, isso por causa da política de correção diária dos preços de combustíveis e do gás adotada pela Petrobras e que seguia e segue a variação diária dos preços dos combustíveis em nível internacional e em dólar. Assim, em 2017, segundo o IBGE, 1,2 milhão de pessoas passaram a cozinhar com lenha devido ao aumento do preço cotidiano do gás (PAMPLONA; ALBUQUERQUE, 2018). Foi nesse contexto que um colunista de *A Gazeta* escreveu, no dia 21 de outubro daquele ano: “O botijão de gás está ficando tão caro que daqui a pouco vamos voltar para o bom e velho fogão a lenha” (A GAZETA, 21 out. 2017, p. 6, Coluna Victor Hugo).

Em editorial, o jornal *A Gazeta* dessa mesma data criticou o aumento das passagens de ônibus, consequência da alta dos combustíveis. O jornal opinou que não se justificava a evolução nos preços reivindicada pelos empresários que administram o consórcio do sistema rodoviário Transcol (sistema de transporte coletivo da Região Metropolitana da Grande Vitória) e alegou que esse aumento só seria plausível caso se melhorasse a qualidade do serviço oferecido:

[...] os consórcios que exploram as linhas de ônibus do Transcol exigem do governo do Estado uma revisão contratual antecipada. Mesmo oferecendo atendimento precário ao usuário de transporte público, as empresas contrataram até auditoria internacional para provar que será necessário um novo aumento da passagem, o segundo deste ano, para cobrir o rombo alegado. [...] Além de criticarem a falta de controle de desempenho por parte do governo estadual, especialistas apontam que não houve alta de alíquota de ICMS e nem substantiva elevação no preço dos combustíveis para

justificar reajuste da tarifa [...]. Subir o preço da passagem só se justifica mediante serviço de qualidade no sistema (A GAZETA, 21 out. 2017, p. 18).

Em outra edição, o jornal *A Gazeta* também cedeu espaço a uma especialista para falar que o aumento dos combustíveis e dos impostos que incidem sobre eles não respeitou a legislação brasileira. Por isso, ela afirmou que o aumento dos tributos por parte do governo federal não foi legal:

[...] A Constituição brasileira também prevê que os contribuintes não sejam pegos de surpresa, de modo que a Contribuição ao PIS e a Confins só podem ser exigidas “após decorridos 90 dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado”. Logo, o aumento em questão não poderia ter sido aplicado imediatamente [...]. No entanto, medidas nesse sentido não podem ser tomadas a qualquer custo, sob pena de princípios basilares do Estado Democrático de Direito brasileiro serem jogados no lixo. Karoline Marchiori de Assis – Advogada e professora da FDV (A GAZETA, 10 ago. 2017, p. 17).

Todavia, em um aparente paradoxo, o jornal *Gazeta Online*, publicação do mesmo grupo jornalístico de *A Gazeta*, no mesmo dia 10 de agosto de 2017 informava (tal como outros jornais) sobre a “nova política de preços” da Petrobras, e sem ligar os fatos, sem distância crítica:

A Petrobras adotou uma nova política de preços para a venda de combustíveis e gás de cozinha. Desde julho, a estatal passou a fazer ajustes quase que diários na gasolina e no diesel em uma nova estratégia mais agressiva para reconquistar participação no mercado doméstico. Pela nova política da companhia, o preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) passou a ser revisado também todos os meses.

O jornal *A Gazeta*, assim, apresentou como positiva a nova política de preços da estatal que cria regras para ajustar diariamente os preços dos combustíveis, que podem sofrer alterações diárias, dependendo das condições do mercado.

Segundo a Petrobras, escreveu o jornal, essa política permitiria “maior aderência dos preços do mercado doméstico ao mercado internacional no curto prazo e

possibilitaria à empresa competir de maneira mais eficiente” (A GAZETA, 1 jul. 2017, p. 20). Ainda segundo o jornal, “[...] os ajustes que vinham sendo efetuados desde o anúncio da nova política de preços, em outubro de 2016, não têm sido suficientes para acompanhar a volatilidade crescente da taxa de câmbio e das cotações de petróleo e derivados” (2017, p. 20). A *Gazeta* passou ainda a mensagem de que as medidas são necessárias e importantes: “A mudança é excelente, pois tornará a Petrobras mais sustentável. Os preços serão colocados conforme as variações dos seus custos operacionais. Arilda Teixeira – Economista” (2017, p. 20). E isso deixaria a Petrobras “livre de interferências políticas”: “Essa é uma atitude oposta ao que vinha sendo praticado no Brasil desde os governos de Lula e Dilma. Havia interferência sistemática desses no processo de definição dos preços dos derivados de petróleo” (2017, p. 20).

Trata-se de uma Política de preço (e, portanto, Política com “P” maiúsculo) que os jornais defenderam. Mas, pensando em diferentes parcelas de seu leitorado, por exemplo, eles ao mesmo tempo criticavam o aumento do preço da passagem de transporte e informavam sobre os problemas do aumento do preço do gás, porém sem ligar os fatos de maneira crítica à política de “mercado livre” e competição sem regulação e instável.

Tais jornais, alguns meses depois, não tirarão consequência de suas posições precedentes para analisar o fato de que o país se encontrou paralisado por causa desses aumentos cotidianos nos combustíveis – o fluxo de notícias e posições que tomam os jornais é tão grande que, na memória dos sujeitos, as coisas são soterradas, e uma notícia caça a outra de maneira permanente.

No dia 21 de maio de 2018, foi iniciada uma greve de caminhoneiros que durou dez dias. Os grevistas se manifestaram contra os reajustes, praticamente diários, nos preços dos combustíveis, principalmente do óleo diesel, realizados pela Petrobras. A paralisação bloqueou rodovias em 24 estados e no Distrito Federal, causando um aumento nos preços dos combustíveis. Em alguns lugares o litro da gasolina estava sendo vendido por dez reais e com longas filas para abastecer. A maioria das manifestações dos caminhoneiros impediu a passagem dos caminhões, o que provocou desabastecimento, paralisação nas exportações, redução na frota de ônibus, cancelamento de voos em várias cidades, desperdício de alimentos, suspensão de cirurgias e de aulas. A política de preços de combustíveis da Petrobras foi um dos principais alvos de protesto dos caminhoneiros durante a paralisação, movimento que, diga-se de passagem, em algum momento contou com parcela de grevistas defendendo intervenção militar.

Pedro Parente, então presidente da Petrobras, declarou que não mexeria nos preços dos combustíveis e, pressionado pelo desgaste no comando da estatal, pediu demissão logo após o término da paralisação. A queda de Parente, que aplicava a política neoliberal de mercado baseada na competição, fez com que as ações da Petrobras caíssem 15 % nas bolsas de valores e a empresa “perdesse” aparentemente RS 40 bilhões em valor de mercado (esses valores da bolsa são também instáveis e fictícios e não podem representar o que é o “valor” de uma empresa). Mas podemos nos perguntar se é o “mercado” que deve decidir o que é bom para os brasileiros. Quem é esse “mercado”? O movimento grevista acabou somente com a intervenção do governo Temer (intervencionismo do Estado sempre detestado pelos discursos dominantes, mas que defendem as “regulações” e imposições que favorecem determinadas disposições do mercado) e um congelamento parcial e provisório por meio de subsídios aos preços. A política de subsídios acabou e as políticas de preços da Petrobras continuaram as mesmas. Então, no mês de abril de 2019 e em fevereiro de 2020, assistimos às ameaças dos caminhoneiros de paralisarem suas atividades mais uma vez, malgrado algumas políticas de financiamento e apoio ao setor anunciadas pelo governo Bolsonaro.

Os jornais, em relação a esses aumentos no preço de combustíveis, escreviam notícias em que a Petrobras sempre invocava eventos que não dependiam dela, transferindo a terceiros a responsabilidade pelo aumento: seja por causa da passagem do furacão Harvey – como demonstra o título de uma matéria: “Furacão Harvey provoca aumento de preços da gasolina no Brasil” (A GAZETA, 3 set. 2017, p. 36) –, que disparou as cotações internacionais nos Estados Unidos, seja porque, como vimos anteriormente, o nível dos preços não estava sendo suficiente para acompanhar a taxa de câmbio e as cotações de petróleo e derivados.

O jornal *O Globo* de 13 de outubro de 2017 tentava minimizar a situação dos aumentos dos combustíveis alegando que não foi uma decisão isolada da Petrobras, uma vez que nos Estados Unidos, a eterna referência das classes dominantes brasileiras, os preços dos combustíveis também foram reajustados. O título dessa matéria é “Alta da gasolina faz preços ao consumidor dos EUA subirem”, mas em seu conteúdo não se explicita que os Estados Unidos pagam na moeda que eles emitem, o dólar, e que a Petrobras estava seguindo uma variação do preço cotidiano (o que provoca grande instabilidade nos preços) em dólar para os consumidores brasileiros que ganham em reais e sobre produtos produzidos em grande parte no Brasil e com custos em reais.

Por sua vez, o *Jornal do Brasil* do dia 14 de novembro de 2017 reproduziu a fala do ex-presidente da Petrobras, Pedro Parente, que justificava o percentual de 22,1 % na variação do preço da gasolina. Segundo ele, o aumento se deu em função da alteração nos tributos efetuados pelo governo federal, como se não pertencesse ao governo ao qual se refere. Além disso, Parente lembrou que a política de preços adotada pela companhia, que permite ajuste diário das margens da empresa ao valor dos derivados no mercado internacional, ajudou ainda a não aumentar as importações dos combustíveis:

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou que entre 15 de outubro de 2016 a 31 de outubro de 2017 a variação de preços dos combustíveis derivada da ação da política da empresa ficou em 1,4 % neste período. No entanto, se for levada em consideração a alteração dos tributos, o percentual de variação do preço da gasolina sobe para 22,1 %. [...] O presidente acrescentou que a política de preços adotada pela companhia, que permite ajuste diário das margens da empresa ao valor dos derivados no mercado internacional, ajudou ainda a não aumentar as importações dos combustíveis [...] (JORNAL DO BRASIL, 14 nov. 2017).

Todavia, essas palavras não correspondem à realidade. O problema, como nos indicam Rodrigo Pimentel Ferreira Leão e Eduardo Costa Pinto (2018, p. 131-134), é que a Petrobras reduziu nos últimos anos a capacidade de refino de suas refinarias e abdicou de ser formadora de preços em um mercado muito oligopolizado, no qual ela detém a quase totalidade das refinarias. Com a subutilização das refinarias, a estatal abriu espaço para importação do combustível necessário ao consumo, tornando-se refém da política de preços internacionais e dependente de eventos que ocorrem em outras paragens. É claro que, como a empresa está num regime internacional de concorrência aberta, alguns ajustes se faziam necessários na política de preços, mas não era preciso abdicar da posição de jogadora principal na cadeia do refino. Essa posição dominante tende a acabar, pois a empresa pretende vender mais da metade do parque de refino nacional que pertence a ela. Na realidade, como lembrou o presidente da Aepet, Felipe Coutinho:

[...] a Petrobras foi criada para garantir o abastecimento de combustíveis e a segurança energética brasileira, com os menores preços possíveis, tendo desempenhado muito bem seu trabalho e não havendo necessidade de praticar preços internacionais.

“Na verdade, a prática de preços internacionais prejudicou a empresa, na medida em que perdeu espaço para importadores e produtores estrangeiros, sobretudo norte-americanos”, ponderou o presidente da Aepet (PRESIDENTE..., 2019).

Nos jornais havia uma postura de defesa do governo Temer. Em particular, constatamos que um “colunista” (figura quase “eterna” nos jornais e que reproduz suas matérias em jornais pelo Brasil afora), Cláudio Humberto²⁰, em nota publicada no jornal *A Tribuna* do dia 1º de julho de 2017, criticava as manifestações contra as reformas propostas pelo governo. Ao mesmo tempo, ele informava aos leitores, de maneira cínica, que existiam postos de gasolina fazendo promoção, numa forma de minimizar os valores, considerados altos, dos preços dos combustíveis: “Havia mais pessoas numa fila de um posto de gasolina em promoção, ontem, em Brasília, do que na manifestação da Esplanada no dia da vexatória ‘greve geral’. O auge do protesto somava trinta pessoas” (HUMBERTO, 2017a, p. 33). Quanto não seria saboroso confrontar esse “colunista” com os fatos de menos de um ano depois, quando a gasolina e o diesel sumiram do mercado por causa de outra greve, mas que dessa vez não tinha apenas “trinta pessoas”, mas uma multidão. Esse tipo de opinião, que não é jornalismo no sentido pleno da palavra, incita o individualismo e diminui a importância das greves como forma de reivindicação social.

De fato, muitas opiniões como essa e outras notícias e previsões não realizadas ou que resultam em graves questões sociais e econômicas anos depois povoam a imprensa cotidiana, mas acabam entrando no lote das notícias que serão enterradas na memória coletiva. Os “colunistas”, jornalistas e jornais não corrigem, em geral, seus erros, suas opiniões e tomadas de partido, a não ser de maneira factual, com a coluna “Erramos”, que, no fundo, é mais uma aparente autocrítica imediata sobre aspectos factuais do que uma real tomada de posição crítica, pois se encobre a

20. Vale ressaltar que o diretor de relações institucionais do grupo J&F – *holding* brasileira pertencente à família Batista –, Ricardo Saud, afirmou em delação premiada que pagava R\$ 18 mil mensais ao colunista Cláudio Humberto para evitar a publicação de notícias negativas sobre as empresas do grupo. Segundo Saud, já havia dois anos que eles pagavam a Cláudio Humberto para não falar mal da empresa. O diretor insinuou que, se ele faz isso com a J&F, também deve fazer com outros. Lembremos, ainda, que esse “colunista” foi assessor de imprensa e depois porta-voz do impopular governo Collor de Mello no início dos anos 1990.

posição que ocupam no campo jornalístico, defendendo determinadas ideias como uma verdade absoluta, como é o caso da defesa do neoliberalismo. E sobre isso não há reconhecimento de erro. Hoje as famosas “falsas notícias” (importadas da moda americana de *fakes news*) parecem, para os jornais dominantes, estarem restritas às mídias independentes, *blogs* etc. Mas esses jornais comungam de uma mesma crença na virtude do “mercado”, que os faz não explicitarem que se inscrevem num mesmo campo de opiniões e tomada de posição que interfere nas posições políticas e econômicas, mesmo se posições minoritárias são manifestadas em alguns veículos e ainda que bons jornalistas consigam fazer boas reportagens – porém a presença dessas matérias e jornalistas, muitas vezes, acabam servindo como uma espécie de legitimação da posição dominante do jornal que toma partido, e isso pode ser constatado na matéria citada a seguir, da *Folha de S.Paulo*.

Nessa matéria, do dia 18 de agosto de 2017, constata-se que, para além de uma postura negativa em relação aos governos de aliança no poder, que foram comandados pelo PT no passado, a *Folha de S.Paulo* se posiciona sobre a suspensão de subsídios no preço dos derivados do petróleo e do gás de cozinha e a eliminação de restrições de uso de combustível implantadas no início dos anos 1990 como resposta à crise do petróleo, provocada pela Guerra do Iraque. O jornal critica a política de subsídios e restrições do uso do combustível definida pelo governo Lula, ao afirmar que a Petrobras era obrigada, por causa disso, a vender gás liquefeito de petróleo (GLP) com dois preços diferentes. Também usa a fala do diretor-geral da ANP para afirmar que o “mercado” deve ser competitivo e permitir ao consumidor a escolha do combustível mais eficiente:

A ANP (Agência Nacional do Petróleo) prepara mudanças na regulamentação do mercado de GLP (gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha) que podem pôr fim a política de subsídio ao consumidor residencial instituída em 2005 pelo governo Lula [...]. “O mercado tem que ser competitivo e permitir que o consumidor escolha o combustível mais eficiente”, defendeu o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, em entrevista após evento do setor no Rio.

Desde 2005, a Petrobras é obrigada a vender GLP com dois preços diferentes: um para o produto envasado em botijões de 13 quilos, mais usado em residências, e outro para vasilhames maiores ou a granel, mais usado por comércio e indústrias.

A diferença foi implantada com o objetivo de conter a inflação em um momento de alta nas cotações do petróleo. O preço do gás vendido em botijões de 13 quilos chegou a ficar 12 anos sem reajustes.

[...]

A ANP quer eliminar também as restrições de uso, implantadas no início dos anos 1990 como resposta à crise do petróleo provocada pela Guerra do Iraque, em 1991. O diretor-geral da agência, porém, disse que a abertura deve ser gradual e condicionada a investimentos em infraestrutura logística para o combustível, para evitar pressões sobre a oferta [...]. O anúncio agrada às empresas do setor, disse o presidente do Sindigás (Sindicato das Empresas Distribuidoras de GLP), Sérgio Bandeira de Mello, que chamou as restrições ao uso de “esquizofrênicas”. “O fim da diferença de preços é fundamental para atrair investimentos” (FOLHA DE S.PAULO, 18 ago. 2017).

O cidadão comum, que depende do gás, não é considerado, mas sim a “eficácia do mercado”. Parece pouco importar se as pessoas vão deixar de comprar gás de cozinha com o aumento dos preços e se vai ser imposta uma agenda “internacional” ao país. Vê-se implicitamente aqui uma desconsideração ao fato de que o produto advém de um recurso comum a toda sociedade, que é encontrado no subsolo nacional, e que por isso se deve favorecer o bem-estar coletivo, e não as cartilhas e os interesses daqueles (incluindo-se aí os governos) que, em boa medida, por meio de publicidade financiam esses jornais, que, eles mesmos, são empresas que investem no mercado.

Em outros termos, os jornais passavam a mensagem de que os preços dos combustíveis estavam baixos, fora da “realidade”, por dois motivos, ambos praticados nos governos petistas: a política de controle de preços e os subsídios nos preços dos derivados do petróleo. Uma observação interessante, segundo o autor da reportagem, era de que a Petrobras era obrigada a vender o gás de cozinha com dois preços diferentes. Insinua-se que ela não tinha “autonomia”, mas que, com o governo Temer e sob a direção de Pedro Parente, sim. Exercício de transmutação da realidade, matérias como essa querem ignorar os interesses coletivos, bem como repetem um ritornelo, um mantra do “mercado”, da “autonomia”, de que a empresa deveria estar “sem ideologia”, como se esse próprio discurso não fosse ele mesmo extremamente político e ideológico. Essa imprensa alimenta, por meio da produção de discursos simplistas e tão descolados do real contraditório e complexo, um sentimento de irrealidade e de

se estar numa “ilha da fantasia” do “mercado” onde a autoridade nacional não deveria defender os interesses coletivos. Porém a “realidade” voltou com força na prática como imperativo com a greve dos caminhoneiros e ameaçava outra vez emergir nos idos de abril e maio de 2019, e depois em fevereiro de 2020 novamente.

A difusão da peste do discurso dominante: a corrupção

O tema da corrupção, no *corpus* analisado, correspondeu a 13,3 % do total das matérias, mas sua importância vai bem além de uma simples quantificação.

A corrupção, inegavelmente, é um problema econômico e político desde o surgimento do Estado. Teve efeitos devastadores sobre a política e a economia nacional com a volta do recalcado, que se manifesta num aumento assustador da onda reacionária antipolítica nas eleições de 2018 e no governo de extrema-direita de Bolsonaro. Isso deve nos fazer refletir sobre o fato de que os discursos sobre a corrupção acabam fazendo a cama de movimentos ultradireitistas, que se pretendem isentos de corrupção, mas que representam interesses e grupos que desejam o poder para instalar seus interesses corporativistas e individuais acima do interesse coletivo, utilizando a “arma da corrupção”, servindo-se de tudo que é histriônico e da chantagem, do medo e da violência como mensagem. Assim, as estruturas institucionais do Estado assumiram cada vez mais, na sociedade brasileira, uma posição acima do pacto implícito republicano e da própria Constituição, desrespeitando esse pacto e a ordem constitucional para “combater a corrupção”. Fundando-se no estímulo ao combate à corrupção dos costumes, esse processo abriu as portas para o vale-tudo e a instabilidade social, ou seja, da corrupção relativa aos recursos públicos passamos à corrupção moral. Muito nos resta ainda a fazer para compreendermos a amplitude dos interesses em jogo por trás do discurso e das práticas do combate à corrupção. A série de reportagens “As mensagens secretas da Lava Jato” do jornal *The Intercept Brasil* sobre o diálogo dos procuradores e do ex-juiz Sergio Moro na Operação Lava Jato revelam como essa “operação” foi usada ostensivamente de maneira política e como o suposto “combate à corrupção” serviu para se cometerem os mais diversos abusos, ao arrepio da Constituição, tornando, assim, nulos muitos dos atos e dos julgamentos realizados no quadro dessa operação, em particular aqueles relativos ao ex-presidente Lula (AS MENSAGENS..., 2019-2021).

Guilherme Estrela, diretor de produção e exploração da Petrobras entre 2003 e 2012, e um dos responsáveis pelo apoio à descoberta e à exploração do pré-sal, em recente entrevista publicada no *Jornal do Brasil* de 21 de outubro de 2018, indicou que os processos de corrupção na Petrobras não deveriam ter levado a justiça a punir a empresa, mas a punir as pessoas responsáveis. Quando eclodiu a Lava Jato, cancelaram-se os contratos de construção de navios-plataformas de produção de petróleo (FPSO), desestruturando o projeto que tinha como base a engenharia nacional e provocando dezenas de milhares de desempregados. Muitas empresas foram à falência, demitiram-se cinquenta mil engenheiros, milhares de trabalhadores, “e os estaleiros, que estavam sendo preparados para produzir equipamentos na fronteira tecnológica em termos de qualidade e segurança operacional, fecharam as portas de uma hora para outra”, comentou Estrela na entrevista. Outros desdobramentos sobre diversas áreas da economia tiveram reflexos nas ações que desmontaram as empresas. Evidentemente, como disse Estrela, que se culpem e processem os responsáveis, mas não se destruam as empresas que são, por sua importância, um “patrimônio nacional” – e, acrescentamos, sobretudo se elas podem atender aos interesses coletivos e se elas respeitam a sociedade e o meio ambiente.

Em relação à corrupção, podem-se invocar, também, os acordos multibilionários que a Petrobras fez com o departamento de justiça e outros atores norte-americanos como parte da estratégia que se denominou “combate à corrupção” na Petrobras, mas que resultou em despesas elevadas para a empresa. Esses acordos se inscrevem na internacionalização do direito norte-americano baseado na associação da corrupção com o terrorismo e na sua instrumentalização geopolítica.

Ao total, esses acordos custaram à Petrobras a soma de 3,803 bilhões de dólares: 2,95 bilhões de dólares do acordo *class action* com a justiça norte-americana, provisionados no balanço da empresa de 2017 (11,198 bilhões de reais); 853,2 milhões de dólares do acordo de leniência com a justiça norte-americana em 2018 (3,536 bilhões de reais). Essa soma correspondeu a cerca de 14,734 bilhões de reais (Quadro 5).

O maior acordo feito nos Estados Unidos pela Petrobras foi aquele com a justiça norte-americana e a Securities and Exchange Comissions (SEC), agência federal dos EUA para regulamentação e controle dos mercados financeiros, em 03/01/2018 e relativo ao valor total de 2,95 bilhões de dólares pagos como compensação aos acionistas norte-americanos. Nesse acordo se invocou o fato de que esses acionistas teriam

perdido dinheiro com a corrupção e a queda do valor da empresa, que está presente na bolsa de Nova Iorque desde quando lá se venderam ações durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Decidiu-se, pelo acordo, indenizar antecipadamente tais acionistas e, assim, não se submeter a júri e às peculiaridades da justiça norte-americana. Esse acordo teria sido o “maior da história”, conforme o *The FCPA Blog*, site internacional para comentários e notícias sobre conformidade e fiscalização anticorrupção, relacionadas ao Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), legislação norte-americana para práticas de corrupção no exterior (ASSINAMOS..., 2018; NOTA SOBRE..., 2019). O jornal *O Globo* de 6 de novembro de 2017 anunciou que:

A Petrobras disse nesta segunda-feira que a Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito nos Estados Unidos deferiu um pedido da companhia para a suspensão de um processo em Nova York movido por investidores que alegam terem sofrido prejuízos com a corrupção na estatal. A ação coletiva (chamada de *class action*, em inglês) em Nova York, assim, permanecerá suspensa até que a Suprema Corte norte-americana decida se apreciará um recurso da Petrobras, informou a petroleira em comunicado ao Mercado.

Na realidade, aceitou-se a jurisdição da justiça norte-americana sobre uma empresa brasileira porque esta participa da bolsa de valores daquele país e porque negocia em dólares e tem investimentos nos Estados Unidos. Por outro lado, as pessoas que “perderam” com a queda do preço das ações da Petrobras o fizeram no jogo livre do mercado, e soa estranho quererem receber compensação por queda dos preços das ações, uma vez que isso faz parte do jogo de mercado, inclusive porque a queda das ações da empresa está relacionada a vários outros fatores conjunturais relativos inclusive à especulação sobre o preço do petróleo. Mas todos esses pontos são excluídos das análises dos jornais.

Outro importante acordo, datado de 27 de setembro de 2018, que agora vem a público, foi aquele firmado entre a Petrobras, o departamento de justiça americano e a procuradoria da república do distrito leste do estado de Virgínia²¹. O

21. Foi divulgada uma versão traduzida, na íntegra, desse acordo de leniência. O arquivo pode ser consultado a partir de matéria da Aepet (A ÍNTEGRA..., 2020).

montante do acordo foi de 853,2 milhões de dólares: 10 % pagos ao tesouro americano; 10 % pagos à SEC (no total 20 % equivalendo a 170,64 milhões de dólares); e 80 %, correspondendo a 682,56 milhões de dólares, para o Brasil mediante acordo entre as autoridades brasileiras (Quadro 5). Esse último valor de 682,56 milhões de dólares foi devolvido ao Estado brasileiro e foi objeto de acordos entre a Petrobras e o Ministério Público do Paraná, representado por Deltan Dallagnol, integrante da Operação Lava Jato. Desse montante devolvido ao Brasil, 50 %, ou seja, 341,28 milhões de dólares, isto é, 1,414 bilhão de reais à taxa de câmbio médio de 2018, foram inicialmente destinados a uma fundação de direito privado que seria criada pela Procuradoria Federal de Curitiba. Tal resolutiva teve sua legalidade contestada, assim como a dos outros 50 %, que foram destinados a atender eventuais condenações da Petrobras. Esses acordos brasileiros entre Petrobras e Ministério Público do Paraná foram suspensos pelo Supremo Tribunal Federal em março de 2019, porque os procuradores de Curitiba não têm poder para celebrar esse tipo de acordo e decidir sobre o destino desse dinheiro.

Segundo a Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), esse segundo acordo deveria ser anulado, porque em seu Anexo C se abrem “Informações estratégicas da Petrobras para órgãos dos Estados Unidos”, como os dados financeiros e as informações confidenciais estratégicas sobre os negócios da empresa. Desse modo, a Petrobras se submeteu por pelo menos três anos aos órgãos do departamento de justiça norte-americano²².

O que se nota nas ações contra a Petrobras nos Estados Unidos e no Brasil, e que ultrapassam em muito a invocada “legitimidade” da luta contra a corrupção, é uma vontade de tirar proveito financeiro da empresa e controlá-la, e isso com o beneplácito da direção da estatal no período de 2017 e 2018. É uma estranha maneira de se recuperar a empresa, pagando multas multibilionárias e submetendo-se ao Estado norte-americano e aos interesses que suas multinacionais defendem no setor. No Quadro 5 podem-se ver as diferenças entre os valores estimados

22. Sobre todos esses aspectos, podem-se consultar matérias publicadas no *site* da Aepet em março de 2019 e no *Jornal GGN* de 28/02/2019, 07/3/2019 e 10/03/2019, bem como o acordo de leniência entre a Petrobras, o departamento de justiça dos EUA e a procuradoria do Distrito Leste de Virgínia (EUA), em 26/09/2018.

perdidos pela Petrobras com a corrupção e os valores dos acordos com os norte-americanos, bem como o discurso dos jornais.

Pesquisadores constatam que a prática norte-americana de impor multas bilionárias a empresas de outros países, que ou têm atividades nos Estados Unidos ou são cotadas nas bolsas americanas ou fazem negócios com os EUA, é uma forma de enfraquecer empresas importantes de outros países e abrir o flanco para as multinacionais desse país. Já notamos o interesse de multinacionais norte-americanas pelo pré-sal, bem como empresas dos EUA interessadas e em concorrência, por obras de engenharia na América Latina, com as empresas brasileiras. Essa prática foi confirmada por outro acordo bilionário, sobre o qual não temos ainda detalhes, de outra empresa brasileira, a Odebrecht, com as autoridades norte-americanas. Essa empresa esteve envolvida em muitas obras da Petrobras no passado. Assim, o mesmo *modus operandi* utilizado com a Petrobras, por parte da Operação Lava Jato e do departamento de justiça dos EUA, foi aplicado à Odebrecht (CONJUR, 2 abr. 2019), oferecendo à Lava Jato a possibilidade de controlar parte das multas astronômicas aplicadas a essa empresa (6,8 bilhões de reais). Parte dos anexos desse acordo, que indica a destinação do dinheiro, foi mantida em segredo pela 13ª Vara Federal de Curitiba, da qual Sergio Moro era titular (CONJUR, 2 abr. 2019). Aqui se revela a total falta de perspectiva de nação e de soberania de parcelas do Poder Judiciário brasileiro; eles são “internacionalistas” com os capitais e nacionalistas na repressão e nas penas de prisão que impõem.

Segundo a jurista Carol Proner, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, há estratégias geopolíticas por parte dos Estados Unidos para conquistarem vantagens econômicas, fundadas em sua lei contra práticas corruptas no exterior, a FCPA de 1997, aplicável às empresas que atuam no mercado americano. Essa legislação norte-americana responsabiliza a empresa se um gerente ou diretor aceitar suborno, o que acaba prejudicando as empresas. No Seminário SOS Brasil Soberano realizado em 13 de maio de 2019, Carol Proner indicou que se trata de uma “arma de guerra geopolítica transnacional, como no caso da Lava Jato” e, dessa maneira, os norte-americanos estariam desenvolvendo uma “guerra jurídica” (ACORDO..., 2019).

De fato, os Estados Unidos em passado recente, desde 2009, já manifestaram uma estratégia de “cooperação” com o judiciário e a polícia brasileira e uma ingerência em assuntos internos brasileiros quando se invocava o tema do “combate à corrupção”. Assim, segundo o jornalista Luis Nassif, para o jornal GGN de 29 de março de 2019, o

departamento de justiça dos EUA “cooptou a justiça brasileira e preparou a Lava Jato” (NASSIF, 2019c). Isso estava explícito no telegrama, revelado pelo WikiLeaks²³, da embaixada norte-americana em Brasília quando se montou um seminário sobre crimes financeiros no Rio de Janeiro entre os dias 4 e 9 de outubro de 2009 e que foi financiado pelo governo dos EUA. Efetivamente nesse seminário se iniciou um treinamento para a “formação de forças-tarefa sobre operações financeiras ilícitas” supostamente para combater o terrorismo (TELEGRAMA..., 2009). Esse evento se inscrevia no projeto “Pontes” para treinamento das polícias e da justiça brasileira na aplicação de leis bilaterais e na formação e cooperação de forças-tarefa, que cooperaram até hoje sem nem mesmo ter a aprovação necessária das autoridades maiores do Poder Executivo brasileiro. Isso foi reconhecido explicitamente por Kenneth Blanco, procurador-geral interino em exercício da divisão criminal do departamento de justiça dos Estados Unidos (NASSIF, 2019c), em vídeo do encontro do *think tank* que é financiado por grandes fortunas americanas, o Atlantic Concil, no qual se vê a fala do procurador:

No centro da importante cooperação entre os nossos dois países, existe uma relação forte baseada na confiança. Essa confiança permite que promotores e agentes tenham comunicações diretas sobre evidências. Dada a estreita relação entre o Departamento e os promotores brasileiros, não precisamos depender apenas de processos formais, como tratados de assistência jurídica mútua, que geralmente levam tempo e recursos significativos para serem redigidos, traduzidos, transmitidos formalmente e respondidos (BLANCO, 2017, tradução nossa)²⁴.

Essas colaborações “informais” são ilegais, pois o acordo de assistência judiciária e matéria penal entre o governo brasileiro e o governo norte-americano de número 3.810, de 2001, prevê como responsável, do lado do Brasil, uma autoridade central administrativa federal, o Ministério da Justiça, a quem “caberia autorizar ou ceder provas

23. O WikiLeaks é “uma organização de mídia multinacional e biblioteca associada. [...] é especializado na análise e publicação de grandes conjuntos de dados de materiais oficiais censurados ou restritos envolvendo guerra, espionagem e corrupção. Até agora, publicou mais de 10 milhões de documentos e análises associadas” (WIKILEAKS, 2015, tradução nossa).

24. A transcrição completa da palestra está disponível no *site* do departamento de justiça dos EUA (Cf. BLANCO, 2017).

em processo”, conforme indicou Wadih Damous, advogado e ex-deputado federal no Seminário SOS Brasil Soberano (ACORDO..., 2019). Portanto, segundo Damous, o Ministério Público brasileiro “não poderia se relacionar diretamente com os ministérios públicos de outros países” (ACORDO..., 2019). Conforme outro participante desse seminário, o professor Francisco Teixeira, a Constituição em seu artigo 491 reza que os tratados internacionais devem ser submetidos ao Congresso Nacional e, apenas se aprovados, serão “enviados à presidência, que os publica na forma de decreto” (ACORDO..., 2019). Por conseguinte, a iniciativa do acordo é inconstitucional!

Dessa maneira, os operadores jurídicos das instituições brasileiras, que devem obediência ao Estado segundo a Constituição, passaram por cima do Estado de Direito e se encontraram em posição de força quando um dos seus expoentes e membro da força-tarefa da Lava Jato se tornou ministro por mais de um ano em um governo de extrema-direita, que se elegeu com o discurso contra a corrupção, mas cujos membros estão envolvidos em corrupção, conforme a imprensa já o demonstrou largamente – inclusive no próprio partido ao qual pertenceu o presidente da República, o Partido Social Liberal (PSL), além de investigações relacionadas ao círculo de relações da família do presidente, como o caso envolvendo o senador Flávio Bolsonaro.

Perguntamo-nos por que a imprensa não se interroga sobre seu modo de atuar em relação ao endeusamento que realizaram da força-tarefa da Lava Jato. Como julgar isenta uma parcela do Poder Judiciário e do Ministério Público que pode ser usada para perseguir seus declarados “inimigos políticos” e para realizar operações de acordos que favorecem a força-tarefa e não o Estado brasileiro? Os episódios lamentáveis e frequentes que têm ocorrido no Superior Tribunal Federal e na Procuradoria da República²⁵ revelam que as disputas de poder e a utilização do Judiciário para fins políticos é mais do que evidente. Mas o grande problema é que eles têm legitimados o poder de perseguir e condenar, pela posição institucional que ocupam e pela

25. A conjuntura no Brasil é tão movente que em 2021, em plena pandemia de Covid-19, assistimos a uma reviravolta do STF em relação à Operação Lava Jato e ao ex-juiz Sergio Moro, que foi considerado suspeito em um dos processos movidos contra Luiz Inácio Lula da Silva. Com isso, todos os processos que incluem o ex-presidente e que foram abertos na vara de Curitiba sob comando de Moro tiveram suas sentenças anuladas. Da mesma forma, os diálogos do Telegram dos procuradores revelados pelo lançador de alerta Walter Delgatti Neto começaram a ser divulgados com a autorização do STF.

interpretação partidária das leis. Com isso, podem intimidar e constranger e, de fato, impedir o jogo democrático, contribuir para eleger um partido de extrema-direita, bem como defender uma posição das classes dominantes com as quais comungam das mesmas crenças, constituindo um poder simbólico e material que impõe uma escolha econômica como verdade revelada.

Uma das características de parcela dos atuais partidos de extrema-direita no mundo, quando ascendem ao poder, como no Brasil, é a defesa de uma política econômica neoliberal e de uma política social conservadora e reacionária, realizando, assim, uma aliança objetiva com o grande patronato e as finanças internacionais. Atualmente os processos de privatização generalizada de empresas e bancos sob o controle do Estado e de desconstrução da seguridade social conforme formatada após a Segunda Guerra Mundial se fazem sob a cortina de fumaça das mensagens cotidianas nas redes que se autodenominam “sociais” do chefe de Estado, provocando os próprios brasileiros e jogando setores sociais uns contra os outros: vale-se de um discurso contra a política, mas usa a política contra ela mesma e instaura o Estado-empresa como modelo de gestão social, que é diferente do Estado-empresário que investe em empresas que são controladas por ele.

Quanto aos valores das enormes multas impostas pelos norte-americanos à Petrobras, eles nos parecem, bem como as ações dos EUA em prol de seus interesses, uma forma de extorsão, proporcionada pela larga interpretação de extraterritorialidade que o poder norte-americano tem quando se negocia em dólar ou se está presente de alguma maneira no solo dos EUA ou se realizam negócios com o país, o que revela uma real vontade imperial já descrita por inúmeros autores (FIORI, 1999; HARVEY, 2005). Mais adiante retornaremos a analisar esses valores em relação a perdas e ressarcimentos com a corrupção relativos à Petrobras (Quadro 5).

Por enquanto, voltemos às matérias dos jornais e à forma como eles descreveram os valores supostamente desviados da Petrobras sob a forma de propinas e superfaturamentos, com os quais devemos comparar as multas enormes pagas pela Petrobras e impostas pelo Estado norte-americano:

Em novo desdobramento, a Operação Lava Jato investiga aditivos que ultrapassam R\$ 2,2 bilhões em contratos firmados entre a Odebrecht e uma subsidiária da Petrobras, a Petroquisa. [...] De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), as obras

foram direcionadas ao grupo Odebrecht que retribuiu com propinas que chegaram a R\$ 95 milhões, sendo R\$ 32,5 milhões no exterior [...]. Segundo o procurador Pozzobon, chama atenção a escalada de preços da obra, cujo gasto inicial previsto era de R\$ 1,085 bilhão. Contudo, após o pagamento de propinas aos funcionários da estatal houve dois aditivos que somaram R\$ 586 milhões aos contratos em dezembro de 2008. Ao final da obra, considerando também reajustes contratuais, o valor chegou a R\$ 1,9 bilhão. Já no segundo contrato, feito entre a Odebrecht e a Citepe para construção de plantas industriais e de produção de filamentos têxteis e polietileno tereftalado (PET), o preço estimado era R\$ 1,8 bilhão. Porém, segundo o MPF, após a corrupção houve novos aditivos em 2012 e o preço final do contrato saltou para R\$ 3,5 bilhões [...] (A GAZETA, 21 out. 2017, p. 23).

A mesma investigação foi assim relatada pelo *Jornal do Brasil* no dia 20 de outubro de 2017:

[...] O procurador apontou dois contratos suspeitos. O primeiro, feito em dezembro de 2008, tinha como meta de preço R\$ 1,085 bilhão. “Posteriormente, em junho de 2011, esse contrato foi aditivado em mais R\$ 330 milhões. Em outubro de 2011, foi feito um novo aditivo de R\$ 256 milhões. Com isso, o contrato chegou a R\$ 1,9 bilhão ao final”. O segundo contrato, de R\$ 1,8 bilhão, envolve a Odebrecht, mas está associado ao interesse da Citepe. [...]. Em 2012, esse contrato recebeu aditivos que o fizeram subir para cerca de R\$ 3,5 bilhões. “Esse é um caso que evidencia o custo da corrupção”, afirmou o procurador. [...]. Mais cedo, por meio de nota, o Ministério Público informou que, tendo por base documentos bancários apresentados por colaboradores da empreiteira, apenas os pagamentos realizados no exterior totalizaram o expressivo montante de R\$ 32,57 milhões. Apenas para um dos investigados, foram destinados R\$ 17,7 milhões. Parte dos recursos está bloqueada por autoridades suíças (Jornal do Brasil - 21 de outubro de 2017).

Utilizam-se, desse modo, os aditivos de contratos como prova de corrupção, dando a entender que todos seriam consequência de desvios, conforme escrito em *A Gazeta* e no *Jornal do Brasil*, como se o aumento do preço também não fosse comum em obras ou por falta de planejamento adequado ou por outras razões práticas. Isso

revela desconhecimento; seria necessário que, no mínimo, se colocasse em perspectiva o enunciado. Mesmo se houve a corrupção anunciada de 95 milhões de reais, os aditivos não são a “prova” de que os valores aumentados seriam usados para encobrir a corrupção, como indica a matéria.

Os jornais ainda divulgam outros fatos da investigação da Operação Lava Jato relativos à Petrobras. Veja-se, por exemplo, matéria do *Jornal do Brasil* de 21 de novembro de 2017: “De acordo com o Ministério Público Federal (MPF) no Paraná, eles são suspeitos de operacionalizar o recebimento de R\$ 7 milhões de propinas pagas por empresa de engenharia, entre setembro de 2009 e março de 2014. As ações ocorrem em vários estados”. E também de *A Tribuna* de 21 de outubro de 2017 (p. 30):

O juiz Sergio Moro condenou os operadores Jorge Luz e Bruno Luz, ontem, por envolvimento em esquema de corrupção na Petrobras. Jorge, o pai, foi sentenciado a 13 anos e oito meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Bruno pegou seis anos e oito meses, por lavagem de dinheiro. A Justiça entendeu que o pai e o filho atuaram como operadores do PMDB em esquema de corrupção na Petrobras, ao movimentar US\$ 42,5 milhões (R\$ 135,5 milhões) em propina. Também foram condenados Milton e Fernando Schahin, do grupo Schahin, e os ex-funcionários da Petrobras Agosthil de Mônico, Dermarco Epifânio e Luis Carlos Moreira.

Foram também investigados e divulgados fatos de corrupção ligados a outros tipos de empresas, como a JBS, e personagens que se encontravam à frente de instituições ou bancos controlados pelo Estado, conforme notícia de *A Tribuna* em 3 de setembro de 2017 (p. 39):

Nos novos anexos entregues à Procuradoria-Geral da República (PRG) na última sexta-feira, delatores da JBS revelaram detalhes inéditos sobre um pagamento de R\$ 5 milhões feitos a Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil. Joesley Batista, um dos donos do grupo J&F, contou que, em 2013, Bendine, ainda, no comando do Banco do Brasil, foi pessoalmente à casa do empresário pedir dinheiro. O delator afirmou que, mesmo demonstrando constrangimento Bendine pediu R\$ 5 milhões emprestado para compra de um imóvel [...]. Segundo o anexo

entregue à PGR, Joesley afirmou que Bendine era uma pessoa influente no governo e que, por isso, concordou em emprestar os R\$ 5 milhões; Bendine foi preso pela Polícia Federal em julho, suspeito de receber R\$ 3 milhões da Odebrecht.

Os jornais publicam que os valores desviados poderão ser maiores do que aqueles que foram anunciados anteriormente pela mídia. Análise de provas da Operação Lava Jato realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) reviu a apuração de prejuízos em obras da Petrobras. Os cálculos de superfaturamento foram refeitos, com base em documentos obtidos em quebras de sigilo de empreiteiras investigadas, e teriam sido descobertos desvios até 70 % maiores do que os constatados em auditorias antigas. A estimativa é que os desvios ultrapassam a soma dos R\$ 3,7 bilhões na Petrobras, valores bem inferiores àqueles pagos pela empresa em acordo com a justiça norte-americana e às perdas ligadas à corrupção previstas no balanço da Petrobras (Quadro 5).

O jornal *Gazeta Online* de 3 de setembro de 2017 confirmou essa informação, mas, como veremos na sequência, essa soma parece ser superior:

A análise de provas da Operação Lava Jato tem feito o Tribunal de Contas da União (TCU) rever a apuração de prejuízos em obras da Petrobras. A corte refez os cálculos de superfaturamento, com base em documentos obtidos em quebras de sigilo de empreiteiras investigadas, e já descobriu desvios até 70 % maiores do que os constatados em auditorias antigas [...]. As perdas ao erário até agora apontadas nesses casos, em valores atualizados, somam R\$ 3,7 bilhões (*Gazeta Online* - 03 de setembro de 2017).

O jornal *A Gazeta* do dia 19 de setembro de 2017, por meio de um texto de opinião, aborda a corrupção. O autor cita a Petrobras como exemplo de empresas acusadas de desvios de dinheiro. Ele não cita os nomes das pessoas envolvidas, mas faz um resgate histórico sobre a corrupção, além de recuperar a fala de D. Pedro II. Constrói o texto por meio de um estudo da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) que informa que 2,3 % do Produto Interno Bruto (PIB) nacional são perdidos por ano com práticas ilícitas.

Alguém sabe o preço da corrupção para o Brasil? Um estudo da Federação das Indústrias de São Paulo tenta responder essa pergunta: 2,3 % do PIB nacional são perdidos

por ano com práticas ilícitas. [...] “Uma imagem vale mais do que mil palavras”. Por essa expressão, de autoria do filósofo chinês Confúcio, entende-se a força da foto dos R\$ 51 milhões descobertos em um apartamento de Salvador. Mas isso é café pequeno no lauto banquete da corrupção brasileira. Há montanhas muito maiores de dinheiro. Apenas um ex-gerente da Petrobras se comprometeu a devolver US\$ 100 milhões (R\$ 326 milhões) – o que também é só uma nesga do bolo. A força-tarefa da Lava Jato recuperou para os cofres públicos mais de R\$ 10 bilhões desviados. A própria Petrobras reconheceu o prejuízo de R\$ 6 bilhões com propinas. [...] D. Pedro II, apontado por historiadores como monarca altamente republicano, deixou-nos uma lição. Defendeu “o cumprimento das leis, o respeito ao dinheiro publico e a liberdade de expressão”. A última parte é a que temos conseguido fazer melhor (A GAZETA, 19 set. 2017, p. 16).

O texto revela, inicialmente, valores sobre a corrupção na Petrobras que teriam sido recuperados para o Estado e relativos à Operação Lava Jato, os quais, conforme veremos a seguir, não têm muita exatidão. Por outro lado, o texto é um concentrado implícito das “verdades” da mídia, a imagem que revelaria a verdade... Quantas imagens não escondem a realidade, quantas não são estratégias de fazer passar uma mensagem e são isoladas do tecido social que lhes dá sentido, buscando-se, assim, convencer os leitores (como as imagens diárias, que durante meses abriam os jornais de grande escuta da TV Globo, de um oleoduto do qual saía dinheiro, como forma de dizer que a Petrobras era um canal de corrupção, ou ainda essa mesma imagem citada na matéria do dinheiro desviado por um “político”, o que condenaria, implicitamente, toda a “classe” política)? O autor lança mão, também, de um ex-monarca brasileiro do século 19, que esteve à frente de um Estado escravocrata, o que manifesta o “ar do tempo” e comunga de maneira implícita e explícita e involuntariamente com a aliança reacionária, no poder hoje no Brasil, que tem entre seus apoiadores os herdeiros da família imperial portuguesa-brasileira.

O autor da matéria parece querer deixar entender o que tem sido frequente em discursos que se pretendem “intelectuais”: que haveria uma suposta “tara” da “sociedade” brasileira por permanências da corrupção herdada. Mas quais são as categorias sociais dominantes que se associam ao Estado e o utilizam? O Estado é somente os “políticos”? Quem são esses políticos? Assim, o autor deixa na sombra as relações

de classes dentro do próprio Estado no que tange à distribuição via impostos, pois o “dinheiro público” é produto dos impostos que distribuem os recursos a diferentes classes sociais. Assim, as classes dominantes, que fogem para paraísos fiscais ou devem somas bilionárias ao fisco, não estariam, por acaso, praticando uma forma de “corrupção”? Isso não é desvio de dinheiro que deveria entrar na partilha social?

No entanto, os jornais parecem ser totalmente tomados pelo dominante discurso da “liberdade” nos negócios, da visão que impregna de maneira dominante a mídia dos negócios como modelo da sociedade, segundo a qual todos deveriam ser os empresários de si mesmos, acabando com o sentido de solidariedade social, que pressupõe os impostos. A falta de ética e de princípios morais no “desvio” ilegal das classes dominantes brasileiras, em particular o das grandes empresas nacionais e multinacionais, parece não incomodar ou ser tratada de forma secundária.

Assim, os “corruptos” seriam predominantemente os “políticos”, em particular os de alguns partidos, e, portanto, as empresas sob a égide do Estado deveriam ser privatizadas para serem geridas pela “virtude” da empresa privada. Nessa visão, o Estado seria o reino do vício e o “mercado”, o da virtude (SOUZA, 2017). Isso se relaciona, ainda, com a “naturalização” em se aceitar que cerca de um terço da força de trabalho do país esteja na “informalidade”, ou seja, desprovida de qualquer proteção social, o que terá repercussões sobre a demanda acentuada sobre o Estado para prover esses cidadãos de uma rede social, sem a qual seriam deixados ao bel-prazer da luta de todos contra todos. Mas, justamente, esse Estado social execrado é, também, atacado via leis e garantias da ordem política e econômica exercidas pelo próprio Estado, que desse modo legitima ações que vão contra os interesses coletivos, tomadas para fugir da obrigatoriedade dos impostos ligados diretamente ao mercado de trabalho ou dos impostos associados a lucros e dividendos. O patronato, produz, assim, uma situação social com cujos custos ele não quer arcar, construindo uma dívida social imensa e enriquecendo na base da exploração coletiva.

Por isso mesmo, quando o autor do texto de opinião citado utiliza dados da Fiesp sobre a porcentagem do PIB nacional que é desviada pela corrupção, ele adota a perspectiva do patronato, dos empresários que são, em muitos casos, os “corruptores” dos agentes públicos e muitos deles envolvidos em atos ilícitos. Diga-se de passagem, parcela do patronato foi e está sendo condenada por atos de corrupção nos quadros da Lava Jato, porém são apenas determinados setores e a partir de objetivos centrados sobre uma

parte desses padrões: as empresas de construção nacional e, evidentemente, a Petrobras e todas as empresas que gravitam em torno dela. Não se vê como corrupção a fuga dos impostos, e não se julgam, ou muito pouco, os representantes do setor financeiro.

Esse tipo de análise tende a querer fazer parecer a corrupção como algo atávico ao Estado ou como moral de indivíduos, mostrando desconhecimento sobre as relações necessariamente históricas entre Estado nacional e empresa no Brasil e no capitalismo (NOZAKI, 2018, p. 57-60). Não se explicita, igualmente, que a corrupção na área do petróleo é mundial, existe em vários países e que as petroleiras globais estão envolvidas em escândalos, guerras, revoltas e revoluções desde o início do século 20, na luta pelo controle da renda do petróleo (MITCHEL, 2011). Nozaki nos dá vários exemplos de empresas, como a Shell e ExxonMobil, que recentemente estiveram envolvidas em escândalos de corrupção na África (NOZAKI, 2018, p. 64). Podemos nos reportar também às ações que a empresa francesa Total realiza na África, apoiando regimes ditatoriais e interferindo no jogo político.

Breves considerações sobre os valores da corrupção e os acordos da Petrobras com a Operação Lava Jato e com os Estados Unidos

Os números não são “neutros”, e as interpretações dos dados fornecidos como “verdade” dependem muito do contexto, das comparações, das fontes e do período em que foram obtidos os dados e da fidedignidade com a qual a imprensa os representa. Num assunto tão sensível e que pode provocar mobilizações da opinião pública, como o caso relativo ao montante da corrupção, os números podem ser instrumentalizados e confundirem mais do que esclarecerem, sobretudo se as informações são contraditórias e se os jornais não têm a preocupação de fazer comparações e contextualizações com os próprios dados que invocam em cada edição publicada. Por isso, as diferentes informações que aparecem na mídia escrita devem ser contextualizadas e relativizadas. Nesse sentido, no Quadro 5 procuramos estabelecer uma comparação dos diferentes valores que circulam na imprensa sobre as perdas da Petrobras com a corrupção e sobre o que foi ressarcido à empresa como resultado de processos judiciais. Buscamos compará-los com os dados da própria Petrobras, bem como relacioná-los com as diferentes multas pagas por ela como resultado dos acordos feitos com a justiça norte-americana e intermediados pela Operação Lava Jato, já analisados precedentemente.

Quadro 5 – Perdas e ressarcimentos estimados relativos à corrupção no Grupo Petrobras e multas pagas pela empresa por meio de acordos com instituições americanas e brasileiras

Fatos anunciados	Valores estimados (em bilhões de reais)
Estimativas com a corrupção em obras da Petrobras, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), 2015	3,7
Estimativas de perda com a corrupção da Petrobras, segundo o jornal <i>O Estado de São Paulo</i> (9/08/2018) e informações da Operação Lava Jato	12
Estimativa dos prejuízos com a corrupção, conforme demonstrativos financeiros de 2018 da Petrobras e jornal <i>O Globo</i> de 22/04/2015	6,194
Valor estimado de perda pela Petrobras, segundo a Polícia Federal, em 2015, a partir de percentuais que variam de 6 % a 20 % aplicados sobre as margens de lucros dos contratos, conforme jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , em 30/07/2018. No mesmo jornal, representantes da Lava Jato falam de vinte bilhões de reais de perda para a Petrobras	6 a 42,8
Solicitação de ressarcimento da Operação Lava Jato em ações diversas contra a corrupção, ligadas ou não à Petrobras (<i>BBC Brasil</i> , em 17/03/2018)	40,44
Valores a serem ressarcidos às empresas e instituições lesadas no quadro da Lava Jato. Conforme a <i>Folha de S.Paulo</i> (30/07/2018), há vários acordos de leniência com empresas (11) e de colaboração premiada com pessoas físicas (194). A restituição do dinheiro pode demorar anos, devido a parcelamento das multas e a contestações judiciais	13,4
Valor recuperado e devolvido à Petrobras pela Lava Jato, segundo <i>O Estado de São Paulo</i> (09/08/2018)	2,5
Ressarcimento à Petrobras pela Lava Jato em 2017 e 2018, conforme demonstrações financeiras da Petrobras de 2018	3,277
Provisão segundo o balanço de 2017 da Petrobras para pagar acordo com a justiça dos EUA, denominado <i>class action</i> , com o fim de pagar os investidores norte-americanos na Petrobras que ingressaram na justiça contra a empresa	11,198 (2,95 bilhões de dólares) (*)

Continua

Fatos anunciados	Valores estimados (em bilhões de reais)
Acordo de leniência com a justiça norte-americana e a SEC em 2018, conforme demonstrações financeiras da Petrobras de 2018	3,536 (US\$ 853,2 milhões) (**): <ul style="list-style-type: none"> • 10 %: US\$ 85,32 milhões (353,56 milhões de reais) para o Tesouro americano • 10 %: US\$ 85,32 milhões (353,56 milhões de reais) para a SEC/EUA • 80 %: US\$ 682,56 milhões (2,829 bilhões de reais) para o Estado brasileiro, sendo: <ul style="list-style-type: none"> • 50 % (1,414 bilhão de reais) para fundação criada pela Lava Jato • 50 % (1,414 bilhão de reais) para atender a eventuais pagamentos da Petrobras no quadro dos processos no Brasil
Pagamentos da Petrobras relativos aos acordos com americanos	14,554

(*) Taxa de câmbio de 3,79 reais = 1 dólar em 2017 (calculada a partir do que foi provisionado no balanço da empresa em reais em 2017 e do valor da multa em dólar).

(**) Taxa de câmbio de 4,144 = 1 dólar (calculada a partir do que foi provisionado no balanço da empresa em reais em 2018 e do valor da multa em dólares).

Elaboração própria a partir de informações coletadas em: *Gazeta Online* de 03/09/2017; *O Estado de São Paulo* de 09/08/2018 (p. 32); *Folha de S.Paulo* de 30/07/2018; acordo de leniência entre Petrobras, departamento de justiça dos EUA e procuradoria leste de Virgínia (EUA), de 26/09/2018; *O Globo* de 23/04/2015; *BBC Brasil* de 17/03/2018; jornal da Aepet *on-line* de março de 2019; *GGN* de 28/02/2019, 07/3/2019 e 10/03/2019; demonstrações financeiras da Petrobras de 2017 e 2018; *blog Fatos e dados* da Petrobras em 03/01/2018.

Uma primeira constatação a partir do Quadro 5 é a de que os processos que se inseriram no âmbito da Operação Lava Jato tiveram uma quantidade enorme de “colaborações (ou delações) premiadas”: 194 acordos com pessoas físicas (com devoluções e multas num montante de 2,6 bilhões de reais) e 11 acordos de leniência com empresas (totalizando 10,8 bilhões de reais). Tais delações resultaram numa soma de 13,4 bilhões de reais, já julgados, que devem ser ressarcidos ao Estado, a instituições diversas e a empresas como a Petrobras (FOLHA DE S.PAULO, 30 jul. 2018), mas cuja restituição depende do andamento dos processos, do parcelamento dos débitos por parte dos condenados, e isso pode levar décadas (BBC BRASIL, 17 mar. 2018). Esses acordos, na maior parte dos casos, reduziram as penas daqueles que assumiram a corrupção e delataram outras pessoas (muitas vezes sem provas), o que demonstra uma justiça preocupada com “ressarcimentos” e multas, seguindo

nisso as práticas da justiça dos EUA importadas ao Brasil e uma “financeirização do Poder Judiciário” (em particular dos procuradores da Lava Jato em Curitiba), o qual, como vimos, no caso do acordo de leniência com os tribunais norte-americanos, também entrou como ator importante procurando recuperar parte das multas aplicadas à Petrobras por esses tribunais. É importante notar (sobretudo no caso dos corruptos notórios, como alguns ex-diretores da Petrobras, que mantinham contas milionárias na Suíça) que 19 % dos valores devidos por pessoas físicas são produto de acumulação de valores, que são repatriados, e não devolvidos por meio de multas dos acordos de leniência.

Ainda sobre esse item, um problema frequentemente invocado é o fato de as empresas nacionais terem sido, em sua maioria, penalizadas não somente com acordos pelos quais pagaram multas bilionárias, mas com limitações diversas que sofreram para atuar nos mercados e com a redução de suas atividades, gerando desemprego. Muitos especialistas dizem que os que devem ser penalizados são os diretores, dirigentes e responsáveis pelos fatos, e não as empresas.

Um capítulo à parte, e sobre o qual não nos deteremos, é aquele que diz respeito às práticas de *compliance*, também importadas do direito norte-americano e intermediadas por grandes escritórios de advocacia dos EUA e do Brasil que, segundo o jornalista Luis Nassif, “vendem” proteção para as empresas que fazem acordos com o departamento de justiça dos EUA. Segundo o jornalista, isso resultou para a Petrobras, além das multas pagas às autoridades e instituições norte-americanas, em despesas que chegaram à ordem de duzentos milhões de reais para orientar a empresa a aplicar modos de comportamento e procedimentos administrativos, ou seja, o famoso *compliance* (ver jornal GGN de 18 de maio de 2019).

Sobre as perdas da Petrobras, os jornais trazem notícias contraditórias e evolutivas; aquelas se deveriam à corrupção por meio dos superfaturamentos nos contratos realizados com empresas terceiras e informações reveladas conforme a evolução dos processos – o que seria, de certa maneira, até natural, visto que as somas são estimadas e muito difíceis de serem avaliadas. Mas as avaliações repertoriadas pelos jornais a partir dos informantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal e da própria Petrobras variam muito. Assim, o valor de 3,7 bilhões informado em 2015 pelo TCU foi avançado: há o valor de 6,194 bilhões de reais estimado pela Petrobras em seu balanço auditado em 2014, número que foi repetido no demonstrativo

financeiro de 2018 da empresa (ver *O Globo* de 22 de abril de 2015 e demonstrativo financeiro da Petrobras de 2018); há estimativas que variam de 6,3 bilhões a 42,8 bilhões, conforme a Polícia Federal em 2015; há ainda valores mais intermediários entre esses dois extremos, de doze bilhões (*O ESTADO DE SÃO PAULO*, 9 ago. 2018). Há, portanto, uma amplitude muito grande e incerta relacionada aos valores anunciados pela imprensa a partir das fontes dos jornalistas (Quadro 5).

Devemos correlacionar, ainda, as somas estimadas como desviadas por membros da Operação Lava Jato e repercutidas pela imprensa com as demandas de reparação da própria Operação nos diferentes processos que esta instaurou. Assim, foi demandado de todas as empresas um ressarcimento de 38,1 bilhões de reais pelos procuradores de Curitiba e um de 2,34 bilhões de reais por aqueles do Rio de Janeiro, perfazendo um total de 40,44 bilhões de reais. Essa soma é próxima do limite superior da estimativa feita pela Polícia Federal só para a Petrobras em 2015 (*BBC NEWS*, 17 mar. 2018).

Como se vê, é difícil, com esses dados, tirar conclusões a partir dos jornais. Portanto, vamos nos ater aos valores invocados nos demonstrativos financeiros da própria Petrobras em 2014 (durante o governo de Dilma Rousseff) e mantidos no relatório financeiro de 2018 (durante o governo Temer), ou seja, um prejuízo de 6,194 bilhões.

Quando atentamos para o que foi anunciado pela imprensa como recuperado pela Operação Lava Jato e devolvido à Petrobras até meados de 2018, chegamos a um total de 2,5 bilhões de reais. Mas, no demonstrativo financeiro da própria Petrobras referente ao ano de 2018, é grafada a soma de 3,277 bilhões de reais para o período de 2017 a 2018; assim sendo, esse é o valor mais provável de ter sido recuperado.

Por fim, se somarmos as provisões do balanço da empresa de 2017 para pagamento do acordo *class action* com a justiça dos EUA – para ressarcir os investidores norte-americanos que ingressaram na justiça alegando perdas com a corrupção (11,198 bilhões de reais) – e as provisões do balanço de 2018 para pagamento do acordo de leniência com o departamento de justiça norte-americano e a SEC (3,536 bilhões de reais), temos um total de 14,734 bilhões de reais pagos ou a pagar pela Petrobras.

Em síntese, a partir do Quadro 5, podemos afirmar que a Petrobras teve perdas com a corrupção no total de 6,194 bilhões de reais e recuperou a soma de 3,277 bilhões de reais por meio da Operação Lava Jato (ver demonstrativo financeiro de

2018 da estatal), ou seja, ainda estava, segundo esses números, em 2018, com prejuízo, relativo à corrupção, de 2,917 bilhões de reais. Mas a Petrobras, para encerrar ações nos Estados Unidos, assinou acordos em 2017 e 2018 no montante de 14,734 bilhões de reais, soma superior em 138 % aos valores reconhecidos pela própria empresa como perdidos na corrupção. Com isso, se descontarmos o que ela recuperou e relacionarmos com o que resta a recuperar, essas multas representam quase quatro vezes o real prejuízo reconhecido pela empresa: 14,733 bilhões de reais pagos nos acordos – 3,277 bilhões de reais recuperados = 11,456 bilhões de reais / 2,917 bilhões de reais a recuperar = 3,9 vezes!

Desse modo, mesmo que reconheçamos que a empresa tenha perdido mais dinheiro com a corrupção, é injustificável que ela faça acordos para pagar multas bilionárias, quando ela mesma declarou ser vítima da corrupção em processo no Brasil e no acordo *class action*. A Petrobras, assim, reconheceu uma culpa indevida e submeteu-se ao acordo de leniência, o que levou muitos a questionarem, como vimos, a legalidade de tais acordos com os EUA em relação à legislação brasileira.

O ataque à política e a um partido

Os jornais destacaram frequentemente a corrupção na Petrobras durante os governos do Partido dos Trabalhados – que foram, em realidade, formados por alianças de vários partidos, entre eles o PMDB e o PP, que indicaram pessoas para as diretorias da Petrobras e desencadearam inúmeros problemas. Em relação ao governo de Temer pouco se fala. Quando relatam algum assunto sobre a Petrobras e esse governo, é sempre de forma positiva. Durante as análises, observamos uma forte doutrinação midiática enfatizando que a corrupção na estatal está restrita somente ao período dos governos petistas e não revelando que determinados setores já eram há muito tempo na empresa conhecidos pelos procedimentos de desvio de dinheiro, muito antes de o PT chegar ao poder e durante os governos comandados pelo PSDB de Fernando Henrique Cardoso.

A “justiça” se mostra seletiva e criminalizadora da política. Como escreve Nozaki (2018, p. 60), há uma utilização política da justiça, em particular aquela oriunda de Curitiba e que se centra num “diagnóstico moralista” e numa “prática inquisitória”. Assim, a Lava Jato

[...] criou um clima político instável, marcado ora pelo êxtase com a revelação da suposta verdade ora pela depressão com o desnudamento da realidade, enquanto isso ela coloca sob suspeita todas as instituições do país, o resultado em última instância tem sido o assombro e a desesperança da população com a política como um todo (NOZAKI, 2018, p. 60).

O jornal *A Tribuna* de 3 de setembro de 2017 recupera fala de um especialista para reforçar a ideia de que a Operação Lava Jato não corre risco de acabar. Para ele, é uma operação que tem apoio social e que interrompeu um “golpe de Estado” do PT:

O criminalista, jurista e professor René Ariel Dotti, que conduz a banca de assistentes de acusação do Ministério Público Federal (MPF) nas ações da Lava Jato, é contratado pela Petrobras. Seu papel é processar, com a força-tarefa, corruptores e corruptos. Dotti se revela um defensor das delações premiadas – apesar de não fazê-las – e afirma que “a Lava Jato interrompeu um golpe de Estado do PT”. Questionado se acredita que as investigações estão sob risco, ele diz: “Não vejo risco, porque a Lava Jato tem uma base social muito grande. Todos apoiam essa mudança, essa revolução. A sociedade apoia, portanto ela não vai cair”.

Esse texto é uma inversão discursiva total. Um partido que foi vítima de um reconhecidamente ilegítimo processo de destituição do poder, um golpe de Estado em moldes contemporâneos, uma destituição sob cobertura de legalidade e que se revelou uma vontade de não se respeitarem os resultados das urnas, é designado como aquele que pretenderia dar um “golpe de Estado”. Inversão discursiva muito comum no momento atual, quando os discursos são esvaziados da relativa verdade histórica para se criar um contrafogo e encobrir o golpe que o parlamento deu com o apoio da mídia hegemônica, de uma justiça “partidária” e do partido dos militares. Além disso, as previsões do advogado vistas em 2021 se revelam falsas, pois a Lava Jato foi dissolvida e os procuradores de Curitiba e Moro já não são os heróis de alguns anos passados; eles estão sob o fogo cruzado das críticas, suas decisões são contestadas e anuladas e eles mesmos são investigados. A opinião do advogado aludido na matéria também revela, involuntariamente, o que foi a operação: um partido político ou um

movimento organizado que não dizia seu nome, pois teria uma “base social muito grande”, e a “sociedade a apoia”. Quem viveu está vendo!

Essa ideia é reforçada por meio da coluna de Ricardo Noblat, publicada no jornal *A Gazeta* do dia 11 de setembro de 2017 (p. 21), em que é reproduzida a fala do juiz Luís Roberto Barroso – chamado, ironicamente, de “o iluminista” pelo jornalista Luis Nassif, para não dizer o contrário –, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que enfatiza que a corrupção na Petrobras foi quase uma plano de governo, ou seja, a corrupção na empresa já fazia parte dos planos do governo federal: “A corrupção no Brasil envolvendo Petrobras e BNDES foi quase um plano de governo”.

Esse ministro do STF, bem como outros daquela corte, permitiu desrespeitos à Constituição e aceitou um Estado de exceção judicial quando afirmou e legitimou o fato de se aceitar uma interpretação particularizada da aplicação da lei, o que se justificaria quando a situação fosse excepcional. Aparentemente, Barroso confunde, na citação da matéria, os financiamentos normais e uma política de Estado que envolve financiamento a empresas por parte do BNDES com uma política industrial para a Petrobras com corrupção. Isso tem sido recorrente nos processos contra o ex-presidente Lula, no que se refere ao seu apoio político e econômico à indústria nacional em relação aos investimentos em outros países.

Quando *A Tribuna* de 25 de julho de 2017 (p. 29) relatou o depoimento da ex-presidente da Petrobras, Graça Foster, ele o fez com uma desqualificação do depoimento, informando que Foster deu respostas curtas com sim ou não para evitar o seu envolvimento no caso de corrupção da estatal:

Em depoimento prestado ontem, a ex-presidente da Petrobras Graça Foster negou a interferência da presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann (PR), ou de seu marido, o ex-ministro das Comunicações Paulo Bernardo, na permanência do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa no cargo. O ex-diretor da Petrobras foi o primeiro delator da Lava Jato e acusou o casal de ter recebido vantagens indevidas em 2010. Graça afirmou ainda que Gleisi e Paulo Bernardo não tiveram ingerência na decisão de demitir Paulo Roberto, o que ocorreu em 2012. Ela ocupou o cargo de presidente da Petrobras entre 2012 e 2015 e foi ouvida na condição de testemunha de defesa. Em geral ela deu respostas curtas como sim ou não.

Paulo Roberto Costa, citado na matéria, foi trabalhador de carreira da Petrobras, ingressou na empresa em 1º de fevereiro de 1977 por meio de concurso público. Começou a assumir cargos de direção a partir de 1995, ainda no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo sido diretor da Gaspetro de 1997 a 2000. Em 2004, por indicação do deputado federal José Janene, do PP, que fez parte da coalizão que governou o Brasil durante os governos do PT, Costa foi nomeado ao cargo de diretor de abastecimento da Petrobras. Portanto, não era uma indicação do PT e ele já estava em postos de responsabilidade há muito tempo na Petrobras.

Sabe-se também que muitos “delatores” processados e presos invocaram versões fantasiosas para escapar das penas de prisão, e na maioria das vezes muitas dessas acusações a outras pessoas, feitas sob pressão com prisões preventivas e provisórias, que duram meses e até anos, não são acompanhadas de provas cabais.

O PT também é acusado de receber propina em contrato com a Transpetro, subsidiária da Petrobras. O ex-gerente foi preso pela Polícia Federal, conforme notícia do *Metro Jornal* de 22 de novembro de 2017:

O ex-gerente da Transpetro, José Antonio de Jesus foi preso ontem pela Polícia Federal, suspeito de ter recebido R\$ 7,3 milhões em propinas pagas pela NM Engenharia em troca de favorecimentos em contratos com a estatal, segundo MPF (Ministério Público Federal). Para os procuradores, pelo menos parte do valor recebido era repassada para o PT. De acordo com a procuradora da República Jerusa Burmann Viécili, a subsidiária da Petrobras na área de transporte tinha um esquema rudimentar de lavagem de dinheiro. “O ex-gerente recebeu mais de R\$ 7 milhões se valendo de influência no PT. Os pagamentos eram feitos diretamente da empresa de engenharia para empresas cujo sócio era o filho dele e contas de familiares. Saques em espécie foram feitos para outras pessoas”, afirmou. Os contratos da empresa com a Transpetro superavam R\$ 1,5 bilhão. No despacho, o juiz Sergio Moro cita declaração do delator Luiz Fernando Nave Maramaldo, executivo da NM Engenharia, de que José Antônio teria informado que a propina seria destinada ao Partido dos Trabalhadores, acertando o pagamento de 0,5 % do valor dos contratos, com frequência mensal.

Os vazamentos para a imprensa das “delações” (que viraram uma prática sem controle, servindo para fins políticos nas mãos de determinados membros do Poder

Judiciário), modelo americano de se fazer justiça, muitas vezes são seletivos e imprecisos. Além disso, não se pode acreditar em todas as afirmações de delatores, que, em reiteradas ocasiões, invocam fatos sem provas. Isso não quer dizer que financiamentos ocultos de todos os partidos, e não somente do PT, não ocorreram com recursos advindos de obras e que muitos desvios não possam ter ocorrido em benefício próprio de diversos agentes à frente da empresa. Mas mais uma vez o empresário corruptor, salvo em alguns casos notórios como da Odebrecht e de outras empresas do mesmo tipo, é indiciado e investigado.

A corrupção também envolve outros órgãos e certos membros do Poder Judiciário, que tem de punir os envolvidos acusados de desvio de dinheiro público e lavagem de dinheiro, mas que também é acusado de compactuar com a corrupção. Porém condenações referentes a isso são raras. O jornal *Folha de S.Paulo* do dia 3 de setembro de 2017 publica uma reportagem sobre a expedição de um mandado judicial para destruir provas da Operação Castelo de Areia. Entre os envolvidos estão o ex-presidente do STJ Cesar Asfor Rocha. Ele é acusado de receber suborno no valor de pelo menos R\$ 5 milhões da Camargo Corrêa para barrar a Operação Castelo de Areia. Segundo a matéria, essa operação já tinha sido anulada pelo STF, e dessa forma as provas não valeriam mais para denunciar os envolvidos.

A Justiça Federal determinou a destruição das provas obtidas na Operação Castelo de Areia, que foi deflagrada em 2009 e poderia ter antecipado a descoberta de crimes apurados na Operação Lava Jato, uma vez que tinha como alvos empreiteiras e políticos suspeitos de corrupção. O acervo da Castelo de Areia a ser inutilizado inclui documentos, planilhas, manuscritos e e-mails apreendidos nas casas e escritórios de ex-executivos da construtora Camargo Corrêa, além de gravações de escutas telefônicas feitas pela Polícia Federal. [...]. Palocci afirmou no decorrer das tratativas com os procuradores que o ex-presidente do STJ Cesar Asfor Rocha recebeu suborno no valor de pelo menos R\$ 5 milhões da Camargo Corrêa para barrar a Castelo de Areia. Asfor Rocha e a construtora negam a prática de qualquer crime ligado à operação (FOLHA DE S.PAULO, 3 set. 2017).

Como percebemos nessa matéria, se a Operação Castelo de Areia tivesse sido levada adiante poderia ter antecipado a descoberta de crimes apurados na Operação

Lava Jato, uma vez que tinha empreiteiras e políticos suspeitos de corrupção como alvos. Mas, em 19 de setembro de 2017, *A Tribuna* publicou uma reportagem em que se informava que a Justiça Federal, que tinha determinado a destruição das provas obtidas na Operação Castelo de Areia, deflagrada em 2009, suspendeu a destruição de provas. Nessa matéria, as obras da Petrobras foram citadas como envolvidas em suborno. Essa decisão foi tomada após a revelação do ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, indicar o pagamento de suborno a ex-presidente do STJ, para que este barrasse a operação:

A Justiça suspendeu a destruição das provas da Operação Castelo de Areia após a revelação de que, em negociação de delação, o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci indicou o pagamento de suborno ao ex-presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STF) Cesar Asfor Rocha para que a operação fosse barrada [...]. A operação Castelo de Areia foi deflagrada em 2009 e poderia ter antecipado a descoberta de crimes apurados na Operação Lava Jato, uma vez que tinha como alvo as empreiteiras e políticos suspeitos de corrupção [...]. O descarte do material havia sido determinado pelo juiz federal no último dia 10 de agosto, a pedido da defesa de três ex-dirigentes da empreiteira Camargo Corrêa – Darcio Brumato, Fernando Dias e Pietro Giavina-Bianchi –, sob o argumento de que essas provas foram anuladas em julgamento do STF de 2011. Ao devolver os autos à 6ª Vara Criminal Federal em São Paulo, a procuradora da República Karen Kahn falou sobre a afirmação de Palocci de que Rocha teria recebido R\$ 5 milhões da Camargo Corrêa para interromper a operação. Kahn pediu o adiamento da destruição das provas por pelo menos seis meses, até que haja uma definição sobre a colaboração do ex-ministro (A TRIBUNA, 19 set. 2017, p. 29).

Vimos que políticos, magistrados, empresários e executivos são sempre nomeados como suspeitos pela mídia, e nunca como criminosos e bandidos, como ocorre frequentemente com pessoas supostamente desviantes originárias das camadas sociais dominadas e com alguns partidos e políticos, que são chamados de “criminosos” e acusados de comporem uma “organização criminosa”, em particular com o PT. Veja-se novamente este trecho da notícia publicada por *A Tribuna* em 3 de setembro de 2017 (p. 39): “[...] Segundo o anexo entregue à PGR, Joesley afirmou que Bendine era uma pessoa influente no governo e que, por isso, concordou em emprestar os R\$ 5 milhões; Bendine foi preso pela Polícia Federal em julho, suspeito de

receber R\$ 3 milhões da Odebrecht”. Ou então são chamados apenas de empresários, como nesta matéria de *O Globo* do dia 2 de setembro de 2017:

O empresário Joesley Batista disse que pagou R\$ 5 milhões a Aldemir Bendine, após o ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil pedir pessoalmente a quantia na casa do dono da JBS. [...]. Conforme a reportagem, o empresário disse que, mesmo demonstrando constrangimento, Bendine pediu a quantia para a compra de um imóvel. Joesley disse ter concordado em pagar o valor porque Bendine era uma pessoa influente no governo, de acordo com *GloboNews*. O delator revelou ainda que o então presidente do Banco do Brasil foi pessoalmente à sede da J&F acompanhado de um homem que aparentava mais de 50 anos, e pediu para receber parte dos R\$ 5 milhões.

As pessoas que cometem crimes de outro tipo e que fazem parte das classes sociais dominadas são, entretanto, frequentemente nomeadas de maneira desabonadora, como podemos perceber no subtítulo da reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 25 de julho de 2017: “Bandidos invadem as unidades da estatal na região e roubam, além de combustível, equipamentos de perfuração e de exploração”.

Os jornais também retrataram o déficit no plano de previdência complementar para os funcionários da Petrobras (Petros). De um prejuízo estimado em R\$ 27,7 bilhões, 60 % estariam relacionados aos “maus investimentos”. Segundo os jornais, isso foi proveniente de investimentos equivocados e que estão sendo investigados por suspeitas de corrupção. O jornal *A Gazeta* do dia 5 de outubro de 2017 (p. 26) indicou que a Petros possui 1.652 participantes no estado do Espírito Santo, sendo 412 trabalhadores ativos e 1.240 aposentados:

Outros grandes fundos de pensão de estatais, como o Funcef, dos funcionários da Caixa Econômica, e o Petros, da Petrobras, também apresentam problemas de gestão e, por isso, já aplicam uma cobrança extra de seus beneficiários. Juntos, esses dois mais o Postalís somam um déficit – já considerando o previsto para o Petros em 2017, que é de R\$ 27,7 bilhões – superior a R\$ 42 bi. No Estado, 8.282 trabalhadores ativos e inativos de Caixa, Petrobras e Correios estão tendo que pagar do próprio bolso por rombos gerados nos fundos [...]. Petros – É o plano de previdência complementar para os funcionários da Petrobras. Impacto: são 1.652 participantes

no Estado, sendo 412 trabalhadores ativos e 1.240 aposentados. Rombo: são R\$ 27,7 bilhões em perdas, 60 % fruto de maus investimentos.

A *Tribuna* também informa que os custos desses problemas serão pagos pelos trabalhadores associados aos fundos:

O rombo de R\$ 42,77 bilhões nas contas dos institutos de previdência da Caixa Econômica Federal (Funcef), Correios (Postalis) e Petrobras (Petros) estão sendo bancados com parte dos salários de 8.282 servidores no Estado. Boa parte do rombo é motivada por investimentos equivocados e que estão sendo investigados por suspeitas de corrupção [...]. Já a Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) possui no Estado 1.652 participantes, sendo 412 trabalhadores ativos e 1.240 aposentados. “O déficit acumulado entre 2013 e 2015 no Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) foi de R\$ 22,6 bilhões – que, após atualizados pela inflação e pelos juros projetados, resultam em R\$ 22,7 bilhões”, informou a Petros. A nota diz ainda que “40 % do total do déficit foram causados por ajustes estruturais, como mudanças no perfil familiar, e os outros 60 % resultaram dos investimentos que não rentabilizaram o suficiente para fazer frente ao aumento dos compromissos do plano, em função da conjuntura econômica (A TRIBUNA, 5 out. 2017, p. 32).

Parece que tudo é corrupção, “rombo”, “falcatrua”; não se aceita que os fundos, em função dos investimentos, tenham se equivocado. Tais fundos apoiavam também investimentos em projetos de grandes empresas e sofrem especulação nos mercados, isso desde a época dos governos de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, as empresas também se desengajam dos compromissos com esses fundos, deixando-os em dificuldade. Mas esse tipo de matéria contribui para atingir a imagem dos fundos. A lógica é sempre a de chamar atenção para o lado moral, o lado da suspeita, do desvio, nada seria confiável. Porém os jornalistas, editores e donos dos jornais que escrevem essas matérias revelam seus *a priori* nesses atos de nenhum questionamento jornalístico, bem como difundem o apelo ao sensacionalismo e ao sentimento de revolta que pode ocasionar a corrupção.

Em outra matéria, publicada em *O Globo* de 13 de outubro de 2017, anuncia-se que, para enfrentar a situação, a Petros decide vender por R\$ 650 milhões sua

participação na Eldorado (o fundo de pensão da Petrobras detinha 8,53 % do capital dessa companhia):

O fundo de pensão Petros, dos funcionários da Petrobras, decidiu vender a participação de 8,53 % que possui na Eldorado Celulose, vendida pela *holding* J&F, dos irmãos Wesley e Joesley Batista, à empresa holandesa Paper Excellence no início de setembro por R\$ 15 bilhões [...]. A Petros vai embolsar R\$ 650 milhões com o negócio, depois de ter investido R\$ 272,2 milhões na Eldorado, em dois aportes feitos no FIP Florestal entre 2009 e 2010. [...]. Apenas neste ano, a holding dos irmãos Batista já vendeu a Alpargatas, por R\$ 3,5 bilhões, para o Itaú e o Fundo Cambuhy; e a Vigor, por R\$ 5,7 bilhões, para o grupo mexicano Lala. A JBS, principal empresa dos irmãos Batista, também vendeu seus frigoríficos no Mercosul por R\$ 1 bilhão.

Assim, além de revelar os problemas da empresa JBS ligados à exportação de *commodities* e de produtos de alimentação processados, que faz parte de um grupo econômico que tem atividades em diversos outros setores, a matéria demonstra, também, que os fundos podem ganhar nos seus investimentos, contrariando o que se escreveu em reportagens anteriores: o Petros ganhou 139 % em relação ao investimento inicial, porém isso não foi colocado em evidência pelo jornal local *A Tribuna*.

A *holding* dos irmãos Batista, a J&F, principal empresa deles, estava com problemas financeiros, entretanto os jornais não fazem nenhum questionamento sobre essas vendas e não explicam satisfatoriamente por que as empresas do grupo estão sendo vendidas, uma vez que os seus donos estão envolvidos em denúncias de corrupção. Há aqui uma desnacionalização de empresas brasileiras envolvidas na corrupção, em particular as da gigante JBS, apoiada pelos fundos de pensão e pelo BNDES, como tantas outras empresas e sobretudo a Petrobras. Conforme vimos antes, aparentemente são os coletivos das empresas que são penalizados, mais que seus proprietários.

O elogio da “governança” neoliberal

Com 35 registros de matérias sobre o que se chama de “governança” da Petrobras, temos 19,3 % do material informativo. Os assuntos tratados se referem às ações da empresa, às dívidas, aos lucros, aos prejuízos, à gestão e às atividades culturais.

A Governança se revela uma espécie de nova língua para se referir às formas de gestão de uma empresa e que se preocupa essencialmente com os acionistas e os lucros. No fundo, parece pouco importar se o aparelho industrial é alienado ou se os trabalhadores são demitidos; a empresa deve se adaptar ao deus mercado. Com efeito, como vimos, há uma política de redução de efetivos na Petrobras. Em fevereiro de 2018, conforme Rafael Rodrigues Costa e William Nozaki (2018, p. 107-112), a Petrobras anunciou que iria adotar uma nova política para os recursos humanos da companhia, invocando uma “cartilha de meritocracia”, com propostas de pagamento de bônus “por desempenho individual, criação de banco de talentos interno e alteração do plano de cargos e salários” (COSTA; NOZAKI, 2018, p. 107-108). Essa mudança, como indicam os autores, se inscreve em uma cultura de gestão de trabalhadores que está no centro do que se denomina de “cultura Ambev”. Esta busca a maximização do retorno e tem como pontos principais a redução de custos, a reorganização da hierarquia do trabalho com demissões e a extinção de cargos de gerência intermediária, provocando competição entre trabalhadores e levando em muitos casos ao assédio moral e ao adoecimento dos trabalhadores submetidos a forte pressão. Esse “culto ao desempenho individual” e essa exaltação da mobilidade interna do trabalhador facilitam a adoção da “cultura do patrão” pelos empregados, segundo Costa e Nozaki (2018), minando-se a solidariedade clássica entre os trabalhadores de diferentes níveis. Isso é agravado com a precarização presente a partir das “reformas trabalhistas” do ex-governo Temer.

Costa e Nozaki (2018, p. 112) escrevem que a busca de implementação dessa política de gestão dos trabalhadores da Petrobras se inscreve no novo estágio do capitalismo contemporâneo por meio da difusão da ideologia do “mérito individual” e se coloca a serviço dos acionários minoritários da empresa, que desejam ganhos rápidos e crescentes, o que se contrapõe aos interesses públicos e coletivos de uma empresa cujo acionário majoritário é, ainda, o Estado brasileiro.

No que diz respeito justamente aos acionários e aos resultados da Petrobras, os jornais relatam números de maneira frequente e muitas vezes confusa e insuficientemente informada. A seguir apresentamos informações mais recentes da imprensa sobre a situação do balanço da empresa em 2017 e em anos anteriores – o que, no entanto, não a reduz a isso, pois o patrimônio que ela tem com reservas incomensuráveis, que estão em parte sendo alienadas, e as perspectivas de lucro promissoras vão muito além do que é estipulado no balanço e para o mercado.

A Petrobras, em 2014, teve perdas que somaram R\$ 21,6 bilhões; em 2015 a estatal registrou prejuízo recorde de R\$ 34,8 bilhões; e em 2016 teve prejuízo líquido de R\$ 14,824 bilhões. Nesse último ano o prejuízo foi consequência principalmente das baixas contábeis que reduziram sua avaliação de ativos em consonância com os baixos preços do petróleo (Portal G1 21/03/2017).

Em 2017, quarto ano consecutivo de perdas, a Petrobras teve prejuízo líquido de R\$ 446 milhões (Portal G1, 15/03/2018). No entanto, o resultado da empresa em 2017 foi afetado pelo acordo fechado pela companhia para encerrar processos judiciais movidos por investidores nos Estados Unidos e pela adesão a programas de regularização fiscal, que custaram, juntos, cerca de R\$ 21,6 bilhões. Conforme reporta o portal *G1* em relação a 2017, houve, apesar do prejuízo líquido do balanço da Petrobras, lucro operacional de R\$ 35,6 bilhões no mesmo ano, ou seja, houve lucro antes do pagamento das despesas excepcionais financeiras: R\$ 11,2 bilhões no acordo para encerrar processo de investidores nos EUA; R\$ 10,4 bilhões relativos à adesão da empresa ao programa de regularização de dívidas fiscais; e também 11,3 bilhões devido a variações monetárias e cambiais, as quais passaram sob silêncio no portal citado.

Com efeito, quando se analisa o balanço publicado pela empresa relativo a 2017, constata-se que, do lucro operacional citado, foram deduzidos os resultados financeiros, as variações cambiais, os pagamentos de acionistas minoritários, as receitas financeiras, as participações e os impostos. Da mesma forma ocorreu em 2016, quando esse lucro operacional foi de 17,1 bilhões de reais e o resultado final dos lucros líquidos foi negativo.

Os jornais, quando se referem aos resultados positivos da empresa ao longo de 2017, sem explicitarem muito claramente sobre o que estão falando, provavelmente estão se referindo ao lucro operacional parcial. Esse parece o caso que concerne à Petrobras, pois, como vimos, o lucro líquido final foi negativo. Mas, como nas matérias citadas a seguir, os jornais tentam sempre colocar em evidência o lucro e/ou as perdas, e implícita ou explicitamente consideram sempre os resultados como decorrência da má gestão da empresa no passado, mas não se atentam de forma explícita para a conjuntura de grandes investimentos da empresa realizados nos anos anteriores, bem como do preço do petróleo, que, como notamos, reduziu enormemente a partir de 2015 e até 2017. Sem dúvida, também não levam em conta que a instabilidade política provocada pela Operação Lava Jato e pelo processo de impedimento da presidente Dilma, iniciado

em 2015, teve efeitos econômicos sobre a empresa e seus resultados. Vejamos o que escrevem, respectivamente, os jornais *A Tribuna* e *Gazeta Online* em outubro de 2017:

As empresas estatais federais reverteram os resultados negativos de 2015 e fecharam o primeiro semestre do ano com lucro de R\$ 17,3 bilhões, aumento de 19,6 % sobre igual período de 2016. Os dados constam da terceira edição do Boletim das Empresas Estatais Federais. O resultado foi puxado pela Petrobras que deu um salto de 884,4 % em seu resultado, saindo de lucro de R\$ 518 milhões na primeira metade de 2016 para R\$ 5,099 bilhões neste ano (A TRIBUNA, 5 out. 2017, p. 23).

As empresas estatais do governo federal lucraram, juntas, R\$ 17,3 bilhões no primeiro semestre deste ano, de acordo com dados do Ministério do Planejamento divulgados nesta quarta-feira. O número representa um aumento de 19,6 % na comparação com o mesmo período do ano passado, quando o lucro foi de R\$ 14,5 bilhões [...]. Os principais resultados são da Petrobras e dos bancos oficiais. Sozinha, a petroleira lucrou R\$ 5,1 bilhões no primeiro semestre [...] (GAZETA ONLINE, 5 out. 2017).

Outro ponto abordado pelos jornais nesse contexto foi a queda da dívida líquida da companhia, que diminuiu 11 % em relação ao mesmo período de 2016, passando de R\$ 314,1 bilhões para R\$ 279,2 bilhões ao fim do primeiro semestre de 2017. De fato, em 2018 a dívida líquida foi de 268,8 bilhões, conforme demonstrativo financeiro da Petrobras.

Apesar do lucro operacional e da conjuntura desfavorável, como indicamos, a Petrobras é identificada como uma empresa endividada. Ora, o ativo imobilizado, caracterizado por apresentar-se na forma tangível (edifícios, máquinas, etc.) da empresa era em 2017 de 584,3 bilhões de reais (em realidade essa avaliação pode variar muito conforme a conjuntura: em junho de 2018 ele já estava em 602 bilhões de reais e, se consideramos que a empresa tem ativos imensos em reservas de petróleo, o valor poderia ser enorme) e o resultado das vendas foi de 283,6 bilhões de reais. Já o valor das despesas financeiras anuais foi de 23,6 bilhões de reais (conforme balanço da Petrobras de 2017), representando, portanto, um percentual relativamente baixo sobre as vendas realizadas e sobre o patrimônio, para que haja algum risco para a Petrobras.

Realmente, quando se consulta o balanço da empresa de 2018, as relações entre o índice de endividamento líquido e o lucro líquido representado pelo Ebitda foi de 2,34, um resultado em queda em relação a 2017, porém parte desse resultado se deve à redução da dívida com a venda de ativos importantes da empresa, que está se desfazendo das “joias da coroa”, como os gasodutos, para liquidar uma dívida que tenderia a cair com o aumento dos preços do petróleo e dos lucros.

Uma matéria do *Jornal do Brasil* do dia 19 de setembro de 2017 retrata a operação da Petrobras que vai ofertar títulos da empresa no exterior. A empresa pretende levantar dois bilhões de dólares com a venda de títulos. O objetivo é reduzir a dívida, que segundo o jornal é “a maior entre as empresas petrolíferas do mundo”. Por fim, o jornal comenta que a empresa “recuperou a capacidade de obter financiamento” no Brasil e no exterior. Vejamos:

A Petrobras Global Finance B.V. (PGF), subsidiária da Petrobras, anunciou que vai ofertar até US\$ 2 bilhões em títulos com vencimento em 2025 e 2028 (US\$ 1 bilhão de cada vencimento), com garantia total da controladora [...]. Com a operação, a estatal planeja levantar US\$ 2 bilhões de dólares com a venda de títulos de sete e dez anos, substituindo bônus com vencimentos próximos e mais caros, em uma tentativa de reduzir o peso de sua dívida, a maior entre as principais empresas petrolíferas do mundo. A negociação é considerada uma melhoria significativa no perfil de risco de investimento do Brasil. A transação ressalta como a Petrobras recuperou a capacidade de obter financiamento, tanto localmente quanto no exterior (JORNAL DO BRASIL, 19 set. 2017).

Os jornais estão sempre justificando a diminuição do endividamento da estatal em relação ao período do governo de aliança comandado pelo PT, conforme se nota nas matérias citadas a seguir, do jornal *O Estado de São Paulo* e de *A Gazeta*. Na matéria de *A Gazeta*, Ivan Monteiro, então diretor financeiro da empresa e posterior presidente dela em 2018, após a demissão de Pedro Parente, afirma que o endividamento foi causado pela crise provocada pela Operação Lava Jato e pela queda dos preços do petróleo no mercado internacional.

Após registrar níveis alarmantes, o que levou a número recorde de pedidos de recuperação judicial, o nível de endividamento das empresas brasileiras, especialmente

as de grande porte, começa a cair [...]. [A Petrobras], sozinha, reduziu seu endividamento em 11 % no período.

Entre as empresas que reduziram a dívida líquida entre junho de 2016 e junho deste ano se destacam duas gigantes brasileiras – Vale e Petrobras [...] (O ESTADO DE SÃO PAULO, 3 set. 2017).

A dívida líquida da companhia caiu 11 % em relação ao mesmo período de 2016, passando de R\$ 314,1 bilhões ao fim do primeiro semestre de 2017, para R\$ 279,2 bilhões. “A gente já começa a colher os benefícios dos pré-pagamentos, então está havendo uma redução do endividamento”, destacou o diretor financeiro da companhia, Ivan Monteiro. Após a crise detonada pela Lava Jato e pela queda dos preços internacionais do petróleo, o endividamento líquido da Petrobras passou de um patamar de R\$ 100 bilhões no final de 2011 e chegou a R\$ 392 bilhões no final de 2015. “Nós temos o décimo trimestre consecutivo de fluxo de caixa livre”, afirmou Monteiro (A GAZETA, 14 nov. 2017, p. 30).

Nesse último trecho, de *A Gazeta*, vê-se um reconhecimento, ainda que involuntário, dos efeitos da operação policial-judiciária sobre a Petrobras e dos preços do petróleo sobre o resultado, mas não se explicita que o salto no endividamento veio exatamente pelo fato de que, a partir de 2006, mas sobretudo a partir do ano de 2009, se descobrem os maiores poços de petróleo no mundo na camada de pré-sal. O campo Tupi/Lula – com reservas estimadas exploráveis de 8,3 bilhões de barris – começa a ter exploração comercial em 2010. Nesse mesmo ano se descobre Libra, e o diretor geral da ANP, Haroldo Lima, declarou que esse campo teria entre oito e doze bilhões de barris de óleo *in place/in situ* (posteriormente o volume estimado chegou a quarenta bilhões). Franco-Búzios, também descoberto em 2010 e reservado para a cessão onerosa à Petrobras, teria entre trinta e 45 bilhões de barris de óleo *in situ/in place*.

Comparem-se esses volumes ao que se estima como reservas provadas existentes – inexplicáveis esses números públicos, salvo pelos “segredos” industriais e/ou estratégicos que possam envolver tais campos – de petróleo em todo o Brasil em 2017 no relatório da ANP e da British Petroleum (cerca de treze bilhões de barris). Assim, somente nos campos de Libra e Búzios, se considerarmos uma taxa

provável de 30 % de recuperação do óleo das referidas reservas *in situ* estimadas, teríamos cerca de 17,9 bilhões de barris de petróleo, mais do que a reserva total provada existente hoje no Brasil²⁶.

Em produção em 2017, somente o campo de Lula representou, segundo a ANP, 28 % da produção nacional: um só campo com alguns poços é responsável por quase um terço da produção brasileira de petróleo! Assim sendo, a Petrobras teve de se organizar e investir para explorar esses campos e por isso necessitou fazer empréstimos. Em 2010 ela fez uma captação de dinheiro em bolsa no valor de 120 bilhões de reais, a maior do mundo em bolsa à época, para realizar essa grande operação de exploração e produção de petróleo, tornando-se, como vimos, operadora sozinha ou em consórcio no regime de partilha ou de concessão e sozinha no regime de cessão onerosa.

O jornal *O Estado de São Paulo* de 6 de novembro de 2017 invoca, a propósito da gestão de Pedro Parente, uma “administração eficiente” e que teria dado uma “nova imagem” à empresa, que ela estaria sendo “resgatada”, construindo-se uma “boa imagem” dela em relação ao passado recente. Uma entrevista com o então presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello, reforça que a Petrobras foi “mal administrada” anteriormente e que está sendo recuperada pelo novo governo.

O presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello, afirmou que a economia fluminense não foi prejudicada pela “maldição do petróleo”, em que a região que possui um reservatório abundante não desenvolve outras vocações e entra em colapso quando a indústria petroleira decai. “Não existe maldição do petróleo. O que existe é a maldição da Petrobras. A empresa não foi bem e está sendo resgatada pelo Pedro Parente (atual presidente da estatal)”, disse (O ESTADO DE SÃO PAULO, 6 nov. 2017).

Essa matéria passa sob silêncio os estaleiros fechados, a redução da política de conteúdo nacional, as vendas de patrimônio, a dependência dos *royalties* de vários

26. Para ver mais sobre o pré-sal, as reservas estimadas e os investimentos da Petrobras, consultar Laier (2018) e Machado (2018).

municípios do Rio de Janeiro, etc. Também omite que quem apostou no pré-sal, organizou a sua exploração e investiu no seu desenvolvimento foram as administrações anteriores àquelas do governo Temer, o que é cabalmente demonstrado nas matérias dos anos 1998 a 2014 analisadas no capítulo “A Petrobras na imprensa”.

Em matéria de 8 de junho de 2017, o jornal também transmite a mensagem de que, com o novo modelo de governança ao qual aderiu a Petrobras, ela conseguiria crédito mais barato, seria mais confiante e passaria mais credibilidade aos seus acionistas e à população. Outro ponto ressaltado é que, com esse modelo, a empresa se tornaria mais “independente” do governo, evitando-se, assim, casos de corrupção. A direção da Petrobras demandou certificado de qualidade ao programa B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) de certificação e qualificação, voltado para estatais abertas ou em processo de abertura de capital, para aprimoramento da governança corporativa delas. Eis a matéria:

Ao solicitar à B3 – antiga BM&FBovespa – o pedido de certificação do Programa Destaque em Governança das Estatais, a Petrobras pretende sinalizar ao mercado que colocou sua gestão no caminho do combate à corrupção. A afirmação é de João Elek, diretor de Governança e Conformidade da estatal. Segundo o executivo, passar uma imagem positiva para investidores e acionistas pode ajudar a empresa a manter um bom funcionamento e até diminuir seu custo de captação – ou seja, conseguir crédito mais barato. [...]. Segundo Sérgio Lazzarini, professor do Insper, mais importante do que as mudanças que foram colocadas em prática para aderir ao programa, é o sinal que a Petrobras emite de que a gestão está cada vez mais independente de eventuais influências do governo, seu principal acionista (O ESTADO DE SÃO PAULO, 8 jun. 2017).

Indica-se, assim, que a direção da empresa – apoiada pelo professor de instituição de ensino estilo *business school* (Insper) antenada no *management* de ponta do capitalismo mundial que difunde os “valores do mercado” – busca uma gestão “independente do governo”. Ora, o maior acionista da empresa é o Estado, cujo representante é o governo, que deveria representar o interesse coletivo, apesar do que pensam os ideólogos da empresa privada, os quais, aparentemente, apontam para uma privatização da maior e mais estratégica empresa brasileira.

A imagem da Petrobras seria, portanto, positiva a partir do momento em que se aceita o receituário neoliberal, explicitado na imagem da “nova” empresa que realizou três operações que renderam US\$ 2 bilhões. Matéria de *O Estado de São Paulo* de 18 de setembro de 2017 enfatiza que a empresa está com uma imagem melhor, conquistada graças aos novos padrões de governança, após a Operação Lava Jato, e ao contínuo refinanciamento da dívida com outras empresas. O jornal apresenta mais uma vez a operação policial-jurídico-midiática centrada em Curitiba como elemento fundamental na “nova vida” da empresa, o que nos deixa interrogativos sobre essa articulação que faria a Petrobras renascer das cinzas:

A Petrobras aproveitou o bom momento do mercado financeiro e a melhora de imagem conquistada nos últimos meses para dar continuidade à mudança de perfil do seu endividamento. Ontem, realizou três operações que renderam US\$ 2 bilhões para o caixa e estenderam o prazo de pagamento de bônus que venceriam em 2019, 2020 e 2021 [...]. Ao analisar as operações de ontem, a Standard & Poor’s (S&P), em relatório, destacou a melhora dos padrões de governança da Petrobras após as investigações da Operação Lava Jato e o contínuo refinanciamento da dívida que permitiram à companhia alongar vencimentos e manter uma sólida posição de caixa (O ESTADO DE SÃO PAULO, 18 set. 2017).

O mais curioso na matéria é a referência à agência Standard & Poor’s (S&P) como aquela que dá os pontos da “melhoria de governança”. Essa é uma agência de notação internacional que não teria notado a chegada dos escândalos especulativos relativos à crise americana dos *subprimes*. A agência fez um acordo com a justiça norte-americana e pagou uma multa bilionária (US\$ 1,37 bilhão) por causa de seu papel na crise financeira internacional de 2007 e 2008 (conforme o *G1* de 3 de fevereiro de 2015) – diga-se de passagem, multa bem inferior àquela infligida à Petrobras por essa mesma justiça. A agência, na realidade, enganou os investidores sobre a qualidade dos créditos imobiliários *subprimes* que originaram a crise financeira.

Sobre o fato de a Petrobras ofertar ações da BR Distribuidora, ou seja, de vender parte do capital de sua subsidiária de distribuição na bolsa de valores – foram efetivamente vendidos, no fim de 2017, 30 % das ações da empresa –, os

jornais passam informações positivas da BR Distribuidora, que reverteu uma série de prejuízos e registrou lucro de R\$ 620 milhões nos nove meses de 2017, contra perdas de R\$ 367 milhões no mesmo período do ano de 2016²⁷. Mas, se ela lucrou, perguntamo-nos: para que vender um terço das ações? Os jornais incentivam a compra das ações da subsidiária, uma vez que a Petrobras está se recuperando de seus problemas administrativos e financeiros e, com as ações, pode obter lucros de R\$ 4,85 bilhões:

A Petrobras protocolou junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) documentos relacionados à oferta pública de distribuição secundária de ações da BR Distribuidora, sua subsidiária de distribuição de combustíveis [...]. A operação deve envolver R\$ 4,95 bilhões caso os papéis sejam negociados no meio da faixa indicativa (R\$ 17), segundo a Petrobras, que prevê obter R\$ 4,85 bilhões líquidos com o negócio após pagamento das devidas comissões. [...]. Nos primeiros nove meses de 2017, a BR Distribuidora reverteu uma série de prejuízos e registrou lucro de R\$ 620 milhões, contra perdas de R\$ 367 milhões no mesmo período do ano anterior (FOLHA DE S.PAULO, 22 nov. 2017).

A *Folha de S.Paulo* passa sob silêncio que o setor da distribuição é fundamental na política de integração de todas as etapas da extração, transformação e distribuição dos combustíveis para as empresas que disputam o mercado no setor. Ademais, não se invoca o fato de que os postos BR foram uma conquista paulatina na distribuição, que no passado estava entre as mãos das empresas multinacionais.

Quando as informações eram negativas, os jornais sempre estavam em alerta para anular o efeito negativo nos resultados da Petrobras em tempos de governo Temer. É o caso de matéria publicada no jornal *Gazeta Online* em 10 de agosto de 2017, com o título “Lucro da Petrobras cai 15 % no 2º trimestre e fecha em R\$ 316 milhões” e o subtítulo “Em relação ao 1º trimestre, queda foi de 93 %. Apesar do recuo, trata-se do terceiro trimestre seguido de ganhos”.

27. Em 2019 a Petrobras vendeu no mercado mais 33,75 % do capital da BR Distribuidora, perdendo seu controle acionário.

Percebemos isso também no jornal *O Globo* do dia 14 de novembro de 2017, que reporta a informação da queda no valor das ações da Petrobras. Apesar de ter um lucro (operacional) de R\$ 266 milhões no terceiro trimestre de 2017 (abaixo do projetado por analistas, que previam lucro entre R\$ 2,7 bilhões e R\$ 3,2 bilhões), o resultado reverteu o prejuízo de R\$ 16,458 bilhões do terceiro trimestre de 2016. Entretanto, no ano o lucro acumulado totalizou R\$ 5,031 bilhões, contra perdas de R\$ 17,334 bilhões no mesmo período de 2016. É a informação positiva anulando o efeito da negativa.

Assim, a despeito dos resultados não tão positivos como o esperado, o jornal procurou fontes para fazer uma avaliação positiva da empresa, principalmente da gestão da companhia, focada na redução do endividamento, na venda de ativos, no retorno da empresa ao mercado e na recuperação do seu valor:

Um dia após a divulgação de seu resultado referente ao terceiro trimestre, as ações da Petrobras operam em baixa no pregão desta terça-feira, véspera de feriado. As ações ordinárias da estatal caem 4,11 % a R\$ 16,76, a maior queda do Ibovespa, enquanto as preferenciais perdem 3,54 % a R\$ 16,06, a segunda maior baixa [...]. A estatal divulgou na noite de ontem que, no terceiro trimestre, teve um lucro de R\$ 266 milhões, abaixo do projetado por analistas, que previam lucro entre R\$ 2,7 bilhões e R\$ 3,2 bilhões. Mas, apesar disso, o resultado reverteu o prejuízo de R\$ 16,458 bilhões no terceiro trimestre de 2016. Assim, no ano, o lucro acumulado totalizou R\$ 5,031 bilhões, contra perdas de R\$ 17,334 bilhões no mesmo período de 2016.

Para os analistas da Coinvalores, o resultado ficou aquém das estimativas, mas não altera as expectativas positivas para o desempenho da companhia no médio prazo [...]. O analista Celson Plácido, da XP Investimentos, também avaliou que o resultado da Petrobras foi impactado por itens não recorrentes, mas ressaltou a melhora no fluxo de caixa da companhia, a redução na alavancagem financeira e o crescimento da receita [...]. “Seguimos otimistas com a Petrobras, principalmente, na gestão da companhia, focada na redução do endividamento, venda de ativos e na melhora do retorno da empresa”, escreveu o analista.

Com resultados mais positivos, a Petrobras começa a recuperar seu valor de mercado. Em 2014, quando a Operação Lava Jato desvendou um esquema de subornos de políticos e diretores da estatal para desvio de milhões através de contratos fraudados, as ações da estatal valiam R\$ 214 bilhões. Em setembro de 2015, o valor

das ações já havia recuado para R\$ 93,1 bilhões e, em fevereiro de 2016, caiu para R\$ 67,6 bilhões, segundo dados da Economática. Ontem, o valor de mercado da Petrobras já estava em R\$ 223,3 bilhões (O GLOBO, 14 nov. 2017).

Lembremos, no entanto, o modo como o próprio texto do jornal demonstra que o “valor” de mercado das ações de uma empresa não representa seu patrimônio e seus ativos, o real valor da empresa, mas uma conjuntura definida pela bolsa de valores, sujeita às expectativas e especulações.

Considerações finais: dois pesos e duas medidas

O poder de influência dos meios de comunicação na formação de opiniões é inquestionável, pois, como afirma o autor português José Rebelo (*apud* MEDINA, 1978, p. 60) no livro *O discurso do jornal: o como e o porquê*, “os media, se não nos dizem como é que devemos pensar, indicam-nos pelo menos, sobre o que devemos pensar”. Medina (1978, p. 60) não diz nada de diferente quando escreve também que “o interesse principal dos jornais é, antes de informar, formar opiniões”.

Temos de enfatizar que uma simples nota de um jornal tem sempre uma intenção latente, como explica José Luiz Fiorin no livro *Elementos de análise do discurso*:

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário [em nosso caso, os leitores] crer naquilo que se transmite (FIORIN, 2000, p. 52).

Ou, ainda, conforme Bourdieu explica sobre a televisão: “se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas preciosas” (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Como citamos na Introdução deste trabalho, a mídia tem seus interesses, sejam eles políticos, econômicos, culturais, sociais ou financeiros. Boa parte da nossa mídia é praticamente financiada por empresas e governos, por meio de anúncios publicitários. O jornal digital *Diário do Centro do Mundo*, em 22 de maio de 2017, informa

o aumento de verbas publicitárias do governo federal, na época de Temer, para a grande mídia brasileira e para as mídias “sociais”: só com a revista *IstoÉ*, o aumento foi de 1.384,1 % em relação ao ano anterior (Quadro 6).

Quadro 6 – As maiores altas da publicidade do governo federal em 2017.

Varição percentual em doze meses

Meio de comunicação	Aumento de verbas publicitárias
Revista <i>IstoÉ</i>	1.384,1
TV Capital (Record)	510,9
Abril (revista <i>Veja</i>)	489,8
Editora Caras	456,5
Revista <i>Época</i>	252,7
Twitter	244,1
<i>Valor Econômico</i>	232,1
<i>Estadão</i>	229,0
<i>Correio Braziliense</i>	198,2
<i>Folha de S.Paulo</i>	121,5

Fonte: *Diário do Centro do Mundo* (PUBLICIDADE, 2017).

Vale ressaltar que a revista *IstoÉ* elegeu Michel Temer como o “brasileiro do ano de 2016” e fez uma cerimônia para entregar o prêmio que contou com a presença do juiz Sergio Moro e do senador Aécio Neves. O ex-presidente Temer também foi acusado de desviar mais de R\$ 210 milhões, que estavam destinados a saúde, reforma agrária e políticas de combate à violência contra a mulher, para usar em publicidade e propaganda do governo federal. É o governo federal colocando dinheiro público nos meios de comunicação, em troca de apoio político, levando à promiscuidade entre mídia e governo.

Esse apoio da mídia se revelou de maneira explícita a partir do fato ocorrido no carnaval carioca de 2018. Durante o desfile da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti, com o enredo “Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?”, foram feitas críticas à reforma trabalhista, ao governo Temer e aos manifestantes “fantoques” (ironizando os “paneiros” que vestiram verde e amarelo e se manifestaram contra o ex-governo Dilma). Na exibição da escola na TV Globo, no dia 11 de fevereiro de

2018, os narradores ficaram em silêncio, não narraram o desenvolvimento do desfile durante a passagem dos carros alegóricos e das alas da escola, que representavam as críticas sociais e as críticas ao governo federal. No dia seguinte, durante a reapresentação dos melhores momentos do desfile, a emissora não exibiu a parte do desfile da escola em que estavam os protestos contra Temer, retratado como um vampiro corrupto, e os manifestantes que apoiaram o golpe contra Dilma, como marionetes do poder econômico e político. A foto do presidente como vampiro também não foi destaque nos principais meios de comunicação do país.

Na página do *Brasil 247* no Facebook, o jornalista Florestan Fernandes Júnior definiu o silêncio da Rede Globo durante a transmissão da Paraíso do Tuiuti como a “escravidão do jornalismo brasileiro”. Segundo ele, só faltou a escola de samba mostrar aos repórteres, escravos dos senhores da comunicação, que não têm liberdade sequer para dizer o que todos viram em cores e ao vivo. Esta é a mídia, com seus interesses políticos em troca de favores e, também, comungando dos mesmos postulados neoliberais do ex-governo Temer.

Em nossas análises, percebemos que as matérias publicadas nos jornais são repetitivas e semelhantes, não variando muito de um jornal para o outro. Inclusive em jornais de empresas diferentes, as matérias jornalísticas são praticamente as mesmas. Às vezes, o que muda é o tamanho das reportagens. Além disso, a grande maioria delas é oriunda de agências de notícias (principalmente Agência Globo e Agência Estado). Elas são reproduzidas na íntegra pelos jornais regionais, como *A Gazeta* e *A Tribuna*. E localmente, por exemplo, as matérias do jornal *A Gazeta* são publicadas resumidamente no jornal *Notícia Agora*. As do portal *Gazeta Online* são as mesmas do jornal *A Gazeta*, ou vice-versa, uma vez que os três jornais pertencem à mesma empresa jornalística.

Vimos que, em relação às fontes, em muitas das reportagens analisadas, os jornais não procuraram especialistas ou pessoas contrárias à nova forma de partilha dos leilões dos blocos que se encontram no pré-sal, aprovada em lei e apoiada pelo governo de Michel Temer, e que retira a presença obrigatória da Petrobras como operadora nos leilões de bloco para exploração e produção de petróleo. Ainda, os jornais questionaram muito pouco as novas políticas de preços da estatal. E em nenhum momento vimos reportagens que relatassem os gastos do governo federal de Temer com publicidades. Segundo o *G1* de 10 de novembro de 2017, os recursos para a publicidade previstos no orçamento federal de 2017 totalizaram R\$ 1,6 bilhão.

Constatamos, também, que os meios de comunicação são favoráveis à nova forma de regulação e aos leilões de áreas para produção e exploração de blocos de petróleo, gás natural e pré-sal. Para eles, os leilões são indispensáveis para o crescimento da economia do país e para geração de empregos. Mesmo quando os leilões não corresponderam às expectativas do governo ou da ANP, os jornais não questionaram nem fizeram comentários sobre os “fracassos” no resultado final deles. Não procuraram nenhuma fonte para esclarecer os motivos pelos quais nem todos os blocos disponíveis nos leilões para a produção e exploração de petróleo e do pré-sal foram vendidos ou para explicar o quão problemático para a sociedade brasileira pode ser permanecer na política de alienação de um bem comum como o petróleo.

Os jornais também passaram a mensagem de que as medidas adotadas pelo governo Temer (por exemplo, os leilões, as mudanças na gestão da Petrobras e nas políticas de preços dos combustíveis e seus derivados, a privatização de várias empresas coligadas à *holding* Petrobras) são necessárias e importantes para o crescimento do país. Vimos um apoio explícito ou implícito a uma privatização da Petrobras por meio da publicidade da venda de ativos e ao fato de os preceitos do “mercado” e a defesa de uma agenda neoliberal serem seguidos desconsiderando-se os interesses estratégicos da empresa.

Entretanto, percebemos que os jornais trataram o tema “Petrobras e o petróleo” com relevância, uma vez que o gênero jornalístico mais utilizado para a produção do material noticioso foi a reportagem, que representou 56,43 % de todo o material. A imprensa, nesse caso, preocupou-se em produzir reportagens mais elaboradas, com mais informações e com fontes para dar “credibilidade” àquilo que ela quis passar para os seus leitores. A notícia também teve uma boa representação, com 23,76 % das informações sobre a empresa.

Os jornais capixabas não tiveram a preocupação de contextualizar alguns assuntos reportados em suas edições relacionando-os a problemas específicos do estado do Espírito Santo. Eles destacaram a corrupção, mas em nenhum momento fizeram um desdobramento com episódios de corrupção envolvendo o ex-governador Paulo Hartung, empresários, magistrados e funcionários públicos, como se o Espírito Santo não tivesse ou não tenha nenhum caso de corrupção. Ou seja, a corrupção na Petrobras não despertou interesse para apurar casos de desvio de dinheiro no estado. Por

outro lado, o que se passa para os leitores é que a corrupção na Petrobras não existe mais, que foi extirpada com o novo governo.

Verificamos também que as matérias analisadas eram, em geral, superficiais, sem um aprofundamento e contextualização dos assuntos narrados e sem posições divergentes, à exceção da matéria publicada no jornal *Século Diário* do dia 27 de setembro de 2017. Por outro lado, quando as informações eram consideradas negativas, ou quando desconstruíam a imagem da Petrobras gerida pela nova coalizão no poder com Temer, os jornais publicavam matérias positivas para tentar anular os efeitos negativos. Como vimos, do nosso material de pesquisa, 50,49 % foram matérias que qualificaram a estatal, 47,02 % a desqualificaram, sobretudo na época da gestão dos governos do PT, e 2,47 % foram consideradas neutras.

Analisamos também que a mídia identifica a Petrobras em dois cenários: um governado pelos governos petistas e outro pelo governo Temer. Para os jornais, no governo de Temer, a empresa estava no caminho certo, era “independente”, pagava suas dívidas, diminuiu o número de trabalhadores, tinha uma administração eficiente e assim se recuperava de uma administração corrupta e equivocada.

Podemos ser questionados se estamos criticando a mídia por ter cumprido o seu papel de denunciar os desvios de dinheiro da empresa. É lógico que os meios de comunicação de massa devem desvendar qualquer tipo de irregularidade, principalmente em se tratando de recursos públicos. É o seu dever. Como enfatiza Charaudeau (2007, p. 252): “Que pensem como quiserem, as mídias relatam fatos e acontecimentos que se produzem no mundo, fazem circular explicações sobre o que se deve pensar desses acontecimentos, e propiciam o debate”. Entretanto, esse autor faz uma ressalva:

É claro que as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos. Não é, como dizem, porque elas tornam visível o invisível, mas porque só tornam visível aquele visível que decidiram nos exhibir, e esse visível não é necessariamente igual àquele que o cidadão espera ou deseja [...]. Como na Guerra do Golfo, quando as mídias contribuíram para fabricar a figura satânica do agressor na pessoa de Saddam Hussein, e, diante dele, a figura limpa e eficaz do salvador (“guerra cirúrgica”), representada pelo exército americano-europeu. Também assistimos a isso na guerra da ex-Iugoslávia, quando as mídias construíram a figura de perseguidor na pessoa de

Milosevic, justificando com isso a intervenção salvadora da potência norte-americana (CHARAUDEAU, 2007, p. 253-254).

A mesma “diabolização” ocorreu no Brasil do governo Dilma, de Lula e do PT. Mas os questionamentos que fazemos estão relacionados com a opção que os meios de comunicação têm de como fazer o jornalismo. Sabemos muito bem que a mídia tem seus interesses e que ela pode se manifestar sobre determinado assunto de maneira informativa, sem destaque, ou de modo sensacionalista, criando um espetáculo. Ela também sofre pressões políticas, religiosas, econômicas, sociais e de anunciantes. De fato, esses meios de comunicação hegemônicos no Brasil são empresas privadas, e a busca de lucro faz com que eles percam a sua independência. Como ressalta Chauí (2006, p. 14): “Rápido, barato, inexato, partidarista, mescla de informações aleatoriamente obtidas e pouco confiáveis, não investigativo, opinativo ou assertivo, detentor da credibilidade e da plausibilidade, o jornalismo se tornou protagonista da destruição da opinião pública”.

A opinião pública deveria ter uma base bem-informada e questionadora que fosse facilmente acessível a fim de que os cidadãos pudessem compreender o que se passa na sociedade complexa. Ainda mais que vivemos num país com um território enorme e de uma grande diversidade. Nas sociedades contemporâneas, o espaço público deveria ser mediado por uma imprensa de qualidade e questionadora, diversa e múltipla, que ofereceria os elementos para se poder tomar uma decisão informada e racional. Porém não é isso que ocorre. As coisas se complicaram ainda mais com o advento das “redes ditas sociais”, do WhatsApp, Facebook, Twitter, YouTube: assiste-se a uma difusão de imagens e notícias falsas, caluniosas e outros tipos de posicionamento que não se submetem ao escrutínio da verificação, criando-se, desse modo, um perigo não somente para o debate informado como também para a democracia.

Um exemplo da tomada de partido dos jornais analisados e da interferência na compreensão dos jogos sociais é aquele que verificamos sobre a corrupção na Petrobras durante o governo do PT. Todas elas são motivo de repercussão e de destaque na mídia. Um espetáculo midiático. A mesma cobertura jornalística não acontece com políticos de outros partidos envolvidos em escândalos na mesma proporção. Os noticiários sobre eles são minimizados ou até mesmo não entram em pauta nas editoriais dos jornais ou são “normalizados” no fluxo corrente da imprensa.

Em relação aos escândalos envolvendo a corrupção na Petrobras, para o colunista Gustavo Rosa (2018) existem interesses geopolíticos, econômicos e políticos enredados nisso. Ele relata que em 2013 o mundo soube, sem grande surpresa, que os EUA espionavam governos e empresas estrangeiras. Os casos mais emblemáticos foram os da Alemanha e do Brasil. Em ambos, as chefes de Estado, Angela Merkel e Dilma Rousseff, vinham sendo espionadas:

Empresas estratégicas dos dois países também eram alvo de violações indiscriminadas. O objetivo era capturar informações críticas de natureza comercial e tecnológica. Na Alemanha, a Siemens foi um dos alvos. No Brasil, a maior empresa do mundo em exploração de petróleo off-shore, Petrobras, atraiu as atenções da Agência Nacional de Segurança dos EUA (National Security Agency) (ROSA, 2018).

Para Rosa, se isolarmos o caso brasileiro, é legítimo afirmar que os EUA tinham plena consciência do potencial extraordinário do pré-sal, maior reserva de petróleo descoberta nas últimas décadas no mundo. Outro ponto questionado pelo autor é sobre a Operação Lava Jato, deflagrada em 2014, para apurar o esquema de corrupção na Petrobras. Ele acha estranho autoridades judiciais brasileiras irem até aos EUA e oferecerem ao departamento de justiça norte-americano informações sigilosas a respeito da atuação de empresas brasileiras na exploração do pré-sal, “aparentemente em nome de uma colaboração mútua – coisa que os EUA jamais fariam em relação a qualquer outro país”, ressalta Rosa (2018). E escreve:

Não bastasse isso, a Petrobras oferece um acordo a acionistas minoritários baseados nos EUA de cerca de R\$ 10 bilhões [na realidade 11,198 bilhões de reais]. Ressalte-se que esse acordo deriva de um processo em que tais acionistas reclamam prejuízos decorrentes da Lava Jato. Foi justamente a descoberta do esquema de corrupção que fez com que a Petrobras encomendasse a grandes consultorias internacionais o levantamento das baixas contábeis que deveriam ser realizadas nos balanços da empresa, com base nos percentuais desviados na execução dos contratos problemáticos. Isto levou a Petrobras a lançar um prejuízo de R\$ 6,2 bilhões no balanço contábil de 2016. Após 4 anos de Operação Lava Jato, a Petrobras recuperou menos de

R\$ 1,5 bilhão do referido prejuízo [na realidade a Petrobras recuperou 3,277 bilhões de reais]. Mas, e os acionistas, o que podem reivindicar? (ROSA, 2018).

Um questionamento que Rosa faz, com o qual concordamos e neste estudo o demonstramos, é o fato de que, se o prejuízo reconhecido pela empresa foi de 6,2 bilhões de reais graças à corrupção, como a Petrobras pagou 11,198 bilhões de reais somente em acordos com os acionistas? Deixamos a interrogação sobre quais foram os critérios mágicos para se chegar a uma das maiores multas aplicadas a empresas nos EUA.

Além desse acordo ao qual se refere Rosa, constatamos outros acordos com os norte-americanos, que totalizaram, junto do descrito por Rosa, um valor pago pela Petrobras aos EUA de 14,734 bilhões de reais, dos quais uma parcela de 2,828 bilhões de reais retornou ao Brasil. Vimos como as “colaborações” com a justiça norte-americana foram consequência aparente das espionagens e como os diferentes interesses envolvendo a Operação Lava Jato e as instituições americanas estão ainda sendo compreendidos e analisados com as revelações graduais dos documentos. O que se constatou foi uma posição subserviente ao império americano e a importação ao Brasil dos modos de fazer justiça daquele país, e isso representa uma globalização dos modos dominantes de um país que é dominante na esfera global e que controla os maiores mercados financeiros do planeta. Um país que, portanto, impõe seus “valores” e procedimentos, tal qual fez, na antiguidade, o Império Romano com a imposição do direito romano a todos os territórios dominados. Essas normas norte-americanas são propagadas, igualmente, pelas instituições multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio, e muitas outras instituições da “governança” financeira e econômica mundial. Os procuradores e policiais da Operação Lava Jato associados aos juízes e muitos outros membros dos poderes constituídos no Brasil, bem como das classes dominantes brasileiras, em particular o alto patronato que tira sua riqueza em parte das finanças globalizadas, não têm nenhuma preocupação com a soberania nacional, pois seus interesses estão no mesmo campo de crenças e de lucros materiais e simbólicos que aqueles das instituições e multinacionais norte-americanas, na crença coletivamente inculcada das virtudes do “mercado livre e competitivo”, outra forma de dizer “imperialismo americano”.

Outro aspecto que notamos em nosso estudo foi que os jornais não utilizam palavras como “criminoso”, “delinquente” ou “bandido” para nomear pessoas de classes consideradas como média e alta, da mesma forma que fazem com as classes consideradas menos favorecidas. A diferença se deve ao fato de que políticos, grandes empresários e magistrados pertencem à mesma classe social dos donos da mídia, a classe dominante. Isso nos leva a pensar que, num contexto de crise econômica real, a assumida onda de matérias contra os governos do PT e contra seu líder maior, o ex-presidente Lula, tem elementos de preconceito de classe, conforme indicou Jessé Souza (2017), e que as matérias da imprensa revelaram espaços de disputas materiais e simbólicas entre os setores dominantes das “classes ditas médias” e alguns setores que ascenderam socialmente, mesmo que de maneira ainda relativamente frágil, durante os governos do PT.

Outro ponto que ficou muito claro nas análises é que hoje, para os jornais, a Petrobras estaria saindo de uma situação difícil, econômica e politicamente, causada pelos governos petistas, que a administraram durante catorze anos. Essa afirmação é homologada pela opinião de Míriam Leitão, publicada em sua coluna no jornal *A Gazeta* do dia 24 de abril de 2018 (p. 24): “A Petrobras tem plano estratégico, modelo de gestão, reduziu dívidas e melhorou desempenho, voltando a ser uma das mais valiosas empresas”. Não se diz a verdade histórica sobre o fato de que foram os governos do PT que apoiaram o investimento e desenvolvimento na empresa, o que resultou na descoberta da camada do pré-sal e que levou aqueles governos a decidirem mudar a forma de regulação da exploração e produção do petróleo para garantir um maior controle nacional sobre as imensas jazidas descobertas. Talvez aqui, como já explicitamos antes, se encontre o nó górdio de toda a história da desestabilização política do Brasil: o petróleo e os interesses das *majors* associadas às estratégias norte-americanas e aos interesses de uma classe dominante que instrumentaliza a ideia de nação, mas que não é absolutamente “nacionalista” no sentido de defender os interesses comuns e coletivos, a soberania nacional e política de um povo, mas nacionalista de moral e de fachada.

Para melhor sintetizar as análises que fizemos ao longo do trabalho, elaboramos um quadro demonstrativo a partir das matérias analisadas, sintetizando a forma como os jornais retrataram os governos do PT e do PMDB de Temer. O Quadro 7 revela um forte viés da imprensa hegemônica no Brasil, as suas cruas tomadas de

posição. Desvela-se, assim, uma perspectiva que pretende fazer crer que o espaço de onde se fala é aquele da verdade, que invoca a economia de mercado e o neoliberalismo como mantra e como solo comum de um horizonte inultrapassável, estabelecendo a partilha do “bem” e do “mal”, dando pontos para aqueles que compartilham de suas ideias e definindo quem é o corrupto e quem é corruptor. É um jornalismo político que não quer dizer seu nome e que, desde o ano de 2013, está de uma maneira ou de outra ajudando a difundir a antipolítica e deslegitimando o escrutínio popular, e que se aliou e apoiou aquilo que havia, na opinião dos especialistas em política, de mais corrupto na política brasileira, o grupo do PMDB de Michel Temer. Isso resultou (em parte em função de uma crise industrial e econômica que se revelou com a crise internacional de 2008, que se manifestou tardiamente no Brasil, mas que se plasmou sobre problemas econômicos estruturais que começaram a eclodir em 2012) nas eleições de 2018 com a ascensão de um governo de extrema-direita e o questionamento da Constituição, que deveria pautar as instituições da “Nova República” de 1988.

Como a conjuntura é movente e difícil de ser apreendida, entre a redação da primeira versão deste livro e esta segunda edição, vimos desde a ascensão da extrema-direita ao poder até uma espécie de reviravolta crítica, em relação ao passado, mais ou menos silenciosa de jornalistas e dos grandes veículos da mídia. Estes e esses, diante dos ataques sucessivos ao Estado de Direito do governo Bolsonaro e às ameaças colocadas contra os jornalistas e os próprios jornais – muitos sofrendo atentados e sendo execrados pelas famosas “milícias digitais” bolsonaristas –, adotaram uma postura crítica ao poder de Bolsonaro, mas não assumiram explicitamente (em todo caso, de maneira hegemônica), salvo alguns jornalistas em voga, sua parcela de responsabilidade no atual estado de coisas. Todavia, encontramos na mesma trincheira do jornalismo crítico na atual quadra histórica para defender a liberdade de informar, a liberdade de expressão e do exercício de um jornalismo independente e sem concessão, na defesa de democracia e no desbaratamento das mentiras e absurdos propagados pelas bolhas militantes bolsonaristas nas redes sociais e na sociedade como um todo.

A seguir, o Quadro 7 e, depois, as nossas considerações sobre ele.

Quadro 7 – Comparação da forma de abordagem jornalística referente aos governos petistas e ao governo Temer (*)

Governo petista	Governo Temer
<p>Um governo que teria dado um golpe de Estado</p> <p>“O criminalista, jurista e professor René Ariel Dotti, [...] afirma que ‘a Lava Jato interrompeu um golpe de Estado do PT’”. <i>A Tribuna</i> de 3 de setembro de 2017.</p>	<p>O governo que teria recolocado o Brasil no cenário mundial de Petróleo</p> <p>“Os dois leilões de áreas do polígono do pré-sal das bacias de Santos e Campos, constantes da 2ª e 3ª rodadas [...]. Para o ministro, as duas rodadas registraram resultados acima da expectativa e recolocaram o Brasil no cenário mundial do petróleo, além de trazer investimentos para o país”. <i>Jornal do Brasil</i> de 29 de outubro de 2017.</p> <p>“O resultado excelente obtido hoje é fruto do trabalho desenvolvido, e mostra acima de tudo a confiança retomada junto às grandes empresas internacionais”. <i>Jornal do Brasil</i> de 29 de outubro de 2017.</p>
<p>Um governo que seria ladrão</p> <p>“Ainda lutando para se recuperar da roubo durante os governos do PT, a Petrobras contabilizou prejuízos líquidos de R\$ 71,2 bilhões, acumulados desde 2014”. <i>A Tribuna</i> de 10 de agosto de 2017 (HUMBERTO, 2017b, p. 33).</p>	<p>O governo que teria tornado a Petrobras mais atraente</p> <p>“Para a ANP, o sucesso das rodadas “reflete as mudanças regulatórias realizadas pelo governo brasileiro, que tornaram o ambiente de negócios no País mais atraente a empresas de diferentes portes, e a própria atratividade das áreas, uma vez que o pré-sal brasileiro possui um dos maiores potenciais de reservas a serem desenvolvidas no planeta”. <i>Jornal do Brasil</i> de 29 de outubro de 2017.</p>
<p>Que deixou um rombo na Petrobras</p> <p>“O ano de 2015, último governo Dilma, responde por quase metade do rombo: R\$ 34,8 bilhões”. <i>A Tribuna</i> de 10 de agosto de 2017 (HUMBERTO, 2017b, p. 33).</p>	<p>Que recuperou a capacidade da Petrobras de obter financiamento</p> <p>“A Petrobras Global Finance B.V. (PGF), subsidiária da Petrobras, anunciou que vai ofertar até US\$ 2 bilhões em títulos com vencimento em 2025 e 2028 (US\$ 1 bilhão de cada vencimento), com garantia total da controladora [...]. A transação ressalta como a Petrobras recuperou a capacidade de obter financiamento, tanto localmente quanto no exterior”. <i>Jornal do Brasil</i> de 18 de setembro de 2017 (PETROBRAS ANUNCIA EMISSÃO..., 2017).</p>

Continua

Governo petista	Governo Temer
<p>Com sua política de preços, deixou a estatal sendo a mais endividada do mundo</p> <p>“Os escândalos de corrupção na Petrobras e sua política de preços levaram a estatal brasileira a ser a empresa de petróleo mais endividada do mundo [...]. ‘Essa política custou à empresa bilhões de dólares e contribuiu para convertê-la na empresa petroleira mais endividada do mundo’, constatou a OMC. De acordo com o informe, a ‘política parece ter provocado nos últimos anos uma perda nas vendas de petróleo de cerca de R\$ 60 bilhões (US\$ 17,4 bilhões)’”. <i>O Estado de São Paulo</i> de 17 de julho de 2017 (CHADE, 2017).</p>	<p>Que tem uma nova política de preços</p> <p>“A OMC admite que, em 2016, a estatal anunciou uma nova política para determinar os preços da gasolina e diesel nas refinarias. De acordo com a nova política, os preços de petróleo se atualizam a cada mês, sobre a base das variações dos preços internacionais, da taxa de juros, as margens de transporte e condições do mercado nacional, além de não se permitir que caiam abaixo da paridade internacional”. <i>O Estado de São Paulo</i> de 17 de julho de 2017 (CHADE, 2017).</p> <p>“A mudança é excelente, pois tornará a Petrobras mais sustentável. Os preços serão colocados conforme as variações dos seus custos operacionais”. Arilda Teixeira, economista, em <i>A Gazeta</i> de 1º de julho de 2017 (p. 20).</p>
<p>Deixou os investimentos paralisados</p> <p>“Os ministros presentes destacaram em seus discursos a possibilidade de retomada dos investimentos no setor de petróleo e gás após anos de paralisia. E exaltaram mudanças promovidas pelo governo Michel Temer para atrair as companhias estrangeiras do setor”. <i>Folha de S.Paulo</i> de 27 de setembro de 2017 (PAMPLONA, 2017a).</p>	<p>Mudou para atrair as companhias estrangeiras</p> <p>“Os ministros presentes destacaram em seus discursos a possibilidade de retomada dos investimentos no setor de petróleo e gás após anos de paralisia. E exaltaram mudanças promovidas pelo governo Michel Temer para atrair as companhias estrangeiras do setor”. <i>Folha de S.Paulo</i> de 27 de setembro de 2017 (PAMPLONA, 2017a).</p>
<p>Um governo que subsidiava e interferia</p> <p>“A ANP (Agência Nacional do Petróleo) prepara mudanças na regulamentação do mercado de GLP (gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha) que podem pôr fim a política de subsídio ao consumidor residencial instituída em 2005 pelo governo Lula [...]”. <i>Folha de S.Paulo</i> de 18 de agosto de 2017 (PAMPLONA, 2017b).</p> <p>“[...] Essa é uma atitude oposta ao que vinha sendo praticada no Brasil desde os governos de Lula e Dilma. Havia interferência sistemática desses no processo de definição dos preços dos derivados de petróleo”. <i>A Gazeta</i> de 1º de julho de 2017 (p. 20).</p>	<p>Um governo que tem autonomia e é independente</p> <p>“[...] Desde julho, na tentativa de barrar a concorrência de importadores, a Petrobras alinha os preços dos combustíveis nas suas refinarias aos dos mercados internacionais. De um lado, demonstra autonomia em relação ao governo federal, que nas gestões do PT conteve os preços para segurar a inflação”. <i>O Estado de São Paulo</i> de 13 de novembro de 2017 (LUNA; NUNES; NEDER, 2017).</p> <p>“Segundo Sérgio Lazzarini, professor do Insper, mais importante do que as mudanças que foram colocadas em prática para aderir ao programa, é o sinal que a Petrobras emite de que a gestão está cada vez mais independente de eventuais influências do governo, seu principal acionista”. <i>O Estado de São Paulo</i> de 8 de julho de 2017 (LARGHI, 2017).</p>

Continua

Governo petista	Governo Temer
<p>Uma administração da Petrobras corrupta</p> <p>“[...] Em 2014, quando a Operação Lava Jato desvendou um esquema de subornos de políticos e diretores da estatal para desvio de milhões através de contratos fraudados, as ações da estatal valiam R\$ 214 bilhões. Em setembro de 2015, o valor das ações já havia recuado para R\$ 93,1 bilhões e, em fevereiro de 2016, caiu para R\$ 67,6 bilhões, segundo dados da Economática. Ontem, o valor de mercado da Petrobras já estava em R\$ 223,3 bilhões”. <i>O Globo</i> de 14 de novembro de 2017 (AÇÔES..., 2017).</p>	<p>Um governo que não quer aumentar impostos, só o fez por causa da crise</p> <p>“O presidente resistia ao aumento de tributos, mas acabou cedendo porque, com a crise política, não foi possível aprovar a reforma da Previdência ou medidas que trariam mais receitas extraordinárias, como o programa de refinanciamento de dívidas de empresas com a Receita”. <i>Folha de S.Paulo</i> de 25 de julho de 2017.</p>
<p>Um governo ideológico que atrapalhou o desenvolvimento da Estatal</p> <p>“[...] Moreira Franco disse que hoje é um dia extremamente importante para a economia brasileira. Segundo ele, o leilão é um esforço da retomada do crescimento. [...] Moreira Franco criticou o governo anterior. Segundo ele, por uma questão de ideologia, as rodadas de petróleo foram suspensas, atrasando o desenvolvimento do setor de óleo e gás”. <i>O Globo</i> de 27 de setembro de 2017 (ORDOÑEZ; ROSA; BRANDÃO, 2017).</p> <p>“As dificuldades que o setor passava e a projeção de desastre que se avizinhava em função de uma legislação equivocada cheia de atalhos e erros em que a ideologia substituiu a racionalidade aritmética e o bom senso. [...]”. <i>O Globo</i> de 27 de setembro de 2017 (ORDOÑEZ; ROSA; BRANDÃO, 2017).</p>	<p>Um governo que está reduzindo a dívida da empresa</p> <p>“[...] Além disso, a Petrobras prosseguiu no processo de redução da dívida, que chegou a R\$ 359,412 bilhões ao fim de setembro, 7 % menos do que o registrado no fim de 2016”. <i>O Estado de São Paulo</i> de 13 de novembro de 2017 (LUNA; NUNES; NEDER, 2017).</p>
<p>Empresa que não foi bem gerida</p> <p>“Não existe maldição do petróleo. O que existe é a maldição da Petrobras. A empresa não foi bem e está sendo resgatada pelo Pedro Parente (atual presidente da estatal)”. <i>O Estado de São Paulo</i> de 6 de novembro de 2017 (NUNES, 2017).</p>	<p>Empresa que está sendo resgatada</p> <p>“Não existe maldição do petróleo. O que existe é a maldição da Petrobras. A empresa não foi bem e está sendo resgatada pelo Pedro Parente (atual presidente da estatal)”. <i>O Estado de São Paulo</i> de 6 de novembro de 2017 (NUNES, 2017).</p>

Continua

Governo petista	Governo Temer
<p>Um governo centralizado que tinha uma abertura envergonhada</p> <p>“[...] Oddone [...]. Em sua opinião, o governo petista ‘fazia uma abertura envergonhada’, enquanto, com Temer, há ‘um processo consciente de atração de investimento’”. <i>O Estado de São Paulo</i> de 27 de setembro de 2017 (LUNA; NUNES, 2017).</p>	<p>Um governo consciente</p> <p>“[...] Oddone [...]. Em sua opinião, o governo petista ‘fazia uma abertura envergonhada’, enquanto, com Temer, há um processo consciente de atração de investimento’”. <i>O Estado de São Paulo</i> de 27 de setembro de 2017 (LUNA; NUNES, 2017).</p>
<p>Com uma legislação equivocada</p> <p>“As dificuldades que o setor passava e a projeção de desastre que se avizinhava em função de uma legislação equivocada cheia de atalhos [...]”. <i>O Globo</i> de 27 de setembro de 2017 (ORDOÑEZ; ROSA; BRANDÃO, 2017).</p>	<p>Que tem boa imagem</p> <p>“A Petrobras aproveitou o bom momento do mercado financeiro e a melhora de imagem conquistada nos últimos meses para dar continuidade à mudança de perfil do seu endividamento”. <i>O Estado de São Paulo</i> de 18 de setembro de 2017 (NUNES; LUNA, 2017).</p>
	<p>Que começa a recuperar seu valor de mercado</p> <p>“[...] Com resultados mais positivos, a Petrobras começa a recuperar seu valor de mercado. Em 2014, quando a Operação Lava Jato desvendou um esquema de subornos de políticos e diretores da estatal para desvio de milhões através de contratos fraudados, as ações da estatal valiam R\$ 214 bilhões. Em setembro de 2015, o valor das ações já havia recuado para R\$ 93,1 bilhões e, em fevereiro de 2016, caiu para R\$ 67,6 bilhões, segundo dados da Economática. Ontem, o valor de mercado da Petrobras já estava em R\$ 223,3 bilhões”. <i>O Globo</i> de 14 de novembro de 2017 (AÇÕES..., 2017).</p>
	<p>Com um ambiente que estimula o desenvolvimento com segurança jurídica</p> <p>“As dificuldades que o setor passava e a projeção de desastre que se avizinhava em função de uma legislação equivocada cheia de atalhos e erros em que a ideologia substituída a racionalidade aritmética e o bom senso e isso tudo foi corrigido com as mudanças regulatórias promovidas pelo atual governo que hoje tem um ambiente que estimula o desenvolvimento de negócios com segurança jurídica, principalmente”. <i>O Globo</i> de 27 de setembro de 2017 (ORDOÑEZ; ROSA; BRANDÃO, 2017).</p>

Continua

Governo petista	Governo Temer
	<p>Que passa confiança</p> <p>“O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, também se pronunciou durante a abertura do evento. Segundo ele, o leilão é uma prova do voto de confiança que a indústria de óleo de gás está dando no país”. <i>O Globo</i> de 27 de setembro de 2017 (ORDOÑEZ; ROSA; BRANDÃO, 2017).</p>
	<p>Um governo que luta pelo crescimento e desenvolvimento de forma responsável</p> <p>“O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, também se pronunciou [...]. ‘Não são quatro nem oito anos de mandato do presidente Michel Temer. São apenas 16 meses. Se esse não é um dia histórico, não sei o que é. Preciso agradecer a todo o setor de óleo de gás pela confiança, pela aposta que vocês fazem no Brasil. O País ainda tem muitos problemas que tiram nossa competitividade, mas trabalhamos com muitas mãos para poder continuar fazendo valer esse voto de confiança. O governo tomou a decisão pelo crescimento, e pelo desenvolvimento, de forma responsável e sustentável’”. <i>O Globo</i> de 27 de setembro de 2017 (ORDOÑEZ; ROSA; BRANDÃO, 2017).</p>

(*) Alguns trechos das matérias dos jornais foram repetidos em temas diferentes, pois têm significados diversos.

Elaboração própria.

Faremos, para concluir, alguns breves comentários sobre o resumo das abordagens duais e instrumentais dos jornais analisados (Quadro 7), que demonstram de qual lado eles estão.

Nesses discursos, sobressai uma afirmação sobre os governos petistas de um jurista, mas várias outras matérias e artigos retomaram esse tema, de que se preparava com o PT “um golpe de Estado”. Por mais incrível que pareça, fala-se de um partido que ganhou legitimamente nas eleições de 2014 para a presidência da República e que foi derrubado por um golpe no parlamento com apoio das “elites”, da grande mídia, do Poder Judiciário, dos procuradores da Lava Jato e do partido dos militares, naquilo que ficou conhecido como o mais vergonhoso exemplo do nível de negociatas e de absurdos pronunciados no parlamento brasileiro, onde os deputados dedicavam os votos contra

o governo Dilma a Deus, à família, a um Brasil melhor, com elogios a torturadores da ditadura, num processo comandado pelo deputado Eduardo Cunha, que chantageou o governo e que teve as mãos deixadas livres pelo Poder Judiciário, para articular a derubada da presidente Dilma Rousseff. Pois bem, esse governo que sofreu um golpe, segundo o jornal que entrevista um obscuro jurista e professor, “estaria promovendo um golpe”. O nível de má-fé e de manipulação beira as raias do absurdo.

Da mesma forma, a redução da Petrobras e de toda sua diretoria e gerências ao envolvimento em “uma roubalheira” generalizada, como demonstramos, é totalmente inverídica, pois envolvia alguns diretores de alguns setores que, em parte, estavam presentes na Petrobras muito antes dos governos do PT. O que foi desviado da Petrobras realmente é muito inferior ao que se afirma nos discursos e exagerações das matérias difundidas pelos jornais, muitas vezes contraditórias e tendenciosas. Assim, vários títulos dos jornais, quando falavam das perdas da Petrobras em razão da conjuntura do preço internacional do petróleo e do sobre-endividamento da empresa, colocavam em relevo o fato de ela ter prejuízos “por causa da corrupção”. Ora, sem desmerecer a importância dos desvios de dinheiro que indicamos, eles eram extremamente limitados e não eram suficientes para colocar em dificuldade uma empresa do porte da Petrobras.

A defesa da política de preços dos combustíveis do governo Temer contra aquela dos governos do PT beira o cinismo, pois despreza totalmente a população consumidora de gás, gasolina e óleo diesel que foi atingida por essa política, que continua no governo Bolsonaro e pode provocar rebeliões e greves que colocam em perigo as próprias elites, como a greve dos caminhoneiros. Tal defesa demonstra uma limitação estrutural dos jornais em ir além da famosa “liberdade de mercado e concorrência”, mesmo se o povo paga a conta. O discurso dominante em relação às políticas de preços dos governos do PT era de que eles “subsidiavam a Petrobras e interferiam nela”, mas o que seria esperado é que esses preços deveriam ser deixados ao bel-prazer do mercado, como fez o governo Temer e o faz o governo Bolsonaro. Da mesma forma, os discursos dos jornais indicavam que o governo Temer permitiu a concorrência das multinacionais no Brasil em relação à distribuição de combustíveis, notadamente as norte-americanas, e que, por isso mesmo, ele seria “mais autônomo e independente” que os governos do PT. Isso é inverter a lógica do raciocínio e creditar a um governo submisso aos grandes capitais nacionais e internacionais a pecha de “autônomo”, sobretudo quando se pensa que, com o propósito – agora sendo

realizado pelo governo Bolsonaro – de privatizar as refinarias da Petrobras, as quais garantem o abastecimento nacional de derivados do petróleo, se reduziu a produção dessas refinarias para permitir que empresas multinacionais adentrassem o mercado quando da “nova política” de Temer e da direção da ANP.

O discurso (explicitado no Quadro 7) que repercutiu as falas dos ministros do governo Temer, de que o “investimento ficou paralisado por anos” durante os governos do PT, reflete no mínimo falta de memória, pois os maiores investimentos da história da empresa em pesquisa e exploração de petróleo foram feitos exatamente durante os governos do PT e em particular no pré-sal, como vimos, até o estouro da crise econômica e política em 2012-2014. Por outro lado, os jornais elogiam a “atração das empresas estrangeiras” para o mercado do petróleo e, assim, mostram muito bem o que é que aprovam.

Os discursos restantes das matérias dos jornais que revelamos (Quadro 7), em que está grafado que a Petrobras era “mal gerida” durante os governos do PT, que o governo era “centralizado” e tinha “uma abertura envergonhada” aos capitais internacionais e que a legislação aprovada durante esses governos era “equivocada”, devem ser contrapostos àqueles, dos mesmos jornais, que afirmavam que a administração da Petrobras sob Temer estava “sendo resgatada”, que a empresa “tinha boa imagem”, que ela começava a “recuperar seu valor de mercado” num “ambiente que estimula o desenvolvimento com segurança jurídica”, com um governo que “passa confiança” e que luta “pelo crescimento e desenvolvimento de forma responsável”.

Esses qualificativos presentes, sobretudo, nos grandes jornais nacionais e repetidos pelos jornais locais nos dizem, por si próprios, quantos equívocos, mentiras e manipulações foram operados pela grande mídia impressa comercial; demonstram, dessa forma, sem equívocos, de que lado estão esses jornais no campo da economia e da política. Fica claro aqui que o que se quer é privatizar a empresa, e para tanto se apoiava o governo Temer, que se beneficiou com o golpe contra Dilma Rousseff e que iniciou um ataque em regra aos direitos dos trabalhadores e uma “abertura” aos capitais internacionais e que, em consequência, provocou demissões em massa no setor do petróleo e uma redução acentuada dos investimentos, continuando e aprofundando a maior crise que a Petrobras já conheceu, o que não resultou, nem resultará, em “crescimento”. A cartilha neoliberal não funcionou e não funcionará, e o “crescimento” não veio. Mas, agora em tempos de Bolsonaro,

deve-se acabar o serviço de tudo privatizar e de destruir a legislação de proteção do trabalho para, enfim, se acessar o prometido e “radiante crescimento econômico”.

Para compreender a importância da imprensa nos acontecimentos políticos e econômicos pós-2013, particularmente no que diz respeito ao ano de 2017, à crise econômica e política e aos discursos sobre a Petrobras, poderíamos fazer nossas as palavras de Jessé Souza (2017, p. 209-210) sobre o “conluio da grande mídia com a Lava Jato”:

[...] quem mais contribuiu para a crise atual, tanto econômica quanto política, assim também para a própria crise entre poderes, foi a própria Globo, juntamente com toda a grande mídia, que ela comanda ao construir a pauta da mídia como um todo. Teríamos de começar por analisar seu papel no golpe e pós-golpe, portanto, já que todo o descalabro foi feito em consequência da mentira midiaticamente produzida.

Jessé Souza (2017, p. 209-234) expõe esse conluio da grande mídia com a Operação Lava Jato e com a “elite do dinheiro e do atraso” que compõe as classes dominantes brasileiras, cooptando as classes médias brasileiras como forma de legitimação de seu poder em nome de uma moralidade no combate a uma corrupção do Estado, que seria patrimonialista. Mas fizeram isso escamoteando que as empresas midiáticas, bem como o grande patronato, fazem parte do jogo e que forjaram uma aliança para impor transformações econômicas e políticas, como nos revela o Quadro 7, maniqueístas, mostrando bem os interesses na desconstrução de uma empresa de capital aberto e controlada pelo Estado, procurando defender os interesses das empresas estrangeiras, sobretudo as multinacionais dos EUA, o que continua de maneira acentuada no governo Bolsonaro, que vai ao coração da indústria do petróleo americano, Dallas, no Texas, fazer apelos aos industriais norte-americanos do setor para aqui investir, enquanto a Petrobras é desestruturada e vendida aos pedaços, assim como as reservas mais importantes de petróleo são gradualmente alienadas.

Para Jessé Souza, a história da sociedade brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem a análise da função da mídia e da imprensa conservadora. Conforme escreve o autor, “é a grande mídia que irá assumir a função dos antigos exércitos de cangaceiros, que é assegurar e aprofundar a dominação da elite dos proprietários sobre o restante da população”, e isso é feito por meio da “colonização das consciências e da violência simbólica” (SOUZA, 2017, p. 214). Souza afirma que nos

últimos anos se construiu no Brasil um estado social instável, que proliferou sobre as bases da já problemática concentração de poderes econômicos e sociais e culminou na destruição de um relativo Estado de bem-estar social.

O momento atual parece ser de uma revanche, em que os neoliberais instrumentalizam o neoconservadorismo para impor “reformas” que representam ataques aos direitos e bens coletivos. O petróleo e a Petrobras fazem parte do pacote. Mas, como notamos, depois de produzir em profusão matérias que martelam uma “verdade”, os jornais “esquecem” suas posições passadas e passam para outra coisa; assim, na profusão das mensagens, sobressaem as matérias enviesadas e uma história reescrita a partir dos interesses econômicos do presente, interferindo concretamente nos destinos sociais de uma empresa e de um setor, que pertence ao patrimônio comum, riqueza do solo brasileiro, cujo destino deveria ser decidido pelos brasileiros e não pelos burocratas e autocratas do Estado-empresa.

Como diz Jessé Souza, a cruzada contra a corrupção da grande mídia com a Lava Jato, que tem como centro a própria Petrobras, “feriu de morte nosso jovem experimento democrático” (2017, p. 214), criminalizando a bandeira da igualdade social e camuflando os interesses da própria Lava Jato e da mídia, colonizando a capacidade de reflexão e favorecendo a venda da Petrobras e das reservas de petróleo do pré-sal às multinacionais. O que assistimos, e a mídia revela, aquilo que aparentemente seria “escondido”, é que se enaltece a perda de autonomia da Petrobras e de outras empresas brasileiras frente às multinacionais e ao poder norte-americano e do “mercado” sob a cobertura de um combate à corrupção; assim, construiu-se uma predação legitimada pela moral à geometria variável e apoiada numa máquina de guerra da notícia, que insuflou parcelas da população brasileira a combater os resultados da própria democracia e a própria Constituição. Mas o risco que estamos vivenciando hoje é que, uma vez retirado o “monstro” da garrafa, não se tem mais controle sobre ele, e hoje, com o governo Bolsonaro, beiramos o abismo do inominável. Talvez seja tarde demais para parar a escalada da destruição, ou não, talvez consigamos reverter e dar um salto na defesa radical da democracia e da soberania – somente o futuro dirá.

Os jornais, como mediadores do discurso social, não deixaram de imprimir suas marcas, seus posicionamentos e julgamentos sobre a Petrobras e os problemas que a cercam. Realizamos uma pesquisa de análise de discurso, mas também de conteúdo, que foi complementada com os discursos extratextuais de pesquisadores, que correlacionaram

e contextualizaram as matérias jornalísticas, procurando ver o sentido e o que revelam o visível e o enunciado. Como vimos, e concordando com Charaudeau (2007, p. 19), “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”. Operando num universo das conivências e de um jornalismo de “mercado”, como indica Serge Halimi (1998), os jornais seriam os “novos cães de guarda” do neoliberalismo. Assim, as lavagens de cérebro cotidianas empreendidas pelas mídias dominantes manipulam verdades e instauram crenças.

As coisas chegaram a um tal patamar que, mesmo a relativa, instrumental e aparente “neutralidade” (em que as mídias buscam dar forma a um ponto de vista dominante, mas respeitando, à margem, uma certa opinião divergente para justamente legitimar o que defendem) foi reduzida. Não se tem mais nenhum “faz de conta”. Um jornalista apresentador do *Jornal do SBT* disse (na edição das 20 horas, no dia 20 de maio de 2019), a propósito dos projetos relativos à mudança na previdência social do governo Bolsonaro, que, “se a reforma da previdência não for aprovada, a economia vai se dissolver”!

Esse discurso de chantagem e intimidação foi construído com a Petrobras e está sendo preparado para a privatização dessa empresa e também dos últimos bastiões da presença do Estado na economia brasileira, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, a Eletrobras, a Embraer e o BNDES, entre outros, que permitiram no passado aos governos (e, no nosso caso analisado mais recente, àquele do PT) terem alguma autonomia na aplicação de algumas políticas de redistribuição social e de investimento, sobretudo em *commodities* e em energia e na cadeia do petróleo. Essas empresas estão sendo privatizadas ou são ameaçadas de privatização a um ritmo alucinante, pois os mercados têm pressa; priva-se, assim, o Estado de ferramentas para realizar uma política anticíclica e de construção de uma relativa soberania nacional *vis-à-vis* do império norte-americano. Qual será o paradeiro disso tudo?

Referências

55% dos brasileiros são contra privatização da Petrobras, diz Datafolha. **G1**, 30 maio, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/55-dos-brasileiros-sao-contra-privatizacao-da-petrobras-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ACORDO Petrobras/EUA é inconstitucional e poderia ser anulado pelo STF. **Aepet**, Rio de Janeiro, 22 maio 2019. Disponível em: <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/3171-acordo-petrobras-eua-e-inconstitucional-e-poderia-ser-anulado-pelo-stf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

A FALÁCIA da privatização. **Aepet**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2019. Disponível em <http://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2953-falacia-da-privatizacao-para-reducao-da-divida>. Acesso em: 15 fev. 2021.

A GAZETA. Vitória: Rede Gazeta, 1928-.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Royalties**. Rio de Janeiro: ANP, 2020. Disponível em <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/royalties>. Acesso em: 9 fev. 2021.

A ÍNTEGRA do acordo de leniência entre a Petrobras e os EUA, em português. **Aepet**, Rio de Janeiro, 14 maio 2019. Disponível em: <https://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/3128-a-integra-do-acordo-de-leniencia-entre-a-petrobras-e-os-eua-em-portugues>. Acesso em: 15 fev. 2021.

ANP divulga volumes esperados para o excedente da cessão onerosa. **ANP**, Rio de Janeiro, 3 nov. 2017. Disponível em <http://www.anp.gov.br/noticias/4132-anp-divulga-volumes-esperados-para-o-excedente-da-cessao-onerosa>. Acesso em: 6 dez. 2018.

ANP publica pré-edital da Rodada do Excedente da Cessão Onerosa. **ANP**, Rio de Janeiro, 13 jun. 2019. Disponível em <http://www.anp.gov.br/noticias/5231-anp-publica-pre-edital-da-rodada-do-excedente-da-cessao-onerosa>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ANUÁRIO estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2014. Rio de Janeiro: ANP, 2014. Disponível em: http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/anuario-estatistico/2014/Anuario_estatistico_2014.pdf. Acesso em: 6 fev. 2021.

ANUÁRIO estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2016. Disponível em: http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/Anuario_Estatistico_ANP_2016.pdf. Acesso em: 7 fev. 2021.

ANUÁRIO estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2017. Disponível em: http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/anuario-estatistico/2018/anuario_2018.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

ANUÁRIO estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2018. Rio de Janeiro: ANP, 2018. Disponível em: http://www.anp.gov.br/images/publicacoes/anuario-estatistico/2018/anuario_2018.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

ARCELORMITTAL. **A ArcelorMittal Tubarão no Espírito Santo**: sumário – 2017. Vitória: Gerência de Comunicação e Imagem, 2017. Disponível em: <https://brasil.arcelormittal.com/sala-imprensa/publicacoes-relatorios/tubarao/sumario-a-arcelormittal-tubarao-no-espírito-santo-2017>. Acesso em: 9 fev. 2021.

AS MENSAGENS secretas da Lava Jato. **The Intercept Brasil**, 2019-2021. Série de reportagens. Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ASSINAMOS acordo para encerrar *class action* nos EUA. **Fatos e Dados**, 3 jan. 2018. Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/assinamos-acordo-para-encerrar-class-action-nos-eua.htm>. Acesso em: 22 fev. 2021.

A TRIBUNA. Vitória: Rede Tribuna, 1938-.

AVALIAÇÃO da iniciativa de privatização da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG). **Aepet**, Rio de Janeiro, 29 maio 2019. Disponível em: <https://aepet.org.br/w3/index.php/2017-03-29-20-29-03/cartas-da-aepet/item/2965-avaliacao-da-iniciativa-de-privatizacao-da-transportadora-associada-de-gas-s-a-tag>. Acesso em: 18 dez. 2020.

A VENDA da Liquigás: atualização do teaser. **Agência Petrobras**, 5 abr. 2019. Disponível em: https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=980727. Acesso em: 9 fev. 2021.

ÁVILA, Ronan. **Bacia do Espírito Santo**: sumário geológico e setores em oferta. Rio de Janeiro: SDB/ANP, 2015. Disponível em: http://rodadas.anp.gov.br/arquivos/Round_13/areas_oferecidas_r13/Sumarios_Geologicos/Sumario_Geologico_Bacia_Espirito_Santo_R13.pdf. Acesso em: 7 fev. 2021.

AZEVEDO, Paola. A desarticulação do parque tecnológico de petróleo. In: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (org.). **Energia e petrolíferas globais**: transformações e crise. Rio de Janeiro: Inep: Flacso, 2018, p. 115-120.

BARROS, Diana Luz Pessoa. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

BBC NEWS BRASIL. São Paulo: BBC Brasil, 1938-. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese>.

BLANCO, Kenneth. **Acting assistant attorney general Kenneth A. Blanco Speaks at the Atlantic Council inter-american dialogue event on lessons from Brazil: crisis, corruption and global cooperation. The United States Department**

of Justice, Washington, DC, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://www.justice.gov/opa/speech/acting-assistant-attorney-general-kenneth-blanco-speaks-atlantic-council-inter-american-1>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BLOCO. *In*: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Glossário**. Brasília: ANP, 2019. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/glossario#gloss-B>. Acesso em: 7 dez. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. *Seguido de: A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos*.

BOURDIEU, Pierre. **Sur l'État**. Cours au Collège de France, 1989-1992. Paris: Seuil, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 78, de 2018**. Altera a Lei n. 12.276, de 30 de junho de 2010, para permitir à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) a transferência parcial a terceiros de áreas contratadas no regime de cessão onerosa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018a. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133943>. Acesso em: 4 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Energética. **Exposição de motivos** [n. 27 e n. 28, de 22 de maio de 2019. Aprovam as resoluções CNPE n. 10 e n. 11, de 21 de maio de 2019]. Brasília: CNPE, 2019a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/conselho-nacional-de-politica-energetica-cnpe-121599347>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução n. 1, de 24 de junho de 2014**. Aprovar a contratação direta da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para produção de petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal, no regime de partilha de produção, e dá outras providências. Brasília: CNPE, 2014. Disponível em: http://antigo.mme.gov.br/documents/36074/252491/Resolucao_CNPE_01_2019.pdf/03382cb6-845b-d47b-6f26-97e0f2dfd89d. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução n. 2, de 28 de fevereiro de 2019**. Estabelece diretrizes para a realização da rodada de licitações sob o regime de partilha de produção para os volumes excedentes aos contratados no regime de cessão onerosa. Brasília: CNPE, 2019b. Disponível em: http://antigo.mme.gov.br/documents/36074/252491/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CNPE_02_2019.pdf. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução n. 6, de 17 de abril de 2019**. Aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos volumes excedentes ao contrato da cessão onerosa para realização da rodada de licitações sob o regime de partilha de produção. Brasília: CNPE, 2019c. Disponível em: http://antigo.mme.gov.br/documents/36074/252491/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CNPE_06_2019_alterada_RES_20_2019.pdf/fecea827-ff20-e8f8-457c-d947d15f5152. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução n. 13, de 11 de junho de 2019**. Altera a Resolução CNPE n. 2, de 28 de fevereiro de 2019, que estabelece diretrizes para a realização da rodada de licitações sob o regime de partilha de produção para os volumes excedentes aos contratados no regime de cessão onerosa. Brasília: CNPE, 2019d. Disponível em: http://antigo.mme.gov.br/documents/36074/252491/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CNPE_13_2019.pdf/dd16a357-fa18-6787-0ba7-44fdad-c8a88c. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 2.705, de 3 de agosto de 1998**. Define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais de que trata a Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997, aplicáveis às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2705.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997**. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.276, de 30 de junho de 2010.** Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12276.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.351 de 22 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12351.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.734, de 30 de novembro de 2012.** Modifica as Leis n. 9.478, de 6 de agosto de 1997, e n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos *royalties* e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12734.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.858, de 9 de setembro de 2013.** Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *caput* do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12858.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.365, de 29 de novembro de 2016.** Altera a Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13365.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Notícias.** Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias>. Acesso em: 3 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Portaria n. 213, de 23 de abril de 2019.** Estabelece diretrizes para o cálculo da compensação devida à Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras pelos investimentos realizados nos Campos de Búzios, Atapu, Itapu e Sépia, em decorrência da licitação dos volumes excedentes ao contratado no âmbito da Cessão Onerosa. Brasília: MME, 2019e. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-213-de-23-de-abril-de-2019-*--83479907. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Portaria n. 251, de 13 de junho de 2019.** [Altera a Portaria MME n. 213, de 23 de abril de 2019]. Brasília: MME, 2019f. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-251-de-13-de-junho-de-2019-163604069>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade n. 4917.** Relatora: Min. Cármen Lúcia. Brasília: STF, 2013-. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4379376>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade n. 5624.** Relator: Min. Ricardo Lewandowski. Brasília: STF, 2016-. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5093069>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida cautelar na reclamação 33.292 (895).** Relator: Min. Edson Fachin. Decisão. Brasília: STF, 2019g. Disponível em: <https://>

www.jusbrasil.com.br/diarios/236782029/stf-11-04-2019-pg-164?ref=previous_button. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL 247. São Paulo, 2011-. Disponível em: <https://www.brasil247.com/>.

BRASIL produziu 3,19 MMboe/d de petróleo e gás em agosto. **ANP**, Rio de Janeiro, 1º out. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/brasil-produziu-3-19-mmboe-d-de-petroleo-e-gas-em-agosto. Acesso em: 6 dez. 2018.

BRETAS, Ana Maria *et al.* Dependência das rendas petrolíferas nos municípios do RJ. **GeoUerj**, n. 35, p. 1-29, 2019.

BRITISH PETROLEUM. **BP annual report 2020**. London: BP, 2020. Disponível em: <https://www.bp.com/en/global/corporate/investors/results-and-reporting/annual-report.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRITISH PETROLEUM. **BP statistical review of world energy**. 67th ed. London: BP, 2018.

BRITO, Ricardo. Fachin, do STF, suspende processo de venda de refinarias da Petrobrás e TAG. **Aepet**, Rio de Janeiro, 27 maio 2019. Disponível em: <http://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/3194-fachin-do-stf-suspende-processo-de-venda-de-refinarias-da-petrobras-e-tag>. Acesso em: 28 maio 2019.

CALDEIRAS, Bárbara. Petrobras aprova negociação com ANP para unificação do Parque das Baleias. **ESHoje**, 13 ago. 2018. Disponível em: <https://eshoje.com.br/petrobras-aprova-negociacao-com-anp-para-unificacao-do-parque-das-baleias>. Acesso em: 8 fev. 2019.

CARVALHO NETTO, Reynaldo Carilo. O “Quarto poder” e censura democrática. **Observatório da Imprensa**, 24 set. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.org.br/coluna/11848-o-quarto-poder-e-censura-democratica>.

observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/_ed765_o_quarto_poder_e_censura_democratica/. Acesso em: 27 maio 2018.

CHADE, Jamil. Petrobrás passou a ser a empresa de petróleo mais endividada do mundo, alerta OMC. **Estadão**, 17 jul. 2017. Disponível em: <https://economia.estado.com.br/noticias/geral,petrobras-passou-a-ser-a-empresa-de-petroleo-mais-endividada-do-mundo-alerta-omc,70001892608>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOMSKY, Noam. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR). São Paulo, 1997-. ISSN 1809-2829. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/>.

COSTA, Rafael Rodrigues da; NOZAKI, William. A Petrobras e a nova política interna de gestão dos recursos humanos: meritocracia ou insegurança para o trabalhador? *In*: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (org.). **Energia e petrolíferas globais**: transformações e crise. Rio de Janeiro: Inep: Flacso, 2018. p. 107-113.

COUTINHO, Felipe. Décio Oddone (ANP) usa falácias para defender privatizações na Petrobras. **Aepet**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2019. Disponível em: <http://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/3068-decio-oddone-anp-usa-falacias-para-defender-privatizacoes-na-petrobras>. Acesso em: 28 maio 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Capitalisme et schizophrénie 2**. Mille plateau. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.

ENGIE mira mercado de gás com aquisição da TAG. **Exame**, 8 abr. 2019. Disponível em: <https://exame.com/negocios/engie-mira-mercado-de-gas-com-aquisicao-da-tag/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

EQUINOR. **Relatórios anual e de sustentabilidade da Equinor para 2020**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.equinor.com.br/pt/noticias/relatorios-anual-e-de-sustentabilidade-da-equinor-para-2020.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

EQUUS CONSULTORIA. **Painel municipal**. Disponível em: <http://aequus.com.br/painel-municipal/>. Acesso em: 3 jun. 2018.

ES GÁS. **A companhia**. Governança corporativa. 2020. Disponível em: <https://esgas.com.br/governanca-corporativa/>. Acesso em: 8 fev. 2021.

ESPÍRITO SANTO. **Lei n. 8.308, de 12 de junho de 2006**. Cria o Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais e dá outras providências. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2006. Disponível em: <http://www.sefaz.es.gov.br/Acordaos/lpext.dll/InfobaseAcordaos/leis/2006/lei8308.htm?fn=document-frame.htm&f=templates&2.0>. Acesso em: 2 fev. 2021.

ESPÍRITO SANTO. **Lei n. 10.955, de 13 de dezembro de 2018**. Autoriza o Poder Executivo a criar a sociedade de economia mista denominada Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás) e dá outras providências. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI109552018.html>. Acesso em: 8 fev. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Desenvolvimento. **Petróleo e gás natural**. Disponível em: http://antigo.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/petroleo_gas.aspx. Acesso em: 9 maio 2017.

ESTADO busca acordo para receber R\$ 1 bi. **A Tribuna**, Vitória, ano LXXIX, n. 26.392, p. 18, 19 jun. 2018.

FACHIN impede venda de refinarias na Petrobras e da TAG. **GGN**, 27 maio 2019. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/petroleo-e-gas/fachin-impede-venda-de-refinarias-da-petrobras-e-da-tag/>. Acesso em: 28 maio 2019.

FERREIRA, Wilson. Bombas semióticas brasileiras (2013-2016): por que aquilo deu nisso? **GGN**, 2 jul. 2017. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/midia/bombas-semioticas-brasileiras-2013-2016-por-que-aquilo-deu-nisso/>. Acesso em: 21 maio 2019.

FINDES; IDEIES. **Anuário da Indústria de Petróleo no Espírito Santo 2017**. Vitória, 2018. Disponível em: https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/005/original/Anuario_Petroleo-ES_2017_port.pdf?1550704330. Acesso em: 7 dez. 2020.

FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FOLHA DE S.PAULO. São Paulo, 1921-. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>.

FOLHA VITÓRIA. Vitória: Record, 2007-. Disponível em: <https://www.folhavitória.com.br/>.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FUP pretende questionar na Justiça a venda da TAG pela Petrobras. **Exame**, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://exame.com/negocios/fup-pretende-questionar-na-justica-a-venda-da-tag-pela-petrobras/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

GAZETA ONLINE. Vitória: Rede Gazeta, 1996-2019.

GERBELLI, Luiz Guilherme. Resultado do megaleilão da cessão onerosa deixou a desejar, dizem especialistas. **G1**, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/06/resultado-do-megaleilao-da-cessao-onerosa-deixou-a-desejar-dizem-especialistas.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2020.

GUIA OIL & GÁS BRASIL. Disponível em: <http://www.guiaoilegas.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

GOVERNANÇA. *In*: DICIONÁRIO infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/governanca>. Acesso em: 19. jul. 2018.

GOVERNO quer arrecadar R\$ 106,5 bilhões com leilão da cessão onerosa. **Exame**, 18 abr. 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/governo-quer-arrecadar-r-1065-bilhoes-com-leilao-da-cessao-onerosa/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

HALIMI, Serge. **Os novos cães de guarda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HENN, Ronaldo Cesar. **A gênese da notícia**: pauta como processo semiótico. 1994. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

HUMBERTO, Cláudio. Gasolina a R\$ 3,10. **A Tribuna**, Vitória, ano LXXVIII, n. 26.039, p. 33, 1º jul. 2017a.

HUMBERTO, Cláudio. Rombo na Petrobras equivale a 34 % do seu valor. **A Tribuna**, Vitória, ano LXXVIII, n. 26.079, p. 33, 10 ago. 2017b.

IBGE. **Projeção dos limites interestaduais em área marítima**. Relatório técnico. Rio de Janeiro: DGC/IBGE, 1988.

IBGE. **Projeto plataforma continental**. Relatório técnico. Rio de Janeiro: DGC/IBGE, 1986.

IBP. **Quem somos**. 2021. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

IDEIES. **Fato Econômico Capixaba**, Vitória, ano 1, n. 4, dez. 2017. Disponível em: https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/351/original/FEC_dezembro_2017.pdf. Acesso em: 23 nov. 2020.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1891-.

LAIER, Patrícia. [Entrevista]. **Carta Capital**, São Paulo, 15 ago. 2018.

LAIER, Patricia. Patrícia Laier explica a Cessão Onerosa. **Aepet**, Rio de Janeiro, 31 jan. 2019. Disponível em: <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2713-aepetv-patricia-laier-explica-a-cessao-onerosa>. Acesso em: 21 maio 2019.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**: ensaio de sociosemiótica. São Paulo: Educ: Pontes, 1992.

LANDOWSKI, Eric. O semioticista e seu duplo. *In*: OLIVEIRA, Ana Cláudia; LANDOWSKI, Eric (ed.). **Do inteligível ao sensível**: em torno da obra de A. J. Greimas. São Paulo: Educ, 1996.

LARGHI, Nathália. Petrobrás adere a novo modelo de governança por crédito mais barato. **Estadão**, 8 jun. 2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,petrobras-adere-a-novo-modelo-de-governanca-por-credito-mais-barato,70001831583>. Acesso em: 17 fev. 2021.

LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (org.). **Energia e petrolíferas globais: transformações e crise**. Rio de Janeiro: Ineep: Flacso, 2018.

LEÃO, Rodrigo; PINTO, Eduardo Costa. O que está por trás do aumento dos preços de combustíveis? *In*: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (org.). **Energia e petrolíferas globais: transformações e crise**. Rio de Janeiro: Ineep: Flacso, 2018. p. 131-134.

LEILÃO da cessão onerosa garante arrecadação de R\$ 70 bilhões. **Portal Gov.br**, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/energia-minerais-e-combustiveis/2019/11/leilao-da-cessao-onerosa-garante-arrecadacao-de-r-70-bilhoes>. Acesso em: 23 nov. 2020.

LEITE, Rogério Cezar de Cerqueira. A morte anunciada do petróleo. **Folha de S.Paulo**, 2 maio 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0205200409.htm>. Acesso em: 19 jan. 2020.

LEIRNER, Piero C. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**. Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020.

LIMA, Paulo César Ribeiro. **Análise da constitucionalidade e da legalidade das privatizações na Petrobras**. Curitiba: Appris, 2020.

MACHADO, Marco Antônio Pinheiro. **Pré-sal: a saga**. A história de uma das maiores descobertas mundiais do petróleo. Porto Alegre: L&PM, 2018.

MÁRCIO Félix é o novo vice-presidente executivo da Onip. **EPBR**, 6 mar. 2020. Disponível em: <https://epbr.com.br/marcio-felix-e-o-novo-vice-presidente-executivo-da-onip/>. Acesso em: 8 fev. 2021.

MARTÍNEZ ALBERTOS, José Luis. **El mensaje informativa**. Barcelona: ATE, 1977.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia: um produto à venda**. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MELO, José Marques de. **Comunicação, opinião e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.

METRO JORNAL ESPÍRITO SANTO. Vitória: Metro Jornal, 2014-.

MITCHELL Timothy. **Carbon democracy**. Le pouvoir politique à l'ère du pétrole. Paris: La Découverte, 2013.

MONIÉ, Frédéric. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, Rosélia (org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 257-285.

NASCIMENTO, Luciano. Petrobras assina acordo com o Cade para venda de refinarias. **Agência Brasil**, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-06/petrobras-assina-acordo-com-o-cade-para-venda-de-refinarias>. Acesso em: 22 dez. 2020.

NASSIF, Luis. Novo golpe a caminho: Cade impõe acordo ruinoso para Petrobras. **GGN**, 12 jun. 2019a. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/recado-nassif/novo-golpe-a-caminho-cade-impoe-acordo-ruinoso-para-petrobras/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

NASSIF, Luis. O caso TAG pode se converter em um megaescândalo, por Luis Nassif. **GGN**, 18 jun. 2019b. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/o-caso-tag-pode-se-converter-em-um-megaescandalo-por-luis-nassif/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

NASSIF, Luis. Wikileaks: como o DoJ preparou a Lava Jato e cooptou a Justiça brasileira. **GGN**, 29 mar. 2019c. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/justica/como-o-doj-preparou-a-lava-jato-e-cooptou-a-justica-brasileira-por-luis-nassif/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

NOTA DA AEPET sobre o resultado do 2º trimestre de 2019 da Petrobras. **Aepet**, Rio de Janeiro, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://aepet.org.br/w3/index>.

php/2017-03-29-20-29-03/cartas-da-aepet/item/ 3468-nota-da-aepet-sobre-o-re-sultado-do-2-trimestre-de-2019-da-petrobras. Acesso em: 15 fev. 2021.

NOTA SOBRE acordo entre Petrobras, departamento de justiça dos EUA (DoJ) e a força-tarefa da Lava Jato (MPF). **Aepet**, Rio de Janeiro, 27 mar. 2019. Disponí-vel em: <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/2017-03-29-20-29-03/cartas-da-aepet/item/2947-nota-sobre-acordo-entre-petrobras-departamento-de-justica-dos-eua-doj-e-a-forca-tarefa-da-lava-jato-mpf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

NOTÍCIA AGORA. Vitória: Rede Gazeta, 2000-2019.

NOZAKI, William. Os casos de corrupção das International Oil Companies (OIC). In: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (org.). **Energia e petrolíferas globais: trans-formações e crise**. Rio de Janeiro: Ineep: Flacso, 2018. p. 57-73.

NUNES, Fernanda. 'Maldição da Petrobrás' afeta o Rio, diz Rabello. **Estadão**, 6 nov. 2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nao-existe-a-maldicao-do-petroleo-existe-a-maldicao-da-petrobras-diz-presidente-do-bndes,70002073620>. Acesso em: 17 fev. 2021.

NUNES, Fernanda; LUNA, Denise. Emissão de títulos rende US\$ 2 bi à Petrobras. **Estadão**, 18 set. 2017. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,emissao-de-titulos-rende-us-2-bi-a-petrobras,70002006704>. Acesso em: 17 fev. 2021.

O ESTADO DE SÃO PAULO (ESTADÃO). São Paulo: Grupo Estado, 1995-. Dis-ponível em: <https://www.estadao.com.br/>.

O GLOBO. São Paulo: Grupo Globo, 1975-.

ONIP. **Institucional**. Nosso propósito. 2021. Disponível em: <https://www.onip.org.br/institucional/nosso-proposito>. Acesso em 8 fev. 2021.

ORDOÑEZ, Ramona; ROSA, Bruno; BRANDÃO, Marina. Diretor da ANP descarta restrição ambiental em áreas ofertadas em leilão. **O Globo**, 27 set. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/diretor-da-anp-descarta-restricao-ambiental-em-areas-ofertadas-em-leilao-21875683>. Acesso em: 5 fev. 2021.

PAMPLONA, Nicola. Governo abre leilão de petróleo com venda de áreas no Maranhão. **Folha de S.Paulo**, 27 set. 2017a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1922152-governo-abre-leilao-de-petroleo-com-venda-de-areas-no-maranhao.shtml>. Acesso em: 5 fev. 2021.

PAMPLONA, Nicola. Subsídio instituído pelo governo Lula ao gás de cozinha pode acabar. **Folha de S.Paulo**, 18 ago. 2017b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/1910880-subsidio-ao-gas-de-cozinha-pode-acabar.shtml>. Acesso em: 5 fev. 2021.

PAMPLONA, Nicola; ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Com alta do gás, 1,2 mi domicílios apelaram a lenha ou carvão em 2017. **Folha de S.Paulo**, 26 abr. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/04/com-alta-do-gas-12-mi-domicilios-apelaram-a-lenha-ou-carvao-em-2017.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2021.

PARTICIPAÇÃO do setor de petróleo e gás chega a 13 % do PIB brasileiro. **Fatos e Dados**, 17 jun. 2014. Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/participacao-do-setor-de-petroleo-e-gas-chega-a-13-do-pib-brasileiro.htm>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PETROBRAS. 2018a. Disponível em: www.petrobras.com.br/pt. Acesso em: 1 ago. 2018.

PETROBRAS. [Demonstrativos financeiros]. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/apresentacoes-relatorios-e-eventos/relatorios-anuais/>. Acessos em: 24 out. 2018 e 19 maio 2019.

PETROBRAS. **Principais subsidiárias e controladas** [em 2017]. 2017b. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principais-subsidiarias-e-controladas/outras-empresas-controladas-do-sistema-petrobras/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

PETROBRAS. **Relatório anual 2017**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2017c. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b-2de47d/relatorios-anuaiscentral-de-downloads/5ba8952f878edfdd19ec650a187d1ca-206d5f66b748ba7309e6f33344cfd8e26/relatorio_de_atividades_2011.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

PETROBRAS. **Relatório de atividades 2011**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2011. Disponível em: https://mz-filemanager.s3.amazonaws.com/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/relatorios-anuaiscentral-de-downloads/5ba8952f878edfdd19ec650a187d1ca206d5f66b748ba7309e6f33344cfd8e26/relatorio_de_atividades_2011.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

PETROBRAS INFORMA sobre proposta de desinvestimento da TAG. **Agência Petrobras**, 5 abr. 2019. Disponível em: https://www.agenciapetrobras.com.br/Materia/ExibirMateria?p_materia=980723&p_editoria=8. Acesso em: 14 dez. 2020.

PETRÓLEO BRENT FUTUROS. Dados históricos. **Investing.com**. Tortola: Fusion Media, 2007-2021. Disponível em: <https://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PIQUET, Rosélia (org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PRÉ-SAL PETRÓLEO. **A Pré-Sal Petróleo**. Governança corporativa. 2021. Disponível em: <https://www.presalpetroleo.gov.br/>. Acesso em: 8 fev. 2021.

PRESIDENTE da Aepet comenta decisão de Bolsonaro sobre o diesel. **Aepet**, Rio de Janeiro, 16 abr. 2019. Disponível em: <http://www.aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/3034-presidente-da-aepet-comenta-decisao-de-bolsonaro-sobre-o-diesel>. Acesso em: 19 abr. 2019.

PRIVATIZAÇÃO da TAG é questionada no STF e venda do ativo pode ser paralisada nos próximos dias. **Aepet**, Rio de Janeiro, 26 ma. 2019. Disponível em: <http://aepet.onlink.com.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/2942-privatizacao-da-tag-e-questionada-no-stf-e-venda-do-ativo-pode-ser-paralisada-nos-proximos-dias>. Acesso em: 19 abr. 2019.

PRODUÇÃO DE GÁS natural do Brasil é recorde em outubro. **ANP**, Rio de Janeiro, 3 dez. 2018. Disponível em <http://www.anp.gov.br/noticias/anp-e-p/4955-producao-de-gas-natural-do-brasil-e-recorde-em-outubro>. Acesso em: 6 dez. 2018.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO e gás natural em novembro. **Fatos e Dados**, 28 dez. 2018. Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/producao-de-petroleo-e-gas-natural-em-novembro-2C9E834D749C067D0174C41FEC262E77-00.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PRODUÇÃO NO PRÉ-SAL bate novo recorde e ultrapassa a barreira de 500 mil barris de petróleo por dia. **Fatos e Dados**, 1 jul. 2014. Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/producao-no-pre-sal-bate-novo-recorde-e-ultrapassa-a-barreira-de-500-mil-barris-de-petroleo-por-dia.htm>. Acesso em: 14 dez. 2020.

PUBLICIDADE federal sob Temer cresceu 490% na *Veja* e 1384% na *IstoÉ*. **Diário do Centro do Mundo**, 22 maio 2017. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/publicidade-federal-sob-temer-cresceu-490-na-veja-e-1384-na-istoe/>. Acesso em: 17 fev. 2021.

REBELO, José. **O discurso do jornal**: o como e o porquê. Lisboa: Notícias, 2000.

RESULTADOS econômicos de Sépia e Atapu ainda não são convincentes, diz Wood Mackenzie. **EPBR**, 3 nov. 2021. Disponível em: <https://epbr.com.br/resultados-economicos-de-sepia-e-atapu-ainda-nao-sao-convincentes-diz-wood-mackenzie/>. Acesso em: 6 dez. 2021.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **La construcción de la noticia**. 2. ed. Barcelona: Paidós, 1993.

ROSA, Gustavo. Combate à corrupção na Petrobras: quando interesses geopolíticos, econômicos e de política doméstica se entrelaçam. **GGN**, 20 jan. 2018. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/artigos/o-combate-a-corrupcao-na-petrobras-quando-interesses-geopoliticos-economicos-e-de-politica-domestica-se-entrelacam/>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SAUER, Ildo Luís; ESTRELLA, Guilherme de Oliveira. **Nota técnica**: avaliação do leilão do óleo excedente dos campos da cessão onerosa. São Paulo: USP, 2019.

SAUER, Ildo Luís; RODRIGUES, Larisa Araújo. Pré-sal e Petrobras. Além dos discursos e mitos: disputas; riscos e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 185-229, dez. 2016.

SÉCULO DIÁRIO. Vitória, 2000-. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/>.

SERODIO, Guilherme. São Paulo deve passar Espírito Santo em arrecadação com *royalties*. **EPBR**, 25 dez. 2017. Disponível em <https://epbr.com.br/sao-paulo-deve-passar-espírito-santo-em-arrecadacao-com-royalties-e-participacoes-especiais-este-ano/>. Acesso em: 12 out. 2018.

SESSÃO pública de ofertas da rodada de licitações do excedente da cessão onerosa. **ANP**, Rio de Janeiro, 5 nov. 2019. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/agenda-de-eventos/sessao-publica-de-ofertas-da-rodada-de-licitacoes-do-excedente-da-cessao-onerosa>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

TELEGRAMA da Embaixada dos Estados Unidos da América em Brasília. 30 out. 2009. Disponível em: <https://wikileaks.org/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

THINK ENERGY. Rio de Janeiro: IBP, 2018. Revista produzida exclusivamente para a Rio Oil and Gas 2018. Disponível em: <http://materiais.ibp.org.br/revistathinkenergy>. Acesso em: 8 fev. 2021.

VENDA DA PETROBRAS foi sempre o sonho, diz presidente da estatal. **Exame**, 15 mar. 2019. Disponível em: <https://exame.com/negocios/venda-da-petrobras-foi-sempre-o-sonho-diz-presidente-da-estatal/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

VENDA DA TAG é ilegal e será contestada pela FUP. **FUP**, abr. 2019. Disponível em: <https://www.fup.org.br/component/k2/item/23905-venda-da-tag-e-ilegal-e-sera-contestada-pela-fup>. Acesso em: 16 abr. 2020.

WIKILEAKS. **What is WikiLeaks**. 3 nov. 2015. Disponível em: <https://wikileaks.org/What-is-WikiLeaks.html>. Acesso em: 15 fev. 2021.

XIMENES, Leonel Vasconcelos. Farra de gastos. **A Gazeta**, p. 6, 1º jul. 2017a. Coluna Victor Hugo.

XIMENES, Leonel Vasconcelos. O auge. **A Gazeta**, p. 12, 29 out. 2017b. Coluna Victor Hugo.

XIMENES, Leonel Vasconcelos. O botijão de gás está ficando tão caro que daqui a pouco vamos voltar para o bom e velho fogão a lenha. **A Gazeta**, p. 6, 21 out. 2017c. Coluna Victor Hugo.

XIMENES, Leonel Vasconcelos. Quem diria! **A Gazeta**, p. 12, 29 out. 2017d. Coluna Victor Hugo.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. Cadeia do petróleo e impacto na Região Metropolitana da Grande Vitória. In: BARROS, Joana; SILVA, Evanildo Barbosa; DUARTE, Livia

(org.). **Caderno de debates 3**: cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Fase, 2015. p. 59-73.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; DOTA, Ednelson Mariano; FERREIRA, Francismar Cunha. Esboço de uma bacia urbano-regional do petróleo entre a zona costeira do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 15., 20-23 nov. 2017, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2017. p. 1-25.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Análise dos discursos sobre a criminalidade e a delinquência dos jornais *A Gazeta*, *Notícia Agora* e *A Tribuna* e seus efeitos sobre a política de segurança e a percepção social de (in) segurança. **Ufes Cidadã**, v. 2, 2007.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. **Análise dos discursos sobre a criminalidade e a delinquência dos jornais *A Gazeta*, *Notícia Agora* e *A Tribuna* e seus efeitos sobre a política de segurança e a percepção social de (in)segurança**. Relatório de pesquisa para a Secretaria de Segurança Urbana da Prefeitura Municipal de Vitória, fev. 2008.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz *et al.* Bacia urbano-regional do petróleo: a zona costeira do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. **Revista Confins**, v. 41, p. 1-25, 2019. Disponível em <http://journals.openedition.org/confins/21754>. Acesso em: 23 fev. 2021.

Sobre os autores

Cláudio Luiz Zanotelli

Doutor em Geografia Humana, Econômica e Regional pela Universidade de Paris X, Nanterre (1998). Realizou um pós-doutorado no Laboratoire Techniques, Territoires et Sociétés (Latts) da École Nationale des Ponts et Chaussées (2004-2005), Paris, França, e um pós-doutorado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018-2019). Professor titular da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e editor da revista *Geografares*. Desenvolve pesquisas sobre cidades, metropolização, geografia econômica e regional e epistemologia da geografia. Coordenador do Laboratório de Estudos Urbano-Regionais, das Paisagens e dos Territórios (Laburp/Ufes). Bolsista de produtividade do CNPq nível PQ 2. Publicou, entre outros livros, *Geofilosofia e geopolítica em Mil platôs* (Edufes, 2014).

Jorge Lellis Bomfim Medina

Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado em Jornalismo e em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Foi professor e coordenador do curso de Comunicação Social da Faculdade de Vila Velha (Univila). Participou de pesquisas e publicações sobre gêneros jornalísticos, mídia e a morte voluntária e análise dos discursos sobre a criminalidade na mídia capixaba. Atualmente, é jornalista e pesquisador da Ufes.

Francismar Cunha Ferreira

Doutorando em geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Membro do Laboratório de Estudos Urbano-Regionais, das Paisagens e dos Territórios (Laburp). Desenvolve pesquisa sobre a Petrobras e os processos econômicos e territoriais na perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado e dos circuitos espaciais da produção.

Matheus de Oliveira Fernandes Adão

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente se dedica a estudos de cartografia e mobilidade espacial da população.

A imprensa hegemônica – os jornais, as rádios e as televisões que pautam a “notícia – pode ser abordada a partir do conceito de “máquina de guerra”, porque constitui verdadeira trincheira simbólica e material de luta pelo poder. Dessa trincheira, são lançadas “bombas semióticas” que ressignificam o sentido pragmático das mensagens e constroem uma linguagem própria, a qual exerce um poder de fascínio sobre a produção de sentido.

Nossa análise procura desvendar os efeitos deletérios dessa guerra de notícias sobre a Petrobras por parte dos grandes jornais brasileiros que assumiram um lado, que é o neoliberalismo aplicado à vida cotidiana, e contribuíram para o desmonte em curso da Petrobras e para uma mudança radical da abordagem em relação à intervenção do Estado na economia. A economia está encastrada na sociedade e em seu território, e as posições dos jornais em relação à Petrobras na realidade constituem uma perspectiva sobre o mundo que tem efeitos concretos sobre a vida da sociedade.

